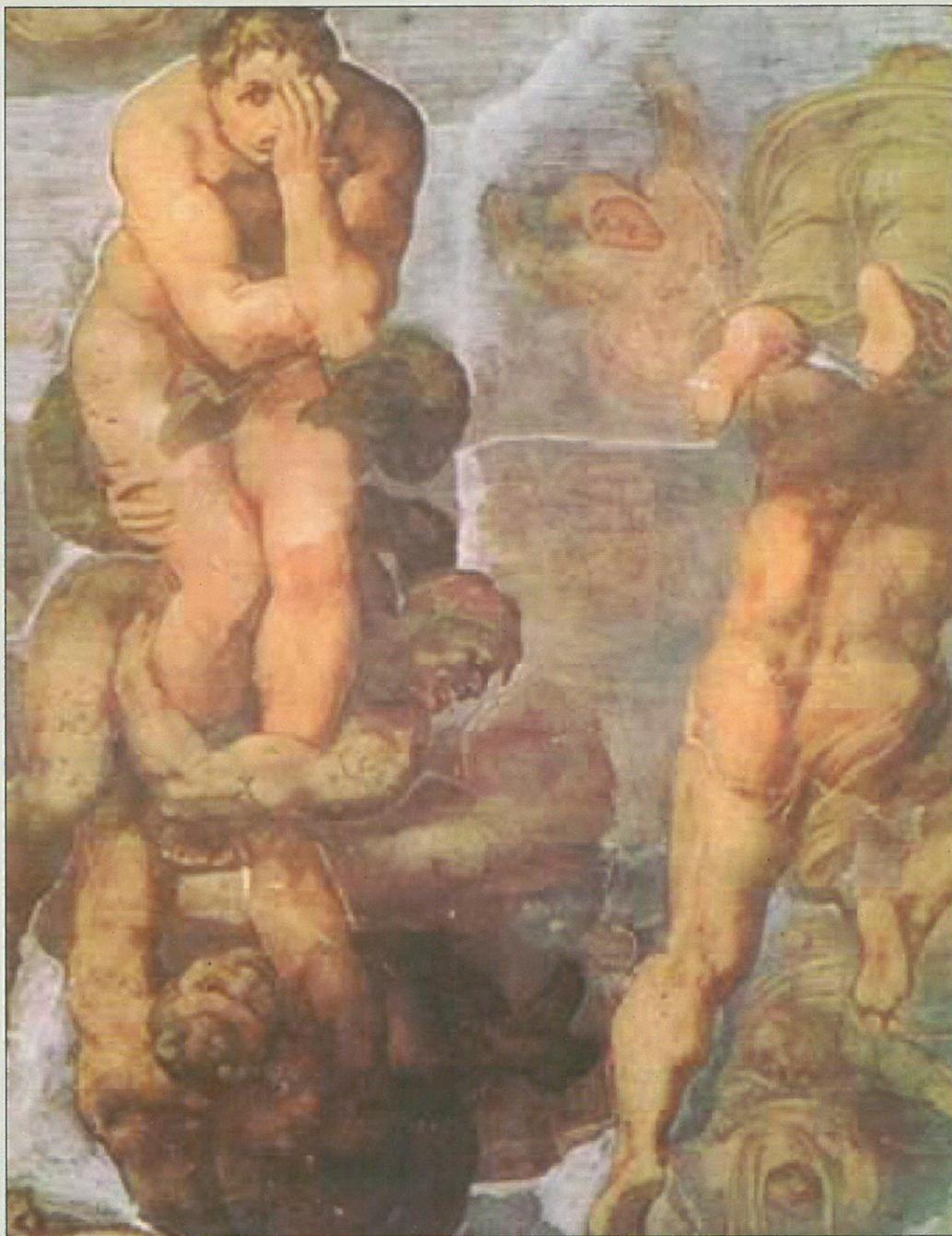


# ADVER



## A Crise Brasileira

---

ASDUERJ

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

---

12

SETEMBRO 1999

## REVISTA ADVIR

é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – ASDUERJ.  
Sede: Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, bloco D, sala 1026, Maracanã – Rio de Janeiro/RJ  
CEP: 20550-013. Tel.: 2649314  
Fax: 2844350 • asduerj@uerj.br

## DIRETORIA BIÊNIO 97/99

Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima  
I Vice-Presidente: Aníbal Moura  
II Vice-Presidente: Maria Luiza Tindó  
I Secretário: Iná Meirelles  
II Secretário: Ronaldo Lauria  
I Tesoureiro: Gustavo Bayer  
II Tesoureiro: Susana Padrão

## CONSELHO EDITORIAL

Cláudia Gonçalves  
Deise Mancebo  
Eurico Zimbres  
Gustavo Bayer  
Hindenburgo Pires

## EDITOR RESPONSÁVEL

Gustavo Francisco Bayer

## CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Carlos da Silva (Biologia)  
Antonio Celso Pereira (Direito)  
Carlos Alberto Mandarin (Biologia)  
Cláudio Ulpiano (In Memoriam)  
Décio Orlando (CAP)  
Eurico Zimbres (Geologia)  
Gustavo Bernardo Krause (Letras)  
Heliana Conde (Psicologia)  
Jader Benuzzi Martins (Física)  
José Augusto Quadra (Medicina)  
Junito Brandão (In Memoriam)  
Lená Medeiros (Ciências Sociais)  
Lilian Nabuco (Comunicação)  
Luiz Sebastião Salgado (Engenharia)  
Maria Beatriz de Albuquerque David (Economia)  
Pedro Luiz Pereira de Souza (Desenho Industrial)  
Rose Mary Serra (Serviço Social)  
Sérgio Francisco (Música)

## FICHA TÉCNICA

Edição Visual: Leila Braile  
Produção Editorial: Sérgio Franklin  
Revisão de Textos: Maria Lúcia Gonçalves 2547818  
Execução Gráfica: Graflin 0\*\*21 - 2216331 / 2244324  
Tiragem 2.500 exemplares

## DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Aos filiados da Asduerj; Associações Docentes Filiadas à Andes-SN; Institutos de Pesquisa e Ensino Superior; Bibliotecas Públicas; Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

## COORDENAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO

Secretaria da Asduerj  
(Arlete Cândido, Marcello Silva e Maxmiliano Lima).

.....  
Agradecemos à Zita pela ordem das coisas e aos amigos diários pela desordem de tudo, que nos atrasa o trabalho e melhora a vida.

leila & sérgio

# orientação aos colaboradores

## **REVISTA ADVIR**

É UMA REVISTA SEMESTRAL E PUBLICARÁ, PREFERENCIALMENTE, ARTIGOS DE PROFESSORES DA UERJ QUE ABORDEM TEMAS RELACIONADOS À UNIVERSIDADE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS: POLÍTICO, ADMINISTRATIVO, ACADÊMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL. POR SER UMA PUBLICAÇÃO QUE SE PROPÕE A ATINGIR UM PÚBLICO ABRANGENTE, ADVIR NÃO PUBLICARÁ ARTIGOS CIENTÍFICOS ESPECIALIZADOS. SERÃO ACEITOS, CONTUDO, ARTIGOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, QUE DEVERÃO SER ESCRITOS DE FORMA A PERMITIR O ENTENDIMENTO POR LEITORES DE OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO.

## **ENTREVISTA**

OS CONSELHOS EDITORIAL E CONSULTIVO DEFINIRÃO O TEMA DESTA SEÇÃO E INDICARÃO NOMES DE POSSÍVEIS ENTREVISTADOS, ACEITANDO-SE SUGESTÕES DE TEMAS E NOMES.

## **PONTO DE VISTA**

SERÃO PUBLICADOS ARTIGOS ASSINADOS, COM OPINIÕES DIFERENCIADAS ACERCA DO TEMA CENTRAL. PREVIAMENTE DEFINIDO E DIVULGADO.

## **ACADEMIA**

PUBLICARÁ ARTIGOS NÃO-ESPECIALIZADOS A RESPEITO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE PROFESSORES DA UERJ. A CADA NÚMERO, ADVIR PROCURARÁ CONTEMPLAR AS DIFERENTES ÁREAS DE CONHECIMENTO. AS CONTRIBUIÇÕES PARA ESTA SEÇÃO NÃO NECESSITAM ESTAR RELACIONADAS AO TEMA CENTRAL.

## **ENSINO, PESQUISA & EXTENSÃO**

PUBLICARÁ MATÉRIAS QUE ANALISEM E DIVULGUEM PROJETOS E EXPERIÊNCIAS DE INTERESSE NESTES CAMPOS.

## **ARTE & CULTURA**

PUBLICARÁ TEXTOS SOB AS FORMAS DE RESENHA, CRÍTICA OU ARTIGO SOBRE TEMAS RELACIONADOS AOS CAMPOS DA ARTE E CULTURA.

## **OPINIÃO**

PUBLICARÁ TEXTOS QUE EXPRESSEM A OPINIÃO PESSOAL SOBRE TEMA DE LIVRE ESCOLHA DO AUTOR.

## **CÁ ENTRE NÓS**

PUBLICARÁ CARTAS RECEBIDAS, NO TODO OU EM PARTE, A CRITÉRIO DO CONSELHO EDITORIAL.

## **DOCUMENTO**

PUBLICARÁ MATERIAL DE CARÁTER HISTÓRICO E DOCUMENTAL, NO TODO OU EM PARTE, PREFERENCIALMENTE RELACIONADO AO TEMA CENTRAL DA REVISTA.

## **CRITÉRIOS PARA O ENVIO DE ARTIGOS**

1. ARTIGOS DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DEVEM, NECESSARIAMENTE, FAZER-SE ACOMPANHAR DE PARECER DE UM PROFESSOR DA ÁREA.
2. NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DEVERÃO SER COLOCADAS AO FINAL DO TEXTO, CONFORME PADRÃO DA ABNT.
3. TODA MATÉRIA RECEBIDA SERÁ SUBMETIDA AO CONSELHO CONSULTIVO, QUE DECIDIRÁ, EM CARÁTER DEFINITIVO, DA SUA PUBLICAÇÃO OU NÃO.
4. FOTOS E ILUSTRAÇÕES SERÃO ACEITAS EM CARÁTER DE CONTRIBUIÇÃO ESPONTÂNEA, MESMO QUE NÃO SE FAÇAM ACOMPANHAR DE ARTIGOS. AS FOTOS E ILUSTRAÇÕES QUE VIEREM A SER UTILIZADAS TRARÃO OS CRÉDITOS DO AUTOR. A REVISTA ADVIR NÃO SE RESPONSABILIZA PELA DEVOLUÇÃO DO MATERIAL RECEBIDO.
5. OS ARTIGOS DEVERÃO, NECESSARIAMENTE, SER ENVIADOS, JÁ DIGITADOS, EM PROGRAMAS COMPATÍVEIS COM O AMBIENTE WINDOWS.
6. A DIMENSÃO TOTAL DOS TEXTOS NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR O LIMITE DE 8 PÁGINAS, INCLUINDO-SE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, NOTAS, GRÁFICOS, ETC.
7. O TEXTO DEVERÁ VIR, NECESSARIAMENTE, ACOMPANHADO DO NOME COMPLETO DO AUTOR, INSTITUIÇÃO E SETOR ONDE TRABALHA, ÚLTIMA TITULAÇÃO, TELEFONE E ENDEREÇO COMPLETOS.
8. INDEPENDENTEMENTE DOS PRAZOS DIVULGADOS NAS CONVOCÇÕES DE ARTIGOS, OS TEXTOS ENVIADOS, DESDE QUE APROVADOS PELO CONSELHO CONSULTIVO, PASSAM A FAZER PARTE DO BANCO DE ARTIGOS DA REVISTA, AGUARDANDO PUBLICAÇÃO NO NÚMERO SUBSEQÜENTE.

### **IMPORTANTE:**

OS ARTIGOS QUE NÃO OBEDECEREM A ESTES CRITÉRIOS NÃO SERÃO RECEBIDOS PELA ASSESSORIA EDITORIAL.



**Ilustração de Capa**

fonte: internet

(<http://users.sti.com.br/ernicog>)

Autor: MICHELANGELO

Obra: ALMA CONDENADA

(detalhe do Juízo Final)

**Edição Visual da capa**

Leila Braile

# Rio e Niterói Procuram Pedro: Mais Um Desaparecido

solidariedade

Esperamos, também,  
que esta dolorosa  
situação, envolvendo  
tantas pessoas, resulte  
em medidas efetivas  
dos órgãos públicos e  
que estes ajudem as  
famílias de outros  
Pedros, Marias,  
José...



Caros amigos,

Meu filho está desaparecido há seis meses. Meio ano! Meio ano de buscas, incertezas, sofrimento. Até agora, nenhuma notícia precisa, nenhum indício do que possa ter acontecido com Pedro. Pedro pode ter sido assassinado. Pedro pode estar internado como desconhecido em um hospital geral ou psiquiátrico. Pedro pode estar vagando, desorientado, pelas ruas.

Começamos (minha esposa Lara e eu) esta dura caminhada por necrotérios, hospitais, ruas e autoridades e, infelizmente, descobrimos que não existe um estrutura organizada que facilite a busca de uma pessoa desaparecida. Se encontramos descaso, fomos também recebidos por pessoas sérias que honram suas funções como funcionários públicos e que procuram ampliar a disponibilidade de recursos. Mas, nesta busca por Pedro, encontramos, principalmente, pessoas solidárias, que se sensibilizaram e que nos ajudam a divulgar o desaparecimento e a tentar localizar Pedro.

Hoje, muitos conhecem Pedro. Viram o seu rosto num jornal, na televisão, num cartaz ou numa tela de computador. Hoje, o Brasil procura Pedro. Milhares de pessoas trocam mensagens e colam cartazes com a foto do Pedro pelo Brasil inteiro. Milhões de pessoas olham-se com a esperança de ver Pedro e torcem para que ele seja encontrado vivo e com saúde.

Estamos certos de que, em breve, teremos notícias de Pedro. Esperamos, também, que esta dolorosa situação, envolvendo tantas pessoas, resulte em medidas efetivas dos órgãos públicos e que estes ajudem as famílias de outros Pedros, Marias, José... que sofrem a mesma dor de não saber o que aconteceu com seus entes queridos desaparecidos.

Niterói, 06 de agosto de 1999

Luiz G. Gawryszewski  
Tel: 21-7094051 • E-mail: gavri@nthink.com.br

Luiz G. Gawryszewski, M.D., Ph.D.  
Departamento de Neurobiologia - UFF CAIXA POSTAL 100.180  
24.001-970 Niterói / RJ BRAZIL  
FAX: xx55-21-7195934 • e-mail: gavri@nthink.com.br

## 7/66 ponto de vista

7/14 Movimento sindical: da transição democrática aos nossos dias. Impasses e limites  
INÁ MEIRELES

15/25 Globalização: uma perspectiva socialista  
JAMES PETRAS

26/27 A moderna via crucis  
CRISTINA VERGNANO JUNGER

28/36 Com Toni Negri e Felix Guattari: uma política do futuro-presente  
MAURO SÁ REGO COSTA

37/41 Novidade requentada  
PEDRO LUIZ SANTIAGO SENNE

42/43 Os Novos Valores Morais  
ANGELA MOULIN S. PENALVA SANTOS

44/52 A "Questão Social" hoje e o caso brasileiro.  
ROSE MARY SERRA

53/61 Globalização, privatizações e fluxos financeiros na Era do Real.  
HINDENBURGO PIRES

62/66 Autonomia da Penúria: o projeto do MEC  
CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA

## 67/100 academia

67/79 Identidades engendradas  
MARIA CONSUELO CUNHA CAMPOS

80/84 Sexualidade e Educação: Instituições em Movimento  
MARISA LOPES DA ROCHA; FLÁVIA LABRUNA;  
MÔNICA VIVACQUA BADIOLA.

85/95 Fissão nuclear - ano 60  
JADER B. MARTINS, FERNANDO GUZMAN  
E EDWIN PEDRERO GONZALES

96/100 Lucrécio: materialismo ou desolação?  
AMÓS COELHO DA SILVA



## 124/127 arte & cultura

124/127 A linguagem do espetáculo teatral em Harmada  
MARIA CARLOTA DE A. PIRES BARBOSA

## 128/136 opinião

128/131 O trote não é uma besteira de alunos, nem a a morte de um estudante um mero acidente de percurso  
MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS

132/133 Para uma política de (des-)pesquisa ou o professor burocrata  
CARMEM PRAXEDES

134/136 Gutenberg, estão levando as máquinas!  
DAYSE DE PAULA MAQUES DA SILVA

## 101/123 ensino, pesquisa & extensão

101/113 A trajetória da Universidade-Cidadã  
ISAC JOÃO DE VASCONCELLOS

114/119 Tecnologia e Educação: Mudando o Paradigma Educacional  
ALMIR LOPES DE ALMEIDA

120/123 Educação: em busca da interdisciplinaridade  
LUIZ ANTONIO JÓIA

## fLoR nO IOdO

Mais que uma escolha, o tema crise se impôs como uma fatalidade a esta nova edição de Advir. Ele é tão evidente - num ano em que o apocalipse foi anunciado por economistas, sociólogos e outros adivinhos, com menor ressonância no meio acadêmico - que qualquer outra opção por nós aventada o trazia a reboque.

Desfeitos os pudores da obviedade, deparamo-nos com novo problema. A tarefa mais difícil, na verdade, seria definir, para os possíveis colaboradores, a abordagem desejada. De que crise falávamos? A do capital? A do Estado Brasileiro? Ora, até mesmo em propaganda de televisão já se ironiza a banalidade da crise brasileira: vivemos nela e, provavelmente, nela morreremos, afirmam. Então, não há nenhuma especificidade no momento atual, nossas mazelas seriam como um fenótipo, traço inseparável da criação da nação brasileira, logo não há crise e estaríamos livres do tema.

Porém, se a crise não se apresenta como algo novo ou de fácil definição, a sensação de perplexidade e temor perante as evidências de que às doenças, tidas como crônicas, só acrescentaram-se novas moléstias nos traz de volta a fatalidade de início. Se não há verdadeiramente nada de novo, vivemos um momento de tal agudeza de nossa crise secular, que pode mesmo se dizer que o fim do mundo já chegou para boa parte de nós e para outra é uma palpável ameaça.

Se, no momento de divulgação do edital de convocação de artigos, não conseguimos definir com exatidão os limites e extensões do tema, a variedade na abordagem dos muitos que se animaram à nossa convocatória alentou-nos e elucidou, pelo menos em parte, as razões da nossa dificuldade e, principalmente, da imperiosidade do tema.

Caso o leitor mantenha o corriqueiro hábito de iniciar a leitura pelas primeiras páginas, irá conhecer mais adiante um panorama que dá conta do quão disseminada está a idéia de crise no momento histórico atual. A política sindical, as lutas dos sem-terra, a inversão dos valores morais, são alguns dos recortes, sugeridos ou espontaneamente criados por nossos colaboradores. Alguns se aventuraram em análises de maior fôlego, outros particularizaram e definiram territórios de emancipação da crise; todos, porém, insinuaram ou exprimiram literalmente a existência de possibilidades de insurreições, surtos de criatividade e afirmação.

Este texto está sendo escrito no dia em que a grande imprensa debate, em números, o tamanho da oposição a Fernando Henrique. A marcha dos 100 mil foi de 75 mil para a Folha, 50 para o Globo e 60 para o JB, jornais que tenho em mãos. Para os organizadores, mais de 100 mil pessoas se ajuntaram em Brasília para demonstrar a sua insatisfação contra o projeto genocida do FMI para o Brasil, levado a cabo servilmente por FHC. Para nós, os milhares de sindicalistas, estudantes, agricultores sem-terra, que se fizeram notar no planalto central é uma mostra, ainda que tímida, de que qualquer totalitarismo, mesmo o econômico - como Robert Kurz define a atual ditadura que a democracia liberal impõe aos países pobres - pode ser vencido.

# Movimento Sindical: da transição democrática aos nossos dias. Impasses e limites.

INÁ MEIRELES DE SOUSA

MÉDICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO / UERJ  
I SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

Nosso interesse é resgatar acontecimentos passados com o sentido de refletir sobre o presente e buscar caminhos para intervir na construção do futuro. Uma reflexão militante, e, portanto, claramente posicionada diante dos fatos e opinativa frente ao desenrolar da história. Acreditamos, entretanto, que o pensar sobre nossa prática e o explicitar das posições pode servir à compreensão e ao debate do momento que vivemos.

O movimento sindical tem desempenhado importante papel na história da luta de classes em nosso país – tanto do ponto de vista de obter melhorias objetivas para a classe trabalhadora, como de sua formação cultural, política e da construção da consciência de classe. Buscar conhecer como vivem produzem e se organizam os homens e mulheres que vivem do trabalho é fundamental para o entendimento da formação social de nosso povo. As recentes mudanças políticas e econômicas não podem ser analisadas sem levar em conta este movimento. O sindicato tem sido o principal espaço de organização dos trabalhadores urbanos pós industrialização e faz parte da história e tradição de lutas dos proletários em todo o mundo. No Brasil, desempenhou em nossa história recente um papel fundamental na luta pela redemocratização do país e foi um poderoso obstáculo ao sucesso imediato da política neoliberal.

As elites brasileiras nunca subestimaram o poder deste movimento, combatendo-o duramente através da repressão e disputando no seu interior, através da cooptação de quadros e influência ideológica.

## Um pouco de história<sup>1</sup>

A industrialização do Brasil, no início do século, contou principalmente com mão-de-obra imigrante de origem européia. Traziam, junto com seus poucos pertences, a experiência dos trabalhadores europeus organizados em sindicatos, partidos e centrais sindicais. Em 1906, quando não passavam de 100.000 operários, foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro. Setenta e cinco delegados traçaram um plano de lutas no qual se destacava a batalha internacional pela jornada de oito horas. Foi fundada, então, a Confederação Operária Brasileira, a primeira central sindical do Brasil, fortemente marcada pelas idéias anarquistas e socialistas.

A COB defendia a autonomia do movimento diante do Estado e dos patrões, dando um conteúdo anticapitalista a suas ações. Teve pouco peso real, mas foi vítima de dura e permanente repressão até seu desaparecimento em 1920.

Em 1929, sob a influência do PCB (criado em 1922), criou-se a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil), que não teve existência concreta. E, em 1935, houve a tentativa de criar a Confederação Sindical Unitária Brasileira (CSUB), também sem sucesso. Após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, novamente se tentou criar uma central, influenciada também pelo PCB. Tinha o mesmo nome da de 1929. Mas teve curta duração. Nove meses depois de fundada, houve nova fase de repressão, por parte

do Presidente Dutra, que colocou na ilegalidade a recém criada Confederação. Depois disto, só vamos ter proposta de central sindical com o nascimento da CUT.

### O modelo sindical corporativo

Nos anos 50, há uma grande onda de desenvolvimento industrial no Brasil, aumentando o número de trabalhadores, diversificando os ramos econômicos e criando novas atividades. Há um crescimento importante do número de sindicatos e do peso das ações dos trabalhadores. Segundo o IBGE o número de sindicatos no Brasil duplicou entre o fim da ditadura Vargas e o Golpe Militar: eram 873 em 1945 e passaram a 1883 em 1963.<sup>2</sup> Aumentou também o número de trabalhadores sindicalizados e houve um processo generalizado de renovação de lideranças.

A própria legislação sindical da década de 30 explica o aumento do número de entidades. A configuração da organização sindical, como um sistema corporativo estava baseada na unidade sindical compulsória, por categoria ou profissão. Isto quer dizer que em cada categoria ou profissão, numa determinada base territorial, só podia existir um sindicato. O sindicato passa a representar não apenas seus associados, mas todos os que integravam as categorias ou profissões. E havia a obrigatoriedade de contribuir para o o sindicato, através do imposto sindical.

*"Burocratização do sindicato, prioridade para o assistencialismo, atrelamento político aos governantes, carreirismo dos dirigentes, colaboracionismo e privilégio à conciliação de interesses de classe, e carreirismo sindical, são algumas das consequências desta configuração sindical, todas fartamente analisadas pela literatura especializada<sup>3</sup>.*

Apesar dos limites impostos por esta estrutura e pela repressão às formas mais avançadas de organização, o movimento sindical exerceu neste período importante papel na política do país. E os limites da estrutura sindical getulista sempre foram ultrapassados, através da criação de instrumentos de representação por local de trabalho e colegiados, que permitiam dar maior representatividade às direções sindicais.<sup>4</sup>

Os sindicatos vinham, em sua maioria, sendo dirigidos pela esquerda (PCB e PTB). Em agosto

de 1962, o IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, aprovou a criação do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, que grande influência teve na mobilização dos trabalhadores até 1964.

James Petras, analisando as retiradas dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil "neoliberal", comenta:

*"O avanço dos direitos sociais e trabalhistas de trabalhadores e camponeses sob os regimes populistas têm sido, de maneira não justificável, denegrido pelos neoliberais contemporâneos e pseudo esquerdistas (aqueles que reclamam constantemente contra o 'estatismo' em nome de uma 'sociedade civil mística'). De fato, a classe capitalista, e seus aliados militares, religiosos, latifundiários e imperialistas, compreendeu que a lógica das reformas sociais populistas e o avanço da legislação do trabalho continham as sementes de uma transformação social. Antes de 1964, mudanças sociais no local de trabalho, nas ruas e praças, nas fazendas e vilas militares eram parte de uma mudança definitiva, para baixo e para dentro, tanto no poder quanto na renda. O Populismo deve ser reconceitualizado em dois níveis: o primeiro implica em reformas sociais dirigidas ao Estado para consolidar o poder da burguesia; o segundo nível envolve as ações e iniciativas de trabalhadores e camponeses mobilizados em direção a transformações sociais fundamentais."*

E afirma:

*"O golpe militar de 1964 foi, em essência, a extensão da resistência capitalista a este avanço por meios violentos. O conteúdo do golpe foi desmantelar completamente os movimentos sociais populistas."*<sup>5</sup>

O Golpe Militar fez com que se abatesse uma brutal repressão sobre as entidades sindicais e suas lideranças. Foram 433 intervenções (383 sindicatos, 45 Federações e 4 Confederações) logo após o golpe. Milhares de sindicalistas foram presos, cassados ou perseguidos pela polícia. Muitos tiveram que fugir ou permaneceram nas fábricas, sem atuar, ou militando em extrema clandestinidade.

Podemos, portanto, criticar a visão política dos dirigentes sindicais desta época. Mas não podemos negar sua influência política. É interessante destacar que, assim que os interventores foram saindo e volta a haver eleições para

Muitas vezes, ao ouvir o discurso de dirigentes sindicais da CUT, temos a impressão de que a história começou com eles, e no passado era o “nada”...

as diretorias dos sindicatos, são os dirigentes da “esquerda” que se elegendem. Eram muitas vezes quadros secundários, pois havia uma forte censura exercida pelo Ministério do Trabalho, que impedia a eleição dos militantes comunistas mais conhecidos.

Muitas vezes, ao ouvir o discurso de dirigentes sindicais da CUT, temos a impressão de que a história começou com eles, e no passado era o “nada”...

Os sindicalistas interventores (e apareceram muitos para exercer este papel) apoiavam a ditadura tanto do ponto de vista de informação (impedindo a atuação de “subversivos”) quanto de apoio à política econômica do governo. Os aparelhos sindicais cresceram, com verbas públicas e o imposto sindical. O modelo assistencialista transformava os sindicatos em órgão auxiliar do Estado, somando-se a outros instrumentos do governo na propaganda do “Brasil grande potência”.

### O novo sindicalismo

Após 68, com o recrudescer da repressão, importantes segmentos da esquerda optaram pela clandestinidade e pela luta armada. Mas, em geral, estes grupos contavam, principalmente, com militantes oriundos das classes médias. Operários se organizaram em “oposições” clandestinas, nos grupos formados pela esquerda católicas ou nos sindicatos.

Assim, a CUT nasce a partir das Oposições Sindicais e de “sindicalistas autênticos” (que es-

tavam dentro dos sindicatos oficiais mas assumiam a crítica à estrutura getulista e tinham atuação combativa), à revelia da lei, propondo um sindicalismo classista (no sentido da independência de classe), de massas, baseado na democracia sindical e em uma prática pela base.

A fundação da CUT, no começo dos anos 80, vem culminar um processo de auto-crítica que uma parte do movimento sindical fez de sua prática e concepção nos anos que antecederam o Golpe Militar de 64.

“Os limites de nosso sindicalismo, de sua estrutura e sua prática já tinham sido percebidos, mas foi a partir do golpe militar que as análises mais profundas começaram a repercutir dentro das fábricas, nas organizações de esquerda, nos meios intelectuais. Em síntese, condenavam os vícios de nossa estrutura sindical: burocrática, sem enraizamento na base e imbuída de uma ideologia de colaboração entre as classes. Por seu lado, dentro das fábricas, operários militantes refletindo sobre o desastre do 1º de abril de 1964 chegavam, na prática, às mesmas conclusões. O novo sindicalismo precisava ser construído: desatrelado do Ministério do Trabalho, organizado nos locais de trabalho e separado dos interesses patronais”.<sup>6</sup>

O título II de seus estatutos, quando fala de seus objetivos fundamentais, diz: “A CUT é uma organização sindical de massas (...) de caráter classista (...) cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”.

Ainda no fim deste capítulo (ítem i do título II) esclarece mais o que significa "classismo" e "interesses imediatos e históricos dos trabalhadores": "lutar pela emancipação dos trabalhadores, tendo como perspectiva a construção de uma sociedade socialista".

Como vemos, a radicalidade da proposta cutista não se restringe à crítica ao modelo sindical getulista, mas vai além propondo uma concepção e prática sindical baseado na Independência de Classe, no Socialismo, na Democracia como consiçãõ imprescindível, no Sindicalismo de Base, no Sindicalismo de Massas.

### **O movimento sindical e as lutas democráticas**

O surgimento da CUT se dá em um momento de grande crescimento do movimento sindical, principalmente do movimento operário. Desde 1977, o movimento sindical aparece como um pilar fundamental no cenário de lutas do país. Emblemática é a greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979. Toda a greve foi dirigida pelo Comando de Greve, passando por cima da diretoria oficial (presidida então pelo interventor Joaquim dos Santos Andrade). Formaram-se imensos piquetes, com até 10 mil operários.

O militante opositor Santo Dias da Silva é assassinado num piquete na porta de uma fábrica, por um policial militar. Esta greve representou toda uma crítica ao velho sindicalismo baseado na estrutura sindical oficial herdada de Vargas. Foi radical tanto na sua forma organizativa, como no seu conteúdo político-ideológico, de confronto com a ditadura e os patrões.

A greve passa a ser uma experiência de camadas cada vez mais amplas de trabalhadores. Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo torna-se conhecido em todo o país. O 1º de Maio de 1980, com Lula e toda a diretoria do sindicato presa é comemorado nas suas de São Bernardo por 100 mil manifestantes, desafiando o impressionante aparato repressivo. Trabalhadores do Brasil inteiro levam sua solidariedade aos grevistas metalúrgicos de São Bernardo, parados desde 1º de abril, e que continuariam parados por mais onze dias.

O movimento participa da luta pela Anistia e por eleições diretas, ajudando-os a ter um caráter massivo.

Aparecem os movimentos organizados dos servidores públicos. Proibidos de se organizarem em sindicatos, sem poder contar com as entidades oficiais como seus representantes para nenhum tipo de reivindicação (as confederações eram verdadeiro antros de peleguismo, corrupção e agiotagem), o movimento cresce e se organiza geralmente a partir das associações de local de trabalho. As lideranças não tentam sequer disputar as entidades existentes, deixando-as morrer por absoluto desprestígio e falta de representatividade. E obriga o Governo a negociar com seus legítimos representantes.

E é fruto destas lutas, adotando os princípios cutistas originais, organizados de baixo para cima (a partir das associações por local de trabalho), desafiando a proibição legal, sem depender de imposto sindical, que surgem os sindicatos de servidores públicos.

Apesar de nunca ter sido concluída a discussão sobre qual a melhor forma de sua organização (sindicato por "ramos", categorias ou sindicatos gerais?), foram os servidores públicos que chegaram mais perto do novo modelo sindical proposto. Poderosos sindicatos, que terão grande influência no interior da CUT e exercerão importante papel na luta dos trabalhadores brasileiros.

O ANDES-SN faz parte desta história, e possui estrutura e estatuto avançados, que visam garantir a democracia interna e a participação da base. Podemos criticar eventuais erros na condução política do movimento em determinados períodos, mas devemos reconhecer que, até a posse da atual diretoria, nosso Sindicato vinha atuando de acordo com os princípios construídos ao longo deste processo.

### **Sindicalismo Combativo X Sindicalismo de Resultados**

A política neoliberal começa a ser implantada nos países centrais a partir dos meados da década de 70. A crise da esquerda não se restringe ao campo socialista do Leste, mas se espalhou e atingiu até mesmo políticas sociais demo-

## A maioria da CUT, capitaneada pela Articulação, mostrou-se contrária ao movimento Fora Collor

cratas, como na Suécia, ou na França, onde o neoliberalismo se instala através do próprio governo socialista de Mitterrand. No Brasil, Collor derrota Lula, defendendo o ideário neoliberal.

Crise ideológica causada pelo fim do "socialismo real", agravamento da situação econômica do país, mudanças no mundo do trabalho, paralisa da esquerda frente a derrota de Lula, ofensiva do neoliberalismo. Estrutura-se, totalmente por dentro das entranhas do poder, a Força Sindical.

É neste contexto que se realiza o IV CONCURT, em 1991. Sintomaticamente, este foi o único Congresso em que o hino da Internacional não foi cantado em nenhum momento. E é neste Congresso que a democracia da Central começa a ser violentamente atacada, quando não se quis abrir os cinco votos que dariam a vitória a proposta da proporcionalidade qualificada.

Portanto, não somente as iniciativas neoliberais de tutela, enfraquecimento e fragmentação do movimento sindical colocam em risco as duas décadas de retomada do sindicalismo combativo no país. Já em 1992 reconhecíamos que elementos da tradição burocrática gestada sob influência do getulismo estavam presentes na cultura cutista. Isto faz com que a CUT viva em permanente tensão entre desenvolver os elementos que ela gestou de um sindicalismo organizado pela base, democrático, autônomo, etc, e os de outro, caracterizado pela sua burocratização, o afastamento da base, a centralização autoritária, a falta de ética, etc. Tensionamento este que permanece nos dias atuais.

Quando o Governo Collor já estava totalmente

desgastado pelas denúncias de corrupção, a maioria da CUT (capitaneada pela tendência ARTSIN-Articulação Sindical) mostrou-se contrária ao movimento Fora Collor proposto pela esquerda, argumentando que o "impeachment" seria um golpe, pois Collor tinha sido "eleito democraticamente"... Posição esta vencida pela vida, poucos dias depois, quando todo o movimento foi para as ruas (inclusive a CUT), nas grandes manifestações que entraram para a história de nosso país.

E foi o movimento sindical cutista que resistiu, quando Fernando Henrique ganhou as eleições, culminando com a heróica greve dos petroleiros.

Nesta mesma época, quando os petroleiros ainda estavam em greve e os servidores públicos preparavam-se para entrar no movimento, a maioria da CUT impôs uma guinada na política adotada até então ("contra as reformas de FHC"), iniciando a fase das política "propositivas" ("por reformas populares..."), que levariam o movimento sindical a "mesas de negociação" sem movimento de sustentação, em correlação de forças desfavorável, um verdadeiro "sindicalismo de maus resultados"...

A expressão desta política está representada na desastrosa participação da CUT nas "negociações" da Reforma da Previdência. Talvez o único momento propício para uma grande mobilização popular depois da derrota dos petroleiros, Vicentinho aborta este movimento, se autodesignando representante dos trabalhadores brasileiros e ajuda o Governo a impor a mais cruel perda de direitos sofrida pelos trabalhadores deste país. É bom que se diga que somen-

te a ARTSIN o apoiou nesta atitude, e pela primeira vez a Direção da CUT (que não foi sequer consultada antes) aparece dividida publicamente em uma decisão.

A postura da atual diretoria do ANDES-SN no episódio da "negociação" e encerramento da greve nacional dos docentes de 1998, à revelia das Assembléias e do Comando de Greve nada mais foi do que uma expressão desta política.

Na realidade, "avança o processo de constituição da CUT como entidade que não mais prioriza a mobilização social, que não investe para que os trabalhadores se sintam e efetivamente sejam sujeitos das conquistas e insucessos da luta social. Ao contrário, aposta-se todas as fichas na transformação da central numa espécie de "para-estado" (envolvido num ininterrupto processo de negociação num número infinito de instâncias do Estado), constrangido pela dinâmica infundável de realização de seminários. Neste sentido, os contratos e acordos coletivos deixam de ser conquista da luta, da ação coletiva para tornarem-se resultado da capacidade de técnicos e dirigentes (tornados "carreira" cada vez mais especializada; em lugar de missão, de representação de classe). É assim que se abre o caminho para o reino da burocracia e da aceitação das regras do jogo do capitalismo."<sup>7</sup>

### Estrutura Sindical

O debate sobre a transformação da estrutura sindical tem sido feito no interior da CUT desde as últimas Plenárias e do VI CONCURT, com a Articulação Sindical aprovando, a toque de caixa, a proposta de Sindicato Orgânico, depois transformado em Sindicato Nacional por Ramos.

A necessidade de acabar com a velha estrutura corporativa – que ninguém mais quer, nem mesmo o neoliberalismo hegemônico – e a vontade de centralizar o controle da direção da Central parecem ser motivos mais fortes do que a existência de condições objetivas e subjetivas reais para que isso ocorra. Não vamos esquecer que o getulismo também fez assim, com a diferença de que ele ocupava o poder central do país e o corporativismo era, então, parte da política de substituição de importações, que serviu de base à industrialização do país.

Contrariamente ao processo restrito e restritivo em que tem se dado a discussão de um tema tão importante – se deve-se priorizar a unidade ou a divisão dos trabalhadores – este debate deveria ser amplo e envolver o conjunto da classe. Isto porque este é um elemento que pode favorecer ou dificultar o avanço não somente da luta por reivindicações imediatas, mas, fundamentalmente, do próprio combate pela transformação da sociedade brasileira.

Em um cenário de defensiva do movimento sindical, de ataque violento aos direitos mínimos já conquistados e de interesse, por parte do neoliberalismo, de fragmentação da luta dos trabalhadores, torna-se ainda mais crucial esta questão. O governo FHC lançou, como parte do pacote imposto pelo FMI, uma nova ofensiva sobre a legislação trabalhista e sindical, que pode destruir décadas de lutas e conquistas dos trabalhadores brasileiros. "Mais do que isto, uma concepção que tenha como objetivo ultrapassar revolucionariamente o capitalismo e favorecer a construção do socialismo no Brasil, haverá de compreender essa empreitada como um processo de acúmulo de forças. Isto é, como algo que deve envolver a vivência e a realização de tarefas políticas, administrativas, culturais, etc. pelos trabalhadores e o povo no curso de tão complexo processo de disputa de hegemonia com as classes dominantes.(...)"

"Ora, numa tal concepção a unidade dos trabalhadores é um valor irrenunciável e a construção de organismos sindicais unitários, desde a base, um objetivo estratégico central a ser perseguido. A recusa de quaisquer racionalizações taticistas defensoras do paralelismo e da fragmentação fundamenta-se numa razão singela: a história não registra vitórias do proletariado sobre a burguesia em meio a classe dispersa em múltiplos organismos com objetivos desencontrados ou conflitantes.

Neste sentido, os socialistas não deveriam pensar a estrutura sindical como quem toma os sindicatos locais como "escritórios" ou "sucursais" e a central sindical como uma "holding" controladora de grandes oligopólios corretores do valor da mão-de-obra (os "sindicatos orgânicos nacionais", por ramo) que concorreriam no mercado com estruturas (ops, empresas) erguidas

## A política econômica do governo - e seu subproduto, o desemprego - é hoje a principal arma contra o movimento sindical

por outras concepções sindicais, políticas, religiosas e/ou (por que não?) empresariais. Uma concepção revolucionária deveria assumir o risco, o desafio, de construir estruturas que sejam funcionais às práticas democráticas e à minimização do fenômeno burocrático.”<sup>8</sup>

Infelizmente não é assim que tem se dado o debate no interior do movimento.

### Os impasses atuais

Neste quadro de hegemonia da política neoliberal à brasileira, de defensiva da luta dos trabalhadores, a proposta de modelos sindicais alternativos só têm validade se corresponderem a um projeto político mais geral, que se sustente em valores estratégicos capazes de fazerem os trabalhadores deixarem de ser massa de manobra para se tornarem atores reais do processo de construção política do país. Valores estratégicos que, trabalhados desde agora, poderão rascunhar o desenho da futura organização e estrutura sindical cutista.

A política econômica do Governo - e seu subproduto, o desemprego - é hoje a principal arma contra o movimento sindical..

A classe trabalhadora no Brasil sempre foi muito fragmentada e desigual, o que torna extremamente difícil encontrar uma pauta de reivindicações que unifique sua luta. Durante o período inflacionário, a luta pela reposição salarial baseada nos índices da inflação foi importante instrumento de unificação.

Atualmente, os trabalhadores têm perdido cada vez mais direitos, são empurrados para o trabalho informal através das “cooperativas”,

terceirização dos serviços, etc) e a preservação do posto de trabalho acaba sendo seu objetivo principal.

Não se pode culpar os trabalhadores por tentar manter seus empregos, mas a direção do movimento têm optado por um caminho infrutífero e que reforça o sentimento de culpa dos trabalhadores por sua situação.

Ao optar por matar cursos de “requalificação” profissional de discutíveis resultados, acabam por induzir o trabalhador a acreditar que está desempregado devido a sua formação (o que muitas vezes é verdade, mas não a única e muito menos a principal causa do seu desemprego). A Força Sindical foi a primeira a adotar esta política, mas a CUT hoje segue rapidamente no mesmo sentido, disputando com unhas e dentes os vultosos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) destinado a estes cursos.

Os recentes movimentos da Ford mostram que o movimento operário ainda tem grande capacidade de mobilização. Mas mais uma vez, temos que questionar a direção do movimento, que busca, junto com empresários e o Governo, “administrar a crise”, propondo diminuição de impostos e aceitando limitação de direitos.

Muitos militantes se afastam hoje do movimento sindical, decepcionados com sua burocratização, derrotados pela feroz luta interna na disputa dos aparelhos ou descrentes das possibilidades de vitórias.

A CUT ainda representa o que há de mais combativo no movimento sindical e segue sendo, no imaginário popular, uma Central radical e contestadora. Mas podemos perguntar: até quando?

## Notas

- <sup>1</sup> CUT ontem e hoje - V. Gianotti e Sebastião Lopes Neto - pg.. 10 e 11
- <sup>2</sup> Novos e Velhos Sindicalismos - Marcelo Badaró Mattos
- <sup>3</sup> Idem, pg 121
- <sup>4</sup> Ibidem pág 126 e 127
- <sup>5</sup> James Petras - Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa - pg.53
- <sup>6</sup> V. Gianotti e Sebastião Neto - CUT Ontem e Hoje
- <sup>7</sup> Genildo Batista - Acerca do Sindicalismo Cutista
- <sup>8</sup> Genildo Batista - Acerca do Sindicalismo Cutista

## Bibliografia

- GIANNOTTI, Vito e NETO Sebastião Lopes. *CUT Ontem e Hoje*. Ed. Vozes, 1991.
- MATTOS Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos* Ed. Vício de Leitura, 1998.
- ANTUNES Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ed. Cortez/Ed. UNICAMP - 1995.
- BATISTA Genildo. *Acerca do Sindicalismo Cutista*. Revista Brasil Revolucionário - 1996.
- Teses para a 9ª Plenária Nacional da CUT - nov. 1998.
- Concepção, Prática e Estrutura Sindical - contribuição da Diretoria da ASDUERJ para o 18 Congresso da ANDES - Sind. Nacional.*
- Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa* - Ed. Da FURB - 1999.

# Globalização

## uma perspectiva socialista

JAMES PETRAS

SOCIÓLOGO, PROFESSOR E PESQUISADOR DA STATE UNIVERSITY OF NEW YORK ( WASHINGTON - EUA )

Tradução de Antônio Lúcio Soares

### Introdução

A globalização envolve, no mínimo, a criação de uma ordem econômica mundial que não se restringe, exclusivamente, à soma de suas economias nacionais e, sim, uma poderosa realidade independente engendrada pela divisão internacional de trabalho e do mercado mundial que, na época atual, predomina sobre os mercados nacionais. O processo de globalização se define por fluxos — em larga escala e a longo prazo — de capital, commodities, tecnologia e trabalho através das fronteiras nacionais.

A globalização contemporânea é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente das fases iniciais do processo. Como no passado, as forças principais que movimentam o capital e as commodities são os países imperialistas e as classes dominantes desses estados. A globalização envolve classes e nações “globalizantes” e suas contrapartidas “globalizadas”. Assim, tal processo se alicerça num sistema de poder hierarquizado, intercâmbios e benefícios. A geração de um mercado mundial e uma divisão internacional do trabalho, envolve(u) três tipos de relações:

- 1) Os intercâmbios imperialistas são feitos diretamente com as nações colonizadas e/ou dependentes;
- 2) Trocas inter-imperialistas entre os poderes dominantes;
- 3) Intercâmbios interdependentes entre classes e nações não-imperialistas.

As classes imperialistas competem e colaboram entre si, pelo controle de mercados consumidores e de capital: as conseqüências de tais relações de troca são mais ou menos benéficas para ambas as partes. As trocas e os fluxos de capital entre os imperialistas e as nações colonizadas dependentes são assimétricos e altamente parciais, no sentido de favorecer os países imperialistas.

Em resumo, a globalização é um fenômeno altamente diferenciado que está historicamente vinculado à concentração e à centralização de capital, riqueza e poder. A força motriz tem sido a cooperação e a competição entre as potências imperialistas.

### Perspectiva Histórica da Globalização

O atual estágio de globalização preserva muitas das características básicas das fases iniciais do processo como, por exemplo: as forças motrizes deste processo no estado imperialista, com seus bancos e empresas multinacionais apoiados pelas instituições financeiras internacionais.

O que torna tal estágio significativamente distinto é a escala, o alcance e a velocidade da circulação de capital e commodities, particularmente os fluxos financeiros entre as economias liberalizadas. As mudanças tecnológicas, especialmente nas comunicações (computadores, fax, etc.) se constituem em fatores primordiais que respondem pela alta velocidade das movimentações de capital.

No entanto, o alcance e a escalada da movimentação de capital e commodities se devem mais a mudanças de ordem política do que tecnológicas. O fim do socialismo nos antigos países comunistas da Europa e da Ásia, a conversão de regimes nacionais-populistas à economia liberal, bem como o colapso do Estado de Bem-Estar Social no Ocidente, acarretaram a abertura de vastas áreas que propiciam a acumulação de lucros (e excedentes de capital) e o surgimento de novos mercados consumidores e de investimento. As vitórias políticas do imperialismo constituem, desse modo, um fator central no sentido de melhor compreender o avanço do atual estágio do processo de globalização comparado ao período histórico imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e, certamente, com relação ao período entre as guerras.

O conflito entre as potências imperialistas e o Terceiro Mundo — erroneamente denominado de Guerra Fria — ficou evidenciado na morte de 23 milhões de pessoas nas 143 guerras que se deram, principalmente, no Terceiro Mundo, no período compreendido entre os anos de 1945-1992. A atual fase de globalização foi uma consequência daquilo que o sub-comandante Marcos define como sendo a Terceira Guerra Mundial, que continua até os dias de hoje.

A identificação dos agentes políticos, sociais e econômicos é muito importante na compreensão do impacto desigual da globalização. Do mesmo modo, uma análise histórica da globalização permite que se refutem algumas das fundamentações ideológicas de seus defensores. Uma análise retrospectiva revela que a "globalização tem sido cíclica no desenvolvimento histórico mundial. Houve períodos de 'alta' globalização, momentos de crises e períodos nos quais os fluxos econômicos se retraíam. Não existe esta tendência universal inevitável no sentido da "globalização".

As guerras inter-imperialistas foram resultado da competição global, de crises internas de superprodução e, o mais importante, as revoluções sociais e políticas afetaram a trajetória das classes e das nações globalizantes. A natureza cíclica da globalização proporciona aos analistas condições para identificar as fraquezas internas e externas do projeto imperialista globalizante, bem como visualizar as alternativas estratégicas que

surgiram a partir das crises dos mesmos projetos, em épocas anteriores.

Sendo assim, a própria idéia de "globalização", como uma necessidade histórica, é questionada pelo próprio caráter cíclico de sua história. O conceito de que estamos entrando num novo período é, também, duvidoso: o comércio exterior e as receitas provenientes do exterior respondiam pela maior percentagem do PIB europeu durante o final do século XIX e que está presente já no fim do século XX. A idéia de que a tecnologia leva à globalização omite a questão de que a maioria das novas tecnologias surgiu antes da atual fase globalizante e são compatíveis com a expansão da produção interna e do consumo popular.

A própria idéia de globalização é, em si, suspeita. Em sua conceituação mais propalada, pleiteia uma incorporação global ao grande mercado mundial e a distribuição de seus benefícios através de todo o mundo. A realidade que emerge da própria experiência prática é que não há incorporação universal e, muito menos, distribuição de benefícios: o que vemos são credores ricos e devedores falidos; especuladores super-ricos e trabalhadores desempregados e pauperizados; estados imperialistas que dirigem as instituições financeiras internacionais e estados subordinados que se submetem aos ditames daqueles. Uma rigorosa análise comparativa das realidades sócio-econômicas, na certa proporção que o conceito "globalizante" de "interdependência" é muito menos útil na compreensão do mundo do que a concepção marxista de imperialismo.

### **A Ascensão da Ideologia Globalizante**

O surgimento da "ideologia globalizante", originalmente, deu-se nas publicações de negócios do final dos anos 60 e início dos anos 70. O período de maior expansão e conquista de mercados pelas multinacionais foi descrito como globalização pelos jornalistas da área de negócios que buscavam um conceito que justificasse tal processo dentro de uma ótica favorável. O termo foi pomposamente usado e, paulatinamente, assumido pelos meios acadêmicos mais em voga, vindo a se tornar o arrazoado mais aceito para discorrer acerca da expansão capitalista internacional e, ao mesmo tempo, não ter que li-

## A tirania do globalismo foi responsável pela fraqueza subjetiva das classes populares - o que reforçou o poder subjetivo do capital imperialista

dar com conceitos que implicassem, em suas origens, relações de poder e os efeitos de sua rapinagem. O que emergiu desta reciclagem conceitual acadêmica foi “empulhação” — um embelezamento do conceito ao vinculá-lo ao que foi denominado terceira revolução tecnológica, atribuindo-lhe uma pretensa inevitabilidade histórica e um grau de interdependência bem distanciados da realidade. Tendo sua origem no mundo dos negócios, dos jornalistas e da burguesia, o termo foi incorporado ao vocabulário da intelectualidade de esquerda. Estes, também, passaram a “papagaiar” as mesmas propriedades e argumentos no contexto de uma migração acrítica, afastando-se dos paradigmas críticos socialistas. Desse modo, o termo “globalização” parece ter se tornado uma categoria analítica universal, através da qual as classes dominantes imperialistas exercem seu poder, ao mesmo tempo em que paralisam a oposição popular de massas. O recuo dos intelectuais de esquerda diante do enfoque teórico imperialista e sua aproximação da idéia de globalização estão intimamente vinculados à derrota e ao declínio dos movimentos sociais e políticos revolucionários, bem como à ascensão das elites exportadoras e financeiras. Existe uma interação dialética entre o poder imperialista, a ideologia globalizante e as políticas revolucionárias socialistas: a ascensão do imperialismo está diretamente relacionada à propagação do discurso pavoneado da globalização e o eclipse do referencial revolucionário.

Este recuo dos intelectuais de esquerda e a conseqüente desorganização do movimento

popular contribuíram para o maior fortalecimento das classes dominantes imperialistas: as mudanças objetivas nas instâncias de poder, resultantes dos sucessos políticos e econômicos foram catalisados pela capitulação ideológica dos ex-intelectuais de esquerda e a confusão foi semeada no seio do movimento popular.

A tirania do globalismo foi responsável pela fraqueza subjetiva das classes populares — o que reforçou o poder subjetivo do capital imperialista. Os intelectuais de esquerda e os influentes líderes políticos, que perderam sua âncora conceitual, se perderam do arcabouço conceitual imperialista e passaram a adotar um determinismo tecnológico que exclui qualquer noção de transformações políticas sistêmicas. A base política subjacente na ascensão do “neoliberalismo” (o derivado ideológico da hipótese globalizante) e as derrotas políticas e militares de esquerda foram ignoradas, em troca de pseudo-explicações que apontam para imperativos econômicos históricos.

A hegemonia política e ideológica do processo globalizante neoliberal foi, também, reflexo do estado neoliberal referenciadas na seguinte movimentação social: ascensão social para os profissionais do setor privado e ex-intelectuais de esquerda, confortavelmente instalados em ONGs bem estruturadas; quanto aos peões e trabalhadores do setor informal e assalariados, o descenso na escala social (particularmente, no que se refere a qualidade dos serviços públicos). Tal projeto implicou maciços investimentos de capital, importação de bens de consumo mais baratos na fase de expansão, crises e recessões

seguidas de taxas de desemprego e falências sem precedentes na fase de deflação.

A experiência asiática é um protótipo deste processo: vitórias econômicas para o imperialismo, ascensão do poder político-econômico neoliberal, capitulação e integração da ex-esquerda ao novo modelo seguido de crise, recessão e a miserabilização das massas. Ao nosso ver, a questão fundamental é: será possível o retorno dos ideais políticos socialistas e revolucionários depois da crise? A condição *sine qua non* que se apresenta, para que isto seja viável, é a retomada da ferramenta teórica do marxismo sobre o imperialismo.

### A Perspectiva Socialista

Ao depararmos com o desaparecimento do “projeto globalizante” e os investidores estrangeiros rapinando os ossos da carcaça moribunda — mais precisamente as empresas lucrativas locais — como reconstruir uma alternativa socialista?

Em primeiro lugar, recuperando e reconstruindo nossos instrumentais teóricos. Em segundo lugar, aprendendo com a direita e invertendo seus valores na maneira de concatenar uma transição político-econômica radical. Uma transição que combine justiça social, democracia e eficiência na organização de uma nova economia socialista.

Para se fazer a transição da crítica do modelo globalizante neoliberal para uma alternativa socialista precisamos adotar o método materialista histórico e perguntar a nós mesmos: o que aprendemos das experiências anteriores de globalização via imperialismo?

Ao longo da história, as forças imperialistas nunca foram globalizadas, antes, tornaram-se globalizantes (imperialistas) exatamente através do desenvolvimento do próprio mercado interno, além de desenvolver as forças produtivas. A ela, foram conferidas virtudes que correspondiam a cada época de expansão externa; isto valia tanto para valores morais (o prolongamento da civilização ocidental) ou como uma oportunidade (de se modernizar). Considerando que a globalização contemporânea acarreta a exploração da mão-de-obra e dos re-

ursos estatais — no interior de cada centro imperialista — esta, também, provocou o surgimento de uma oposição da classe trabalhadora. Sendo assim, criou-se uma base objetiva e subjetiva para uma ação internacionalista dos trabalhadores.

A história da globalização está repleta de rivalidades entre as próprias forças imperialistas as quais lutam entre si a fim de alijar a competição e impor determinadas regras geridas por multinacionais “nativas” e regras estatais. O anti-imperialismo seletivo dos clientes nativos facilita a penetração de retardatários imperialistas. A reconstrução da esquerda não pode se alicerçar ao se tornar joguete das rivalidades entre forças imperialistas ascendentes e decadentes. No contexto atual existem várias questões: a exploração, por parte dos EUA, da crise asiática de modo a fortalecer sua posição em relação ao Japão, Coreia do Sul, etc. Existe, entre alguns expoentes da esquerda, a tentação em defender o capitalismo “centrado no Estado” em oposição ao “neoliberalismo”; já para outros, a alternativa é sucumbir e aceitar as duras receitas de ajuste econômico impostas pelo FMI em troca de emprego, etc.

Os dados mais importantes são: o capitalismo não pode sustentar altos patamares de renda; bem-estar social e capitalismo são produto de um equilíbrio todo especial que, atualmente, não mais existe. A existência de uma alternativa revolucionária socialista foi a razão principal que forçou o capital a fazer concessões reformistas na Ásia e Europa. Foi a existência de regimes socialistas revolucionários que impôs os países imperialistas a tolerarem o “crescimento dirigido pelo Estado” na Ásia e a “exibir” seu desempenho.

Os tigres da Ásia foram subprodutos de uma conjuntura histórica, de um confronto particularizado de sistemas sociais. Só a re-emergência de alternativas revolucionárias dignas de crédito poderiam permitir que os tecnocratas reformistas e estatizantes negociassem concessões. Do jeito que as coisas estão hoje em dia, as únicas alternativas reais se resumem à escolha entre um sistema capitalista que pilha aos trabalhadores

## Resta-nos, assim, adotarmos uma concepção socialista de transformação, mas transformação de que? E em que direção?

todas suas conquistas sociais, monopoliza a arrecadação pública, que se apossa dos minérios e das empresas públicas - ou uma alternativa socialista que precisa ser reconstruída.

### A Parábola da Globalização

Para que tal alternativa socialista seja construída, faz-se necessário identificar a parábola da globalização no atual período histórico: ascensão nos anos 70, sua consolidação nos anos 80 (até o início dos anos 90) e seu declínio nos últimos anos, a começar pela Ásia, América Latina, até se espalhar pela América do Norte e a Europa Ocidental. O Japão — a segunda maior potência econômica capitalista — acha-se em estado de franca espiral descendente junto com seus clientes asiáticos. Na China, a estagnação e o desemprego em massa já se instalaram. A economia russa entrou em colapso. Em breve, as economias européias e dos EUA sentirão a repercussão destes à medida que os ganhos das empresas entrem em declínio, as exportações desabem e o capital especulativo se veja impossibilitado de encontrar novos mercados lucrativos.

A globalização age em sentido inverso. Os lucros exorbitantes provenientes da apropriação especulativa imperialista não alimentam mais as bolsas norte-americanas e européias nem os gigantes monopolios financeiros. A falência mundial do capitalismo — devido à sua incapacidade de reprodução — introduz uma grande oportunidade de se advogar uma transformação socialista em oposição às estratégias que se fundamentam em

lutas meramente defensivas e acomodadoras. A adaptação a períodos difíceis conduz a novas políticas de recuo e de retrocesso. O argumento para “mais um ajuste” é uma melodia interminável. Neste túnel sem fim, só existe mais sofrimento e não prosperidade. O elo existente entre o capital excedente circulante, a queda nos lucros das empresas e a evidente retração da procura se traduz numa regressão infinita, pelo menos no que se refere ao futuro previsível. Os embates de caráter defensivo — embora sejam necessários para que se mantenham as mínimas condições de sobrevivência em face do colapso econômico — proporcionam vitórias a curto prazo que, entretanto, acarretam derrotas estratégicas. Isto se dá em função da inviabilidade histórica da parceria capital-trabalho nas circunstâncias atuais.

Resta-nos, assim, adotarmos uma concepção socialista de transformação, mas transformação de que? E em que direção?

### Concepções de Transformação Socialista do Passado e do Presente

Existem duas grandes falácias a respeito de transformações socialistas. Uma delas é a noção de “desvinculação” associada à idéia de “auto-suficiência” e da “construção do socialismo em um só país”. A outra é mais recente, e trata do conceito do “socialismo de mercado” que implica em aceitar-se o fato de que as forças controladas pelo mercado são capazes de criar a base material do socialismo. Ambas concepções possuem seus elementos verdadeiros, porém sua lógica subjacente é muito danosa à construção do socialismo.

Primeiramente, a possibilidade de desenvolvimento de forças produtivas socialistas desvinculadas do universo da produção acarretará longos períodos de cruel “acumulação”, custosa e ineficiente. Na maioria dos casos, tal desvinculação se mostra inviável já que pressupõe-se abrir mão de bens essenciais de consumo e de produção. Somente sob as duras condições impostas por tempos de guerra, ou em períodos de boicotes e estados de sítio, é que há sentido em se tentar fazer da necessidade uma virtude ao se apelar para a “auto-suficiência”, exigindo-se das pessoas o sacrifício e encorajando-se a idéia de que — a despeito de um contexto internacional desfavorável — um povo revolucionário é capaz de produzir e sobreviver. Foi este o caso quando os EUA e a ex-URSS promoveram restrições à China maoísta, ao delimitar suas relações comerciais com o exterior. No entanto, converter circunstâncias num “modelo” de desenvolvimento seria cometer um erro crasso.

O segundo enfoque errôneo é o conceito (desenvolvido por Deng Zhiao Ping) de que as forças do mercado, a propriedade privada, o livre comércio e os investimentos externos administrados pelo Partido Comunista podem tornar-se as forças motrizes que conduzem ao socialismo. A ascensão das forças do mercado transformaram a mão-de-obra chinesa em exército de reserva barato; converte os quadros e os líderes do PC em executivos que exploram o Estado para tirar proveito pessoal, destróem o meio ambiente e provocam desastres ecológicos. Enfim, é o mercado que dirige o Partido e seus líderes e não vice-versa. O resultado não podia ser mais trágico: as estruturas políticas autoritárias do comunismo se combinam com as brutais injustiças sociais do capitalismo e a catastrófica degradação ecológica. É desse modo que se traduz o significado da idéia “socialismo de mercado”.

Deveríamos abordar a construção do socialismo de outra maneira. Antes de mais nada, a classe trabalhadora gerou um vasto caldo de cultura ao longo dos tempos — o que veio a se chamar de “conhecimento universal”. Um regime revolucionário deve se vincular a estes centros mundiais produtores de conhecimento. Isto, com o objetivo de evitar os cruéis e custosos estágios primários de desenvolvimento nos quais tais co-

nhcimentos foram acumulados. Em resumo, o processo revolucionário deve estar ligado aos centros universais produtores de “know-how” — um passo necessário no sentido de alavancar as forças produtivas locais e de democratizar as relações de produção. Porém tal vínculo com o exterior deve ser estabelecido de maneira que incremente a capacidade produtiva interna, aprofunde o mercado doméstico e atenda às demandas populares.

Em segundo lugar, as mudanças econômicas ou “relações de mercado” — interna e externamente — só poderão assumir um papel progressista se estiverem subordinadas a um regime democrático com base numa representação popular direta nas unidades de produtivas e territoriais. O modelo democrático representativo serve, não apenas para impedir desvios burocratizantes, mas, também, como um mecanismo de controle essencial sobre o conteúdo e o sentido das trocas de mercado.

A fragmentação e a desintegração da produção ora em curso, são resultantes da “natureza restritiva” do modelo exportador que — balizado pelas elites investidoras locais e internacionais — no qual unidades-chave de produção se restringem à produção exclusiva de determinadas commodities, já a estratégia socialista, de vínculos essenciais com os setores econômicos domésticos. A economia socialista se assemelha mais com uma grade do que com a peça de uma engrenagem que tão bem caracteriza as economias dependentes das nações exportadoras.

O atual pacote de medidas econômicas — que combina investimentos externos, controle de gerenciamento com transferência de tecnologia (quando ocorrem) — deve ser demonstrado num sistema socialista. A soberania tecnológica — sem o inconveniente dos obstáculos impostos pelos ditames externos; os ultrajantes salários pagos aos diretores executivos bem como a apropriação de bens por poderes estrangeiros — é possível devido à abundância de pessoas bem preparadas e empresas que podem ser contratadas e pagas para transferir know-how. Tal forma de “dependência” é temporária e tem menos possibilidades de se perpetuar: o aprendizado a partir de outras experiências torna-se, assim,

## Qualquer projeto socialista deve promover uma reforma agrária profunda, que inclua a redistribuição da terra

base para se adaptar às necessidades locais e para o desenvolvimento de conhecimentos autônomos inovadores.

A ruptura com a tirania da globalização pressupõe a rejeição do conceito de propriedade e de controle bem como acumulação seletiva de conhecimento e de produtos que produzem crescimento econômico. Assim, as estruturas parasitárias e exploradoras da globalização (imperialismo) precisam ser diferenciadas dos componentes criativos e produtivos.

Os referidos processos de rejeição e de apropriação nos põe diante de um dos mais importantes desafios gerados pela transição da globalização para o socialismo. Principalmente no que se refere às contradições inerentes entre relações socialistas internas e a participação externa no mercado capitalista. Isto requer, não apenas o controle democrático sobre os processos econômicos pois demanda, fundamentalmente, a educação cultural e ideológica dos trabalhadores no que diz respeito a valores tais como a solidariedade, a cooperação e a igualdade. Porém, tais processos só terão credibilidade se os valores transmitidos refletirem a postura e a prática das lideranças e dos quadros.

A principal característica do socialismo na ex-URSS era a dissociação entre as idéias expressas pelos líderes e sua prática — o que acarretou desilusão, cinismo, desconfiança e, o que é pior, uma atração fatal pela propaganda globalizante. Uma referência fundamental na construção de um bloco de forças socialistas com vistas a transformar a sociedade — e uma tarefa primordial ao assumir o poder — é a criação de laços sócio-econômicos entre as necessidades domésticas (e “demandas latentes”) e a reorganização do sistema produtivo. A atu-

al estratégia de exportação é o produto de desigualdades: a força de trabalho é vista como custo, não como consumidores (demanda). Salários de fome e pauperização da mão-de-obra proporcionam altos lucros da produção voltada para mercados externos. A transformação socialista reconhece as enormes potencialidades do mercado interno baseado em igualdade de propriedade, renda, educação e saúde. Ela reconhece o grande potencial na utilização de mão-de-obra inaproveitada ou subutilizada entre os que se acham empregados.

Este movimento para dentro é essencial, porém, os laços externos com os mercados internacionais e o conhecimento permanece sendo um fator prioritário no sentido de se proporcionar ganhos e técnica para se complementar a revitalização interna da economia. Entretanto, o que se torna crucial, é que as trocas com o exterior não substituam a produção local e a criação de centros geradores de conhecimento tecnológico.

Qualquer projeto socialista deve promover uma reforma agrária profunda que inclua a redistribuição da terra e a transferência dos títulos de propriedade junto com a reorientação dos créditos, assistência técnica, comercialização e transporte que facilitem a produção de alimentos para consumo de massa a preços razoáveis — ao mesmo tempo que proporcione renda de subsistência para os produtores rurais. Qualquer que sejam os aspectos específicos de propriedade — e há muitas variáveis que apontam para projetos reais — a reforma agrária deve contemplar complexos agroindustriais e outras medidas correlatas geradoras de emprego. Sendo assim, a produção de insumos e a existência de “processamentos” de caráter in-

dustrial tornam-se parte da reforma agrária. A experiência prática, somada aos ensinamentos negativos da ex-URSS, nos ensina que a estrutura da agricultura pede uma organização administrativa descentralizada na qual os próprios produtores tomam suas próprias decisões em conjunto com técnicos, num contexto que integre as trocas entre regiões, segmentos e classes.

A transição de uma estratégia econômica imperialista exportadora para um sistema econômico doméstico em conjunto, depende da integração das regiões e de produção/consumo num projeto como um todo: recriar a nação de maneira autônoma, auto-suficiente e reorientar o estado, afastando-o de projetos do imperialismo ou das aspirações globalizantes das elites financeiras e exportadoras.

### A Estratégia de Transição

Um dos pré-requisitos necessários para uma transformação de caráter socialista é uma mudança política fundamental na estrutura do estado. Contrariamente às considerações irrefletidas dos teóricos globalizantes — em suas versões direitista e esquerdista — o Estado tem desempenhado uma função poderosíssima na formulação de estratégias de globalização, alocando recursos econômicos para “atores globalizados”, socorrendo perdedores das elites e reforçando o policiamento das vítimas e dos adversários da globalização. O argumento de que o estado tem se enfraquecido é uma visão errônea que identifica o estado com o bem estar social; é confundir os pronunciamentos apologéticos dos ideólogos globalizantes que lamentam sua impotência ao se depararem com as “pressões globalizantes” e a realidade de sua colaboração através das instituições estatais.

O Estado e a Nação tornam-se as unidades centrais na reconstrução de uma nova ordem socialista internacionalista. Os movimentos populares da sociedade civil estão em conflito com suas classes dominantes sobre quem controla o estado e a natureza do projeto sócio-econômico. Mais uma vez, ex-ideólogos de esquerda desorientam e confundem o movimento popular ao atribuírem um conflito entre a “socieda-

de civil” e o “estado”, em vez de analisarem como se dá a mais escancarada e cruel exploração que ocorre na própria sociedade civil envolvendo latifundiários, banqueiros e financistas, por um lado e camponeses sem terra, pequenos empresários endividados e trabalhadores desempregados, por outro. Sendo assim, podemos adotar uma postura para além da dos ex-intelectuais esquerdistas (que só desejam mostrar serviço e bajular seus novos patrões) e passarmos a tomar as medidas práticas que levem o movimento popular do poder político a uma transformação de caráter socialista.

Neste aspecto, temos muito a aprender com as estratégias de transição elaboradas na fase inicial pelos neoliberais. A tarefa principal e imediata para a implantação de uma nova economia socialista, é a implementação de uma terapia de choque para a classe dominante: os lucros devem ser drasticamente reduzidos; deve-se promover a intervenção e o congelamento das contas bancárias e das aplicações financeiras; a remessa de lucros deve ser suspensa e decretada a moratória nos pagamentos da dívida. Tal terapia tem uma função política e econômica: desorganiza e desorienta politicamente a classe dominante; no campo econômico, evita a acumulação, a fuga de capitais e a hiperinflação. E o que é mais importante: exige uma forte intervenção estatal com o objetivo de reestruturar a economia e redefinir os orçamentos e as instituições estatais. Tem o propósito de abrir a economia para a produção interna, liberar o crédito e o investimento para a expansão da produção e as trocas a nível nacional, regional e local. Como é de se prever, a terapia de choque provocará gritos de protesto e clamores desesperados de injustiça e arbitrariedade. Porém, uma ação rápida e decidida em continuidade à terapia de choque, deve-se dar a partir de novos investimentos substanciais, bem como créditos destinados ao mercado interno. Isto gerará apoio mais do que suficiente para sustentar o regime.

Se for aplicada racionalmente, esta terapia implicará numa renegociação com os ex-patrões globalistas e seus parceiros, não o calote. Não significará uma ruptura, porém um reordenamento de prioridades e de relações para favorecer as novas forças do mercado interno.

## Os ganhos, com as receitas do estado e com a poupança, devem ser usados para financiar a atividade socioeconômica

A segunda fase da transição envolve uma reconversão econômica: sair da produção hiperespecializada para produtos mais simplificados, bem como promover uma atividade ilimitada no ciclo industrial para uma produção diversificada; um melhor equilíbrio entre o consumo local e a produção para exportação. Deve-se aumentar os investimentos nas áreas de educação, pesquisa, saúde e produtividade.

A realização deste processo de reconversão econômica exige uma mudança nos investimentos em emprego e na política de renda. Significa a implementação de um programa de reformas estruturais de baixo para cima. Isto implica, essencialmente, na redistribuição de terra, de renda e de créditos. O fim dos monopólios privados e a reforma do sistema cambial: avaliações realistas baseadas nos valores de mercado da propriedade, uma aplicação rigorosa de arrecadação tributária (com a aplicação de severas sanções para a sonegação crônica), a proteção das indústrias emergentes e a abertura do comércio para as mercadorias que não concorram com os produtores locais. O controle do sistema financeiro eliminará a atividade especulativa e o planejamento do estado terá condições de redirecionar os investimentos para a formação de capital humano, obras públicas geradoras de emprego e a produção inter-regional.

É necessário que se implemente uma política monetária rigorosa para evitar a inflação e estabilizar a economia. O conceito de monetarismo de baixo para cima consiste na eliminação da prática estatal de pacotes de bilhões de dólares a fim de socorrer as empresas que não souberam administrar seus ativos e se

endividaram bem como praticaram especulação ou fraude. Deve-se eliminar os empréstimos a juros baixos e subsidiados e, também, créditos baratos aos exportadores. Extinguir os abatimentos dos impostos das empresas multinacionais nas chamadas zonas de livre comércio. Os ganhos, com as receitas do estado e com a poupança, devem ser usados para financiar a atividade sócioeconômica sem ter de recorrer à impressão de dinheiro.

Há diferenças significativas entre um programa de reformas estruturais neoliberal e um de tipo socialista. A socialização substituirá a privatização como princípio básico a fim de aumentar a eficiência, a competitividade e a produtividade. Incluirá a criação de uma vasta rede de transportes e de comunicação para incrementar as trocas entre as regiões e, assim, revitalizar as empresas, os mercados e os produtores de cada município. Significa dizer que uma análise de "custo/benefício" se baseará em parâmetros regionais ou nacionais e não num mero balanço de uma empresa em particular. Por exemplo, um serviço de trens para áreas rurais, poderá resultar em "perdas" para a ferrovia, entretanto, aumentarão a produção e o consumo da economia regional. O produto líquido, tendo como base o cálculo de unidades mais amplas, proporciona uma idéia mais clara e critérios (socialistas) mais precisos para se medir a viabilidade do custo. Do mesmo modo, os investimentos públicos que empreguem os desempregados e aumentem a produção de zero para cima é uma outra medida de como se utilizar de maneira eficiente o capital humano. Em ter-

mos de competitividade, fica claro que o determinante é o reconhecimento de que as economias são feitas para alimentar as pessoas — uma questão elementar e básica. As empresas socialistas que produzem gêneros alimentícios de primeira necessidade são mais competitivas no atendimento às demandas básicas do que suas correspondentes voltadas para a exportação e que ignoram tais itens. No que se refere ao atendimento destas necessidades elementares de alimentação, a produção socializada responde de modo muito mais evidente às demandas populares — além disso, são mais capazes e têm mais vontade política em atender a esta “demanda de mercado”.

A socialização das empresas básicas da economia é necessária mas não é suficiente para que se crie uma economia socialista viável. Nesse caso, necessita-se de um plano de reconversão industrial que permita o atendimento das demandas populares e não um corpo de burocratas insensíveis que decidem quem serão os “perdedores e os vencedores”. Isto se traduz no fechamento ou na conversão das empresas produtoras de artigos de luxo e de importação — também precisa haver substituição pelas empresas produtoras de bens de consumo de massa local. Isto implica que os trabalhadores (enquanto consumidores) assumam um papel vital no processo decisório para evitar uma produção acanhada e que tanto caracterizou os ex-estados comunistas.

No entanto, tal reconversão requer o equilíbrio entre a produção interna e a exportadora: os ganhos com a exportação continuarão a ser importantes com o propósito de se dinamizar o modelo de crescimento doméstico. Nesta relação, o que se torna crucial é o reinvestimento do superávit da exportação no desenvolvimento do mercado interno. É exatamente o contrário do que ocorre atualmente com a transferência destes recursos para o exterior ou para a atividade especulativa.

A modernização do estado é fator fundamental no modelo de reforma estrutural de baixo para cima. No modelo exportador, o estado é ampla-

mente constituído de legisladores que definem regras e alocam recursos para satisfazer investidores estrangeiros e exportadores e, para isso, lançam mão dos recursos internos e dão poucas informações aos produtores locais acerca de como se dá o processo decisório. Este processo elitista está repleto de corrupção, como ficou evidente nos escândalos dos socorros financeiros e nas privatizações.

Ao rejeitar o modelo exportador neoliberal, não há lugar para retroagir no sentido do estado burocrático centralizador que suprimiu a democracia proletária, bloqueou as iniciativas de inovação e produziu fracassos econômicos brutais. A modernização do estado pressupõe a descentralização das administrações dos repasses estatais para receptores locais da sociedade civil que votam em suas prioridades. Significa a redistribuição dos cargos políticos, tirando-os de suas funções burocráticas e ligando-os a funções produtivas. Tal reforma se expressa na realocação dos trabalhadores da saúde nos bairros, os agrônomos para o interior e os professores para as superpopulosas escolas públicas urbanas.

O socialismo implica em equilíbrio do consumo e da produção: direitos dos trabalhadores com obrigações para aumentar a produtividade e a observância da disciplina no local de trabalho; isto quer dizer consumidores: mulheres e minorias étnicas incluídos nas decisões referentes à produção e ao consumo.

Os consumidores e os cidadãos devem desempenhar um papel-chave no gerenciamento do estado e das instituições econômicas para que se evite uma outra “ditadura sobre o proletariado” ou uma superoferta de bens de consumo baratos que ninguém está interessado em consumir devido à qualidade, estilo ou atratividade.

Provavelmente, a característica básica predominante do novo socialismo é o papel fundamental que os trabalhadores, os consumidores e os ecologistas exercerão na crítica, avaliação, contratação e demissão de administradores. A prevenção do surgimento de uma casta de burocratas privilegiados nas empresas públicas pro-

dutoras de bens essenciais repousa no papel ativo dos produtores e consumidores na gestão e no processo de tomada de decisão de forma direta. Assim, sob o novo socialismo, autogestão no estado, a níveis locais e regionais — aí se encontra o modelo alternativo às elites exportadoras privadas de uma economia globalizada e os burocratas de estado do passado.

Este papel-chave dos produtores diretos também envolve responsabilidades — o reconhecimento de que, numa etapa de transição, alguns trabalhadores guardam “hábitos e práticas” de trabalho que são danosos à produção e à criação de bens de boa qualidade. A garantia de emprego vitalício não é viável: deve-se fazer avaliações periódicas de desempenho funcional nos aspectos quantitativos e qualitativos dos serviços prestados — esta é a norma que deve ser implementada. Os infratores crônicos devem ser demitidos. Burocratas que abusem do poder devem ser chamados para prestarem contas. Os trabalhadores em estatais devem ser descontados nos casos de atrasos inaceitáveis. Uma organização descentralizada faz com que amigos, vizinhos e cidadãos tomem as decisões em suas próprias mãos a fim de fornecer a eletricidade, consertar linhas telefônicas, etc. Os professores ausentes deverão receber “salários ausentes”, sem prejuízo de prestação de contas aos pais, alunos e outros. Os professores que reprisem aulas e assuntos já dados e obsoletos deverão ser avaliados e aconselhados a aprimorarem seus cursos ou serem demitidos.

O novo socialismo significa o fim do discurso dúbio. Quer dizer que o estilo de vida pessoal tem de estar coerente com o discurso público. Os intelectuais não devem criticar o neoliberalismo e se entregarem a um consumismo frenético de importados. Não se deve pregar a igualdade da porta de casa para fora e, ao mesmo tempo, praticar o autoritarismo (patriarcal) em família. O novo socialismo reconhece a complexidade das contradições na fase de transição — principalmente a necessidade de se promover a democratização das relações nas questões de gênero, raça e etnia — engajar-

se nas lutas dessas causas, tão importantes em si mesmas. Estes são elementos-chave na transição do neoliberalismo para o novo socialismo.

### Conclusão

Ao nos aprofundarmos nos limites estruturais da “ideologia globalista”, teremos condições para fugir à tirania da globalização. Tais alternativas não são utopias irreais “imaginadas” por indivíduos acomodados em frente à Internet. Ela brota das experiências e oportunidades que emerge das falhas e crises das “estratégias de exportação”.

Mantendo nosso foco analítico centrado nas relações sociais e no estado como as pilastras dos impérios globais, podemos apresentar uma alternativa à prisão que representa o pensamento globalizante e adentrar os domínios da ação política e social. A inversão dos conceitos dos ideólogos globalistas, leva à formulação desta alternativa estratégica na qual a mobilização social e o poder de estado conferem um novo conteúdo classista às terapias de choque, reconversões industriais e reformas estruturais.

O novo socialismo aprende não apenas com seu adversários capitalistas como virar a mesa, mas, também, aprende a partir dos erros do velho socialismo. Passamos a incorporar neste projeto as mulheres, os consumidores e os economistas. É dotado duma maior sensibilidade às noções de liberdade no local de trabalho e nas áreas rurais. É dotado também de um discurso mais aprofundado e conseqüente, ao integrar em seu conteúdo valores pessoais e práticas públicas.

O colapso da globalização — como se conhece até o presente — na Ásia, ex-URSS, África e a América Latina está gerando grandes dificuldades mas é, também, uma oportunidade histórica de transcender o capitalismo. Seria um equívoco imperdoável, além de uma omissão covarde apresentar um projeto que não incorporasse uma nova sociedade socialista, uma nova nação integrada como um todo, uma nova cultura de participação ativa (e não espectadores) e um novo internacionalismo de seres que comungam os mesmos valores de igualdade.

# A Moderna Via Crucis

CRISTINA VERGNANO JUNGER

PROFESSORA DO INSTITUTO DE LETRAS DA UERJ

Sexta-feira Santa, 2 de abril de 1999, por volta das três da tarde.

Segundo a tradição cristã, há quase 2000 anos atrás, nesse dia, Jesus já havia percorrido todo o caminho de Jerusalém ao Calvário e pendia da cruz em seus últimos momentos antes da morte. Hoje, no final do século XX, percorríamos o cenário de uma via crucis moderna. Víamos nos rostos de uma pequena multidão de gente humilde pelas quais passávamos as marcas do sofrimento. Aqueles velhos, crianças, homens e mulheres eram um memorial vivo, símbolo do que uma religião reverenciava naquela data e uma importante parada para reflexão.

Estávamos passando pelo Assentamento Bendizia, em Bicuda Grande, Distrito de Macaé, norte do estado do Rio de Janeiro.<sup>1</sup>

Apesar do verdadeiro pesadelo em que viviam há mais de um ano, restavam nos sorrisos sinceros e tímidos daquelas pessoas traços de esperança, a teimosa determinação de manter-se vivos e sonhar um sonho.

Tudo começou quando cerca de duzentas famílias deixaram o MST por acreditar na promessa do governo, que acenava com a garantia de um pedaço de terra, fruto da tão falada reforma agrária. Estavam incluídos no Decreto 5.772.250. Teriam direito a estabelecer-se numa região desapropriada para este fim, dentro do próprio estado do Rio de Janeiro. Para isso era preciso esperar um pouco, uns três meses. Assim, ficaram acampados em Capelinha, na BR 101, altura de Conceição de Macabu. Apesar das condições precárias, ali era possível encontrar algum trabalho

nas plantações de cana e manter uma pequena lavoura de subsistência em terra cedida pelo senhor Manuel, do MST, parte de um terreno ocupado pelos sem-terra. O então acampamento Luiz Carlos Prestes durou bem mais do que o planejado. Durante cerca de um ano estiveram ali, esperando uma decisão das autoridades.

Por fim, a espera parecia estar acabando. As famílias contempladas seriam removidas para Bicuda Grande, local do assentamento, onde uma fazenda já havia sido comprada. Calculavam-se uns quinze dias até que as demarcações fossem feitas e pudesse ocorrer a ocupação definitiva. Infelizmente, os problemas estavam apenas começando.

Parte dos sem-terra já havia desistido, depois de tão longo tempo no acampamento de Capelinha. Porém, nem todos os que se tinham mantido fiéis ao sonho iriam obter a concessão. Somente 76 das 125 famílias acampadas ganhariam a terra. Além dessas, outras 11, já residentes no local, seriam também contempladas. Como explicar, a pais e filhos, que continuavam sem um lugar para morar e plantar seu sustento? Como justificar o injustificável?

Agora, os víamos ali, ao longo da estreita estradinha de barro, distante dos centros urbanos, diante da cerca da fazenda que era, segundo seu próprio ex-dono, sua. No entanto, não podiam transpor os arames. Deviam manter-se onde estavam, esperando uma vez mais o INCRA para definir os lotes de aproximadamente 4 alqueires por família.

## FOTOS: WASHINGTON LEITE JUNGER

Estudante Instituto de Matemática e Estatística da UERJ



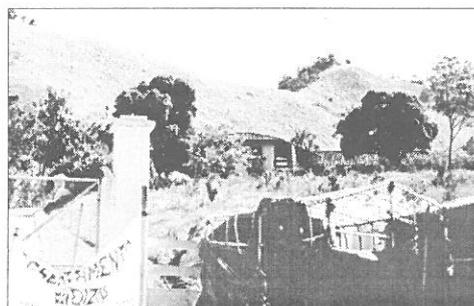
Família acampada. Interior da barraca.



Vista panorâmica da estrada com as barracas do acampamento.



A faixa, colocada por um político local, nos fala de "trabalho, ordem e lealdade para um futuro melhor"



Contraste entre a pobreza das barracas e a comodidade da casa da fazenda, cuja parte foi comprada pelo governo para o assentamento.

Essa via crucis levava já três meses. Impossibilitados de plantar algo para garantir seu sustento, ou de sair para buscar empregos temporários – pois se faltassem a duas das reuniões marcadas, sem aviso prévio, pelo INCRA, perderiam o direito ao assentamento – os adultos viam seus filhos sofrerem com a fome, disputando os poucos recursos da cesta básica que o governo enviava. Para agravar a situação, soube-se que havia ocorrido cortes nos suprimentos – somente tinham recebido naquele mês 5 kg de fava, 5 kg de arroz, milho e 1 kg de açúcar – e que aquela seria a última cesta a receber, já que se tratava de uma sobra. A resposta dada ao pedido de uma solução para o problema foi algo assim como: "Reunam um grupo e vão aos lugares vizinhos em busca de doações."

O quadro é dantesco. Famílias com cerca de 9 membros, entre adultos velhos e crianças, metidos em barracas de bambu cobertas com sacos plásticos pretos, semelhantes aos de lixo, sem água para a higiene, ou alimentos para comer, arriscando-se a atropelamentos e assaltos na beira

da estrada, diante de 580 alqueires (dentre os quais uns 200 serão reserva florestal) que lhes pertencem. São vítimas de promessas vãs de homens que detêm o poder e se permitem zombar das carências de seus semelhantes, expondo-lhes à humilhação e sofrimento.

O mais assustador é que tudo isso ocorre logo ali, bem perto de nós. Contudo, não chegamos sequer a tomar conhecimento do fato. Só vemos na televisão os "horrores" da violência dos rebeldes que invadem as terras dos injustiçados produtores... Nem paramos para refletir onde está a verdade, para onde pende a justiça.

Somos parte dessa sociedade. A responsabilidade também é nossa. Nossos iguais apenas querem trabalhar e produzir. O direito de viver também lhes pertence.

<sup>1</sup> As informações presentes neste texto, bem como a autorização para as fotos, foram cedidas por membros das famílias dos acampados em uma entrevista informal, realizada no local. O nome do assentamento é o mesmo da fazenda desapropriada parcialmente para a reforma agrária.

# Com Toni Negri e Felix Guatarri: Uma Política do Futuro-Presente

MAURO SÁ REGO COSTA

PROFESSOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE / UERJ

1. Para Marx & Engels, a contradição entre o acelerado progresso das forças produtivas - i.e. das tecnologias, conhecimentos científicos aplicados e educação dos trabalhadores - e a lentidão nas transformações das relações sociais de produção seriam o móvel principal para uma revolução comunista. Esse caráter quase determinista do progresso tecnológico sobre a revolução tem uma leitura mais elaborada em *Das Passagenwerk* de Walter Benjamin.

Avanços técnicos como o uso do ferro e do vidro na arquitetura européia de meados do século XIX, responsáveis por construções sublimes como os Palácios de Cristal ou as ruas comerciais fechadas e com iluminação natural - as *Galleries* parisienses -, teriam efeitos insuspeitados. O potencial transformador dos espaços de ferro e vidro, que só ganhariam expressão apropriada em Mies van der Rohe, Le Corbusier e outros arquitetos de nosso século, era escondido ou disfarçado com formas e traços arquitetônicos conhecidos: colunas de ferro, imitando colunas de mármore ou de madeira, cobertas de trepadeiras esculpidas, as abóbadas arredondadas como as dos prédios em alvenaria da mesma época. Este uso conservador e falsificado dos novos materiais, ignorando seus potenciais, teria um efeito direto sobre o inconsciente das massas como se funcionasse no lugar da manutenção disfarçada das relações de produção burguesas. Não decodificável de modo consciente, a força escondida dos potenciais das novas técnicas seria motor inconsciente para o imaginário

das utopias sociais do século XIX, dos socialistas e anarquistas.<sup>1</sup>

Benjamin, neste texto, associou a teoria marxista a uma leitura particular, sua, da teoria do inconsciente de Freud, e inaugurou uma compreensão política da produção de subjetividade. Deleuze & Guattari ampliam esta região, incluindo uma nova atitude da biologia e da etologia. A noção de máquina - antes privilégio da técnica - passa a ser utilizada para falar tanto dos seres vivos, das instituições humanas em geral, como do desejo e do inconsciente: máquinas desejanças.<sup>2</sup>

Pensar o desejo como máquina, os seres naturais como máquinas, quebra as fronteiras tradicionais entre Natureza e Cultura, entre a criação Técnica, a criação natural e a da Arte. Que a Técnica possa criar próteses - órgãos que funcionam no meu corpo, co-responsáveis pela minha vida como um marca-passo digital - tanto quanto agenciamentos na vida social e produtiva sejam acompanhados por agenciamentos orgânicos, novas ou velhas funções orgânicas retomadas. Há, na nossa cadeia genética gens dobrados ou cromosomas supranumerários, cuja função é desconhecida. Eles podem guardar, quem sabe, asas nas nossas costas, como nos anjos, a imortalidade, ou outras funções cerebrais<sup>3</sup>.

Pode-se ler essa expansão maquínica para todos os lados, em Deleuze e Guattari, na esteira do Marx jovem, mostrando a indústria e a técnica como humanização ou hominização da

Natureza, indiscernível de uma naturização do homem. Como no Paraíso judaico-cristão ou na concepção tupy do mundo<sup>4</sup>, tudo na Natureza é humano – somos filhos, irmãos e mães das estrelas, da anta, do jaguar, dos pássaros e dos microchips.

2. A evolução das forças produtivas nas três últimas décadas representa um salto qualitativo comparável à primeira e à segunda revoluções industriais juntas, ou mais, à revolução do Neolítico, quando surgiu o manejo sistemático das fontes de alimentação, pela agricultura e a criação de animais. Com ela surgiram cidades, o Estado, os Impérios, todas essas maravilhas. A Arqueologia nos mostra que o cérebro do homem do paleolítico, vivendo no meio das feras, caçador e caçado por outros animais, era maior que o cérebro do homem protegido pela sociedade organizada que as cidades e estados promoverão. O progresso nos meios coletivos de sobrevivência levou a uma atrofia dos poderes e habilidades individuais: mudanças culturais radicais assim viriam juntas com mutações neurológicas. Essa é a tese de Franco Berardi em *Mutazione e Cyberpunk*: as novas condições de produção, comunicação e produção coletiva de inteligência, com a informática e as redes, produzirão/estão produzindo mutações neurológicas<sup>5</sup>. Um novo tipo de aparelho humano, com um sistema nervoso “adequado” a essa nova ecologia, estaria surgindo, provavelmente, numa direção oposta à atrofia cerebral do Neolítico.

3. Você tem na sua casa um velho 486, cuja potência é várias vezes maior que a do computador que servia ao sistema de segurança norte-americano há vinte anos atrás. Você tem o serviço de inteligência do Pentágono no seu quarto e não sabe o que fazer com ele. Um menino argentino de catorze anos invadiu, brincando, o serviço secreto israelense em 95. Não foram os palestinos, nem Saddam Hussein, como os israelenses imaginaram. Foi um garoto de 14 anos, explorando o 486 que seu pai lhe deu para tirar notas boas na escola. Uma pesquisa feita com *hackers* dessa faixa etária concluiu que sua rapidez e engenhosidade para descobrir senhas e invadir sistemas não se baseia em métodos matemáticos mirabolantes, mas no ensaio e erro, o que é absurdo. Trata-se de algo como a adivinhação ou outra espécie de processamento ce-

rebral cuja lógica ainda não é formulável.

4. Em 1968, o filósofo Herbert Marcuse declarou: “o computador vai acabar com o capitalismo”<sup>6</sup>. Parece uma idéia idiota. Mas está ocorrendo e ninguém percebe. Poucas pessoas entendem a profecia de Marcuse. Herbert Read, o educador anarquista inglês, dizia a mesma coisa em *A Redenção do Robô*<sup>7</sup>, em 1976. E Felix Guattari, pouco depois<sup>8</sup>.

O que fazer quando o trabalho desapareceu? Essa foi a pergunta de Read em 1976. Que tipo de escola organizar para um mundo onde o trabalho não é mais necessário?<sup>9</sup> Tudo isso nos choca e soa absurdo. Não percebemos que o computador acaba com o trabalho, isto é, acaba com a forma do trabalho assalariado do capitalismo industrial. E lutamos para manter as garantias próprias desse regime de trabalho. Não percebemos que, ao acabar com o trabalho industrial, ele acaba com as condições de exploração próprias desse tipo de trabalho - e era isso o Capitalismo contra o qual Marx lutava. Então Marx vence. Pôde-se desmontar a União Soviética, porque a revolução hoje é planetária. Isto parece outro disparate.

5. Um computador é uma estação de trabalho, ou de serviços, de custo cada vez mais baixo e alta produtividade. É algo incomparável com as formas artesanais e as máquinas que moviam a indústria e o comércio anteriores. Ele reúne, aliás, a múltipla atenção, inteligência e inventividade do artesão, à potência, velocidade e larga escala de produção de uma indústria. O futuro da produção informatizada aponta, assim, para formas de organização do trabalho totalmente novas, que se caracterizam pela autonomia criadora e a possibilidade de agenciamento de coletivos criadores em rede.

6. No início dos anos 80 discutia-se, no bojo da Nova Ordem Internacional, como ficariam as relações trabalhistas quando uma greve de um setor da Fiat em Turim, que fabrica determinado componente, vira fumaça, se a Fiat pode mandar pelo telefone o programa que dirige as máquinas automatizadas da fábrica de Contagem, em Minas Gerais, e as peças chegam de avião em Turim, no dia seguinte. Pretendia-se criar meios para impedir a invasão de fronteiras dessa maneira, pois a nova tecnologia integrando co-

## O que ainda não ficou claro é que a solução para a crise pode nascer usando-se o mesmo instrumento que a criou.

municação e produção no mesmo canal destruiria completamente a autonomia nacional dos movimentos operários. Isso era discutido na OIT, a Organização Internacional do Trabalho. Hoje, esse tipo de questão é que virou fumaça.

7. O que ainda não ficou claro é que a solução para a crise pode nascer usando-se o mesmo instrumento que a criou. Qualquer tipo de produção, tanto de coisas, bens de consumo, serviços, como de idéias, e mesmo novos modos de organização social e política, pode ser potencializado na mesma velocidade pelas redes informatizadas. É tão simples para as grandes empresas como para qualquer pessoa ou grupo de pessoas, com quaisquer objetivos, se agenciar pela rede. Na verdade, as grandes empresas, com suas grandes burocracias hierarquizadas, seus vários departamentos lutando pelo poder, a pouca autonomia de seus agentes, é que se transformam em dinossauros nesta nova ecologia. A reengenharia, o enxugamento dos quadros e a demissão em massa não sinalizam outra coisa.

8. A arte, e a política enquanto grande arte, funcionam de modo intempestivo, não são renunciadas. Ao contrário, são elas que anunciam o que está por vir. E o fazem na linguagem dos profetas e dos adivinhos, falam por enigmas. E por muitos anos depois, tenta-se decifrar aquilo que na sua loucura, no seu sem-sentido aparente, elas exprimem. *É proibido proibir. A imaginação no poder. Sejam realistas, peçam o impossível.* A revolução começou em 68. Conta-nos Guattari:

Os partidos comunistas históricos, prisioneiros dos antigos modelos de produção, não chegaram sequer a imaginar a força revolucionária do modo de produção social que estava em vias de emergir. Incapazes de se desembaraçar do modelo centralista de organização e do paradigma da "vanguarda" separada das "massas", ficaram desorientados - medrosos face a auto-produção organizacional deste tipo imprevisto de movimento social. Fiéis ao destino unidimensional do movimento reformista, a irrupção de novos desejos no terreno da produção e reprodução foi vivida por eles como uma catástrofe e tornou-os literalmente paranóicos. (...) Nos países do "socialismo real", a reação foi da mais extrema brutalidade, enquanto, nos países ocidentais, ela foi mais insidiosa, manobrista, cheia de compromissos<sup>10</sup>.

9. 68 criou um outro modo de fazer política, um modo que vem se testando desde então, ganhando e perdendo consistência, como a dificuldade de fazer surgir novos hábitos. Apareceram, inicialmente, modos marginais na política, modos das minorias, dos grupos marginais. Negri e Guattari os definem:

A universalidade política não poderá pois se desenvolver através da dialética aliado/inimigo, como as tradições reacionária e jacobina o prescrevem. A verdade "ao alcance do universo" constitui-se pela descoberta do amigo na sua singularidade, do outro na sua irreduzível heterogeneidade, da comunidade solidária no respeito pelos seus valores e finalidades próprias. Tais são o "método" e a "lógica" das marginalidades que são assim o sinal exemplar de uma inovação política adequada às transformações revolucionárias solicitadas pelos modos de agir produtivos atuais<sup>11</sup>.

10. Mas, onde, hoje, encontramos as reações mais articuladas em relação às formas em extinção do trabalho e do estado? O que experimentamos, com mais intensidade, de fato, são movimentos que se opõem a esta extinção por reação conservadora e as vezes delirante. Tais reações surgem onde a forma *trabalho industrial* e a forma *estado*, que lhe é correlata, estão mais bem realizadas ou encontraram maior sucesso: nos Estados Unidos, no Japão, na França...

11. Crescem nos Estados Unidos organizações, que se autodenominam "milícias", grupos armados de tendência hipernacionalista. Não têm organização nacional, articulam-se a nível estadual. Seus traços ideológicos mais comuns são a oposição ao governo federal, considerado traidor dos ideais americanos, e que se teria rebaixado diante de interesses internacionais, por exemplo, atuando militarmente subordinado à ONU, ou deixando entrar nos EUA produtos e capitais estrangeiros que, ou tiram o emprego dos americanos, acabando com as indústrias nacionais, ou dão o controle da vida nacional a estrangeiros. Alguns chegam a afirmar que o governo americano não existe mais, trata-se apenas de um fantoche de um poder planetário que já estaria implantado. Os maiores inimigos são os asiáticos - japoneses, chineses, coreanos, vietnamitas - e os hispânicos, invasores concorrendo por empregos, além das políticas de ação afirmativa que protegem os negros e as mulheres. Os grupos vivem num clima paranóico constante em relação à própria sobrevivência: precisam estar armados para se defender contra a repressão iminente do governo federal. A repressão já aconteceu algumas vezes, até de forma brutal, como a que matou, num incêndio, um grupo numa fazenda em Tacos, no Texas. São frequentes as acusações de atos terroristas de milicianos contra o governo federal. O maior de todos foi o que destruiu o prédio federal em Oklahoma em 1994<sup>12</sup>.

12. Na França, vamos encontrar um fenômeno semelhante no crescimento da Frente Nacional neo-fascista de Jean-Marie Le Pen e agora de seu discípulo e concorrente Bruno Mégret (do *Front National-Mouvement National*). O crescimento da influência dos neo-fascistas vem se fazendo a partir de organizações de base, associações diversas, sindicatos, setores nas universida-

des, organizações de jovens como os escoteiros, a polícia, e órgãos públicos. Em 1996, a polícia e os presídios estavam sob controle dos sindicatos da Frente Nacional; quatro grandes cidades do Sul têm prefeitos de extrema-direita "que fazem censura a livros, filmes e shows de música popular como nos tempos do nazismo".<sup>13</sup> O discurso de Le Pen e Mégret é o mesmo: "expulsando os estrangeiros vai sobrar emprego para os nacionais"; "sem negros e árabes o país será mais seguro". Mégret surgiu em cena há pouco; seu projeto é menos "radical" na linguagem que o de Le Pen, e certamente mais perigoso - tenta, com a inspiração do neo-fascismo italiano, chegar ao poder articulando uma grande frente com toda a direita. No momento, a direita francesa está em pedaços, desde que Chirac convocou eleições antes do tempo em 1997 permitindo a vitória dos socialistas de Lionel Jospin. Já houve acordos com o FN em eleições regionais no ano passado<sup>14</sup>.

13. Em 20 de março de 1995, um atentado no metrô de Tóquio, usando gás sarin, um gás usado nas câmaras da morte nazistas, matou 12 e hospitalizou 5.500 pessoas com lesões diversas. O atentado foi realizado por uma organização político-religiosa conhecida como *Aum Shinrikyo (A Verdade Suprema)*, dirigida por um líder psicopata, Shoko Asahara, que tinha superpoderes: entre outras coisas - diziam seus liderados - levitava e era telepata. A incorporação destes poderes era parte das vantagens prometidas a quem o seguisse.

Não se trata, entretanto, de uma seitazinha qualquer. Ela já contava com 40.000 seguidores em seis países, com membros nos departamentos de Física, Química e Engenharia de várias universidades e nos centros de pesquisa de empresas como Toshiba, Hitachi e IBM Japan; em altos escalões militares e da polícia; relações com a yakuza - a máfia japonesa - e com veteranos da KGB e militares e cientistas russos desempregados. Seus próprios departamentos de pesquisas, com verbas milionárias, desenvolviam armamentos como um canhão a laser cujo plano foi roubado de um departamento secreto da Mitsubishi; um canhão de plasma cujo raio de 4,000 graus destrói apenas tecido vivo, deixando o resto intacto - e que Hideo Murai, chefe de engenharia da seita, dizia ter sido usado pelos

## A necessidade de uma nova interação de forças para deter as formas de “terrorismo catastrófico” já se tornou uma questão institucional para o governo dos Estados Unidos.

americanos na guerra do Golfo -; além da telegeodinâmica, recursos para provocar terremotos à distância.

*Aum Shinrikyo* preparava esse arsenal para usar num plano que apressasse o Armagedon, a batalha final do Apocalipse. Shoko Asahara compôs sua religião com uma mistura de budismo, divindades hinduístas, a disciplina corporal da yoga, e a crença no Apocalipse cristão. O principal texto sagrado da seita é a trilogia *Fundação* de Isaac Asimov, um clássico da ficção científica dos anos 40, que mostra uma situação de caos na galáxia inteira, levando obrigatoriamente à destruição do Universo, e o plano de seu herói, com quem Shoko se identifica, de salvar o planeta Trantor da destruição, através do controle técnico de todas as forças destrutivas. Assim, eles se salvariam e apressariam a destruição do resto da galáxia. O plano da *Aum* foi acelerado pelo terremoto de Kobe de 17 de janeiro de 1995, que, segundo declaração pública de Hideo Murai, teria sido provocado pelos americanos. Para Shoko Asahara, isto era um sinal da aproximação do Armagedon. O ataque ao metrô foi parte de um plano de invasão do Kasumigaseki, sede do governo japonês, que fica nas imediações da estação para onde convergem cinco linhas diferentes em cujos trens foram colocadas as cargas de gás. Foram presos os cinco agentes do atentado: o Dr. Ikuo Haiashi, médico na clínica da *Aum* e acusado de várias mortes em pesquisas; Yasuo Haiashi, engenheiro elétrico; Kenichi Hirose, 30 anos, físico formado na Universidade Waseda; Masato Yokoyama, 31 anos,

com pós-graduação em Física aplicada, e Toru Toyoda, de 27 anos, doutorando em Física de partículas na Universidade de Tóquio. O que se conclui desses dados é que foi ultrapassado um limite no terrorismo *high-tech* para o próximo século. Uma semana depois do atentado em Tóquio, houve mais dois atentados usando armas químicas no Chile e nas Filipinas, um militante racista foi preso por policiais em Ohio com três cápsulas contendo bactérias que produzem a peste bubônica, e dois membros do Conselho dos Patriotas de Minnesota, foram presos por tentar matar agentes federais usando *ricin*, uma toxina biológica<sup>15</sup>.

14. A necessidade de uma nova interação de forças para deter as formas de “terrorismo catastrófico” que fariam uso de armas químicas e bacteriológicas, ou mesmo de armamento nuclear, já se tornou uma questão institucional para o governo dos Estados Unidos. Seu desenho aponta numa direção oposta à do fim do Estado. Lidando com grupos transnacionais - como os que promoveram a explosão do World Trade Center, em Nova York, em 1993, ou o ataque às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, em agosto passado - estas forças devem atuar indiscriminadamente no interior e no exterior do país, obrigando a uma mudança do estatuto jurídico que diferencia as polícias locais, os serviços de inteligência interno e externo - FBI e CIA - e as Forças Armadas. Seu formato institucional tende a um maior enrijecimento das funções repressivas e de vigilância do estado, aproximando-se perigosamente do formato conhecido do estado policial.<sup>16</sup>

15. Guattari e Negri, em *Novos Espaços de Liberdade* ainda propunham, ao lado da organização das novas máquinas de luta, a ação junto aos aparelhos políticos de Estado, as associações profissionais, os sindicatos e até partidos políticos. Elogiavam muito a atuação dos verdes na Alemanha que integravam as questões do cotidiano, da educação das crianças e da psiquiatria, com as grandes questões nacionais e internacionais em relação ao meio-ambiente e as lutas locais no Terceiro Mundo.

Mas, em 87, no texto liminar ao *Cartografias Esquizoanalíticas*, Guattari já nem fala em estado. Sua proposta de luta diz:

Após alguns séculos de domínio capitalista e/ou socialista, produção e sociedade tornaram-se uma e a mesma coisa. É um fato sem retorno. As máquinas de luta revolucionária devem tornar-se elas mesmas modos de agir produtivos das novas realidades sociais e das novas subjetividades.

*Sua questão passa a ser então, estritamente, a da Produção de Subjetividade. Este seria o campo de luta principal pois é por aí, contra a produção de subjetividade monopolizada pela mídia e o consumo cada vez mais uniformizado do Capitalismo planetário que se devem desenvolver os meios de singularização individual ou coletiva, de heterogênesse, a abertura para novos modos de ser, que chamaremos hoje de comunismo*<sup>17</sup>.

16. Quando John Locke pensou a forma do estado liberal, este que serviu de base para o desenvolvimento do capitalismo industrial, formulou-o, não em contraposição à sociedade civil, como dizemos hoje, mas como interlocutor do que chamava de "estado de natureza". A função do estado, ou do governo civil, era proteger as condições de existência do *estado de natureza*, não substituí-lo. O *estado de natureza* existiria entre todos os homens que estão em contato uns com os outros sem serem súditos de um governo comum. Esses homens podem se entender e fazer promessas e contratos uns aos outros, sem nenhuma lei que sustente esse contrato, "pois a verdade e a manutenção da palavra pertencem aos homens enquanto homens e não enquanto membros da sociedade". A noção de *estado de natureza*, que toda a teoria política posterior infelizmente esqueceu, é herdeira de uma longa tradição vinda dos estóicos e dos juristas romanos, retomada pelo pensamento me-

dieval.<sup>18</sup> Nos parágrafos 135 e 136 do *Segundo Tratado*, Locke equipara a "lei da natureza" à "vontade de Deus" e declara que sendo "não escrita, não pode ser encontrada em parte alguma exceto na mente dos homens". Ainda é, portanto, muito presente para Locke esta duplicidade entre a lei escrita e uma lei consuetudinária, com base nos hábitos e costumes de uma comunidade, e que todos aceitam, independente da existência de um governo, ou de um estado<sup>19</sup>. Este aliás é o regime principal que dirigiu e continua a dirigir a maioria dos homens.

17. Na literatura antropológica, de Levy Strauss a Pierre Clastres, vemos que nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul e América do Norte - em grupos de pequeno tamanho, sem escrita, sem lei e sem burocracia, há uma comunicação constante entre os membros, uma maior velocidade nas trocas, maior velocidade nos fluxos afetivos e na vida. Estaríamos voltando, com as redes de computadores, à possibilidade da comunicação em tempo real, em grande escala e de forma contínua. Agora não mais no plano de uma aldeia, de um grupo localizado, mas integrando pessoas espalhadas por qualquer canto do planeta Assim já funcionam as pesquisas científicas de ponta, tanto quanto as políticas alternativas, dos ecologistas aos índios, minorias em geral, grupos com ação local que se articulam para troca de informação, como para apoio financeiro, a entidades internacionais. São muitos os exemplos de política fora do Estado ou atravessando os limites geográficos nacionais.

18. Um exemplo mais próximo de vida organizada fora do Estado, o encontramos em nossa própria sociedade. De longa data, somos uma sociedade no mínimo dupla, em que uma camada da população vive no plano legal, legislado, regulado, e paga os impostos, e se preocupa com os destinos políticos da nação, e outra camada, composta de grupos muito diversos, está e sempre esteve fora desse regime regulado pelo Estado, dele não reconhece os deveres assim como não recebe as benesses. Em 17/11/96 (Folha de S. Paulo, cad.1, 12), "um terço da população brasileira - 50 milhões - não possui registro de nascimento e não tem existência legal".<sup>20</sup> Modos de produção de subjetividade paralelos, não submetidos à ordem do Estado ou do Capital.

## Guattari não cansava de falar do Candomblé como um desses modos: da sua potência como leitura e forma de mundo própria

Guattari não cansava de falar do Candomblé como um desses modos: da sua potência como leitura e forma de mundo própria<sup>21</sup>. Mas há tantas dessas formas no Brasil... A antropologia camponesa mostra a organização espontânea onde o social, o político e a produção aparecem integrados, e que se expressam nas festas tradicionais, as festas do padroeiro, nas Folias do Divino, nas Folias de Reis<sup>22</sup>.

E essas formas se mantêm com a migração para as cidades. É bom lembrar que a população brasileira mudou de perfil no mesmo período em que se torna dominante, muito tarde, o formato do trabalho industrial de que falamos. Em meados dos anos 60 éramos 70% camponeses e 30% urbanos; hoje somos só 20% no campo. E quem são esses que chegaram e continuam a chegar às cidades grandes, para os quais nem o lugar onde moram existe oficialmente? Como ganha a vida grande parte da população nisso que se chama de trabalho informal, biscate, comércio clandestino, serviços prestados sem recibo ou qualquer registro para o PIB ou as estatísticas?

Uma matéria comentando o último censo sobre trabalho e empresas do IBGE no Rio de Janeiro, em O Globo, dizia: "Quase 450.000 empresas clandestinas controlam um mercado negro que movimenta, anualmente, R\$ 6 bilhões - o equivalente a 15% do Produto Interno do município do Rio de Janeiro ... longe dos cofres da arrecadação de impostos da Prefeitura e do Estado; mas empregam meio milhão de pessoas ... empresários-fantasmas do setor de serviços, de comércio, de indústrias, transportes e profissio-

nais liberais ... nos municípios do interior do estado do Rio para cada dentista registrado, há um ilegal... em todo o Estado, para as mil academias de ginástica, lutas, esporte em geral, regularizadas, há mais de 3 mil irregulares..."<sup>23</sup>

E com a mesma velocidade em que organiza negócios clandestinos os mais variados, esta mesma camada social responde, a partir dos anos 70, pela organização de grande parte do que se chama o Terceiro Setor - entidades não-lucrativas de serviços em educação, saúde, cuidados com as crianças e os idosos, direitos humanos e promoção social de grupos excluídos - negros, jovens infratores, viciados em drogas, prostitutas, etc -, além de desenvolvimento social (incluindo financiamento para pequenos negócios) - em todo o país. Esse movimento, que aparece também nas áreas rurais, têm maior ênfase nas grandes cidade, onde se concentra a maior parcela da população com carência de assistência em todas aquelas áreas.

O trabalho no Terceiro Setor tem um sentido novo, não assimilável à noção tradicional do trabalho-emprego; é um trabalho que produz valor diferente do puro valor monetário, produz valor-moral, valor-ético, valor-estético, valor-religioso, cuja computação extrapola os critérios de planejamento de empresas e do estado. Tanto o trabalho cotidiano de um número crescente de pessoas como o financiamento, no Terceiro Setor, criam este circuito, para o qual a ciência econômica não apresenta meios adequados de quantificação.

O setor sobrevive porque em algum momen-

to, a busca do lucro dá lugar a uma doação. Sua existência envolve uma troca triangular pela qual uns dão para que outros possam receber. Incluir despesas alheias na minha contabilidade é a expressão econômica da tese moral que alimenta a dinâmica do terceiro setor: importar-se com o outro (vizinhos, marginalizados, estrangeiros distantes, gerações futuras, etc) é parte constitutiva da consciência individual. Palavras como gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade (...) são as moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor<sup>24</sup>.

19. A noção de *trabalho* sofre modificações: o Terceiro Setor tem aí uma expressão marcante, mas estas modificações não se restringem necessariamente a esse tipo de trabalho doador, altruísta, para ficar longe do interesse por vantagens unicamente pecuniárias. Voltamos ao que Guattari e Negri formulavam em 85:

É necessário reinventar tudo: as finalidades do trabalho, assim como a disposição do socius, os direitos e as liberdades. Nós recomeçaremos a chamar comunismo à luta coletiva pela libertação do trabalho. (...) Só um movimento imenso de reapropriação do trabalho, enquanto atividade livre e criadora, enquanto transformação das relações entre os sujeitos, só uma revelação das singularidades individuais e/ou coletivas, esmagadas, bloqueadas (...) irá gerar novas relações de desejo suscetíveis de "inverter" a situação presente. (...) Trata-se de (...) uma reconquista do domínio sobre o tempo de produção, que é o essencial do tempo da vida. A produção de novas formas de subjetividade coletiva, capazes de gerir segundo finalidades não capitalísticas as revoluções da informática, da comunicação, da robótica e da produção difusa.<sup>25</sup>

20. Enquanto isso, do outro lado da linha, a *Coriell Cell Repositories* vende DNA dos nossos índios. Estão à venda dez amostras de DNA dos suruí e karitiana, que pertenciam às coleções das Universidades de Stanford e Yale (por 500 dólares cada). "A Sequana Therapeutics, empresa dos EUA, acha que encontrou a chave contra a asma numa tribo da costa da África. Vendeu as amostras de DNA desse grupo para a Boehringer, laboratório farmacêutico alemão, por US\$ 70 milhões"<sup>26</sup>. Quanto custará um cérebro do paleolítico, que não passou pela atrofia das cidades, dos Estados, dos Impérios? Ele anda por aqui. Se chama Terena, Paulinho caiapó, Raoni, ou Severino, vulgo Biu.

## Notas

<sup>1</sup> Sergio Paulo Rouanet. "As Passagens de Paris", in *As Razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

<sup>2</sup> Gilles Deleuze e Felix Guattari. *Capitalisme et Schizophrénie. L'Anti-Oedipe*. Paris, Minuit, 1972.

<sup>3</sup> Gilles Deleuze e Felix Guattari. *Capitalisme et Schizophrénie. Mille Plateaux*. Paris, Minuit, 1980, 396.

<sup>4</sup> Eduardo Viveiros de Castro. "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In *Mana. Estudos de Antropologia Social*. Vol. 2 n.3, out. 1996. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ. 115-144.

<sup>5</sup> Franco Berardi. *Mutazione e cyberpunk. Immaginario e tecnologia negli scenari di fine millenio*. Costa & Nolan, Genova, 1994.

<sup>6</sup> "Eu creio (...) que as contradições internas do sistema são atualmente mais fortes do que nunca. E me refiro: (...) à tendência para a automação, que o capitalismo é obrigado a seguir a fim de salvar a acumulação ampliada. A automação tende a excluir a força-trabalho física do processo produtivo e, por isso, como já Marx havia notado, não é compatível - a longo prazo - com a conservação do capitalismo". Herbert Marcuse. *O Fim da Utopia*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969, p. 72.

<sup>7</sup> Herbert Read. *A Redenção do Robô. Meu Encontro com a Educação Através da Arte*. Trad. de Fernando Nuno. Summus, São Paulo, 1986.

<sup>8</sup> Felix Guattari. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Tradução, prefácio e notas, Suely Rolnik. São Paulo, Brasiliense, 1981.

<sup>9</sup> Como repete Gaudêncio Frigotto, *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo, Cortez, 1995. Em entrevista a Ana Lagôa, em *Jornal do Brasil, Caderno Empregos & Educação para o Trabalho*, ps. 1-2, 28 de fevereiro de 1999, diz: "O próprio Marx havia dito: haverá dias em que o homem não precisará pôr a mão para produzir. E nós chegamos a essa época. (...) O problema civilizatório hoje é (...) o que fazer com o tempo não necessário para a produção, numa sociedade ordenada em cima do trabalho-emprego, numa sociedade que se formou para comprar e vender força de trabalho".

<sup>10</sup> Felix Guattari e Toni Negri. *Os Novos Espaços da Liberdade*. Lisboa, Centelha, 1985, 18.

<sup>11</sup> idem, 24.

<sup>12</sup> Série publicada aos domingos no *New York Times*, ago./set. 1996; *Jornal do Brasil*, 27/jul./96.

<sup>13</sup> Any Bourrier. "Neo-fascismo ganha espaço na França". *Jornal do Brasil*, 13/out./96.

<sup>14</sup> Thomas Sancton. "France's Double Trouble", in *Time*. Latin American Edition, febr., 9, 1999, 21.

<sup>15</sup> Todos os dados sobre *Aum Shinrikyo* e os atentados, em David Kaplan, Andrew Marshall. "The Cult at the end of the world". *Wired*, july/1996.

<sup>16</sup> Ashton Carter, John Deutch, Philip Zelikow. "Catastrophic Terrorism. Tackling the New Danger". *Foreign Affairs*, nov./dec. 1998, 80-96.

<sup>17</sup> Felix Guattari. *Cartographies Schizoanalytiques*. Galilée, Paris, 1989, 10.

<sup>18</sup> A questão é construída na época em que aparecem as Universidades, no século XIII, com a expansão do estudo do Direito Civil Romano - o Corpus Juris Civilis - redescoberto em Bolonha no século XII. Christofe Charle e Jacques Verger. *Historia das Universidades*. São Paulo, Editora da UNESP, 1996.

<sup>19</sup> John Locke. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros escritos*. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, Vozes, 1994.

<sup>20</sup> Marta Salomon, "Brasil tem 50 milhões de 'clandestinos' ", in *Folha de São Paulo*, 17 dez. 1996, cad. 1, 12

<sup>21</sup> V. Felix Guattari e Suely Rolnik. (1986) *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis, Vozes. Felix Guattari. (1992) *Caosmose. Um novo paradigma estético*. trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão, Rio de Janeiro, 34 letras.

<sup>22</sup> Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo, Duas Cidades, 1973 ; *O Camponato Brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1978.

<sup>23</sup> Angelina Nunes e Carla Rocha. "Um mercado por debaixo dos panos" *O Globo*, 10/11/96, Caderno de Negócios, 22 e 25.

<sup>24</sup> Rubem Cesar Fernandes. *Privado porém público. O terceiro Setor na América Latina*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, 24.

<sup>25</sup> Op. cit., 6, 8, 9.

<sup>26</sup> Mario Cesar Carvalho. "Empresa vende DNA de indígenas", em *Folha de São Paulo*, 1º junho 1997, caderno mais!, 15.

# Novidade Requentada

PEDRO LUIZ SANTIAGO SENNE

PROFESSOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UERJ

No limiar do terceiro milênio, o mundo de pretensões racionais e convicções científicas está envolto em fantasmas. Eles rondam os hemisférios, e um, particularmente, estende sua fantasmagoria a todo lugar. Um fantasma cidadão do mundo. Mas sua reputação não é indubitável. A muitos manifesta-se como o arauto de uma nova era de prosperidade, de abundância material, de realização de sonhos acalentados pela avidez dos homens a redefinir a essência da humanidade como consumidora, e, sublime, de instauração da paz entre os povos. Outros tantos, porém, descrevendo uma horrível face em termos absolutamente opostos, denunciam a opressão, a desigualdade, a perda de esperança e a exclusão econômica, social e política com a instilação de ódio e de guerra, que se desenvolvem latentes e afloram insensíveis em distúrbios de rua, em guerras civis, e fazem tremer por conflitos entre nações.

Assim, um tanto confusa e melodramaticamente, assenta-se a polêmica, o debate, sobre o chamado neoliberalismo.

Em virtude de juízos tão díspares, como resultado das considerações de uns e outros, um consenso é naturalmente impossível.

Como toda idéia que se alarga até abarcar quase qualquer sorte de afazer humano, o neoliberalismo tornou-se onipresente, invadiu o cotidiano, nas grandes e nas mínimas coisas. Não pretendo, contudo, dar corda a um

enredo tão extenso. Prender-me-ei a um aspecto menor, mas que intriga. Não se trata de escrúpulos lingüísticos, mas chamo a atenção para o radical grego neo que serve de primeiro termo da composição. É duvidosa a consistência de se afirmar a novidade do neoliberalismo como um pensamento ou um modo de ver o mundo dotado de uma certa originalidade com relação à longa experiência liberal ocidental e, sobretudo, quando contrastado com o liberalismo oitocentista que, no seu auge e esplendor, vigorou como ideal de organização social, política e econômica até o início do século XX. Assinalo o tipo de liberalismo econômico descarnado que domina a partir dos anos 1870 até 1914.\*

No plano de sucessão histórica das idéias, em vez de insinuar-se uma transformação apreciável com relação às bases de qualquer pensamento econômico liberal anterior, com uma nova compreensão dos fatos que produzem a riqueza material da sociedade, simplesmente recua-se um passo em direção ao liberalismo da belle époque e de Jack, o estripador. Em sua busca do passado, o neoliberalismo desdenha a revolução já feita nos anos vinte e trinta desse século pelo keynesianismo, com implicações, não só do ponto de vista econômico, mas também político.

Jonh Maynard Keynes, ao criticar os dogmas do marginalismo, então o fundamento da concepção econômica liberal - justo ele, cevado na

ortodoxia marginalista, permite, refazendo-a, aproximá-la da realidade e responder ativamente às crises constantes que afetavam o capitalismo.

O edifício teórico dessa corrente, derivado do princípio da utilidade marginal decrescente (que reza: todo quantum acrescentado de um bem ou serviço tem utilidade menor para o mesmo consumidor), possuía uma única resposta, cada vez menos acreditável, para lidar com as crises: deixar o mercado ajustar a economia, supondo sempre que ela se ajustaria compatibilizando todos os seus recursos. Qualquer intervenção estranha ao mercado apenas adiaria o reequilíbrio pelo encontro de recursos, ao nível da produtividade marginal. A força de trabalho não empregada numa economia seria o resultado da recusa (que não deveria ser estimulada sob a forma de benefícios ou proteção à mão-de-obra) em trabalhar por baixos níveis salariais.

Keynes não confiava mais em explicação tão irreal, sobretudo quando, após a Primeira Guerra Mundial, massas aflitas de desempregados assustavam as sociedades avançadas da Europa, à procura de postos de trabalho. Paralelamente, outras contestações às idéias correntes, como a constatação de que o sistema econômico capitalista passa a operar em um ambiente de concorrência imperfeita, diferente do pressuposto marginalista, e tal como Piero Sraffa e Joan Robinson já haviam alertado, aumentam a força do discurso keynesiano. A era do capitalismo monopolista desnor-teava o eixo do marginalismo. Os ganhos de escala que a maioria das empresas industriais obtinha não eram vistos na teoria dominante como sendo as principais causas da concentração de capital e renda.

Considerando o desemprego e a concentração de renda como os dois problemas principais do capitalismo, Keynes repensa as bases da economia neoclássica. Esses dois aspectos são essenciais na afetação da demanda efetiva, que determina o humor da economia: próspera ou deprimida. A demanda efetiva é a parte da renda gasta em consumo e investimento. Keynes levava em conta que a economia capitalista não funcionava com o pleno emprego de recursos, e o setor monetário, possibilitando o entesoura-

mento, atingia a economia real (mercadorias), causando queda da demanda efetiva. Perspectivas negativas quanto à possibilidade de lucros futuros retêm os investimentos, levando a economia à depressão. O caso exemplar e monstruoso foi a depressão de 1930. Ao auto-ajuste através do mercado, proposto pelos teóricos neoclássicos, como ação contra a crise, Keynes interpõe a ação do Estado no sentido de elevar a demanda efetiva. O Estado dotar-se-ia de novos instrumentos de política econômica intervencionista pela expansão dos gastos públicos (com apropriada política monetária). E tais políticas visariam ao emprego, conduzindo à contratação de trabalhadores desempregados, até diretamente, mesmo que fosse para abrir e fechar poços, de maneira que a elevação da massa de salários induzisse efeito multiplicador de renda e reacendesse a produção. Com propósito idêntico, ele deveria partilhar o processo de formação dos investimentos. Assim, o Estado adquire um papel que jamais teria na economia liberal anterior por dois modos: primeiro, influenciando a propensão a consumir; e, depois, responsabilizando-se progressivamente pela organização direta dos investimentos, necessários a longo prazo.

Com tal fundamento econômico, dá-se no Ocidente, e por todo o mundo, um forte impulso ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social, que agora possui as bases para assegurar sua legitimidade, não contraditória com a natureza da economia capitalista, mas instrumento próprio e adequado à solução das crises.

Mais relevante torna-se o keynesianismo, quando se pensa a sua oportunidade e utilidade vis-à-vis, o surgimento de uma surpresa no cenário político internacional ao final da Primeira Guerra Mundial: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O capitalismo não estava mais só, e havia a possibilidade das promessas socialistas cumprirem-se. Keynes, ao renovar o liberalismo econômico de então, também deu fôlego ao rejuvenescimento do liberalismo político, que, porém, deveria esperar o fim da Segunda Grande Guerra para se rearticular no Ocidente e usar das novas possibilidades ofertadas pela inovação em políticas econômicas.

Não é possível entender o mundo contemporâneo sem levar em conta as conseqüências do pensamento de Keynes e a revolução que provocou no liberalismo anterior

O Estado de bem-estar foi o grande realizador da sustentação da demanda (aposentadorias, pensões, seguro desemprego, saúde, educação, etc.) pelo poder público. O resultado foi firmar a lealdade de vastas populações alcançadas pela destruição da guerra e, depois, pela penúria e esforço da reconstrução, porque oferecia a perspectiva de corresponder aos anseios de promoção do nível de vida, através do progresso contínuo da economia.

Não posso deixar de lado a tentação de traçar um paralelo de seu sucesso como ação econômica e como ação política. Enquanto o Estado de bem-estar e o keynesianismo subjacente conseguiram empolgar a expansão e consolidação das economias e sistemas de poder político ocidentais, frente aos desafios pelos quais passava o capitalismo, não se questionou muito a validade de suas bases, exceto, é claro, algumas poucas vezes persistentes em algum canto da economia e da academia.

O desenvolvimentismo latino-americano, por exemplo, encontrou um apoio nesse pensamento para a inserção do Estado como agente principal de reestruturação econômica, patrocinando com a sua regulamentação, com a sua ação redistributiva da renda nacional, e com a indução à criação de novos níveis de padrão de consumo e de proteção ao trabalho, uma nova estrutura produtiva (mais alavancada e diversificada), que se pretendia mais equilibrada e mais resistente para o futuro.

Enfim, não é possível entender o mundo con-

temporâneo, sem levar em conta as conseqüências do pensamento de Keynes e a revolução que provocou no liberalismo anterior. Por isso, justo seria considerá-lo o verdadeiro neoliberal, com todo o frescor que a palavra imprime, pois introduziu algo novo, que, entretanto, não escapava aos amplos horizontes do liberalismo.

Uma das conseqüências da política econômica que pregou, e isso Keynes reconheceu desde o começo, é que junto com o aumento da produção e do emprego vem alguma inflação. E aqui está um gancho para a escalada do monetarismo, o cerne do neoliberalismo solto agora pelo mundo.

O guru do chamado neoliberalismo, Milton Friedman, comendo com outros a chamada Escola de Chicago, afirma peremptoriamente que a inflação é fenômeno monetário, produto de política monetária e fiscal do Estado, levado pela ilusão de poder aumentar a produção e o emprego por esses meios. Portanto, um ataque direto ao liberalismo keynesiano.

Para afirmar a ineficácia de se expandir o crédito, e aprofundar a ação econômica do Estado, os monetaristas argumentam: primeiro, os agentes econômicos possuem expectativas racionais com relação à maximização de lucro e de utilidade para os consumidores; segundo, há uma taxa natural de desemprego, que é parte do equilíbrio do mercado de trabalho. Pelo primeiro, os agentes econômicos são capazes de prever o resultado das políticas de Estado, inflação, e responder a elas, ajustando defensivamente

## O Estado de bem-estar tem um custo e ele é insuportável

os preços. Pelo segundo, não há política possível que possa mudar a taxa de desemprego e, com isso, o nível de produção.

Para essa escola o Estado não pode ajudar, pode, porém, prejudicar, produzindo inflação, ao utilizar-se de políticas monetária e fiscal, crendo impulsionar a produção e o emprego de todos os recursos potenciais da economia. O Estado, admitem, teria como única função econômica o controle da oferta monetária a uma taxa constante (e igual à do PNB real potencial, mais uma taxa de inflação como meta). Isso permitiria o crescimento sustentado do produto real e a estabilidade dos preços. Saem de cena o desemprego e a concentração de renda como problemas principais, e entra a inflação.

Estão aqui as bases para se julgar o Estado inútil e ineficiente, fora daquela estreita faixa de ação legítima. Daí que ele deve alcançar seu verdadeiro tamanho, frente ao que é hoje, pela diminuição de seus gastos; redução da amplitude da arrecadação de impostos, deixando espaço à alocação privada mais eficaz da renda; pelo desaparecimento de regulações sobre preços (incluindo salários); e pela extinção da legislação que controla as áreas de previdência social, saúde, educação, meio ambiente, etc., que devem ser deixadas à liberdade de mercado.

O período inflacionário e de estagnação dos anos setenta e oitenta em muitas economias, inclusive as principais do ocidente, parece ter dado

a motivação e uma suposta base de dados para comprovar os malefícios produzidos pelo tipo de política intervencionista. O Estado de bem-estar tem um custo e ele é insuportável; então, deve ser eliminado. A velha doutrina liberal do *laissez-faire*, *laissez-passer* está de volta; um pouquinho mais sofisticada com o *tatcherismo* (política social e econômica da primeira ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher) e a reaganomia (política econômica e social do presidente Ronald Reagan dos Estados Unidos). Ambos atuaram de maneira coordenada e decisiva no cenário internacional e impuseram o seu ponto de vista ao resto do mundo, definindo os eixos de desenvolvimento da economia e política mundiais, desde então.

O que deve imperar são os ideais do livre comércio, do orçamento equilibrado e do mercado livre. O Estado é um mal necessário apenas para garantir, por meios coercitivos, a paz e a liberdade dos mercados contra os que se opõem a ele. O militarismo furioso do presidente Reagan é melhor compreendido quando associado à política econômica de retorno ao liberalismo anterior, com impressionante paralelismo em relação à competição interimperialista no liberalismo de 1870 a 1914, que exigiu as armas para abrir mercados à produção das potências ocidentais. O comércio internacional, o mercado mundial, é, afinal, a válvula de escape para garantir crescimento, embora o entusiasmo livre cambista dependa, naturalmente, de quanta vantagem essa liberalida-

de proporcione sobre os outros competidores. Esse ideal é tão mais nobre e agradável, ao ouvir o som do tilintar enchendo os próprios cofres.

Pois bem, como então encarar o que hoje comumente é chamado de neoliberalismo? Se é um retorno ao liberalismo do último quartel do século XIX, e, com isso, uma veemente condenação do Estado de bem-estar social, mais convenientemente deveria chamar-se retroliberalismo, pois retrocede ao período anterior à revolução keynesiana.

O seu enfoque e privilegiamento dos interesses capitalistas monopolistas, vistos, agora, como promotores do desenvolvimento tecnológico em áreas de ponta, dão-lhe um toque diferente, uma atualização que não embaça sua inspiração longínqua.

O neoliberalismo, ou melhor o retroliberalismo, é, aparentemente, apenas uma vertente da ciência econômica a disputar a primazia da explicação dos fatos econômicos. Na verdade, é especialmente uma peça ideológica, a fornecer supostos alicerces para a doutrina dos que se pretendem mestres do universo, que disputam a hegemonia global pelo exercício do poder político e econômico, dentro e para além dos Estados nacionais. Não serve, assim, a todos igualmente.

Ao mobilizar o interesse de acadêmicos e estadistas, de trabalhadores e empresários por suas lideranças, é conveniente acautelar-se diante da natureza estranha do retroliberalismo. Não é um mero fato econômico ou político; nem só um discurso científico sobre certa realidade ou um discurso político que promete submeter a ação política a certas verdades incontestáveis, finalmente encontradas e desvendadas. O retroliberalismo é a tentativa de firmar uma mundividência, que teria como lastro as verdades neutras do pensamento econômico monetarista, a estética do *american way of life*, e a obrigação moral de difundi-la por todos os povos através da globalização.

O retroliberalismo cativa e seduz os que exercem o poder maior (de repercussão planetária) e não querem dividi-lo, mas concentrar decisões e ações; os deslumbrados que imaginam que macaqueando os verdadeiros poderosos tornar-se-ão como eles; os destituídos de senso crítico, incapazes de reconhecer o que acontece a sua volta.

Enfim, o retroliberalismo é o mais poderoso contendor nesse final de século XX na luta pelo poder e domínio sobre a maior extensão de homens na face da Terra. O retroliberalismo é parte da luta por riqueza, instrumentos de coerção e, também, por corações e mentes em âmbito global. Alguns aproveitam suas teses, defendem-nas com unhas e dentes; armas a laser e inteligentes; jamais com rimas displicentes.

#### NOTA

\* Digo liberalismo descarnado porque estuda o problema da distribuição de renda, mas sem tratar o conteúdo social da economia ricardiana, isto é, não fala no capitalista, no proprietário de terras, ou no assalariado, mas só de máquinas, terra e trabalho; conforme a preciosa avaliação de René Vilarreal nas notas de pé de página (p. 62 e 64) em seu livro "A Contra-Revolução Monetarista. Teoria, Política Econômica e Ideologia do Neoliberalismo", Editora Record, sem data, que serviu de guia para minha compreensão dos aspectos de teoria econômica. Também recorri ao sintético texto introdutório de Paulo Israel Singer no livro "Keynes / Kalecki", volume da coleção Os Pensadores, editado pela Abril em 1978. Se de alguma maneira não fui claro e direto, não é culpa do Sr. René Villarreal, que escreveu um livro bastante elucidativo sobre o assunto, ainda na década de 1980; nem tampouco do Sr. Paulo Singer, que muito contribuiu para a difusão dos argumentos da ciência econômica no Brasil.

# Os Novos Valores Morais

ANGELA MOULIN PENALVA

PROFESSORA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UERJ

O filme "A Insustentável Leveza do Ser", baseado no livro homônimo do escritor Milan Kundera, prêmio Nobel de Literatura, trata dos conflitos políticos e amorosos de um médico que encara com leveza os desafios que a vida lhe apresenta. A ação se passa na capital da Tchecoslováquia que, àquela época, vivia a "Primavera de Praga", numa alusão à distensão política que permitiu que os tchecos pudessem sonhar com a emancipação política da União Soviética. Identificado com este sonho, o médico publicou um artigo numa revista em que comparou os antigos com os novos valores sociais. Segundo ele, na tragédia grega, quando Édipo descobre que a mulher por quem está apaixonado é sua própria mãe, ele fura os olhos, como forma de expiar sua culpa por ter causado a morte do pai e pelo incesto não intencionado. Já na sociedade atual, a propósito do ano de 1968, os malefícios inflingidos por governantes, como no caso dos russos sobre o povo tcheco, não eram reconhecidos como erros, nem mereciam quaisquer manifestações de arrependimento, muito menos de atos dramáticos contra si próprios como modos de expiar culpa. A publicação deste artigo acabou sendo utilizada como instrumento para que o governo, após a invasão dos tanques soviéticos sobre Praga, submetesse o médico a humilhações que acabaram por impedi-lo de exercer a medicina.

Lembrei-me desta história quando buscava inspiração para escrever este artigo. Afinal, o espetáculo proporcionado pela CPI do sistema financeiro nos remete à discussão sobre ética e a razão de

ser do Estado. Este, como se sabe, deve se portar como instrumento na busca pelo bem-estar da sociedade. Esta abdica de parte de sua liberdade individual, em benefício do "contrato social" pelo qual o governo lhe assegura proteção. Para que este não se exceda nas suas prerrogativas, o poder executivo deve ser limitado pela existência de outros dois poderes, o legislativo e o judiciário. Bem, teoricamente, estamos de acordo. Mas, as relações entre governo -poder executivo - e interesses de alguns agentes do sistema financeiro que estão vindo à tona nos depoimentos da CPI inscrevem-se no âmbito das funções próprias do governo?

Desde a crise da Rússia, em agosto do ano passado, ficou claro que o Brasil poderia ser a próxima vítima de um ataque especulativo. Esta probabilidade se sustentava em duas evidências: a nossa moeda encontrava-se sobrevalorizada e a defesa desta moeda sobrevalorizada estava conduzindo a um insustentável déficit fiscal, dada a elevada carga do serviço da dívida decorrente da manutenção de taxas de juro altas para atração de capitais externos. A iminência da crise foi o que levou o governo brasileiro a negociar com o FMI um elevado empréstimo que mostraria ao mercado que o governo tinha "bala na agulha", isto é, reservas internacionais com as quais se proteger do possível ataque especulativo.

Como se sabe, o ataque especulativo veio, mas somente em janeiro. Entre outubro e janeiro, as reservas brasileiras sofreram um baque de 40 bilhões de dólares, sem que o governo desistisse da

## Caso o Governo FHC continue fingindo que não tem nenhuma responsabilidade sobre os fatos, estará dando demonstração cabal de que trata os brasileiros como neobobos

"defesa da moeda". Ao longo dos últimos meses de 1998 até 13 de janeiro deste ano, o governo estatizou grande parte da dívida privada em moeda estrangeira, trocando-a por títulos públicos com proteção contra o risco cambial, ou seja, assumindo os riscos do ataque especulativo.

Qual o significado dessa estatização da dívida? O aumento da dívida pública, a pretexto de proteger a economia brasileira. Quando membros do governo depõem na CPI, estão sempre recorrendo ao argumento de que era preciso administrar a crise, dando mostras ao mercado de que não haveria "risco sistêmico", já que o governo estaria alimentando as necessidades eventuais de instituições cujo endividamento poderia comprometer outras instituições. É compreensível o temor de que uma crise de grandes proporções abalasse a confiança do público e originasse uma quebra em cadeia das instituições financeiras e, assim, da economia brasileira como um todo. No calor do momento, um erro de avaliação poderia ser compreensível. Seria bom se o governo admitisse que errou, que superestimou a crise, comparando-a levemente com a grande depressão de 1929.

Não é o que temos visto. O Presidente e seu Ministro da Fazenda comportam-se como se não tivessem qualquer responsabilidade com a crise, muito menos admitindo que erraram ao sustentar a política da "âncora cambial" por quatro anos, a despeito de tantas advertências feitas por economistas de todos os matizes ideológicos. E mais, os indícios que se acumulam de que alguns bancos, que nem eram grandes nem representavam parcelas significativas do movimento financeiro, fo-

ram favorecidos de modo "atípico", como admitiu a funcionária responsável pela mesa de câmbio do Banco Central, em depoimento à CPI, sugere relacionamento promíscuo entre o mercado financeiro e a autoridade monetária do país. A lista de pessoas, físicas e jurídicas, que lucraram com a mudança da política cambial, acompanhada de suas movimentações de compra e venda de dólares nos meses anteriores a janeiro, indica que houve, de fato, informação da mudança na política para alguns privilegiados. Esta é uma constatação que deve ser admitida e apuradas as responsabilidades pelas irregularidades cometidas. Tal desvio de função pode ocorrer em qualquer país, mas, em muitos dos países que mais admiramos, as improbidades administrativas não são escamoteadas, mas apuradas, o que, longe de fragilizar as instituições, fortalece-as.

Caso o Governo FHC continue fingindo que não tem nenhuma responsabilidade sobre os fatos que estão vindo ao conhecimento do público, estará dando demonstração cabal de que trata os brasileiros como autênticos "neobobos" e "caipiras", como já fomos chamados pelo presidente. Não esperamos que os responsáveis pelos desvios e desmandos acobertados pelo governo cheguem ao ponto de Édipo e se ofereçam ao altar do sacrifício pessoal. O ex-presidente do Banco Central, professor Chico Lopes, ao se recusar a depor na CPI, já mostrou que não está nem aí para estes antigos valores. O que esperamos é que o governo admita que errou e que a apuração dos erros cometidos sirva para que as instituições sejam depuradas e que novos instrumentos de controle mais transparentes do governo possam emergir.

# A Questão Social Hoje e o caso brasileiro

ROSE MARY SOUZA SERRA

PROFESSORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ

A crise capitalista requisita análises que a destrincem numa dimensão societal em termos de seus componentes relativos às alterações advindas da substituição de padrão produtivo a partir dos anos 70, o que redundou em mudanças de toda ordem: no campo de trabalho, no modo da regulação estatal cujo epicentro é a substituição do Estado de Bem-Estar pelo Estado Mínimo; no modo de organização e gestão da força de trabalho; no mundo da cultura e, especialmente, nas refrações da "questão social".

Nessa ótica, este texto aborðará a "questão social" enquanto um elemento central resultante das mudanças no mundo do trabalho e da vigência do ideário neoliberal nessa etapa do capitalismo. Portanto, parto da premissa de que os processos sociais que compõem a dinâmica da nova divisão internacional do trabalho, no estágio atual do capitalismo, também estão provocando novas manifestações da "questão social".

De início, faz-se pertinente efetuar uma breve análise da "questão social" em termos de sua constitucionalidade histórica e das respostas do capital às suas expressões nas diferentes conjunturas.

"Questão Social" é uma nomação surgida no século XIX a partir das manifestações de miséria e pobreza provenientes da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização. É nesse contexto que começam as respostas para o enfrentamento dessa nova cara do capitalismo àquela época. É certo que a

"questão social" é relacionada diretamente ao modo de produção capitalista, no bojo do processo de industrialização e do surgimento do operariado e da burguesia industrial.

Segundo Filho (1982:21): "Por "questão social", no sentido universal do termo queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária provocou na constituição da sociedade capitalista. Assim, a "questão social" está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho".

No capitalismo concorrencial, a "questão social" era tratada com ações coercitivas pelo Estado, na medida em que a força de trabalho respondia às refrações daquela através de organização e mobilização para o alcance de seus direitos sociais. Ou seja, era uma questão de polícia e, não, de política.

É somente com o advento do capitalismo monopolista que a "questão social" torna-se objeto de respostas institucionais, através de políticas sociais, como um mecanismo básico para a reprodução social da força de trabalho e de legitimidade das elites, além da reprodução do capital como pressuposto constitutivo da formação capitalista.

Considerando-se a constituição das políticas sociais como a base materializada dessa intervenção estatal, é de se supor que, sob a égide de outro tipo de Estado dos tempos

neoliberais, essa estratégia já não poderá contribuir para atender ao objetivo precípua da formação social capitalista qual seja - o de reprodução e valorização do capital. Portanto, nessa perspectiva é que deve ser compreendida e analisada a crise do *Welfare State* como um modelo a ser substituído frente às exigências da reestruturação produtiva.

Também cada época buscou suas formas particulares para tratar os seus desvalidos. Especificamente, na época do capitalismo concorrencial, quando havia muita filantropia, pouco Estado e inexistiam políticas sociais estatais como são conhecidas a partir do final do século XIX, o Estado já respondia a essa "questão social", objetivando basicamente a manutenção da ordem pública e utilizando a repressão frente à ameaça de corrosão que a população pobre representava. Ao lado dessa intervenção estatal, a sociedade tinha suas respostas de assistência aos pobres, conforme demonstram vários estudos a respeito.

O que importa aqui ressaltar é que, em cada época do desenvolvimento capitalista, "a questão social" apresenta refrações em consonância com as determinações próprias da exploração capitalista e de acordo com o modelo de produção desenvolvido nesse período.

Sem dúvida, o que define hoje a "questão social" é diverso do que a caracterizou até a década de 70, ou seja, até o novo contorno do capitalismo pós crise.

Segundo o pensador francês Robert Castel, os vitimados sociais desta hora são diferentes da época anterior. O trabalhador em situação de exploração em épocas anteriores tinha um assento social, isto é, "*seguia ligado ao conjunto das interrelações sociais*", e essa condição se expressava também na sua rebeldia política seja pelos caminhos das políticas de "integração" em sua "*versão reformista*" ou em sua "*versão revolucionária*".

Entretanto, para Castel, "os supranumerários" de hoje não se convertem em força de pressão porque a sua condição de instabilidade social dada pelo predomínio da precariedade na inserção na sociedade do trabalho não lhe propicia um existir socialmente. Para ele, portanto, há uma profunda metamorfose da "questão so-

cial" precedente, configurando hoje "*uma nova problemática, pois, mas não outra problemática*". Quer dizer, a manifestação é nova, mas as determinações são as mesmas conforme nos diz: "*A volta histórica proposta mostrará que o que se cristaliza na periferia da estrutura social - sobre os vagabundos antes da revolução industrial, sobre os "miseráveis" do século XIX, sobre os "excluídos" de hoje - inscreve-se numa dinâmica social global*". (1998:33).

Quer dizer, há uma posição homóloga entre os vagabundos de antes da revolução industrial e as diferentes categorias de inempregáveis de hoje; os processos de produção dessas situações são semelhantes em sua dinâmica e diferentes apenas em suas manifestações.

Para Castel, o que se configura hoje no mundo globalizado não é uma exclusão social nos termos em que é considerada comumente, mas um processo de desfiliação social. Exclusão para ele é imobilidade, designa "*estados de privação*" com maior visibilidade geográfica e com características de determinadas cultura ou sub-cultura. Já o conceito de "desfiliação" é mais adequado porque pertence ao mesmo significado do que hoje está ocorrendo, ou seja, dissociação, desqualificação e invalidação social. Não há como considerar-se uma autonomização da "questão social" em determinado território, uma vez que a vulnerabilidade tornou-se um elemento estratégico.

Também Castel, a exemplo de outros pensadores<sup>1</sup> enfatiza as particularidades dessa "questão social" do final deste século, sinalizando dois aspectos. O primeiro é que, embora as suas manifestações estejam afetas às periferias sociais, também atingem o conjunto da sociedade. Todo o tecido social está envolto na mesma "onda", isto é, da periferia caminham os efeitos para o centro, constituindo uma espécie de corrente expansiva que não poupa nenhum agente social das possibilidades de seus efeitos:

O segundo aspecto é que Castel traz à baila uma interessante contribuição que é a relação entre *integração* e *inserção social*. Para ele, o *trabalho* é o grande integrador, a base de sustentação da estabilidade e de coesão social e de formação de identidades dos diversos grupos que

interdependem socialmente. As sociedades capitalistas do centro implementaram à luz do pensamento keynesiano as políticas de integração, tendo como eixos a busca do pleno emprego, um sistema de proteção social de natureza universal e mecanismos de assistência social adequados àqueles segmentos da população em estado de risco social.

As políticas de inserção para Castel apresentam uma lógica que ele denomina de *"discriminação positiva"* porque são focalizadas em agrupamentos particulares e obedecem a mecanismos e estratégias próprias, distinguindo-se das políticas de integração, condição de foco em oposição ao caráter universalista destas.

O paradoxo é que, na medida que os neoliberais rejeitam as políticas de integração incrementando políticas cada vez mais focalizadas, os efeitos de suas ações exigem cada vez mais proteção generalizada dada a crescente situação de instabilidade da maioria da população.

De fato, está em curso um engenhoso processo de aprimoramento dessa atuação focalista através da utilização de tecnologias que aperfeiçoam os antigos modelos existentes, principalmente porque nos tempos neoliberais ganha corpo a relação público/privado, o que confere e requer novas inventivas no trato social. Daí, "novidades" como o PRONASOL no México e a Comunidade Solidária no Brasil são modelos com indicação marcante da transferência "invisível" das ações estatais para o privado, pelas "mãos" da assistencialização da proteção social em nome da solidariedade, denominação atual da assistência.

Estas manifestações de hoje comprovam que, em cada época histórica, a proteção social teve uma conformação<sup>2</sup>, e nesse final de século, com as transformações de todo o arcabouço da sociedade do trabalho, há que se compreender que também as políticas de "inserção" estão assumindo contornos e feições adequados para responder às exigências das refigurações dessa conjuntura. De fato, não serão aquelas

"ações particularistas com o objetivo reparador corretivo e assistencial da ajuda social clássica. Aparecem (...) no fim dos anos 70 (...) No começo, têm um caráter pontual e improvisado e se pro-

põem a ser provisórias (...) Mas sua consolidação progressiva marca a instalação *no provisório como modo de existência*" (Castel, 1998:542-543).

Frente a esta análise, conclui-se que uma sociedade atingida pelo desemprego e pela precarização do emprego é uma sociedade em estado de risco social, uma ameaça à integração social que advém da condição de estabilidade que o trabalho acarreta. Portanto, pode-se considerar que o núcleo da *"questão social"* hoje possa advir dessa desestabilização na condição do trabalho que provoca incertezas de um lugar social em determinado território com assento duradouro. As incertezas de um futuro estável podem desencadear um feixe de reações e de manifestações de toda ordem provocando a sensação de não existência social. O que me leva a concordar com a lucidez de raciocínio de Castel:

*"(...) Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma "nova questão social" que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX." (1998:526-527).*

Tal afirmação desencadeia várias possibilidades de debate em torno da compreensão e do enfrentamento dessa realidade. De início, uma primeira discussão é se as alterações hoje do mundo do trabalho são irreversíveis. Difícil afirmar-se que sim ou não. O que cabe, parece-me, é centrar-se nos fatos e suas determinações; projeções são fruto da dinâmica histórica e sempre há uma margem de imponderabilidade. Visto por esse ângulo, parece que o processo de globalização hoje em curso no mundo aponta para uma irreversibilidade, pelo menos, é um processo com todas as características de longa duração. Daí, que o enfrentamento dos efeitos sociais desse novo processo produtivo supõe e exige diferentes mecanismos de ordens diversas: econômica, ídeo-política, sócio-cultural e institucional.

Octavio Ianni é outro autor que aborda a *"questão social"* com uma similitude com Castel, ao afirmar que em todas as suas manifestações

O que se evidencia como fio condutor das posições de Ianni é que a questão social deve ser tratada hoje como parte e como expressão do mesmo processo de globalização da economia

“está presente o elemento básico da questão social envolvida na dissociação entre trabalho, produção e apropriação, ou simplesmente alienação”. Para este autor, *os diversos aspectos da questão social podem “mesclar-se e dinamizar-se” mas a sua base de determinação é o desemprego*: “ainda que suas manifestações ocorram desigualmente, as relações e as redes que articulam a economia e a sociedade em escala mundial fazem com que algumas dessas manifestações revelem-se típicas da nova divisão internacional do trabalho. (1996:28).

Para Ianni, o fato de vários aspectos da “questão social” convergirem no desemprego agrava mais ainda as manifestações dessa, com “problemas relativos aos preconceitos de raça, idade e sexo, tanto quanto os referentes à religião e língua, cultura e civilização”, afirmando ainda que o desemprego estrutural pode implicar a formação da “subclasse, uma manifestação particularmente aguda da questão social” que pode revelar vários aspectos da mesma: pauperismo, desorganização familiar, preconceito racial, guetização de coletividades em bairros das grandes cidades, preconceito social e de idade e desenvolvimento de uma espécie de subcultura de coletividades segregadas (...) A subclasse (...) indicando uma crescente desigualdade e a emergência de uma nova fronteira separando um segmento da população do resto da estrutura de classe. (Ianni, 1996:30/31).

O que se evidencia como fio condutor das posições de Ianni é que a questão social deve ser tratada hoje como parte e como expressão do mesmo processo de globalização da economia, afirmando

que “o mesmo processo de amplas proporções que expressa a globalização do capitalismo expressa também a globalização da questão social” (1996:26).

Após essa caracterização da questão social do ponto de vista de sua conceituação e determinações, procederei à análise de algumas expressões da questão social dos anos 90 no Brasil, no sentido de estabelecer alguns nexos na relação dos seus determinantes com as suas refrações nessa conjuntura. Utilizarei dados oficiais do Documento do IPEA<sup>3</sup> (1997) e do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil - 1996<sup>4</sup> (com dados de 1990), além de eventuais informações mais recentes obtidas em outras fontes.

Segundo esse Relatório, os dados de 1990 refletem a trajetória da economia brasileira nas três décadas anteriores, afirmando que o crescimento da economia beneficiou todos os estratos da população, mas

“não beneficiou igualmente todos os grupos, implicando um aumento no grau de desigualdade (...) a fração da renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais entre 1960 e 1990, enquanto a fração da renda apropriada pelos 50% mais pobres declinou seis pontos” (1997:20) (...) Conta-se, assim, um nítido aumento no grau de desigualdade de renda entre 1980 e 1990, com a fração de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentando dois pontos percentuais, enquanto a fração relativa aos 50% mais pobres declinou dois pontos”. (IPEA, 1997:21).

A partir desse indicador principal que é a concentração de renda que reflete diretamente os efeitos da relação capital x trabalho e, de forma mais acentuada, nos países periféricos como o

nosso, faz-se pertinente apresentar alguns dados recentes de 1995, contidos no Documento do IPEA, destacando os indicadores de *trabalho e assistência social*, como aqueles basilares da atual realidade social, fazendo a ponte com as expressões no Brasil dessa nova "questão social" relativas às alterações no mundo do *trabalho*, enquanto ponto fulcral de sua determinação, e nas respostas estatais a essas expressões na área da *assistência social*.

No tocante aos níveis de emprego por setor de atividade, os dados revelam "uma taxa média anual do setor primário a 3%; o secundário a 0,8% e o terciário a 2,8%" (1996:46) evidenciando a tendência de diminuição gradativa do processo de (des)industrialização brasileira, ressaltando-se que esse fenômeno não pode ser generalizado, ou seja, há os diferenciais de progresso tecnológico por setor de atividade e nível de qualificação e por região também.

"Em 1995, a população economicamente ativa comportava 72 milhões de trabalhadores, sendo 53 milhões (74%) não qualificados e 18 milhões qualificados (26%). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD) de 1995, citada no Documento o índice de desemprego em 1995 apontava para o seguinte índice: da População Economicamente Ativa (PEA) de 72 milhões, 66 milhões encontravam-se ocupados. "A desagregação por nível de qualificação revela que, para o ano - base (1995), dos 53 milhões de trabalhadores não qualificados na população economicamente ativa, apenas 49 milhões encontravam-se ocupados, ou seja, uma taxa de desemprego de 8,1%. Quanto aos trabalhadores qualificados, 17 dos 18 milhões encontravam-se ocupados". (IPEA, 1997:44).

Pelos dados recentes de 1997, colhidos pelo DIEESE, da PEA de 74 milhões, 63,6 milhões estão com algum tipo de ocupação e 10, 4 milhões desempregados (14,05%). Dos ocupados, são 27,3 milhões com carteira assinada e 36,3 milhões sem carteira assinada.

Em termos de segmentos sociais no mercado de trabalho, cabe situar os tradicionais atingidos pela exploração no mundo do trabalho: crianças e adolescentes e mulheres e os segmentos raciais, principalmente os negros.

Consta, ainda, no referido Relatório que

"estudos empíricos sobre discriminação por gênero mostraram que os salários das mulheres são sistematicamente menores do que os dos homens (cerca da metade) (...) A mão-de-obra feminina está concentrada no setor terciário: 74% da PEA feminina (...) Esta "preferência" das mulheres pelo setor terciário está associada à desvalorização embutida na socialização da mulher, que a modela para empregos de baixo prestígio e parca remuneração, destinando-as majoritariamente a ocupações tidas como femininas". (1996:32-33).

Quanto ao trabalho de crianças e adolescentes, o mencionado documento aponta que

"três milhões de crianças e 4,6 milhões de adolescentes estavam no mercado de trabalho no Brasil em 1990. Tais números correspondem a 50% da população de adolescentes entre 15 e 17 anos e a 17% da população de crianças entre 10 e 14 anos (...) para a grande maioria de (77%), a jornada de trabalho era superior a quarenta horas". (1996:30).

Em relação às condições de trabalho, as informações sobre a segurança são alarmantes conforme divulgação em matéria no *Jornal do Brasil* (1º Caderno, p.14, 9/11/97). Nas estatísticas dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social, a cada dia 23 pessoas morrem no Brasil em consequência de acidentes do trabalho ou ficam incapacitados permanentemente cerca de 20 mil trabalhadores, média dos últimos cinco anos. Em 1996, houve um crescimento de 39,6% de mortes em relação às de 1995. Desde 1992, os dados relativos ao conjunto dos setores de produção registram a média anual de 400 mil acidentes sem morte. Os gastos da Previdência com benefícios advindos de morte ou invalidez estão ao redor de R\$ 1,2 bilhão anualmente. A título ilustrativo de onde ocorre o maior número de acidentes, o setor extrativo, especialmente o do carvão, é o maior responsável por acidentes de trabalho. Destaca-se, ainda, o da construção civil que mata um operário por dia no país. Nestes casos, o que se sabe é que as condições de trabalho precárias determinaram tais acidentes.

Por último, abordarei a questão da assistência ou as políticas focalizadas de atendimento a segmentos populacionais em estado de risco social, do ponto de vista do trato que vêm tendo na década de 90, pelo Estado na atual fase do capitalismo.

## Instituída no campo de direito social, a Constituição de 1988 integrou a assistência social na seguridade social, concebendo-a como dever do Estado e de direito do cidadão

Sob o crivo dos gastos sociais, segundo estimativas do Banco Mundial, em 1990, o valor per capita dos gastos (inclusive os pagamentos da previdência) referentes aos 20% mais pobres era 40% menor do que o valor relativo aos outros 80% da população. (IPEA, 1996:15)

O Relatório aponta como iniciativas governamentais de combate à pobreza, à fome e ao desemprego, os *Planos de Prioridades Sociais da Nova República*, o *Programa de Combate à Fome e à Miséria pela Vida* e, finalmente, o *Programa Comunidade Solidária*. Considera que os dois primeiros não lograram êxito, o primeiro nos anos 1985/86 perdeu-se na rotina burocrática. O segundo era assentado em dois pilares: o governamental, envolvendo ministérios e principais órgãos da administração indireta e o movimento social, apoiado na formação voluntária de comitês locais da campanha tendo três princípios na sua formulação: “a solidariedade (vontade coletiva nacional), a parceria entre governo e sociedade e a descentralização”. Tinha como órgão principal o Conselho da Segurança Alimentar (CONSEA). Esse programa também fracassou pela insuficiência de verbas, e pela desarticulação entre os órgãos governamentais. O CONSEA foi extinto no início do governo FHC.

Para os técnicos do IPEA, o Programa Comunidade Solidária criado em 12 de janeiro de 1995 pelo governo FHC, é de fato, a estratégia adequada para o combate à questão social:

“(...) assenta-se no modo de ação o caráter inovador do programa Comunidade Solidária”, visando melhorar a eficiência dos gastos e ganhar

efetividade na eliminação da pobreza (e não apenas na assistência aos pobres), atingindo-a na sua heterogeneidade e diferenciação (...) privilegiando ações integradas (...) contínuas, flexíveis e, principalmente, descentralizadas”. (IPEA:1996)

Combinando critérios de focalização territorial e de renda familiar, o Comunidade Solidária optou pela estratégia de concentrar a ação federal, na primeira etapa, em cerca de 302 municípios, escolhidos entre os mais pobres de cada estado, identificados e classificados segundo a proporção de incidência de família pobres”. (IPEA, 1996:53/54).

Considerando neste artigo a abordagem das respostas do governo neoliberal de FHC à “questão social”, faz-se necessário aprofundar aqui as concepções que se embatem relativas às respostas às necessidades sociais, sob a ótica dessa doutrina, para que se possa estabelecer referências de contraponto a essas problemáticas. O Documento do IPEA faz uma interessante recuperação dos objetivos e resoluções da Constituição de 1988 sobre o trato do social, sintetizando:

“em três eixos valorativos e de organização dos programas: o universalismo e não a seletividade ou a sua focalização; a opção pelos serviços estatais gratuitos, e a preferência por programas do tipo assistencial, mais que pelos do tipo “produtivo” ou de capacitação e geração de renda” (1997:55).

Instituído no campo de direito social, a Constituição de 1988 integrou a assistência social na seguridade social, concebendo-a como dever do Estado e de direito do cidadão e afirmando a primazia do Estado na con-

dução da política de assistência social nos três níveis de governo.

A partir dessa localização histórica, o Documento (1997:56) introduz a discussão acerca dos novos conceitos, abordagens e respostas à questão social hoje, agravada pelo desemprego e pelo aumento da pobreza destacando cinco mecanismos a serem enfatizados pela agenda pública, a saber:

1) Reforço da seletividade e focalização em atendimento a setores mais vulneráveis e espacialmente localizados;

2) Combinação de programas universais e seletivos, rejeitando-se a oposição universalismo versus seletividade e, centrando-se no caráter de complementaridade entre a dimensão desses programas entre si;

3) Programas de renda mínima - as transferências monetárias para famílias carentes acopladas a rendimentos escolares ou saúde dos filhos menores;

4) Parceria público/privado no sentido de estimular a ampliação dos setores privados e organizações não governamentais na oferta de serviços sociais;

5) Ampliação de programas do tipo produtivo, tendo em vista contribuir para o reforço da capacidade e produtividade dos segmentos pobres na geração de renda.

O item descentralização é tratado com destaque no documento como uma definição importante da Constituição, ao fortalecer os Estados e municípios em termos de recursos e autorização para arrecadar tributos próprios, mas afirma que essa descentralização não ocorreu no plano dos encargos, não definindo com precisão uma hierarquia das competências e atribuições dos distintos níveis de poder na área social. Tal condição acarreta ainda uma ausência de política de Estado e provocando "um conjunto desorganizado, fragmentado e inorgânico de programas e/ou projetos governamentais" (1997:58).

Ressalto, finalmente, no Documento do IPEA, a avaliação sob o título de "o acesso das pessoas pobres aos programas sociais" a seguinte análise:

"É inegável que alguns programas sociais têm tido sucesso em afetar grupos pobres, principalmente os programas mais universais, como a educação básica, a merenda escolar ou no outro extremo etário, as aposentadorias e pensões. Entretanto, os dados indicam a baixa efetividade do gasto social brasileiro com grupos pobres; o acesso dos programas é menor, proporcionalmente, para os mais pobres entre pobres (os indigentes, os pobres estruturais, os pobres das regiões pobres, particularmente os das áreas rurais)" (1997:56)

O que está em curso, conforme evidenciam esse dados oficiais, são dois processos que se entrecruzam: a assistencialização da seguridade social e a refilantropização da assistência, ambos com a mesma base de determinação neoliberal: a desconstrução dos direitos sociais como responsabilidade do Estado, tônica erigida pelo Estado de Bem-Estar Social, sob a égide do pensamento de John Keynes.

Para concluir essa análise, nada mais emblemático do que a matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* (1º Caderno, p.8, 29/11/97), sob o título: "Projeto de Ruth cadastra voluntários", projeto do Programa Comunidade Solidária para cadastrar pessoas interessadas em "prestar serviços não remunerados em entidades sem fins lucrativos", que prevê a implantação de dez centros de voluntários em nove Estados e no Distrito Federal (oito já estão funcionando) e têm recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) da ordem de R\$ 3 milhões. Outros R\$ 5,3 milhões foram alocados pelo BID para a criação de rede de informações de entidades civis e para o levantamento da legislação sobre organizações sem fins lucrativos.

Fica evidenciado nesse novo projeto que a questão da assistência social se firma na ótica da solidariedade social, uma espécie de refilantropização da ação civil, sob o patrocínio mobilizador do Estado. Aqui aparecem, a olho nu, mecanismos estatais neoliberais do trato da assistência social como "caridade pública", ou seja, o tratamento da pobreza deve ser responsabilidade do setor privado (quer dizer, da sociedade civil), cabendo ao Estado um papel subsidiário" (Serra, 1993:152).

Outra iniciativa governamental, foi a criação em dezembro de 1997 do projeto Serviço Civil Voluntário pela Secretaria Nacional dos Direitos

Humanos do Ministério da Justiça, custeado pelo Ministério do Trabalho através de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho - FAT. O projeto visa à formação de jovens na faixa dos 18 anos, homens e mulheres, que vivem em situação de risco social com uma média de três anos de escolaridade. Estes jovens receberão formação completa em primeiro grau, qualificação em informática e gestão de pequenos negócios, além de informações sobre cidadania. Em troca, semanalmente, prestam serviços de cidadania em sua comunidade como "limpeza de valas, construção de muros e encostas, coleta de lixo". Esse projeto é um exemplo da propagada parceria união Estado e Sociedade Civil, pontuando, nesse caso, a desobrigação do Estado frente aos serviços básicos de infraestrutura.

De fato, o papel integrador do Estado foi, historicamente, resultante das alterações estruturais do modo de produção capitalista aliadas às possibilidades maiores ou menores de pressão da classe trabalhadora junto ao Estado, para incorporar as suas demandas de direitos sociais. Foi assim com o capitalismo monopolista, sob o enfoque distributivista - keynesiano, cuja expressão deu-se com as regulações do *Welfare State*, através de sua políticas de pleno emprego e de expansão da proteção social universalista.

Ao contrário, a crise econômica dos anos 70 traz à tona a rejeição do capital pelos níveis redistributivos do *Welfare State* que estavam reduzindo suas taxas de lucro e, desta vez, é o caráter integrador do Estado o alvo de desmontagem. Ao mesmo tempo, identificam-se estratégias neoliberais de desqualificação político-econômica da regulação estatal econômica, considerada como anacrônica e um entrave ao desenvolvimento.

Num exemplo e noutro, o que define a alteração do Estado são os interesses do capital que se apresentam através de políticas de gestão, às quais aquele deve submeter-se para transformar-se no Estado adequado ao capital.

A busca de um Estado de bem-estar sólido, e como algo acabado e inatacável, que setores adeptos das transformações sociais ainda supõem, é algo que a realidade dos anos 80 e 90 está evidenciando como cada vez mais distante em relação às conquistas históricas da cidadania social. Penso que o pensador marxista Ernest Mandel nos põe a descoberto diante das pretensões redistributivas da social-democracia e das idéias de Keynes:

"Todas as ilusões subsequentes relativas a um 'Estado Social' baseavam-se (...) na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho (...) As ilusões quanto à possibilidade de socialização através da redistribuição não passam, tipicamente, de estratégias preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá basicamente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim "estimular investimentos" (Mandel, 1980:339).

Face ao exposto, as análises da realidade não devem centrar o Estado como um principal elemento "autônomo" explicativo da ordem social, mas como uma construção social sujeita às determinações dos processos econômicos que, ao longo da história do capitalismo, têm constituído a sua ossatura (do Estado) em termos de seu papel integrador e de seus mecanismos de redistribuição social.

Nessa perspectiva, a cada ciclo econômico do capitalismo ou como quer Mandel, a cada "onda longa expansiva" ou "onda longa recessiva", há requisições do capital e demandas do trabalho ao Estado que lhe conferem alterações, resultando, como já sinalizei antes, em Estados reformados para cada etapa do capitalismo.

Daí, que a falência do Estado tão propagada pelos neoliberais pode ser uma falácia; talvez a questão não seja ausência de recursos, mas sim a destinação dos mesmos. Portanto, a desobrigação do Estado brasileiro pela via da alteração de sua estrutura institucional nada mais representa do que adequar a forma aos objetivos e metas dos ajustes dos países periféricos ao figurino determinado pelos agentes do capital no Consenso de Washington em 1989, que impôs a desobrigação social ao Estado ao definir as bases de assistencialização da seguridade social, da qual decorre a privatização crescente dos setores prestadores de serviços de saúde e previdência, deixando a assistência por conta da benemerência da sociedade civil.

Nessa perspectiva, a criação das "organizações sociais" na reforma do aparelho do Estado brasileiro intenciona propiciar a abertura de novos mercados privados em setores que, atualmente, desenvolvem funções sociais e de responsabilidade do Estado, no caso, a saúde, a educação e a cultura.

Finalizo este artigo, evidenciando que a "questão social" de hoje e as respostas estatais a ela devem ser encaradas e enfrentadas no conjunto das lutas dos setores brasileiros opositores a essa ordem (im)posta, que acreditam na construção de uma nova sociedade.

## Notas

<sup>1</sup> Eric Hobsbawm (1995) em "*Era dos extremos*" apresenta uma reflexão interessante sobre a desagregação social deste final de milênio e na análise mais incisiva de Robert Kurz (1993) em "*O Colapso da modernização*" sobre a crise societal do final deste século, podem ser extraídos elementos importantes de caracterização da "questão social" de hoje.

<sup>2</sup> O que se apreende ao longo da trajetória da história do capitalismo é que há uma relação direta entre cada período dessa formação social - concorrencial, monopolista e tardio - com os sistemas de proteção social, e no caso específico, de assistência social. Na primeira fase, havia muita filantropia, pouco Estado e não existiam as políticas sociais, conforme são entendidas hoje. No segundo momento, há muito Estado, a criação das políticas sociais e à filantropia foi creditado um papel de menor peso. No estágio do capitalismo sob a égide neoliberal, a proposta é pouco Estado (com outra feição), enxugamento das políticas sociais e a refilantropização da assistência, inclusive, constituindo-se a filantropia empresarial.

<sup>3</sup> O Brasil na Virada do Milênio: trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento.

<sup>4</sup> O Relatório de Desenvolvimento Humano, publicação do IPEA em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento trata a mensuração do IDH do Brasil, composto pelos índices de *esperança de vida, escolaridade e renda*. O IDH, criado em 1990 pelo PNUD objetiva medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial, ou seja, os indicadores do grau de desenvolvimento dos países.

## Bibliografia

- CASTEL, Robert. *Las Metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 1997.
- FILHO, Gisálio C. A "questão Social" no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- IANNI, Octavio. *O Mundo do Trabalho*. In: A Reinvenção do Futuro. FREITAS, Marcos C. de (org.). São Paulo: Cortez, 1996.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil/1996*. Brasília: IPEA, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil na Virada do Milênio: trajetória do crescimento e desafios do Desenvolvimento*, vol. 1 e 2. Brasília: IPEA, 1997.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1980.
- SERRA, Rose M. S. *A Crise da materialidade no Serviço Social*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 41. São Paulo: Cortez, abr 1993. p. 147-157.
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social/Anos 90: crise de materialidade e repercussões no mercado profissional*. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 1998.

# Globalização, Privatizações e Fluxos Financeiros na Era do Real

HINDENBURGO FRANCISCO PIRES

PROFESSOR DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UERJ

## 1. INTRODUÇÃO:

A história recente do desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro é constituída de quatro grandes fases de transformação do processos de gestão e de cultura organizacional.

Este artigo tem como cenário parte da terceira fase, mas dedicar-se-á, em termos de investigação e análise, ao estudo do processo de globalização desconglomerativa do sistema financeiro nacional, nos cinco anos do plano Real, na quarta fase.

A primeira fase representa o início da gênese da automação bancária - 1964/73, baseada em grandes mainframes e no desenvolvimento de minicomputadores, caracterizada pela gestão financeira taylorista, que corresponde à intensificação da concentração territorial bancária. A etapa da gestão financeira taylorista e concentrativa se estendeu de 1945 a 1973. Representou o período em que as instituições financeiras de varejo experimentaram o começo de uma extraordinária dispersão territorial, no qual o desenvolvimento da tecnologia de informação, baseada em grandes *mainframes* e centros de processamento de dados (CPDs), era um dos principais fatores de limitação espacial de apropriação de parcela do mercado interno de circulação de ativos de papéis. O estabelecimento de reformas bancárias, de políticas tributárias, de poupança compulsória e de endividamento reforçaram, conjuntamente com crescimen-

to econômico, o ímpeto inflacionário. O crescimento da inflação, o aumento da circulação de ativos de papéis, a Política Nacional de Informática contribuíram para a dispersão territorial das atividades financeiras. Os bancos de varejo adotaram economias de escala (crescimento horizontal) com baixo desenvolvimento da tecnologia de informação, a comunicação que era estabelecida entre as agências e os bancos de diferentes localidades não se realizava em tempo real ou instantâneo.

A segunda fase promoveu a dispersão territorial oligopolizada e confinada da automação bancária —1974/86, a gestão financeira fordista, baseada no desenvolvimento da tecnologia de informação e da microcomputação, correspondente à passagem da fase de concentração para a de conglomeração. Na etapa da gestão financeira fordista e conglomerativa, as instituições financeiras de varejo redimensionaram os seus espaços de atuação. As políticas protecionistas do Banco Central (BC) e a Lei de Informática, favoreceram o crescimento dos Grandes Conglomerados Financeiros (GCFs), o que resultou no aumento do número de fusões, de incorporações e do extraordinário crescimento do número de agências bancárias no território. A inflação continuou alimentando, por depósitos não-remunerados (receita de *float*) e pelos ganhos dos bancos de varejo, juros extorsivos e lucros exorbitantes, pautando, assim, a escalada desses bancos. Enquanto os bancos de varejo expandiam suas atividades, atra-

vés do uso de economias de escala com alto desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação, começando a se desenvolver em tempo real, os bancos de atacado e de investimento adotaram estratégias territoriais seletivas diferenciadas de apropriação de grandes volumes financeiros no território, através de economias de escopo (crescimento vertical).

A terceira fase constituiu-se pela reestruturação inovativa e desregulamentativa da automação bancária (AB) — 1987/94 e caracterizou-se pela gestão financeira flexível, baseada no desenvolvimento dos usos da microcomputação, na introdução de servidores de rede e no crescimento das tecnologias de *Remote Banking*. Esta fase representa o início da adoção de medidas de reorganização de logística territorial, provocadas pela reestruturação inovativa. Esta etapa, sob a égide do BC e do Conselho Monetário Nacional (CMN), tendo como meta a inserção competitiva do setor bancário, através da abertura do sistema financeiro e ampliação da participação das grandes instituições financeiras do exterior. Nesta etapa de profundo crescimento da competitividade interbancária e do novo cenário de continuidade das políticas neo-liberais desregulamentativas destrutivas, os agentes produtores vinculados aos GCFs de varejo foram impelidos pela concorrência global de produtos de AB a acirrar as disputas pelo mercado de AB, a constituir estratégias de *joint venture* com empresas de capital externo, a adotar procedimentos de reestruturação organizacional e a realizar medidas de redução do emprego. À semelhança das estratégias de gestão adotadas pelos GCFs de atacado ou de investimento, os bancos de varejo estão enxugando os seus quadros funcionais e reorganizando suas atividades administrativas, passando a adotar economias de escopo com altíssimo grau de desenvolvimento da tecnologia de informação.

A quarta fase corresponde à globalização desconglomerativa do sistema financeiro nacional — 1995/99, esta etapa é caracterizada pelo crescimento de privatização, pela ampliação da participação do capital financeiro internacional, pelo aumento de liquidações extrajudiciais de importantes conglomerados nacionais. A política de estabilização monetária, implementada durante o plano real, é o fundamento e pano de

fundo dessas transformações e o cenário dessa reestruturação.

Quando se examina hoje a relação existente entre as quatro etapas dos processos de: automação bancário, dispersão territorial das instituições financeiras do setor privado no Brasil e desenvolvimento conglomerativo do conjunto das atividades bancárias pode-se afirmar que a reestruturação inovativa e a reorganização dos GCFs de varejo representam iniciativas de adequação, adaptação e enxugamento do sistema bancário e financeiro aos diferentes ciclos e conjunturas das políticas econômicas adotadas no Brasil.

## 2. A GLOBALIZAÇÃO DESCONGLOMERATIVA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL — 1994-1999

A dispersão territorial da automatização dos serviços financeiros, em meados dos anos 80, caracterizou-se pela ampliação da escala de atuação dos Bancos e pela modificação da estrutura e do parque instalado dos bancos e, além disso, revelou a inflação como ímpeto lógico de crescimento da AB, pois os ganhos obtidos por receita de *float* eram bastantes significativos.

De 1987 a 1993, o número de bancos cresceu de 121 para 253, já o número de agências bancárias passou de 16.542 para 18.760. Mas, de 1993 a 1998, o número de agências diminuiu de 18.760 para 16.060 (queda de 14,39%) e o número de postos de atendimento bancário reduziu de 10.125 para 7.211 no mesmo período (28,78%).

Esta fase, de 1987 a 1997, correspondeu à reestruturação do sistema financeiro, através da redução dos conglomerados e ampliação da participação de grandes instituições financeiras do exterior. A execução das ações políticas foram coordenadas pelo Banco Mundial, pelo BC e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O objetivo era incentivar o processo seletivo de reorganização nacional e fechamento de importantes GCFs de varejo (Banco Nacional, Banco Econômico, Banorte, Bamerindus, Excel), entre os anos de 1994 e 1998.

Segundo o BC, de 1993 a 1998, o número de bancos múltiplos e comerciais passou de 244 para 208, representando uma redução de 14,7% deste segmento (Ver Quadro 1).

| <b>QUADRO 1</b>        |                                    |      |      |      |      |      |
|------------------------|------------------------------------|------|------|------|------|------|
|                        | <i>Bancos Múltiplos/Comerciais</i> |      |      |      |      |      |
|                        | 1993                               | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 |
| Grande Porte           | 27                                 | 29   | 29   | 27   | 28   | 22   |
| Médio Porte            | 59                                 | 64   | 58   | 54   | 52   | 49   |
| Pequeno Porte          | 50                                 | 51   | 55   | 55   | 51   | 49   |
| Micro Porte            | 81                                 | 78   | 78   | 76   | 68   | 69   |
| Sem Carteira Comercial | 25                                 | 22   | 24   | 18   | 17   | 17   |
| Caixa Econômica        | 2                                  | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    |
| Total                  | 244                                | 246  | 246  | 232  | 218  | 208  |

FONTE: CADINF-DEORF/COPEC

As conseqüências deste processo traduziram-se na redução da escala de atuação dos bancos e no crescimento de municipalidades desatendidas de serviços bancários, resultante do fechamento de agências e das atividades bancárias. Segundo o BC, o fechamento do Banco do Estado de Roraima deixou 12 municípios desatendidos de um total de 15 existentes no Estado.

A dispersão das atividades de automação e as mudanças organizacionais na gestão do trabalho, que instituíram o controle de qualidade e a flexibilização do mesmo trabalho, não geraram um incremento proporcional nas taxas de emprego, mas desencadearam um processo de *destruição criativa*, representado pela desqualificação e a obsolescência gradual de antigas funções bancárias (as operações de lançamento, balancetes, digitação, conferência e consulta, destruição de sistemas de apoio à decisão e de compensação de cheques).

No início da década de 90, o crescimento da AB pode ser constatado na expansão dos serviços oferecidos pelo *Remote Banking*, através do número de caixas eletrônicos (Automatic Teller Machines - ATMs), que em 1990 era 1.000 e, em 1991, passou para 1.600, já o número de

cartões magnéticos passou de 7 milhões, em 1986, para 40 milhões, em 1993 (DELUIZ, 1995: 148).

Entretanto, a adoção de um conjunto de medidas recessivas pelo governo, como a liberalização das importações, a privatização de empresas públicas, a redução de carga fiscal sobre produtos importados, atuaram sobre a capacidade tecnológica dos setores de AB, que se viram sob um novo regime de pressão competitiva, no qual se incluía a participação da concorrência de novos atores globais, na disputa pelo mercado de AB. Estes componentes agravaram ainda mais a incerteza gerada nos agentes produtores deste sistema.

A resposta dos GCFs de varejo nacionais a este contexto foi a adoção de severas mudanças organizacionais: acelerando a automação das atividades administrativas, implantando formas de organização flexível do trabalho, ampliando a rotatividade com aumento do tempo médio do trabalho, constituindo novas parcerias, em condição vantajosa, com empresas estrangeiras de forte tradição tecnológica no setor de AB e de informática.

As mudanças na hegemonia ou posição do *ranking* das empresas de AB foram provenientes do acirramento da concorrência com produtores globais de AB, do conjunto das estratégias de *joint venture*, das empresas nacionais com as empresas de capital estrangeiro e do processo de reestruturação organizacional.

A hegemonia mantida pelas quatro empresas (Itautec, SID/Digilab, Procomp e Digired) no mercado de concentradores e terminais bancários configura a tese de consolidação de uma estrutura típica de oligopólio confinado. Isso porque essas empresas, juntas, controlavam mais de 80% desta fatia do mercado de AB.

Os investimentos em inovação organizacional, o avanço e o crescimento do mercado de AB foram impelindo, seletivamente, uma nova configuração setorial e territorial de capacitação tecnológica para as empresas privadas de computadores de modo geral e não somente às vinculadas aos GCFs de varejo nacionais.

Para estas empresas e para as empresas privadas independentes, que investiram em ino-

vações no setor de AB, a opção pela desintegração vertical e ampliação do escopo de produtos passou a refletir uma nova estratégia competitiva flexível, nos segmentos de microcomputadores e de automação comercial.

Alguns bancos de varejo começaram, em meados dos anos 80, a disputar o mercado de automação comercial existente no território, instalando terminais de acesso remoto com leitoras de código de barra em vários locais de compra: supermercados, restaurantes, shopping centers, lojas, farmácias, vídeo-locadoras.

O uso do sistema de código de barras nos cheques e de cartões magnéticos também eliminou inúmeras antigas funções bancárias, gerando o desemprego estrutural. As informações e decisões passaram a ser tratadas instantaneamente em tempo real, via on line, em várias redes locais integradas por servidores e microcomputadores, telefones, faxes/modens, ATMs, TTFs, interligados por satélites; o uso de grandes *mainframes* e CPDs foi profundamente reduzido.

A partir da segunda metade dos anos 90, os bancos passaram a ser os maiores usuários de micros, servidores de rede e de tecnologia de informação do país (INFORMÁTICA EXAME, maio.1996:52-60).

Os avanços e inovações conquistadas na automatização dos serviços financeiros no Brasil, durante o período considerado como a década perdida, foram maiores que os alcançados nos EUA e em muitos países europeus (CASSIOLATO,1992:74; FREEMAN,1993:629), e refletem, em parte, as conseqüências dos processos de concentração, segmentação e oligopolização confinado do setor de informática no território, apoiados pelo Estado.

A presença de grandes centros de pesquisa e desenvolvimento, a elevada concentração de usuários de grandes *mainframes* e o desenvolvimento da Política Nacional de Informática, reservando os segmentos de mini e microcomputação, permitiram a estruturação de inúmeras indústrias de computadores vinculadas aos GCFs

de varejo nacionais, em sua maioria estabelecidos nas duas municipalidades mais importantes do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), o que se tornou uma característica lógica dos primeiros "estágios" de sua territorialização industrial. Este fato se deveu à elevada participação econômica e transacional dessas duas cidades e suas periferias, e pela forte presença regulamentativa do Estado. Em 1998, estas duas grandes cidades concentravam a maioria das sedes das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), São Paulo (51,02%) e o Rio de Janeiro (20,19%).

Diante do novo cenário de continuidade das políticas desregulamentativas com a implantação do Plano Real, os agentes produtores vinculados aos GCFs de varejo, foram impelidos pela concorrência global de produtos de AB:

- a acirrar as disputas pelo mercado de AB, através de reestruturação inovativa;
- a constituir estratégias de *joint venture* com empresas de capital externo;
- a adotar procedimentos de reestruturação organizacional, através do aumento nas exigências de escolaridade e qualificação do trabalho;
- a realizar medidas de terceirização e de redução do emprego. O conjunto dessas medidas é quase semelhante a adotada pelos GCFs de atacado ou de investimento: redução seletiva do número de agências no território, estrutura operacional mais enxuta e flexível, número menor de funcionários.
- a acelerar os ritmos de desenvolvimento de novos produtos e serviços, os papéis para o preenchimento de guias bancárias desapareceram em alguns bancos.

A nova fronteira tecnológica do processo de desenvolvimento da AB é a internet, com um número de usuários que deve saltar de 3 milhões para 4 milhões e 11 milhões de computadores. Os bancos começam a investir pesado para oferecer serviços seguros pela internet, 44 bancos já possuem domínios na internet (Ver Quadro2).

**QUADRO 2***Bancos que Oferecem Serviços pela Internet*

| BANCOS  | DOMÍNIOS  |
|---|---|
| ABN Amro Bank   | <a href="http://www.abnamro.com.br">http://www.abnamro.com.br</a>               |
| Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina  | <a href="http://www.badesc.gov.br">http://www.badesc.gov.br</a>                 |
| Banco 1   | <a href="http://www.banco1.com.br">http://www.banco1.com.br</a>                 |
| Banco América do Sul S/A  | <a href="http://www.bas.com.br">http://www.bas.com.br</a>                       |
| Banco Araucária S.A   | <a href="http://www.bancoaraucária.com.br">http://www.bancoaraucária.com.br</a> |
| Banco BNL do Brasil   | <a href="http://www.bnl.com.br">http://www.bnl.com.br</a>                       |
| Banco Boavista  | <a href="http://www.boavista.com.br">http://www.boavista.com.br</a>             |
| Banco Bozano Simonsen   | <a href="http://www.bozano.com.br">http://www.bozano.com.br</a>                 |
| Banco Bradesco S/A  | <a href="http://www.bradesco.com.br">http://www.bradesco.com.br</a>             |
| Banco CCF Brasil S/A  | <a href="http://www.ccfbrasil.com.br">http://www.ccfbrasil.com.br</a>           |
| Banco Cidade S/A  | <a href="http://www.bancocidade.com.br">http://www.bancocidade.com.br</a>       |
| Banco Credibel  | <a href="http://www.bancocredibel.com.br">http://www.bancocredibel.com.br</a>   |
| Banco de Boston   | <a href="http://www.bankboston.com.br">http://www.bankboston.com.br</a>         |
| Banco de Crédito Nacional - BCN S/A   | <a href="http://www.bcn.com.br">http://www.bcn.com.br</a>                       |
| Banco do Brasil   | <a href="http://www.bancobrasil.com.br">http://www.bancobrasil.com.br</a>       |
| Banco do Estado de Sergipe S/A  | <a href="http://www.infonet.com.br/banese">http://www.infonet.com.br/banese</a> |
| Banco do Estado do Ceará  | <a href="http://www.bec.com.br">http://www.bec.com.br</a>                       |
| Banco do Nordeste do Brasil S/A   | <a href="http://www.bnb.gov.br">http://www.bnb.gov.br</a>                       |
| Banco Excel Econômico   | <a href="http://www.exceleconomico.com.br">http://www.exceleconomico.com.br</a> |
| Banco GraphusM  | <a href="http://www.graphus.com.br">http://www.graphus.com.br</a>               |
| Banco HSBC Bamerindus   | <a href="http://www.bamerindus.com.br">http://www.bamerindus.com.br</a>         |
| Banco Icatu   | <a href="http://www.icatu.com.br">http://www.icatu.com.br</a>                   |
| Banco Itaú S/A  | <a href="http://www.itaú.com.br">http://www.itaú.com.br</a>                     |
| Banco Mercantil de São Paulo - FINASA   | <a href="http://www.finasa.com.br">http://www.finasa.com.br</a>                 |
| Banco Meridional do Brasil S/A  | <a href="http://www.meridional.com.br">http://www.meridional.com.br</a>         |
| Banco Pontual   | <a href="http://www.pontual.com.br">http://www.pontual.com.br</a>               |
| Banco Real  | <a href="http://www.real.com.br">http://www.real.com.br</a>                     |
| Banco Rural   | <a href="http://www.homeshopping.com.br">http://www.homeshopping.com.br</a>     |
| Banco Safra S/A   | <a href="http://www.safra.com.br">http://www.safra.com.br</a>                   |
| Banco SRL   | <a href="http://www.srl.com.br">http://www.srl.com.br</a>                       |
| Banco Sudameris Brasil  | <a href="http://www.sudameris.com.br">http://www.sudameris.com.br</a>           |
| Banco Votorantim S/A  | <a href="http://www.votorantim.com.br">http://www.votorantim.com.br</a>         |
| BANEB - Banco do Estado da Bahia  | <a href="http://www.baneb.com.br">http://www.baneb.com.br</a>                   |
| BANESPA - Banco do Estado de São Paulo  | <a href="http://www.banespa.com.br">http://www.banespa.com.br</a>               |
| BANESTADO   | <a href="http://www.banestado.com.br">http://www.banestado.com.br</a>           |
| BANRISUL  | <a href="http://www.banrisul.com.br">http://www.banrisul.com.br</a>             |
| BESC - Banco do Estado de Santa Catarina  | <a href="http://www.besc.com.br">http://www.besc.com.br</a>                     |
| BNDES   | <a href="http://www.bn-des.gov.br">http://www.bn-des.gov.br</a>                 |
| BRDE - Banco Regional do Extremo Sul  | <a href="http://www.matrix.com.br/brde">http://www.matrix.com.br/brde</a>       |
| Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul  | <a href="http://www.caixars.com.br">http://www.caixars.com.br</a>               |
| CEF - Caixa Econômica Federal   | <a href="http://www.caixa.gov.br">http://www.caixa.gov.br</a>                   |
| Credibanco  | <a href="http://www.credibanco.com.br">http://www.credibanco.com.br</a>         |
| Paraná Banco S/A  | <a href="http://www.paranabanco.com.br">http://www.paranabanco.com.br</a>       |
| Unibanco  | <a href="http://www.unibanco.com.br">http://www.unibanco.com.br</a>             |
| FONTE: Pires, H.F. Reestruturação Inovativa e Desregulamentativa no Brasil, Rio de Janeiro, UERJ, 1999. |   |

**3. LIQUIDAÇÕES EXTRAJUDICIAIS,  
PRIVATIZAÇÕES E CRESCIMENTO DA  
PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS  
ESTRANGEIROS**

As políticas desregulamentativas e destrutivas desenvolvidas no Plano Real aumentaram a incerteza gerada nos agentes produtores e agravaram, ainda mais, o cenário recessivo do setor bancário, acelerando e forçando o processo de reestruturação inovativa dos bancos.

As políticas de estabilização no Plano Real e a "inserção competitiva" deste setor na eco-

nomia global provocaram um número expressivo de liquidação extrajudicial de importantes instituições financeiras de varejo e o crescimento do desemprego no setor. Segundo o BC de 1993 a 1998, 252 empresas do SFN foram extintas, significando redução de 23,66% em relação a 1993.

Entre 1994 e 1998, sob influência do PROER, ocorreram 62 alterações de controle acionário, 33 fusões e 44 liquidações extrajudiciais, totalizando mais de 104 bancos correspondendo a 37% (Ver Quadro 3) do total de todas as instituições financeiras passaram pelo processo de ajuste do SFN (Cf.: Conjuntura Econômica, jun.1999:06).

**QUADRO 3**  
*Instituições que Solteram Ajustes no Plano Real*

|    | INSTITUIÇÃO AJUSTADA                     | ANO | OCORRENCIA                |
|----|--|-----|---------------------------|
| 01 | Banco Adolpho Oliveira & Associados S/A  | 94  | Liquidação                |
| 02 | Banco Atlântis S.A                       | 94  | Liquidação                |
| 03 | Banco Bancorp S.A                        | 94  | Liquidação                |
| 04 | Banco Garavelo S.A                       | 94  | Liquidação                |
| 05 | Banco Hercules S.A                       | 94  | Liquidação                |
| 06 | Banco Sella S.A                          | 94  | Liquidação                |
| 07 | Brsbanco S.A Banco Comercial S.A         | 94  | Liquidação                |
| 08 | Banco Agrimisa S.A                       | 95  | Liquidação                |
| 09 | Banco Comercial Bancesa S.A              | 95  | Liquidação                |
| 10 | Banco Digibanco                          | 95  | Transferência de Controle |
| 11 | Banco GNPP S.A                           | 95  | Liquidação                |
| 12 | Banco Holanda Unido S.A                  | 95  | Incorporação              |
| 13 | Banco Interpacifico                      | 95  | Incorporação              |
| 14 | Banco Investcorp S.A                     | 95  | Liquidação                |
| 15 | Banco Investor S.A                       | 95  | Transform. em Bi          |
| 16 | Banco Open S.A                           | 95  | Liquidação                |
| 17 | Banco Rosa S.A                           | 95  | Liquidação                |
| 18 | Banco São Jorge S.A                      | 95  | Liquidação                |
| 19 | BFC Banco S.A                            | 95  | Liquidação                |
| 20 | BIQ - Banco Irmãos Guimarães S.A         | 95  | Liquidação                |
| 21 | Banco Banorte S.A                        | 96  | Transferência de Controle |
| 22 | Banco Comercial de São Paulo             | 96  | Liquidação                |
| 23 | Banco Crediplan                          | 96  | Incorporação              |
| 24 | Banco Finacom - Internacional - BFI S.A  | 96  | Liquidação                |
| 25 | Banco de Tokyo S.A                       | 96  | Incorporação              |
| 26 | Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A    | 96  | Liquidação                |
| 27 | Banco Drcama S.A                         | 96  | Liquidação                |
| 28 | Banco Econômico S.A                      | 96  | Transferência de Controle |
| 29 | Banco Francês e Brasileiro S.A           | 96  | Transferência de Controle |
| 30 | Banco Grande Rio S.A                     | 96  | Transferência de Controle |
| 31 | Banco Interion S.A                       | 96  | Liquidação                |
| 32 | Banco Merlinelli S.A                     | 96  | Transferência de Controle |
| 33 | Banco Mercantill S.A                     | 96  | Transferência de Controle |
| 34 | Banco Misasi S.A                         | 96  | Transform. em Bi          |
| 35 | Banco Nacional S.A                       | 96  | Transferência de Controle |
| 36 | Banco OK S.A                             | 96  | Transform. em Bi          |
| 37 | Banco Performance S.A                    | 96  | Transform. em Bi          |
| 38 | Banco Prime S.A                          | 96  | Transform. em Bi          |
| 39 | Banco Total S.A                          | 96  | Transform. em DTVM        |
| 40 | Banco Unimed S.A                         | 96  | Incorporação              |
| 41 | Banco Universal                          | 96  | Liquidação                |
| 42 | Banco Vsrig S.A                          | 96  | Transform. em Não Financ. |
| 43 | Banco ABC Brasil S.A                     | 97  | Transferência de Controle |
| 44 | Banco Banerindus do Brasil S.A           | 97  | Transferência de Controle |
| 45 | Banco Banerj                             | 97  | Transferência de Controle |
| 46 | Banco Banforti - Banco de Fortaleza S.A  | 97  | Liquidação                |
| 47 | Banco Bosvista S.A                       | 97  | Transferência de Controle |
| 48 | Banco Brsseg S.A                         | 97  | Transform. em DTVM        |
| 49 | Banco Cidam S.A                          | 97  | Incorporação              |
| 50 | Banco Comercial Paraguayo S.A            | 97  | Liquidação                |
| 51 | Banco Criferum S.A                       | 97  | Transform. em DTVM        |
| 52 | Eco. de Crédito Real de Minas Gerais S.A | 97  | Transferência de Controle |
| 53 | Banco Dimensão S.A                       | 97  | Transform. em Não Financ. |

|     |                                    |    |                           |
|-----|------------------------------------|----|---------------------------|
| 54  | Banco do Estado de Alagoas S.A     | 97 | Liquidação                |
| 55  | Banco do estado do Amapá S.A       | 97 | Liquidação                |
| 56  | Banco Progresso S.A                | 97 | Liquidação                |
| 57  | Banco Empresarial S.A              | 97 | Liquidação                |
| 58  | Banco Fininvest S.A                | 97 | Transferência de Controle |
| 59  | Banco Geral do Comércio S.A        | 97 | Transferência de Controle |
| 60  | Banco Gullinvest S.A               | 97 | Transform. em Não Financ. |
| 61  | Banco Interfinance S.A             | 97 | Liquidação                |
| 62  | Banco Itamarati S.A                | 97 | Transform. em Não Financ. |
| 63  | Banco Meridional do Brasil S.A     | 97 | Transferência de Controle |
| 64  | Banco Norchem S.A                  | 97 | Transform. em Não Financ. |
| 65  | Banco Porto Seguro S.A             | 97 | Liquidação                |
| 66  | Banco Português do Atlântico S.A   | 97 | Transferência de Controle |
| 67  | Banco Royal S.A                    | 97 | Transform. em Bi          |
| 68  | Banco Sheek S.A                    | 97 | Liquidação                |
| 69  | Banco SRL S.A                      | 97 | Transferência de Controle |
| 70  | Banco Vega S.A                     | 97 | Liquidação                |
| 71  | Banco Vetor S.A                    | 97 | Liquidação                |
| 72  | Banco América do Sul S.A           | 98 | Transferência de Controle |
| 73  | Banco Aplicap S.A                  | 98 | Liquidação                |
| 74  | Banco Bancred S.A                  | 98 | Transform. em AM          |
| 75  | Banco Bandeirantes S.A             | 98 | Transferência de Controle |
| 76  | Banco BBM Comercial, CI, CFI S.A   | 98 | Incorporação              |
| 77  | Banco BMD S.A                      | 98 | Liquidação                |
| 78  | Banco Brascan S.A                  | 98 | Transferência de Controle |
| 79  | Banco Brasileiro Comercial S.A     | 98 | Liquidação                |
| 80  | Banco Brasileiro Iraquiano S.A     | 98 | Liquidação                |
| 81  | Banco Cambial S.A                  | 98 | Transform. em Não Financ. |
| 82  | Banco de Crédito Metropolitano S.A | 98 | Transform. em CFI         |
| 83  | Banco de Crédito Nacional S.A      | 98 | Transferência de Controle |
| 84  | Banco Dibens S.A                   | 98 | Transferência de Controle |
| 85  | Banco do Estado do Mato Grosso S.A | 98 | Liquidação                |
| 86  | Banco do Estado de Rondônia S.A    | 98 | Liquidação                |
| 87  | Banco do Estado de Minas Gerais    | 98 | Transferência de Controle |
| 88  | Banco do Estado de Pernambuco      | 98 | Transferência de Controle |
| 89  | Banco Excel-Econômico              | 98 | Transferência de Controle |
| 90  | Banco Fital S.A                    | 98 | Transform. em Não Financ. |
| 91  | Banco Garantia S.A                 | 98 | Transferência de Controle |
| 92  | Banco Graphus S.A                  | 98 | Transferência de Controle |
| 93  | Banco Interatlântico S.A           | 98 | Transform. em Não Financ. |
| 94  | Banco Iochpe S.A                   | 98 | Transform. em Não Financ. |
| 95  | Banco Itabanco S.A                 | 98 | Transferência de Controle |
| 96  | Banco Liberal S.A                  | 98 | Transferência de Controle |
| 97  | Banco Merlinelli S.A               | 98 | Liquidação                |
| 98  | Banco Múltiplo S.A                 | 98 | Transform. em Não Financ. |
| 99  | Banco Noroeste S.A                 | 98 | Transferência de Controle |
| 100 | Banco Ômega S.A                    | 98 | Transferência de Controle |
| 101 | Banco Pontual S.A                  | 98 | Liquidação                |
| 102 | Banco Sistema S.A                  | 98 | Transferência de Controle |
| 103 | BCR - Banco de Crédito Real S.A    | 98 | Transferência de Controle |
| 104 | Milbanco S.A                       | 98 | Liquidação                |

FONTE: CADINF-DEORF/COPEC, 1999

A grande maioria das instituições financeiras que sofreram transferência de controle administrativo eram importantes bancos de varejo nacionais como, por exemplo:

- Banco Nacional S.A, a sexta maior instituição financeira nacional, comprado com recursos do PROER pela União de Banco Brasileiros S.A (UNIBANCO), em 18/11/96;

- Banco Econômico S.A, a sétima maior instituição financeira nacional, teve transferido o seu controle jurídico para o Banco Excel S.A, em 30/04/96. Este último banco foi comprado recentemente pelo Banco Bilbao Vizcaya Brasil;

- Banco Banorte S.A, a décima segunda maior instituição financeira nacional, comprado com recursos do PROER pelo Banco Bandeirantes S.A, em 17/06/96;

- Banco Mercantil S.A, comprado com recursos do PROER pelo Banco Rural S.A, em 31/05/95;

- Bamerindus S.A, o terceiro maior GCF do Brasil, comprado com recursos do PROER pelo Grupo HSBC, em 02/04/97;

- Boavista S.A, o oitavo maior GCF do Brasil, vendido com recursos do PROER pelo Banco Inter-Atlântico em 1997.

Em 1997, o setor bancário foi responsável por 15% do total arrecadado pelo governo nas privatizações comandadas pelo BNDES. A rentabilidade obtida pelo processo de privatização levou o governo a lançar no mercado fundos e certificados de privatização.

A continuação deste processo acelerado de privatização e de transferência de controle jurídico representou o quase desmonte do processo de conglomeração confinada do setor financeiro nacional.

As políticas de reestruturação do sistema financeiro nacional, entre 1994 e 1998, sob a égide do PROER, estimularam a participação dos bancos estrangeiros, cujo número passou de 37 para 58. Segundo o BC, entre 1988 e 1998, o conjunto de instituições financeiras estrangeiras, com controle estrangeiro, aumentou de 87 para 155.

O processo de privatização ampliou a escala de atuação no território dos bancos estrangeiros e, entre 1988 e 1998, o número de agências

desses bancos cresceu de 247 para 2395. Este crescimento significativo, verificado no número de agências de bancos estrangeiros, foi resultante da privatização e da transferência do controle jurídico de mais de 10 bancos estatais e de vários GCFs. As consequências deste processo verifica-se no aumento do remessa de lucro para o exterior, na vulnerabilidade do capital financeiro interno frente à competitividade destrutiva do capital externo pelo mercado financeiro interno, no crescimento do desemprego e de municipalidades desatendidas de serviços bancários, resultante do fechamento de agências e das atividades bancárias, pois a estratégia básica de crescimento desses bancos é de escopo e não de escala. Segundo o BC:

“Dentre estes bancos, o HSBC Bamerindus é o que detém a maior rede de agências (993). Logo após vem o grupo América do Sul-Sudameris (242), grupo Meridional-Bozano, Simonsen (226), Banco Bilbao Vizcaya Brasil (224), grupo Santander Noroeste-Santander Brasil-Santander de Negócios (194), Banco Bandeirantes (185), e grupo ABN AMRO-Bandepe (83).”

Entre os bancos estrangeiros que obtiveram expressiva rentabilidade no patrimônio líquido, no ano de 1999, merecem ser destacados segundo Ranking FGV os seguinte bancos: o Chase Manhattan, trigésimo quarto maior banco, com 41,95% de rentabilidade; o Bankboston, vigésimo segundo maior banco, com 21,96% de rentabilidade; o Citibank, quadragésimo terceiro maior banco, com 20,06% de rentabilidade e o Hong Kong and Shanghai Bank, sétimo maior banco, com 11,69% de rentabilidade.

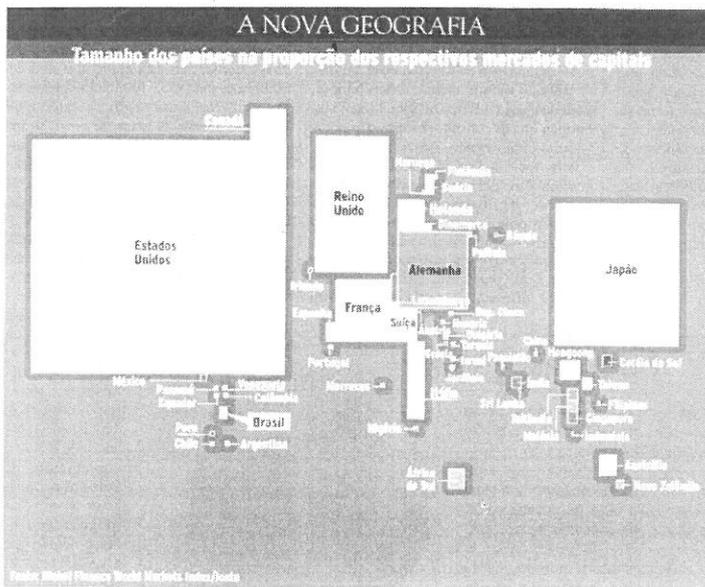
Algumas dessas instituições financeiras – as quais estão associadas a uma série de fundos – alcançaram resultados financeiros espantosos da ordem de 10, 20, 60 ou 70% de seu patrimônio líquido (EDUARDO SUPPLY, 1999). Um caso ilustrativo é do Banco J. P. Morgan e do Morgan Guaranty Trust, que obtiveram uma rentabilidade em janeiro que extrapolou o patrimônio do final de dezembro em 295% e 172,4% respectivamente. Tal lucro excepcional dos bancos teve origem: a) na desvalorização do real; b) na compra dos títulos cambiais emitidos pelo governo; c) na compra de dólares no mercado futuro e de subsidiárias no exterior.

No período de três semanas (entre 12 de ja-

neiro e 2 de fevereiro), um grupo de 24 instituições financeiras, predominantemente estrangeiras ou com participação de capital externo, lucraram R\$ 10,1 bilhões com a desvalorização de 39,05% do real, em operações no mercado futuro de dólar na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fluxos financeiros de entrada e saída de capitais do Brasil, atestam distorções e a vulnerabilidade do SFN, diante da circulação especulativa internacional

**4. FLUXOS FINANCEIROS NA ERA DO REAL**

A Revista Carta Capital de 10 de junho de 1998, baseada no Global Finance World Markets Index/Icatu, publicou uma imagem gráfica idealizando, comparativamente, o tamanho proporcional dos mercados de capitais dos países. A discrepância é extraordinária entre os mercados de capitais dos países ricos em relação aos países emergentes (Ver Figura 1 ilustrativa).



Em 1993, o Brasil conseguiu absorver 1,1% da oferta de crédito privado internacional, o equivalente a 10,9% dos recursos destinados aos países considerados emergentes. Em 1995, o mercado de operações derivadas de negócios feitos à vista (derivativos) era de US\$ 114,3 bi-

lhões de dólares, quase um quarto do Produto Interno Bruto. Segundo a Folha de São Paulo:

“Este mercado de “derivativos” é estimado entre US\$ 12 trilhões e US\$ 15trilhões, o que parece muito à primeira vista. Considerando o cacife financeiro de seus usuários, não impressiona tanto. Os fundos de pensão e os fundos mútuos americanos, por exemplo US\$ 8 trilhões (20 Brasis)... Apenas seguradoras e fundos de pensão da França, Alemanha, Japão e Inglaterra dispõem de mais de US\$ 5,7 trilhões (12 Brasis)”. (Cf. Folha de São Paulo, 19.05.1995:1-18).

A dimensão especulativa do mercado financeiro é um espectro que ameaça o sistema capitalista no período atual e pode desestabilizar qualquer economia, com o jogo do movimento especulativo de seus agentes entre as nações. Segundo Ladislau Dowbor:

“A circulação financeira internacional ultrapassou, em 1995, um trilhão de dólares por dia, para uma base de trocas efetivas de bens da ordem de 20 a 25 bilhões, o que significa uma circulação especulativa 40 vezes maior do que seria necessária para cobrir atividades econômicas reais.”

Segundo o BC, os ingressos de fluxos de investimentos externos diretos (IED) de 1995 a 1997 atingiram US\$ 27 bilhões em valores líquidos. A participação dos IED no processo de privatização cresceu 100%, entre 1996 e 1997, somando um afluxo de US\$ 5,2 bilhões, em 1997.

A brecha na lei, contida no documento normativo do BC — Carta –Circular nº 5 de 1969 (CC5), que regulamenta as aberturas de conta e a movimentação de recurso em moeda nacional em nome de residentes e domiciliados no exterior, permitiu que algumas distorções nos fluxos financeiros de 1997 se tornassem mais flagrantes. Em 1998, a localização de dependências de instituições financeiras do Brasil em George Town, com 22,50% das agências e escritórios, era superior ao verificado na praça de Nova York, com 13,33% (Ver Quadro 4).

| QUADRO 4                                 |              |                 |       |
|--|--------------|-----------------|-------|
| Localização das Dependências no Exterior |              |                 |       |
| (Autorizadas e em funcionamento)         |              |                 |       |
| Posição 31.12.98                         |              |                 |       |
|  | Cidades      | Ag./Escritórios | %     |
| 01                                       | George Town  | 27              | 22,50 |
| 02                                       | Nova Iorque  | 16              | 13,33 |
| 03                                       | Londres      | 11              | 9,17  |
| 04                                       | Nassau       | 11              | 9,17  |
| 05                                       | Miami        | 7               | 5,83  |
| 06                                       | Buenos Aires | 7               | 5,83  |
| 07                                       | Santiago     | 4               | 3,33  |
| 08                                       | Frankfurt    | 3               | 2,50  |
| 09                                       | Madri        | 3               | 2,50  |
| 10                                       | Tóquio       | 3               | 2,50  |
|  | Outras       | 28              | 23,33 |
|  | Total        | 120             |       |

FONTE: DEORF/DIORF, 1999

O afluxo de capitais proveniente das Ilhas Cayman, com 22,09% dos fluxos financeiros estrangeiros para o Brasil, está próximo ao dos Estados Unidos, com 28,62% (Ver Quadro 5). Estes dados despertam indagações e merecem uma investigação mais profunda, já que o Brasil não possui nenhuma relação comercial ou produtiva com as Ilhas Cayman que justificasse um afluxo tão elevado de capitais estrangeiros, quando comparado ao dos Estados Unidos.

| QUADRO 5                         |                       |             |                   |             |                   |             |
|----------------------------------|-----------------------|-------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------|
| Investimentos Diretos por Países |                       |             |                   |             |                   |             |
| Em US\$ milhões                  |                       |             |                   |             |                   |             |
| Discriminação                    | Estoque em 1995 (Dez) |             | 1996 <sup>1</sup> |             | 1997 <sup>1</sup> |             |
|                                  | Valor                 | Part. Perc. | Fluxo             | Part. Perc. | Fluxo             | Part. Perc. |
| Estados Unidos                   | 10852,2               | 25,52       | 1975,4            | 25,77       | 4382,3            | 28,62       |
| Alemanha                         | 5828,0                | 13,70       | 212,0             | 2,77        | 195,0             | 1,28        |
| Suíça                            | 2815,3                | 6,62        | 108,8             | 1,42        | 81,2              | 0,53        |
| Japão                            | 2658,5                | 6,25        | 192,2             | 2,51        | 342,0             | 2,23        |
| França                           | 2031,5                | 4,78        | 970,0             | 12,65       | 1235,2            | 8,07        |
| Canadá                           | 1819,0                | 4,28        | 118,5             | 1,55        | 66,2              | 0,43        |
| Reino Unido                      | 1792,6                | 4,21        | 91,5              | 1,19        | 182,0             | 1,19        |
| Ilhas Virgens (Britânicas)       | 1735,6                | 4,08        | 361,4             | 4,71        | 162,0             | 1,06        |
| Países Baixos                    | 1534,5                | 3,61        | 526,8             | 6,87        | 1487,9            | 9,72        |
| Itália                           | 1258,6                | 2,96        | 12,3              | 0,16        | 57,4              | 0,37        |
| Ilhas Cayman                     | 891,7                 | 2,10        | 655,7             | 8,55        | 3382,9            | 22,09       |
| Uruguai                          | 874,1                 | 2,06        | 81,2              | 1,06        | 56,1              | 0,37        |
| Bermudas                         | 853,1                 | 2,01        | 33,8              | 0,44        | 241,0             | 1,57        |
| Panamá                           | 677,4                 | 1,59        | 674,8             | 8,80        | 904,0             | 5,90        |
| Suécia                           | 567,2                 | 1,33        | 126,0             | 1,64        | 268,0             | 1,75        |
| Bélgica                          | 558,2                 | 1,31        | 111,5             | 1,45        | 135,0             | 0,89        |
| Ilhas Bahamas                    | 509,7                 | 1,20        | 74,3              | 0,97        | 300,0             | 1,96        |
| Luxemburgo                       | 408,0                 | 0,96        | 290,7             | 3,79        | 57,7              | 0,38        |
| Argentina                        | 393,6                 | 0,93        | 30,1              | 0,39        | 186,0             | 1,22        |
| Espanha                          | 251,0                 | 0,59        | 586,6             | 7,65        | 545,0             | 3,56        |
| Portugal                         | 106,6                 | 0,25        | 202,7             | 2,64        | 681,0             | 4,45        |
| Coreia do Sul                    | 3,8                   | 0,01        | 63,3              | 0,83        | 91,3              | 0,60        |
| Demais                           | 4109,7                | 9,66        | 165,8             | 2,16        | 266,0             | 1,74        |
| Total                            | 42530,0               | 100,0       | 7665,4            | 100,0       | 15311,1           | 100         |

FONTE: FIRCE, 1999

<sup>1</sup> Considera os ingressos de investimentos acima de US\$10 milhões por empresa receptora/ano. A participação global dos dados dessa amostra no montante total ingressado atingiu 73,6% e 81,6% em 1996 e 1997, respectivamente.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- BAER, M. *A Internacionalização Financeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 1986.
- CAMPELO, M & MORENO, R. Regulamentação, conglo meração, retorno e risco na indústria bancária brasileira: uma perspectiva de longo prazo. In *Revista Brasileira de Economia (RGE/FC)*, 50(2):205-226, 1996.
- CASSIOLATO, J. The user-producer connection in hi-tech: a case-study of banking automation in Brazil. In SCHMITZ, H. & CASSIOLATO, J. *Hi-tech for industrial development: Lessons from the Brazilian experience in electronics and automation*, Routledge, London, 1992.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Ranking FGV de Bancos - Mudanças notáveis, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia, Vol 51 (06):22-30, Junho 1997.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Os Maiores Bancos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia, Vol 53 (06):06-08, Junho 1999.
- DELUIZ, N. *Formação do Trabalhador: Produtividade & Cidadania*, Rio de Janeiro, SHAPE Editora Ltda, 1995.
- DEPIN *Série Estatísticas: Panorama do Setor de Informática*, Secretaria da Ciência e Tecnologia, 1(1):01-137, Setembro 1991.
- DOWBOR, L. *A Reprodução Social*, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1998.
- INFORMÁTICA EXAME. O novo fôlego da automação bancária, pp.03-09, março de 1987.
- ..... Os Campeões da Automação, pp.52-60, maio de 1996.
- FREEMAN, C. Technical Change and Future Trends in the World Economy. *Futures*, 25(6):621-635, 1993.
- FORTUNA, E. *Mercado Financeiro: Produtos e serviços*, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1996.
- PIRES, H.F. *Reestruturação Industrial e Alta-tecnologia no Brasil: As indústrias de Informática em São Paulo*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1995.
- ..... Reestruturação Inovativa e desregulamentativa do bancos no Brasil, Buenos Aires, 6º Encontro de Geógrafos de América Latina, Artigo gravado no CD-Room do Encontro, 1997.
- ..... Reestruturação Inovativa e Reorganização das Instituições Financeiras do Setor Privado do Brasil, In: *Revista Geourj* 2, 1997, p.65-79.
- SUPLICY, E. CPI: Novas regras para o sistema financeiro. In: *Revista Política Hoje*, Número 3, 1999: <http://www.politicohoje.com.br/>
- \* Este artigo é parte da pesquisa em andamento: "Reestruturação Inovativa e Desregulamentativa: A crise das instituições financeiras do Brasil" (PIRES, 1995; PIRES, 1997ab). Gostaria de agradecer a Cecília da Silva Girão, aluna do Depto de História e Bolsista PIBIC/UERJ, pela dedicação a este trabalho e na coleta de dados.

# Autonomia da Penúria: O Projeto do MEC

CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA

PROFESSORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ  
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

“Autonomia, s.f., faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade de se reger por leis próprias; emancipação; independência.”

“Autônomo; adj. – que se governa por leis próprias; independente; livre”.

(Aurélio Buarque de Hollanda)

“a autonomia da universidade é assim o poder que possui esta entidade de estabelecer normas e regulamentos, que são o ordenamento vital da própria instituição dentro da esfera da competência atribuída pelo Estado, e que este repute como lícitos jurídicos”;

“a autonomia pode ser exercida em diversas esferas: no plano político; no plano administrativo, dentro dos limites do seu peculiar interesse; no plano financeiro com as suas verbas e o que seu patrimônio próprio; no plano didático, estabelecendo os seus currículos”

(José Alfredo de Oliveira Baracho)

Muitas são as definições, os pareceres e opiniões acerca da autonomia universitária. Nós nos filiamos ao entendimento abrangente desse conceito que, além de suas prerrogativas conceituais e legais, busca na sua dimensão prática a efetividade e totalidade desse princípio. A autonomia deve ser entendida, por um lado, na sua integralidade constitucional, ou seja, na defesa intransigente da auto-aplicabilidade do art. 207<sup>1</sup> da Constituição Federal, articulada ao art. 212<sup>2</sup> dessa mesma Constituição; por outro, na luta cotidiana de cada Instituição de Ensino Superior (IES), de construção de mecanismos democráticos que materializem normas e

procedimentos capazes de garantir a independência e a liberdade de saberes desatrelados das interferências externas, em particular, autônomo em relação às exigências instrumentais do mercado. E, aqui, cabe um pequeno esclarecimento. Atualmente, as posturas neoliberais anunciam como grande novidade a articulação Universidade-mercado, como se, historicamente, essa articulação não houvesse existido, ou, pior, sugerem, de forma subliminar, uma identidade excessivamente abstrata do conhecimento produzido nas IES. Grande falácia! A Universidade Pública brasileira sempre esteve vinculada às transformações históricas e, por

## A universidade distancia-se, a cada dia, da produção de conhecimento de interesse público

consequente, nevrálgicamente implicada com o desenvolvimento produtivo, econômico e social.

Na verdade, o discurso da inevitabilidade da reforma dessa instituição para atingir dimensões de modernização, protagonizado particularmente pelo MEC, pretende disciplinar os interesses do mercado como o centro do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, à revelia da autonomia plena das universidades. O que os arautos do poder pretendem é atrelar a ordem da emancipação e soberania nacionais aos interesses de organismos financeiros internacionais. A partir de 1994, estes interesses aparecem basilados, mais explicitamente, no documento "La enseñanza superior - las lecciones derivadas de la experiencia", oriundo do Banco Mundial, cuja essência revela um projeto de gerenciamento empresarial para as universidades.

O que está em jogo é a adequação imediata e instrumental das universidades voltadas para demandas focalizadas e pontuais no mercado, predominantemente privadas. A Universidade distancia-se, a cada dia, da produção de conhecimento de interesse público - especialmente aquele de baixo ou

nenhum interesse do mercado e, por isso, incapaz de captar recursos - que se destinam à superação das desigualdades sociais.

Todas as iniciativas do MEC e do Ministro Paulo Renato (o projeto de lei que dispõe sobre a autonomia das universidades foi a última delas) constituem um rol de estratégias de desconstrução da Universidade pública. O objetivo é atender ao único e precípua interesse dos mandarins internacionais: a redução do *déficit* público. A Universidade, claro, é culpada pelo *déficit* e, portanto, deve ser desfinanciada e estimulada a captar recursos no mercado, mesmo que, para isso, sua autonomia, constitucionalmente consagrada, seja desrespeitada, subjugada; seus currículos redefinidos conforme o gosto do comprador e, se for o caso, algumas áreas de conhecimento extirpadas do terreno universitário.

A proposta de autonomia universitária recentemente anunciada pelo Ministério da Educação configura-se em um projeto de lei ordinária para substituir a Proposta de Emenda Constitucional nº 370/96, que já tramitava no Congresso Nacional há bastante tempo. Todos conhecemos e acompanhamos os debates em torno da PEC 370/96. Alvo de

várias críticas e objeto de muita resistência durante o primeiro mandato de FHC, a PEC 370/96 acabou por ser engavetada. Agora, sob nova roupagem, volta à cena, esboçada como projeto de lei sem número - já que até a redação deste artigo não foi encaminhada ao Congresso Nacional.

A proposta do Ministério é mais uma tentativa do governo que pretende desregular o sistema federal de ensino superior. A pretensão é reduzir custos, desonerando o Estado de suas obrigações com a manutenção do ensino superior, passando a financiar as atividades e não as instituições. Trata-se de mais uma investida no corolário da reforma administrativa, que busca, através da autonomia, implementar o contrato de gestão.

As diretrizes do MEC, na verdade um enunciado de intenções, concentram-se no debate do contrato de gestão das instituições, estimulando o financiamento privado, através de parcerias sem assegurar, de forma explícita, os recursos indispensáveis ao ensino público superior. A proposta governamental impõe, na sua essência, o modelo gerencial às universidades. A prioridade orienta-se pela redução de despesas e crescente aumento de receitas próprias, instituindo entre as IES uma lógica competitiva com conseqüências nefastas às universidades dos Estados ou regiões historicamente menos desenvolvidas. Com isso, essas universidades dispõem de menores condições de competitividade, acarretando a inevitável perda de talentos para àquelas capazes de oferecer melhores condições de salário e ensino.

O contrato de gestão, na prática, atomiza as universidades, implode a carreira docente - uma vez que cada Universidade passa a

firmar sua carreira, conforme seu desenvolvimento e sua capacidade de auto-sustentação -, gerando o "darwinismo social" no interior das universidades, privilegiando as regiões mais ricas em detrimento das mais pobres. Inverte-se, assim, qualquer lógica de desenvolvimento integral da sociedade, preservando e reforçando as disparidades regionais e, por conseguinte, sociais. Desta forma, a pesquisa, as inovações científico-tecnológicas deixam de ser uma das atividades inerentes ao princípio da indissociabilidade prevista no artigo 207 e passa a ser um privilégio restrito a alguns centros de excelência, de preferência, os sintonizados com os interesses de seus financiadores.

Ora, romper com a Constituição é suplantado o mais fecundo e genuíno espectro da ciência, por sinal bastante preservado em todos os países que alcançaram elevados patamares de desenvolvimento. Não se garante autonomia com essa lógica de dependência ao mercado. Autonomia não é apenas a independência da instituição universitária, mas a do próprio saber humano. As universidades não serão o que devem ser se não cultivarem a consciência da independência do saber e se não souberem que a supremacia do saber, graças a essa independência, é levar a um novo saber criativo, crítico e livre. Para isso, a democracia institucional, onde a produção do conhecimento prescindia da busca frenética de recursos externos, necessita de recursos públicos autônomos.

Inauguro, aqui, um conceito que, embora não tenha explicitado, é fundante na autonomia universitária: a democracia não apenas política, expressa na eleição direta dos dirigentes universitários, mas de financiamento. Talvez, este seja o conceito mais incompatível com o neoliberalismo: a idéia de

Cada um por si, é isso o que deseja a utopia neoliberal. A quebra de qualquer solidariedade e colaboração de classe. A busca do "salve-se quem puder".

que o Estado Social desequilibra o mercado e a democracia, como maior responsável pela redução da regulação do mercado, ou seja, o estado democrático, caracterizado como incontrolável, permissivo, pois que a resistência e as reivindicações hipertrofiaram o Estado Social. Sobre esse aspecto, diferentes autores de relevância já trataram e não os menciono por ser este menos um artigo acadêmico e mais uma carta de resistência a favor da Universidade pública, democrática e autônoma. No entanto, todos que tratam dessa incompatibilidade entre o neoliberalismo e a democracia chegam a uma mesma solução, caracterizada pela máxima: menos democracia e mais competição entre os indivíduos.

Cada um por si, é isso o que deseja a utopia neoliberal. A quebra de qualquer solidariedade e colaboração de classe. A busca do "salve-se quem puder". Essa lógica presente na sociedade, de modo geral, expressa-se de maneira exemplar nas universidades, com a quebra da autonomia universitária.

Nós, professores, por vezes, sem nos atermos à essência individualista e fragmentadora dessa proposta, saímos apressadamente justificando esse ou aquele aspecto da necessidade de reforma das IES, sem nos

apercebermos do caráter geral dessas investidas que, na verdade, apontam para a autonomia da escassez, da penúria e da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O MEC sai regulamentando eleições para dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; regulamentando sistemas de avaliação, de diretrizes curriculares, ferindo, com isso, o princípio da auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal de 1988. O governo age através de emendas, projetos de lei ou de qualquer outro expediente que sirva ao objetivo de desarticular os diferentes sistemas públicos, tornando as universidades ilhas isoladas umas das outras, individualizadas e, assim, mais vulneráveis à implementação de sua lógica que genuinamente pertence ao Banco Mundial e seus interesses de controle empresarial.

A nós, comunidade universitária: professores, servidores técnico-administrativos e estudantes, cabe resistir. Imprimir outra lógica amparada na liberdade político-pedagógica, de gestão financeira e administrativa. Cabe à comunidade universitária defender a autonomia plena, a liberdade do conhecimento em prol da soberania nacional e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

No início deste breve artigo, apontamos, além da dimensão conceitual e legal, as dimensões prática e a cotidianidade da construção da autonomia universitária e é sobre esse último aspecto que depositamos nossa maior energia e expectativa, conclamando ao debate e à resistência.

As idéias neoliberais podem não passar de idéias, a partir do momento em que todos resolvamos defender a Universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, que vise a produção de conhecimento de qualidade em todos os níveis, de forma livre e sem a subordinação a qualquer interesse privado ou privatista. Temos a responsabilidade de defender as instituições democráticas que construímos, de saldarmos o déficit, não o que nos querem impingir, mas o déficit social. O déficit de um desenvolvimento pelo alto, desigual e combinado, que pretende represar partes da Universidade, como estratégia de estagnação de setores do país, historicamente aparelhados pelos donos do poder e suas práticas fisiológicas, clientelistas e tutelares.

Estamos no último ano de um século, no ocaso de um milênio. Não permitiremos, às vésperas do século XXI, tamanha vulgarização da Universidade que, pela lógica governamental, seria regida pela clássica retórica liberal do *laisser-faire, laisser-passer*.

A autonomia não é instituída pelo governo nem pelo Estado, tampouco é um legado que se extinga por decreto. A autonomia é um elemento estrutural da Universidade e isso a distingue de qualquer outro ente público.

A Universidade tem um papel estratégico no desenvolvimento de uma sociedade e, portanto, sua autonomia é imprescindível.

## Notas

<sup>1</sup> Art. 207 – As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo 1º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

Parágrafo 2º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

<sup>2</sup> Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

## Bibliografia

ADUA – Associação de Docentes da Universidade do Amazonas. *Projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades*. In.: Caderno Temático I. Manaus: out., 1998.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília: out., 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. MEC – *Projeto de Lei – Dispõe sobre a autonomia das universidades Federais e dá outras providências*. Brasília, 1999.

# Identidades Engendradas

Maria Consuelo Cunha Campos

---

*Professora do Instituto  
de Letras da Uerj*

---

## 1. Fraudes e falsificações

C

ENA UM: Isto É, revista brasileira de grande tiragem, em sua edição 1535, de 3 de março de 1999, inclui, entre as resenhas do noticiário estampado pela grande imprensa nacional na semana anterior, matéria sobre o indiciamento, por falsificação de documento, da modelo Roberta Close.

“Seu marido” (p.10), diz o texto, “foi detido no Rio de Janeiro pela Polícia Federal com um passaporte falsificado da esposa”, quando acabava de sair do consulado estadunidense, aonde fora tentar o visto para a modelo, no passaporte com o nome por ela adotado, Luísa Gambine, após cirurgia de mudança de sexo. A fraude foi descoberta pelo funcionário consular, que negou o visto e chamou os federais.

Cena dois: dois anos antes, o Conselho Federal de Medicina aprova uma resolução, permitindo a cirurgia gratuita de transexuais em hospitais universitários públicos, ligados à pesquisa. Na ocasião, a modelo, que já havia sido operada, em 1989, na Inglaterra - justamente porque a cirurgia não era então possível no Brasil -, dera declarações a respeito, afirmando que a medida deveria ser conseqüentemente seguida por uma mudança na legislação brasileira, de modo a permitir às pessoas operadas a alteração dos documentos.

Pleiteando, ela própria, tal autorização em caráter individual, Roberta Close entrara com processo na justiça. O Supremo Tribunal negou, entretanto, em última instância, o pedido da modelo, pondo fim à sua luta jurídica, sob a alegação da prevalência do sexo masculino registrado no nascimento.

Cena três: aeroporto de Heathrow, Londres, abril de 1997. Todos os passageiros procedentes do vôo de Zurich completam a rotina do desembarque: recolhem suas bagagens, exibem seus passaportes, fazem a alfândega, entregam formulários e declarações com seus dados, destinos e procedências. Apenas a modelo alta de cabelos longos e vestido justo parece hesitar ainda antes de iniciar a rotina. O agente federal, por isso, faz-lhe sinal para que se apresse e examina-lhe, mecanicamente, como os dos

demais passageiros, o documento. Suas feições, de imediato, alteram-se: o nome, Luiz Roberto Gambine, e o sexo, masculino, destoa da figura, indubitavelmente feminina, que vê tanto no retrato quanto ali mesmo, em pessoa, diante dele. Ela, então, explica-lhe ser seu único passaporte e, igualmente, ser-lhe impossível, em seu país, o Brasil, a troca da identidade masculina. Perplexo e incrédulo, o agente inglês é, ainda, informado de que ela teria nascido hermafrodita e de que, adulta, fora operada, tornando-se, assim, mulher, o que tenta comprovar, inutilmente, com os papéis que retira da bolsa. Ele a interrompe e, suspeitando de que se trate de um terrorista irlandês, habilmente disfarçado de bela modelo latino-americana para entrar na Inglaterra, via Suíça, sem despertar suspeitas, chama uma policial para que proceda à revista íntima da passageira. Confirma-se tratar-se, de fato, de uma mulher. Apesar disto, Roberta Close é presa por horas e humilhada pelos policiais ingleses. Finalmente, após muito choro e constrangimento, decidem soltá-la, como a imprensa brasileira, discretamente, noticia, então.

Cena quatro: Rio de Janeiro, verão de 1998. A jornalista Lúcia Rito, tendo concluído mais de quinze horas de gravação com a modelo, põe ponto final no livro *Muito prazer, Roberta Close*, que seria lançado, no mesmo ano, pela Rosa dos Tempos, um selo editorial da Distribuidora Record especializado em questões de gênero (gender). No Prefácio, a autora conclui:

Meu desejo é que o resultado vá além da trajetória de Roberta Close e que este livro reflita o modo de vida de um grande número de pessoas que, por nascerem diferentes, ainda são tratadas com preconceitos vitorianos pela sociedade. (RITO, 1998, p. 14)

Cena um (novamente). Em matéria estampada pelo jornal popular *Extra*, do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1999, Roberta Close

assume a autoria do crime de falsificação de seu passaporte, justificando-o pelo temor de sofrer mais outros constrangimentos - desta vez no desembarque nos Estados Unidos - a exemplo dos já sofridos, na revista íntima e nas demais humilhações que se seguiram à detenção, em Londres, episódio narrado no depoimento a Lúcia Rito. A propósito: no início e no final do livro que resultou deste depoimento, estão, em fac-símile, respectivamente, o passaporte e a cédula de identidade da modelo.

## 2. Gênero (gender) e gênero (genre)

O que fazem, em colóquio acadêmico e em texto ensaístico sobre identidades de gênero, matérias extraídas de jornal popular, de revista de circulação nacional, não acadêmica, de livro de testemunho, quando o senso comum identifica a primeira destas fontes como de cunho sensacionalista, de escopo granjeador de largas tiragens, e as demais, como próprias, antes, da cultura de massas que da alta literatura e, ainda mais, dispostas como se fossem uma sucessão de cenas teatrais ou cinematográficas -, à maneira de uma narrativa não cronológica, ou mesmo de um roteiro, em um texto que se supõe dissertativo?

Estaria, acaso, perguntaria este mesmo senso comum, com isso, um colóquio sendo desviado de sua rota, seqüestrado para o coloquialismo, mergulhado na linguagem coloquial e nos *faits divers* das manchetes e dos best sellers da cultura de massa?

Estaria o território da alta cultura, dos discursos literários canônicos sendo invadido por biografias jornalísticas?

Responder a tais questionamentos, provenientes do velho senso comum, supõe reportar-nos, antes de mais nada, a uma possibilidade aberta na pós-modernidade, a da

mutação do corpo, que permite, no caso, transformar cirúrgica e hormonalmente numa mulher alguém não pertencente pelo nascimento ao sexo feminino.

A discussão sobre mutações corporais, em geral, intensificou-se a partir da segunda metade da década de oitenta, quando estas novas técnicas cirúrgicas, bem como outras intervenções corporais abriram possibilidades, até então simplesmente impensadas, de construções identitárias, inclusive de gênero.

Com a emergência da sociedade pós-moderna do espetáculo, foi produzido o palco para este novo corpo, em permanente mutação, conforme a tese desenvolvida por Nízia Villaça e Fred Góes em seu livro *Em nome do corpo*.

Se, sobre a identificação psíquica de um indivíduo com sexo diferente daquele do seu nascimento já havia, desde décadas passadas, extensa bibliografia, esta era, sobretudo, médica, e a própria colocação do tema sob a rubrica "aberrações sexuais" já indiciava a patologização do fenômeno, que a medicina, então, buscava curar e normalizar, através da reintegração do psiquismo do paciente ao corpo biologicamente dado.

A retirada, sob pressão do Movimento Gay, do homossexualismo da relação de doenças listadas pela Organização Mundial de saúde, certamente foi um dos fatores que contribuiu para mover a questão das novas identidades sociais de gênero do campo das patologias médicas para o das novas representações do eu.

A aliança entre a reprodutibilidade técnica, característica do projeto da Modernidade, que permite, por exemplo, as horas de fitas gravadas necessárias à escrita do livro testemunho e a valorização pós-moderna do gênero - com a atribuição, por exemplo, do Nobel da Paz à Rigoberta Menchú - associado à emergência de novos atores sociais, como

aqueles oriundos de segmentos oprimidos e marginalizados, como os povos nativos das Américas, e como as camadas subalternas, permitiu que a vida de pessoas singulares, tais como narradas ao/à leitor/a por meio do/a jornalista, se tornasse exemplar da trajetória de uma comunidade excluída.

Silviano Santiago, em artigo intitulado "O Intelectual Modernista Revisitado" (1987), retoma a famosa citação, pelo Oswald de Andrade memorialista de Sob as ordens de mamãe, da afirmativa de Antônio Cândido, segundo a qual as memórias, cartas e documentos pessoais seriam condição sine qua non para a maioria de uma literatura. No artigo, Silviano, agudamente, associa ao legado modernista brasileiro a publicação de memórias, por escritores quando já prolectos e lastreados por uma obra literária canônica, narrando então fastos infantis vividos em famílias patriarcais brasileiras.

Gênero, geração, etnia e classe social se entrelaçam então, prosseguimos nós, nestes relatos de escritores, majoritariamente brancos e originários de camadas rurais hegemônicas, construindo identidades sociais do Brasil arcaico e autoritário no qual veio a instaurar-se o projeto modernista.

Em atitude oposta à dos modernistas, encontramos os textos dos ex-exilados de 68. Clã, família patriarcal, infância, adolescência estudantil não existem nos seus textos autobiográficos. Todos já surgem personagens adultos, maduros, maravilhosos e politizados.

No entanto, dos seus livros se depreende a visão de uma história que não foi narrada na própria época dos acontecimentos, em virtude da censura que tomou conta dos veículos de comunicação de massa. Se para os modernistas a memória é um exercício com vistas ao conhecimento do social, para os ex-exilados é uma escrita do resgate da história. (SANTIAGO, 1989, p. 168)

Se, portanto, aos modernistas apetece a *Bildung*, a narrativa da formação, ancorada no capital da produção de uma obra literária então já canônica e no da idade madura, os ex-exilados, ao contrário, prescindem de tais títulos para investirem em narrativas autobiográficas; não sendo idosos nem, tampouco, escritores literariamente consagrados, seu capital é, portanto, apenas o da própria experiência da militância vivida na resistência ao regime de exceção, que narram.

Uns e outros, todavia, produzem textos de assinatura e de autoria, no sentido tradicional do termo, circunscrevendo-se ao pacto autobiográfico que permeia a escrita do eu e sua condição autoral. Tais como os caracteriza George Yudice, em "Postmodern fiction: the aporias of representing diversity",

Testimonies are held up as exemplars of forms of life that have resisted or transcended the strong arm of domination (YUDICE, 1994)

Atento à complexidade recoberta pelo gênero (genre), o autor, noutro texto, "Testimonio conscientización", fornece-nos uma pequena genealogia do testemunho, reportando-nos, inclusive, a uma novelização etnográfica pioneira da vida de um ex-escravo. Para Yudice, este abandono de um eu burguês, que estaria no nascedouro do escritor de testemunhos, disposto ao resgate de narrativas reprimidas pela história oficial, fundaria um pacto de solidariedade, unindo o/a jornalista ou intelectual ao/à cidadão/ã cujo testemunho ele/ela transforma em escritura.

Em 1970, a Casa das Américas, de Cuba, canonizaria, por assim dizer, o gênero, conferindo um prêmio literário a textos não correspondentes a rubricas então vigentes. Isto ocorreu no bojo de uma luta ideológica acerca do papel do intelectual latino-americano e visava a conferir reconhecimento ao

papel solidário do/a intelectual, contrastando com uma escritura dita autorreferencial, infensa ao diálogo com sujeitos marginalizados, hegemônica durante o chamado "boom" latino-americano dos anos 60. Numa perspectiva socialista e solidária, ao testemunho interessava mudar posições desfavoráveis de grupos e de classes subalternas, muito mais do que simplesmente desconstruir representações de identidade.

Entre os fatores relacionados à emergência do gênero testemunho, Yudice destaca a tendência a valorizar a identidade forjada por grupos subalternos, em sua luta não só pelo reconhecimento, mas também por uma outra estrutura econômica e social. A pedagogia do oprimido, de Paulo Freire e a teologia da libertação latino-americana acentuam, à época, a conscientização, como auto-conhecimento e conhecimento do mundo, que obtêm os grupos subalternos no enfrentamento com sua própria experiência, dos discursos vigentes.

Não se pretende mais, pois, falar pelo oprimido, mas dar-lhe voz, para que ele próprio fale, na mediação que se estabelece, cedendo-lhe o privilégio enunciante.

As marcas deste pacto, firmado, no caso de Muito prazer, Roberta Close, entre Lúcia Rito e sua biografada, são encontradas desde o prefácio da obra.

Com o tempo, tornamo-nos cúmplices e choramos juntas nas passagens mais dolorosas de sua vida: as lembranças dos preconceitos que enfrentou, a adolescência conturbada, a convalescência da operação.

O livro explicita o propósito de contribuir para uma transformação social acerca das pessoas que não se enquadram, pelo nascimento, nas identidades de gênero que lhe são socialmente impostas.

Restaurado, nos anos oitenta, o estado de direito no Brasil e instaurado nele, a seguir, o projeto neoliberal de construção do estado mínimo, surgem novos gêneros discursivos, dentro do universo do testemunho que, por sua práxis correspondem a uma estética de autoformação. As primeiras pessoas bem sucedidas na ultrapassagem de barreiras, na desconstrução de estereótipos narram sua vida na perspectiva de uma exemplaridade transgressora da exclusão ou marginalização a que, por seu segmento de origem (gênero, classe social, etnia, etc) estariam fadadas, e, assim, de um espelhamento multiplicador. Já não se pretende instaurar a revolução, numa sociedade em que o pós-utópico se transforma, cada vez mais, em distópico: estes novos atores sociais vêm pactuar sua condição testemunhal com transcritores/colaboradores, através da mediação de sua escrita e em favor de uma função representativa assinalada a suas biografias. À exemplaridade ratificadora dos estereótipos e preconceitos sociais das biografias de homens célebres, brancos, de classe média e já falecidos, que presidiram ao nascimento do gênero biográfico entre nós, contrapõe-se, portanto, uma exemplaridade transgressora de estereótipos e preconceitos, através de testemunhos femininos, onde o sexismo, a homofobia, o racismo são questionados a partir da construção das próprias identidades biografadas.

Abordando a construção, pelo pensamento ocidental, do Orientalismo, Edward Said observa que o Ocidente pressupõe a impossibilidade, por parte do seu Outro, de auto-representação. Isto o autorizaria a assumir a missão de fazê-lo, produzindo, então, o discurso orientalista como esta representação do Outro. Em perspectiva de testemunho, Said relata, em sua obra clássica sobre o tema:

Muito do meu investimento pessoal neste estudo deriva da minha consciência de ser um "oriental" como uma criança que cresceu em

duas colônias britânicas. Toda a minha educação, nessas colônias (Palestina e Egito) e nos Estados Unidos, foi ocidental e, no entanto, aquela profunda primeira impressão permaneceu. De muitas maneiras o meu estudo do orientalismo foi uma tentativa de inventariar em mim o oriental, os traços dessa cultura cuja dominação foi um fator tão poderoso na vida de todos os orientais. (SAID, 1990, p.37)

A vida de um árabe palestino, no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, é desanimadora. Existe aqui um consenso quase unânime de que politicamente ele não existe e, quando é admitido que ele existe, é como um incômodo ou como um oriental. A teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e da ideologia desumanizante que contém o árabe ou o muçulmano é realmente muito forte, e é esta teia que cada palestino veio a sentir, como seu destino singularmente punitivo. (SAID, 1990, p.38)

Para se construir, portanto, o/a marginalizado/a, excluído/a/ deve promover um deslocamento radical de perspectiva, assumindo, como bem lembra Heloísa Buarque de Holanda, como ponto de partida de suas análises o direito dos grupos marginalizados de falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais que normalmente os excluem, usurpam suas funções de significação e representação e falseiam suas realidades históricas. (BUARQUE DE HOLANDA, 1994, p. 8)

Este direito às construções identitárias vem consubstanciando, nos livros de testemunho contemporâneos brasileiros um protocolo bem específico: em suas capas, por exemplo, estampam-se os retratos, coloridos e sorridentes, das depoentes, predominando os tons de branco, vermelho e preto no registro de seus

nomes e dos das jornalistas que as entrevistaram e colheram seu testemunho; o material fotográfico que cria as referências iconográficas de suas vidas é copioso. Publicados por editoras diversas e mediatizados por jornalistas com formação acadêmica em geral pós-graduada, frequentemente no exterior, eles narram, através do depoimento transcrito, as lutas de identidades sociais marginalizadas ou excluídas.

Se Muito prazer, Roberta Close narra a construção da identidade feminina de uma pessoa nascida com má formação genital e registrada como homem e o drama subsequente do descompasso instaurado entre a identidade civil de Luiz Roberto Gambine Moreira atribuída a quem viria a tornar-se, adulta, Luiza Gambine/Roberta Close, BeneDita, por seu turno, é um livro que narra a trajetória de êxito em superar preconceitos de raça, gênero e classe social da ex-vereadora do município do Rio de Janeiro, ex-deputada federal e senadora e atual vice-governadora do estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, bem como seu pioneirismo como mulher, favelada e negra em exercer tais mandatos populares:

Por que eu me propus a falar sobre a minha vida? Por que eu quero me colocar neste livro? Por que eu exponho o meu interior, a minha privacidade?

Porque quero servir de inspiração para outras mulheres que não tiveram o privilégio de ter sua vida contada num livro. A minha vida é reproduzida na vida de várias beneditas, marias, terezas... que representam aquilo que sou: mulher, negra, da favela. (MENDONÇA e BENJAMIN, 1997, p.7).

Narrado em terceira pessoa, o livro sobre Luísa Gambine/Roberta Close/Luís Roberto Gambine Moreira é o relato de uma identidade múltipla. Luís Roberto Gambine Moreira corresponde à identidade brasileira da pessoa

cidadã, ao registro civil, à identidade documental, do passaporte e da cédula, em desacordo com a atual identidade feminina pós-operatória a que continua a legalmente corresponder. É a identidade dentro das fronteiras do estado-nação, congelada, sinalizando a impossibilidade, para a ótica do ordenamento jurídico deste estado nacional, da ultrapassagem das fronteiras do gênero.

Em seu artigo intitulado *Gendered Identities in international Relations*, Jill Krause focaliza as questões identitárias e de gênero em contextos nacionais e globais, ressaltando o quanto elas são fundamentais para a construção das identidades políticas contemporâneas. Gênero seria, assim, uma categoria capital da construção de categorias outras de inclusão e de exclusão, sobre as quais se estabelecem direitos, inclusive de cidadania.

A relação marital estável com um cidadão suíço permitiu a Luísa Gambine - identidade vivida na Suíça, fora, portanto das fronteiras brasileiras, por Roberta Close/Luís Roberto Gambine Moreira - a renovação anual da permanência naquele país, bem como a placa, em seu nome, registrada na prefeitura da cidade, que se lê na porta do apartamento residencial.

O desconhecimento, pelo mundo da moda parisiense (por onde, anteriormente ao domicílio suíço, também passara, em sua trajetória de vida), permitiu-lhe ser tratada como uma igual pelas demais modelos estrangeiras com as quais desfilou nesta Meca fashion, nas passarelas dos grandes nomes da alta costura.

No Brasil, Roberta Close representa a identidade pública, inicialmente o alter ego, escape para o problema identitário resultante do registro e da socialização institucional compulsória, familiar e escolar

como homem, em desacordo com a identidade psíquica feminina sobre a má formação genital congênita. Do nome da publicação, *Close*, da extinta editora Vecchi, onde, adolescente, teve fotos eróticas publicadas, surgiu o pseudônimo. Bifurcando, nas formas femininas de Luísa e de Roberta, o duplo prenome Luís Roberto, cinde também a identidade pública adotada no Brasil e a identidade adotada na Europa, tanto no âmbito privado quanto no público (uma vez que dá, usualmente, entrevistas, a televisões européias, sobre transformações de gênero).

### 3. Etnocentrismo e sexismo

Cena um: Pequim, 1964, ano em que a República Popular da China explode sua primeira bomba atômica. René Gallimard, um diplomata francês em serviço, assiste a uma representação especial para o corpo diplomático ocidental da ópera *M. Butterfly*, de Puccini. Fascinado pela interpretação do soprano chinês, no papel título, na ária "Un Bel Di", em que expressa toda a dor da protagonista japonesa, ao ser abandonada pelo amado, um marinheiro americano, o diplomata procura-o, após o espetáculo. Tendo como pano de fundo o próprio desempenho de papéis sociais étnicos e de gênero, ocidental e oriental, masculino e feminino, entabulam um diálogo cujo tema são os estereótipos a respeito. A srta Song vai, então, desconstruindo o paradigma etnocêntrico e sexista de seu interlocutor, Gallimard.

Assim, por exemplo, já que ignora a inimizade histórica entre japoneses e chineses, o francês é informado pelo soprano de que, ao contrário do estereótipo ocidental de que orientais seriam todos iguais, não é algo natural, na perspectiva chinesa, interpretar, com verossimilhança, o drama, escrito por um ocidental, de uma mulher de etnia inimiga,

japonesa, abandonada por outro homem ocidental. O esforço de, superando a alteridade, construir uma identificação, através do feminino e da condição oriental, de modo a tornar-se, no palco, verossimilmente para ocidentais uma japonesa, escapara completamente à admiração de Gallimard. Tomando, ao contrário, em perspectiva de continuidade (como ocidental) e não de ruptura (como elas aparecem ao olhar oriental), as identidades nipônica e chinesa, ele admirara, precisamente, a "naturalidade" que lhe parecera fluir da performance do soprano em seu papel, feminino, submisso e exótico. Conquistada, possuída, descartada, *Butterfly* se auto-elimina, entre lamentos, entoando, com perfeição técnica e virtuosismo de interpretação uma ária altamente dramática. Exatamente o horizonte de expectativa do paradigma de Gallimard.

Graciosa, Song adverte-o, entretanto, de que tais meandros de nacionalismo chinês da intérprete são, de fato, imperceptíveis a espectadores ocidentais, sob a fantasia genérica da submissão feminina em geral e, especialmente da submissão da mulher não branca, ao homem branco e, insinua que não menos impensável seria uma perspectiva etnocêntrica inversa, em termos de abandono ativo e passivo: uma mulher oriental descartando o amante ocidental e este auto-eliminando-se em conseqüência.

O diplomata ocidental, conclui Song, deveria freqüentar a ópera de Pequim, de cujo elenco ela faz parte, pois isto aprimoraria sua cultura... Entre a crítica ao sexismo e ao etnocentrismo de seu interlocutor e o encorajamento ao galanteio, o soprano vai, portanto, iniciando, com Gallimard, fora do palco da ópera e na tela cinematográfica de *M. Butterfly*, uma relação segundo os mesmos estereótipos, de gênero e etnia, que seu discurso desconstruía.

Cena dois. Precedido por vinhetas de máscaras, leques e borboletas, responsáveis por criar, desde os créditos iniciais, um clima "tipicamente oriental" para o filme, assim começa *M. Butterfly*, de David Cronenberg. Baseado em história verídica, constrói um thriller, em forma de paródia à ópera de Puccini, que culmina na revelação, para personagem (Gallimard) e público, da identidade homossexual masculina do soprano, com quem o diplomata ocidental vivera uma longa história de amor, e da condição de espião do chinês, bem como no suicídio do amante, Gallimard, travestido, por sua vez, de *M. Butterfly*, na prisão aonde fora parar como cúmplice do parceiro, acusado de traição à pátria, por espionagem em favor da China.

Contextualizada pelas transformações históricas ocorridas na República Popular da China durante a Revolução Cultural de Mao Tsé Tung, no auge da Guerra Fria e ,tendo como subtexto histórico a escalada comunista no Extremo Oriente e as seqüelas, para a França- e para as relações desta com os Estados Unidos-, da perda da Indochina, bem como a Guerra destes últimos , então em curso, com o o Vietnã, a história de amor entre o diplomata ocidental e a submissa e feminina Song, chamada por este de *Butterfly*, termina, abruptamente, com a prisão e condenação de ambos, por espionagem, na França. Enquanto o francês cumprirá pena em seu país, em uma operação espetacular, a República Popular da China consegue sequestrar o soprano que assim viaja, preso, de volta à pátria.

Traumatizado com a revelação pública, no tribunal a que ambos comparecem, da identidade sexual do parceiro, cuja condição masculina Gallimard protesta, até então, desconhecer, malgrado a relação que ambos mantiveram durante anos, para incredulidade dos jurados e da platéia que assiste ao julgamento, o diplomata

tem seus paradigmas de papéis sociais , relações e identidades ,de gênero e de etnia abalados. Dando-se conta de que tudo quanto ele, ao longo da relação, atribuíra à diferença dos costumes femininos orientais, em face dos do Ocidente, como os fatos de jamais haver visto Song nua, e de jamais ter tido relações sexuais frontais com ela, ou mesmo acompanhado sua alegada gravidez e o nascimento de um filho, eram, de fato, mecanismo de ocultação da efetiva identidade sexual do parceiro, e de que, conseqüentemente, ao longo dos anos, a relação com o que ele supusera a mais feminina e submissa das mulheres era, de fato, uma relação homossexual com um travesti, acaba por se identificar, ele próprio, Gallimard, com a personagem da ópera de Puccini e com a ária que dera início ao filme e ao romance entre ambos.

Encarcerado, o ex-diplomata dá-se em espetáculo no próprio presídio, travestindo-se (grotescamente, ao contrário de Song ) de japonesa, maquiando-se diante da platéia detenta, recriando, assim, grotescamente, sobre o seu rosto masculino ocidental, traço por traço, uma paródia da facies feminina oriental e, efetivamente, consumando, no papel título, o suicídio que a personagem deveria encenar sobre o palco, ao dublar a gravação da ária "Un Bel Di". Ao articular identidades e papéis sociais de gênero, na ópera de Puccini, a identidades e relações de gênero encenadas pelos personagens, constrói-se, no filme, uma narrativa, ficcional ainda quando explicitamente baseada sobre história verídica, para recobrir, sob a superfície oscilante da aparente paráfrase e efetiva paródia de Puccini, a desconstrução do etnocentrismo e do sexismo, ocidental e oriental operada pelo ponto de vista narrativo pós-guerra fria, dos anos 90, no qual é filmada a película. Tendo à base das ficções que produz uma "história real", *M. Butterfly*, desde a ambígua abreviatura do título - que se aplica tanto a uma mulher (Mrs./Mme), enquanto protagonis-

ta de uma ópera canônica ocidental, como se lê na partitura e libreto musicais, exibidos no filme, quanto a um homem (Monsieur/Mister), como o é Song, de fato é uma rica tematização cinematográfica contemporânea de identidades e relações de gênero entre oriental e ocidental. Até o desfecho, de per si imprevisível para espectador que não conheça a história real em que se baseou o filme ou tenha lido alguma sinopse dele, as expectativas de reprodução da ópera no relacionamento entre Gallimard e Song/Butterfly são alimentadas, como se M. Butterfly fosse uma versão cinematográfica contemporânea da ópera do século passado, apenas contextualizada, portanto, noutro tempo histórico, como o do pós-colonialismo dos anos de Guerra Fria, e na China e na França, outros espaços, em lugar do Japão original da protagonista de Puccini.

Se, na ópera, é, inequivocamente, um homem branco, ocidental, quem abandona a doce e submissa oriental, no filme as fronteiras são permeáveis, como que estabelecidas para serem transgredidas. Num país como a China, em que papéis femininos na ópera de Pequim eram historicamente desempenhados por homens especificamente para isto feminilizados desde a infância, o sexismo não é, absolutamente, um preconceito estranho à cultura. Sob uma revolução cultural, liderada por Mao-tse-tung, nos anos 60, dentro da própria revolução comunista chinesa desencadeada na década de 40, os artistas, antes idolatrados, passam a ser perseguidos pelo sistema. Entre estes perseguidos, os homossexuais, tal como já ocorrera sob o nazismo, na Alemanha.

Se, por um lado, esta visada paradoxalmente reacionária - no que tange à identidades de gênero - coexiste com a radicalização revolucionária chinesa de 68, por outro lado tudo isto coexistirá também com a radicalização mesma do antagonismo entre o Oriente comunista e o Ocidente capitalista da Guerra Fria. No auge

dos estereótipos que tais ideologias em antagonismo reforçam, exatamente ao se oporem, a relação amorosa entre Gallimard e Song reveste-se de peculiaridades.

De início, porque se funda sobre uma assimetria de conhecimento recíproco: enquanto um dos parceiros, Song, conhece sua própria identidade, sob o travestimento, a expectativa e a pressuposição do parceiro, este ignora a identidade efetiva do soprano: supõe-no uma chinesa singular, pois que, sobre ser artista do elenco da Ópera de Pequim é também perfeitamente fluente em inglês e bastante cosmopolita. Se, portanto, Song domina o conhecimento do universo de expectativas do diplomata francês (que, por amor dela, acaba, inclusive, seu próprio casamento com uma mulher ocidental), Gallimard, ao contrário, deixa-se enredar na teia do seu próprio etnocentrismo, ignorando o quadro de referências e valores culturais do outro.

No desempenho dos respectivos papéis de etnia e gênero, o eixo de leitura do desempenho de ambos é modulado pelas estereotípias do paradigma ocidental: conhecendo este paradigma, Song transborda, do palco para a cena do cotidiano amoroso, sua representação de um papel. Se, mesmo sendo chinês e não japonês, o soprano podia conferir, na cena do palco, verossimilhança artística ao drama ficcional da japonesa Butterfly, tal como o expressa a ótica de Puccini, por que então, sendo um homem e não uma mulher, não faria o mesmo ao assumir uma identidade outra, a da amante oriental, feminina e submissa, do diplomata Gallimard?

Sabendo que a representação de um papel feminino oriental tradicional constituiria sua única chance amorosa face a um homofóbico Gallimard, Song furta-se, habilmente, às ocasiões que poderiam revelar-lhe a identidade masculina. Faz sexo sem despir-se para o parceiro. Alega virgindade e recato oriental

para refugar-lhe práticas heterossexuais usuais. Encena uma gravidez, cujo fruto, um bebê mestiço, propicia-lhe a motivação para o pedido de que o amante lhe passe informações sigilosas, fugindo para a França e alegando chantagem do regime chinês contra a vida do suposto filho de ambos, que teria ficado na China. Lá, a relação de um homossexual nativo, e artista da Ópera de Pequim, então expurgada, com um diplomata ocidental, deveria excluir o componente amor, podendo alicerçar-se somente no terreno das relações de informação e de poder. Com a identidade tolerada pelo regime comunista, de travesti espião, a única possibilidade aceitável para Song, na relação amorosa, seria a de representar a fantasia erótica do ocidental em proveito do desempenho da própria tarefa de espião, mas René Gallimard, justamente por sua efetiva paixão pelo parceiro, vai perdendo terreno no campo diplomático e tendo, em consequência, cada vez menos acesso a informações importantes para o regime de Pequim. Sua própria nacionalidade, francesa, já o limita a ator coadjuvante, no drama pelo poder planetário, que se desenrola então entre a China e os Estados Unidos, pois será apenas como mediador que poderá atuar. À época, não havia relações bilaterais diretas entre ambas as potências. Gallimard, então, seria mero repassador, para a inteligência ocidental, e, por isso, fonte secundária de extração de informação, para o regime chinês.

Song, porém, move-se entre camadas ideológicas e culturais múltiplas. Ele representa não apenas o feminino, com seu travestismo, mas, também, um certo Oriente exótico, grato ao imaginário ocidental, no papel de Butterfly. Esta representação oculta a Gallimard tanto a identidade de gênero quanto a étnica não etnocentricamente construída de seu parceiro. Representando, travestido, a oriental submissa ao homem ocidental, Song encarna a fantasia mesma que seu discurso inicial já desconstruía.

Ao realizar a fantasia erótica etnocêntrica de René, Song, por seu turno, oculta do regime chinês a realidade de seu efetivo amor pelo ocidental. Travestido, revestido de uma identidade de gênero outra, Song representa a amante ideal, a mulher oriental perfeita para o diplomata, a fantasia da alteridade total despossuída de qualquer ameaça. Se, para isto, oculta de Gallimard seu próprio sexo masculino, identidade entre ambos, e sua condição de espião, por outro lado, revela-lhe a verdade do amor-paixão que nutre por ele, o reverso da medalha que exhibe para o regime revolucionário de que finge ser leal cidadã. Se o regime lhe conhece a identidade homossexual, não pode conhecer-lhe esta paixão efetiva, pois o eliminaria, como traidor.

No jogo de revelações e de ocultamentos, de falsas e de verdadeiras identidades, a ingênua e apaixonada Butterfly, de Puccini, é transformada numa não menos apaixonada e nada ingênua Song/Butterfly, representação da pretensa ingênua como mediação necessária entre o imaginário de Gallimard e o limite de permissividade do sistema chinês ao romance. Enganar o espião ocidental pró Estados Unidos por meio de um travesti chinês contra-espião é o projeto apresentado por Song para o regime comunista. Viver um amor-paixão para além das identidades de gênero prescritas pela Revolução Cultural e para além das fronteiras ideológicas e geopolíticas é o projeto que efetivamente realiza com Gallimard.

Identidades e alteridades flutuam, portanto, de tal maneira que se torna impossível estabelecer fronteiras entre o ficcional e o não ficcional, entre o imaginário etnocêntrico e o não etnocêntrico, entre masculino e feminino.

Gallimard, transformando-se no objeto de seu desejo e, como tal, auto-eliminando-se diante da platéia do presídio - o que constitui o fim da película - retoma, em paródia, o seu início, em contrapartida ao travestismo de

Song. No final, ao ser conduzido preso na mesma viatura que o amado, Song vai despidido o paletó e cada peça da indumentária masculina, até a nudez completa, antes tão ansiadamente desejada por René e a ele negada. A visão, agora, do corpo nu do outro, como corpo do mesmo, é a revelação de seu engano: a submissão erótica oriental, tão desejada, da parte de um outro homem, provoca-lhe repulsa intensa. Em vão o chinês tenta persuadi-lo de que nada, exceto a identidade de gênero, mudou, no amor-paixão e de que, portanto, o rosto macio, de novo ao alcance do tato de seus dedos, é o mesmo, num corpo masculino que se dera a acariciar, por tantos anos, sob o travesti de Song-Butterfly. Que coisa, portanto, é uma identidade de gênero, senão uma construção sob base biológica, correspondente ou não, perguntaria o espectador do filme, fazendo eco ao personagem shakespeariano que, em *Romeu e Julieta*, indagara, a propósito da barreira posta ao amor de dois jovens por famílias adversárias, que coisa era um nome.

Apropriando-se de um ícone do amor-paixão heterossexual, num gênero dito de alta cultura, como a ópera, o filme, de 1993, o relê, em calve gay pós-utópica, num gênero B, como filme de espionagem e mistério.

Invertendo a perspectiva, usual nos "closet movies", do celulóide secreto ocidental, em que os gays devem morrer ao final e o amor heterossexual triunfar, em *M. Butterfly* é o heterossexual machista e etnocêntrico que se traveste, para morrer sob a identidade de sua fantasia feminina ideal.

Invertendo, não menos, a perspectiva da contra-cultura dos anos 60, é Song, cidadão do socialismo real, da nova sociedade proletária, quem denuncia a persistência da opressão de gênero na organização social e política maoísta do grande estado Proletário.

Estas reflexões sobre um filme produzido

no Ocidente e estrelado por Jeremy Irons no papel de René Gallimard, nos levam a outra película, do mesmo ano de 1993, desta vez uma produção chinesa, *Farewell to my concubine*.

A prostituta Juxian, no inverno nevado da Pequim de 1924, Era do Grande guerreiro, décadas antes da Revolução Cultural em que eclode o drama de Song, impossibilitada de manter por mais tempo seu filho no bordel em que trabalha, leva-o à escola de um renomado mestre formador de atores de ópera, na esperança de, com isso, assegurar ao menino um futuro artístico e prestígio social. Em meio a crueldades físicas e psicológicas, sofridas tanto dos pequeninos camaradas, submetidos, eles também, a maus tratos, quanto do velho mestre, o qual, ao que tudo na película sugere, as padecera, ele próprio, em criança, o menino deverá adquirir um lugar social valorizado, diverso daquele da marginalização a que estaria destinado como filho de uma prostituta. Ainda na primeira infância, ele começa a ser preparado para protagonizar o papel título da obra-prima do repertório da ópera de Pequim, o da concubina do rei, ao qual alude o título do filme. Isto deverá fazer dele um ídolo popular, em toda a China. premiando-o com fama e reconhecimento de seu talento. Tal como a *Butterfly* de Song, no filme anterior, esta concubina de um rei de antiquíssima dinastia, fiel a ele quando ele é derrotado por seus adversários, é um exemplar de submissão feminina. Para desempenhar tal papel é preciso, portanto, que o menino se transforme numa menina e, para tanto, vencer a determinada resistência do pequeno cantor aprendiz. Sua resistência a tal metamorfose é finalmente dobrada por meio de uma brutal violação sexual, consumada por um velho de aspecto asqueroso. Minadas assim pelo estupro a identidade social de gênero do menino e sua auto-estima, o mestre dá-lhe um parceiro de ópera, o garoto protagonista do rei, de quem

ele mesmo desempenharia o papel de concubina, como protetor.

A dupla de atores e cantores, segundo o preceito do pedagogo, deveria manter-se unida não só durante o período de formação mas por toda a vida, profissional e pessoal e, deste modo, atravessar boa parte da história da China no século XX: a invasão japonesa, a Revolução Cultural, etc.

À semelhança da fabricação ocidental dos "castrati"- meninos emasculados à força antes da puberdade, a fim de manterem o timbre de soprano e assim poderem continuar a desempenhar, na idade adulta, papéis musicais femininos, para a fruição estética das platéias aficcionadas, a formação de atores para os papéis femininos da ópera de Pequim se inscreve num horizonte histórico de consciência anterior à que se tem hoje, pelo menos em termos legais, acerca dos direitos humanos universais. Superpondo o drama de Farinelli - o último dos "castrati" tematizado pelo cinema no filme-título - aos de M. Butterfly e de Adeus, minha concubina, escapamos ao reducionismo que seria deixar implicitamente identificada a violência sobre a identidade sexual com a formação de artistas jovens apenas no Oriente.

O que, nestes discursos cinematográficos dos anos noventa é encenado como inequívoca violência contra os direitos da criança, como a violação e a mutilação sexuais, para as respectivas consciências históricas anteriores, ocidental e oriental, constituíam, simplesmente, um conjunto de processos de formação socialmente aceito pelo senso comum. Sobre o fundamento da exclusão da mulher -mas não, com ela, do gênero feminino- de atividades públicas passíveis de conferir a quem as praticasse prestígio social e fama, como é o caso das artes, sociedades androcêntricas constroem sobre o biologicamente masculino uma representação da alteridade de gênero, uma

identidade social feminina vicária. Desta forma, será, exatamente, pelo que, da cena da representação se transfere para o palco da vida, pelo desempenho de um papel de gênero diverso do daquele que corresponderia ao sexo biológico do nascimento que o artista, seja ele, por exemplo, o castrado Farinelli, no Ocidente, o travesti Song-Butterfly ou a concubina do rei, da Ópera de Pequim, no Oriente, vai adquirir um lugar social, credenciando-se ao aplauso e ao reconhecimento coletivo. Ter um lugar de fama e de prestígio, ao preço de ser tornado outro quanto ao gênero, eis o que tais sociedades reservam, prescritivamente, a alguns de seus talentos infantis. Manter a exclusão da mulher e garantir, a partir da cena, lírica ou dramática, a desigualdade entre os gêneros, pela permanente repetição de um papel de subordinação do feminino, eis o que, através de formas artísticas canônicas, pretendem tais sociedades. Nesta reiteração de seu discurso de persuasão à submissão feminina, mutatis mutandi, tais sociedades outras utilizam-se de procedimento familiar ao patriarcalismo brasileiro: a cooptação da arte para seu propósito.

Resistente à troca legal da identidade civil mesmo quando, cirurgicamente, um corpo feminino foi dado ao cidadão, imprensando -o numa escolha de Sofia entre cometer a falsificação ou passar por novos constrangimentos e, simultaneamente, manifestando o fascínio pelo diverso através da curiosidade voyeuruse que elevava os padrões de vendagem das revistas eróticas que exibiram sua nudez, o Brasil de Roberta Close, no que toca a identidades engendradas, será tão distinto da China imperial ou da Europa de Farinelli?

## Referências

- HOLANDA, Heloísa Buarque de. "Introdução-feminismo em tempos pós-modernos". In HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994.
- MENDONÇA, Maísa, e BENJAMIN, Medea. *BeneDita*. Rio de Janeiro, Mauad, 1997.
- KRAUSE, Jill. "Gendered Identities and International Relations." In KRAUSE, Jill e RENWICK, Neil (ed.). *New York, St. Martin's Press, Inc*, 1996.
- RITO, Lúcia (por). *Muito prazer, Roberta Close*. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos tempos, 1998.
- VILLAÇA, Nízia e GOES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- SANTIAGO, Silviano "O Intelectual Modernista Revisitado". In *Nas malhas da letra*. São Paulo, Companhia das letras, 1989.
- YUDICE, George. "Postmodern fiction: the aporias of representing diversity". Cópia digitada inédita, 25 de março de 1994.
- YUDICE, George. "Postmodernity and transnational Capitalism in Latin America". In Yudice and others (ed.). *The Crisis of Contemporary Latin American Culture*. Minneapolis, Minnesota University Press, 1992.
- YUDICE, George. "Testimonio y conscientización". Cópia digitada inédita s.d. (1994).
- SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. (trad. bras.). São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. New York, Vintage Books, 1994.

# Sexualidade e Educação: Instituições em Movimento

Marisa Lopes *da Rocha*\* Flávia Maria *Labruna*\*\* Mônica *Vivacqua Badiola*\*\*\*

## Introdução

**E**STE trabalho apresenta uma proposta de pesquisa-intervenção realizada num Centro Integrado de Educação Pública do Estado do Rio de Janeiro (CIEP), que atende a uma comunidade de jovens distribuídos entre a 5ª série do 1º grau e a 3ª série do 2º grau. A importância da pesquisa-intervenção está na busca de articular investigação, reflexão e ação efetivas com os profissionais no campo da educação, a fim de viabilizar a afirmação da saúde/educação da população usuária do serviço público. Neste sentido, nossa perspectiva inicial foi a de conhecer as demandas dos educadores e educandos e as práticas desenvolvidas na escola, viabilizando, coletivamente, um projeto de intervenção capaz de construir alternativas concretas para o cotidiano escolar. Para tanto, foi importante o conhecimento da população atendida pela escola, a organização de grupos com educadores e educandos que tinham o interesse em colocar em discussão os hábitos, valores e normas que vêm consolidando o cotidiano das atividades pedagógicas desenvolvidas com o objetivo de constituir novas situações que polemizem os conflitos e questões vividos pela adolescência vinculada à população de baixa renda, propiciando a produção de outras formas de fazer/pensar educação.

Um projeto de saúde/educação como prática social – processo em que se inscrevem os movimentos sócio-políticos da comunidade escolar, superando as ações assistenciais dos especialistas traz, como desafio, a abertura de espaços para novos agenciamentos na educação enquanto saúde coletiva e cidadania, colocando em análise permanente os modos diversos de inserção social. Neste referencial, tornam-se fundamentais as contribuições das ciências humanas e sociais, como eixos de circunscrição do campo de intervenção.

---

\* Professora do Instituto de Psicologia da Uerj \*\* Psicóloga vinculada ao Centro de Educação Sexual (CEDUS) \*\*\* Assistente Social da Associação Brasileira Benficiente de Reabilitação (ABBR)

---

## A educação sexual tem história

A educação sexual teve seu início na área médica no início do nosso século, com o intuito de combater as doenças venéreas, a masturbação, vista como um fator de perturbação do desenvolvimento normal da infância e adolescência, e a ignorância da população frente aos riscos de contaminação. As preocupações e ações da Academia Nacional de Medicina estavam vinculadas à profilaxia pública da sífilis e, entre as principais discussões desta época, encontramos a polêmica em torno da construção de uma lei humanitária que ao mesmo tempo preservasse a parte não contaminada da população e desse

amparo à prostituição. A legalização da prostituição tinha como perspectiva a prevenção da sífilis, uma vez que as prostitutas eram consideradas como vítimas e também como propagadoras da doença para o restante da população sadia. O acadêmico Amaro F. das

Neves Armand defendia, por exemplo, uma proposta educativa antivenérea bastante radical, prevendo sua introdução nas escolas para ambos os sexos. Entre as forças sociais que preconizavam o medo e a rigidez dos princípios morais como alternativa ao combate das doenças encontramos a Igreja, que, a partir da década de 20, aliada aos demais setores conservadores da sociedade, faz cair por terra as expectativas de regulamentação da prostituição e as idéias educacionais a ela vinculadas. A educação sanitária, que ganha relevo, exercerá, então, uma dupla função: vigilância sanitária às populações de risco e cura profilática da sífilis. As campanhas educativas serão lançadas a fim de reverter o preconceito em relação à doença, na busca de aproximar os indivíduos contaminados dos médicos, objetivando a vigilância sanitária e a profilaxia das doenças venéreas.

Na década de 60, no auge do movimento da contracultura que põe em discussão os valo-

res burgueses tradicionais e os rumos político-econômicos da sociedade, afirmando uma diferença marcante de gerações, a sexualidade ganhará expressão enquanto mudança na ordem das práticas sociais. O aparecimento da pílula anticoncepcional facultará às mulheres uma vida sexual mais livre, sem riscos de uma gravidez indesejada. É a partir desta época que encontraremos os primeiros registros de uma preocupação com a educação sexual de jovens na rede pública de ensino, como é o caso do Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo e de algumas escolas particulares.

No golpe de 64, a aliança entre governo e Igreja buscará conter a expansão dos movimentos sociais, entre eles os vinculados às mudanças de comportamentos na ordem da sexualidade em nome da preservação da moral e das tradições. Com a ditadura militar e a vigilância ideológica, alguns professores e dirigentes de escola foram exonerados dos cargos por não estarem afinados com os programas sociais e as orientações político-econômicas da época. As discussões sobre a sexualidade, como um aspecto importante na formação global do indivíduo, voltarão à cena somente na década de 70, como parte do currículo das escolas de primeiro e segundo graus, através da disciplina Programa de Saúde. Tais perspectivas em relação à educação sexual ocorrem no bojo dos movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar o papel da escola e os conteúdos por ela trabalhados.

Nos anos 80, a demanda pela educação sexual nas escolas se intensifica em função do crescente número de casos de gravidez precoce entre adolescentes e o risco de contaminação pelo vírus HIV. A AIDS ganha os noticiários com índices alarmantes, difundindo medo entre as famílias, que se sentem despreparadas para abordar as questões de sexualidade com os jovens. A popularização da temática e a ampliação das dúvidas no que tange às formas de orientação dos jovens, as relações conjugais, as

relações de gênero, as diferenças de geração trazem à televisão um programa diário coordenado pela sexóloga e professora de PUC/SP Marta Suplicy. As escolas deparam-se com situações inusitadas em relação à abertura sexual e ao comportamento dos jovens, sendo chamadas a intervir, quer informando, quer estabelecendo formas de lidar com as questões da sexualidade. O programa da disciplina de ciências deverá, a partir de então, incluir a educação sexual, enfocando com mais ênfase questões biológicas e fisiológicas do corpo, da reprodução humana, mas deixando em aberto perspectivas da ordem cultural, afetiva e social. Em 1983 é organizado o 1º Encontro Nacional de Sexologia em São Paulo, a partir do qual surgem grupos multidisciplinares que, através de polêmicas e debates, se constituíram nos primeiros agentes multiplicadores.

Na atualidade, os trabalhos que vêm sendo implementados trazem ainda a informação como foco central de ação, sem, no entanto, na maioria das vezes, apresentarem maiores aprofundamentos, quer em relação aos aspectos físicos e psicológicos, quer nos sócio-políticos. Quando a informação é neutralizada frente às diversas formas de inserção dos indivíduos na realidade, seus valores, princípios e tradições não são tocados, o que não leva a mudanças nas suas ações. Em outras palavras, compreende-se que informar de forma generalizada a todo mundo pode ter como resultado não atingir a ninguém. Os veículos de comunicação, por sua vez, nem sempre prestam um serviço de esclarecimento por meio de mensagens e polêmicas consistentes. Ao contrário, a exploração apelativa e superficial da sexualidade acaba por deixar os jovens confusos em relação a valores, atitudes, tabus e preconceitos, o que vem aumentando a preocupação entre familiares e educadores.

Finalmente, a educação sexual que vem se desenvolvendo hoje na realidade brasileira constitui-se, preponderantemente, sob a ótica

da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada, deixando de lado a questão das relações amorosas e do prazer.

### **A Sexualidade na escola: uma proposta de intervenção**

Entre as situações que surgiram como demanda entre educadores e educandos está a questão da sexualidade expressa através das preocupações manifestadas com relação a AIDS, DSTs, gravidez precoce e drogas. Assim, propusemos encontros sistemáticos com educadores e familiares e oficinas de trabalho com os alunos que tinham como interesse colocar em discussão a adolescência, entendendo-a como um fenômeno social complexo, para além de fatores biológicos, uma vez que implicado com uma multiplicidade de fatores de ordem sócio-político-afetiva.

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se à busca do prazer, necessidade fundamental do ser humano. O homem, desde o momento de sua concepção até sua morte, é um ser sexual; o que se modifica durante o desenvolvimento são as formas de vivenciar as sensações prazerosas, o comportamento sexual e a capacidade de formação de vínculos. Durante as reuniões com os familiares ficou presente sua grande dificuldade em abordar com seus filhos questões referentes à sexualidade, delegando à escola a educação sexual. As demandas presentes estão ligadas a discussões sobre relacionamento conjugal, relações de gênero e dificuldades de manter diálogo com os filhos, principalmente no que tange à descoberta do corpo e suas possibilidades de relacionamento. Já em relação aos educadores, a questão central ultrapassa as discussões sobre as etapas do

desenvolvimento e caracterização geral da adolescência pois o desafio está em conhecer quem são os jovens que têm diante de si no cotidiano das atividades pedagógicas, seus valores, hábitos, interesses que fogem aos modelos gerais, abstratos, definidores da adolescência. Outro aspecto está no objetivo de uma educação que leve em conta a sexualidade, como desejo potencializador de vida, de relações, e isto não se vincula apenas à transmissão de informações acerca da anátomo-fisiologia da vida sexual e reprodutiva, nem somente à descrição de métodos contraceptivos e medidas preventivas contra a infecção pelo HIV; tais conhecimentos são importantes, mas não menos significativos são os aspectos sócio-afetivo-culturais que dão sentido e razão de ser às descobertas da sexualidade. É fundamental conscientizar o educando de seu compromisso em cuidar de si e do outro, ou seja, cultivar relações amorosas e solidárias, colocando em análise suas implicações com as opressões e preconceitos, e isso só se constrói através de um processo reflexivo, aumentando sua capacidade crítica e os questionamentos sobre o padrão de conduta sexual vigente na sociedade e nas suas próprias tradições e valores.

Assim, nossa proposta de orientação sexual consistiu na abertura de espaços de reflexão e discussão para os jovens, professores e familiares repensarem valores sócio-culturais, compartilhando emoções e preocupações. Afinal, a sexualidade faz parte da vida escolar e algum tipo de educação sexual sempre estará acontecendo nas linhas e entrelinhas da vida escolar, ainda que se expressando através de tabus, preconceitos e distorções provocadas pelo silêncio ou pela informação parcial. Quando não se levam em conta nos programas escolares as vivências e as questões pelas quais passam os jovens, o resultado é o desinteresse e o distanciamento destes no cotidiano pedagógico.

### Desafios das práticas de formação escolar

Em nosso percurso, defrontamo-nos com diferentes questões que evidenciam impasses da educação escolarizada e que não estão vinculados exclusivamente a uma proposta de orientação sexual nas práticas pedagógicas, mas ao próprio desenvolvimento da formação escolar. Em primeiro lugar, a superação do funcionamento fragmentado da vida escolar onde se estabelece um tempo/espço de solidão do professor. A análise das relações dos profissionais e do processo de ensino-aprendizagem se constitui em fator essencial, possibilitando práticas que polemizem e articulem os conteúdos e os diversos segmentos na educação. Aqui, é de suma importância repensar o papel do educador frente ao saber para que as diferenças e questões ganhem consistência, facultando ao professor e ao aluno a construção coletiva do conhecimento. No que tange à sexualidade, a necessidade está em transversalizar o ensino montado sobre especialidades, a partir de temáticas e problemáticas que se constituam em questões para o jovem.

A seguir, percebemos que o conhecimento das histórias do grupo com quem se trabalha, assim como o acesso a informações consistentes, darão plasticidade às questões de sexualidade. O estabelecimento de ligações sócio-afetivas com o jovem, o interesse pelo assunto, a intensificação de discussões entre os educadores e a ampliação do cotidiano de trabalho possibilitarão um novo enfoque da sexualidade como potencializadora de vida e não como um distúrbio de comportamento. Neste sentido, a contextualização do trabalho, traduzida no conhecimento da população com a qual se vai trabalhar em termos de valores e práticas sócio-culturais se constituem no suporte para a análise das formas de inserção na realidade.

Finalmente, a definição de estratégias para a construção coletiva de um programa de ação em sexualidade pode efetivamente contribuir para repensar o papel do professor e do aluno em um novo modo de pensar/fazer educação, tendo como proposta avaliações permanentes a fim de redimensionar o trabalho. A perspectiva de análises dos critérios e valores sócio-afetivos que sustentam as relações, as atitudes e os hábitos dos jovens e dos profissionais não deve ser perdida de vista na busca de concretizar discussões e polêmicas, ao invés de um enfoque voltado para a orientação sexual em informações neutralizadas de ordem biológica.

### Conclusões

O trabalho de saúde/educação desenvolvido na escola para os profissionais das ciências humanas e sociais traz como desafio a abertura de um canal de comunicação entre os próprios educadores e destes com os jovens e os familiares. Esta perspectiva significa buscar a transformação do espaço escolar em centro de discussões e polêmicas, onde a comunidade escolar e os familiares possam ampliar suas visões de mundo, refletindo sobre seu cotidiano e as problemáticas nele produzidas, através da troca de experiências e da construção de conhecimentos consistentes.

Deste modo, contribuir para que o educador enfrente a convivência diária, onde se inscrevem os conflitos, as questões de geração, os impasses contemporâneos é uma tarefa que vai além da mera transmissão de informações sobre a sexualidade. A experiência vem mostrando que as condições do ensino na realidade brasileira são bastante precárias, que a formação dos profissionais não os prepara adequadamente para a ação numa realidade complexa e multireferencial, o que, via de regra, dá ao educador a sensação de impotência para lidar com a realidade.

O trabalho com as questões e as problemáticas do jovem constitui-se numa decisão política conjunta, pois falar de adolescência é tocar nos impasses do mundo contemporâneo, nas relações sociais absolutamente individualizadas e nos conflitos da convivência afetiva, o que pode viabilizar gradativamente um outro modo de pensar/fazer educação.

### Bibliografia

- BRANDÃO, Z. (Org.) A crise dos paradigmas e a educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRUNO, L.V., BRUNO, Z. V. "Por que é tão difícil implantar educação sexual nas escolas?". Revista Brasileira de Sexologia Humana. V. 5, Nº 1, SBRASH, São Paulo: Iglu, 1994.
- GOLDEBERG, M. A. A educação sexual. Uma proposta. Um desafio. São Paulo: Cortez, 1988.
- GTPOS (Grupo de trabalho em pesquisa e orientação sexual). Sexo se aprende na escola. São Paulo: Olho D'água, 1995.
- KOLODNY, R.C., MASTERS, W. H., JOHNSON, V. E. O relacionamento amoroso: segredos do amor e da intimidade sexual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- LINS, R. N. A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- SUPLICY, M. Sexo para adolescentes. São Paulo: FTD, 1988.
- . Conversando sobre sexo. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VALLA, V.V., STOTZ E. N. Educação, saúde e cidadania. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- XAVIER, L. N. "O campo educacional entre a prática social e a legitimidade científica" ANPED, 1997. Mimeo

# Fissão Nuclear Ano 60

Jader Benuzzi Martins\* • Fernando Guzman\*\* • Edwin Pedrero Gonzalez\*\*\*

\* Diretor do Instituto de Física da Uerj.

\*\* Diretor do Instituto Superior de Ciencias Nucleares da Universidad de Havana.

\*\*\* Diretor do Instituto de Materiales y Reactivos da Universidad de Havana.

## *Duas Palavras*

Foi, para mim, motivo de grande alegria o convite do Professor Fernando Guzman para realizarmos um trabalho que apresentasse o problema histórico dos Sessenta Anos da Fissão Nuclear. Além do acontecimento histórico que representou a sua grande descoberta, foi possível apresentar alguns avanços no terreno da Fissão, nos quais tomamos parte de maneira direta.

Na Divisão de Física da Fissão e Radioatividade, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, aconteceu, no ano de 1974, um relevante acontecimento científico. O líder científico do grupo era o homem de ciência, Hervásio Guimarães de Carvalho, que exercia, na época, a Presidência da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Eu era, então, o diretor da Divisão. Estávamos trabalhando numa pesquisa sobre a fissão espontânea do urânio 238, que era o trabalho de tese de Iraci Oliveira de Souza. O trabalho transcorria normalmente, quando, no estudo das chapas de emulsão nuclear que estavam sendo analisadas ao microscópio ótico, aparecem, além do histograma normal da fissão espontânea do urânio 238, um histograma inesperado, que poderia ser explicado pela emissão espontânea de "clusters" nucleares de pequeno número de massa. Esta nova forma de radioatividade foi apresentada por mim na Academia de Ciências do Brasil, no ano de 1975, e posteriormente publicado nos anais de nossa Academia. No ano seguinte, apresentei este mesmo trabalho ao Congresso da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência - SBPC, realizado na Universidade de Brasília. No ano de 1978, também no Congresso da SBPC, realizado em São Paulo, expus um trabalho no qual o fenômeno se repetia, levando-se em consideração a fotofissão induzida nos urânios 235 e 238 por raios gama de 8 MeV. Desta época em diante, o nosso grupo passou a apresentar uma série de trabalhos relativos à emissão de núcleos que, posteriormente, foram chamados de exóticos. Portanto, Hervásio Guimarães de Carvalho, Odilon Antonio de PaulaTavares, Iraci de Oliveira de Souza e o autor dessas linhas participaram de maneira pioneira neste novo capítulo da Ciência Nuclear.

JADER BENUZZI MARTINS

## INTRODUÇÃO

**E**NQUANTO se desenrolavam em Stocolmo as cerimônias de entrega do Prêmio Nobel a Enrico Fermi, em 1938, Otto Hahn e Fritz Strassman faziam uma das descobertas mais fundamentais da Física Nuclear: A FISSÃO NUCLEAR.

O nome fissão foi sugerido pelo biólogo americano Willian A. Arnold e está associado a processos de divisão celular que aparecem em Biologia.

Quando os cientistas verificaram que o núcleo atômico do urânio em reacões com nêutrons lentos se poderiam dividir em dois, foi, na realidade, uma grande surpresa para a Ciência .

Durante quatro anos, a Física Lise Meitner e os Químicos Otto Hahn e Strassmann estavam realizando experiências com nêutrons e, infelizmente, no período da descoberta da fissão, Lise Meitner não estava presente, pois havia se refugiado na Suécia por ser de descendência israelita. Meitner e seu sobrinho Otto Frisch realizaram um trabalho que foi uma interpretação correta do fenômeno da fissão, algumas semanas depois da publicação do trabalho de Hahn e Stassmann.

A descoberta do nêutron foi fundamental para as pesquisas da fissão nuclear. Neste trabalho, além da História da descoberta da Fissão, apresentaremos ,também, novas pesquisas desenvolvidas, em 1975, pelo grupo de De Carvalho et. al, realizadas na Divisão de Física da Fissão e Radioatividade do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, dirigidas pelo professor Jader Benuzzi Martins, um dos autores deste trabalho. Estas pesquisas apresentaram resultados realmente surpreendentes no estudo da fissão nuclear.

### 1. A DESCOBERTA DO NÊUTRON (3)

Ernest Rurherford, na Inglaterra, D. Orme Masson, na Austrália e W.D. Harkins nos Estados Unidos, no mesmo ano de 1920, sugeriram a possibilidade da existência de uma partícula neutra, que seria constituída por um próton e um elétron, tendo, portanto, uma massa muito próxima da massa do próton. Ela foi proposta um pouco antes da negativa da hipótese próton-elétron para a constituição do núcleo. A idéia nasceu em países diferentes e foi desenvolvida por pesquisadores que não apresentavam um grande intercâmbio científico. Para resolver o problema da constituição do núcleo, esta partícula seria realmente a solução mais natural. Os elétrons, que não poderiam existir livres no interior do núcleo, ficavam associados aos prótons e seriam liberados no processo de desintegração beta. Foi

dada a esta hipotética partícula o nome de nêutron. A descoberta desta partícula que não tem carga foi de difícil determinação e muitos trabalhos foram realizados para encontrá-la. Desde que os nêutrons não produzem ionização direta, por não terem carga, sua determinação deve ser determinada, indiretamente, pela ionização das partículas secundárias carregadas que são movimentadas por eles, através de choques. Dois físicos se aproximaram da descoberta do nêutron em 1928: Walther Bothe e o seu assistente H. Becker.

No excelente livro de Emilio Segrè, *From X-RAYS to QUARKS* (4), nós temos uma descrição detalhada do trabalho de Walther Bothe:

“Walther Bothe e seu discípulo, H. Becker, empreenderam o primeiro passo em direção à descoberta efetiva do nêutron, em 1928, quando bombardearam berílio com partículas alfa do polônio. Sua finalidade era confirmar as desintegrações observadas por Rutherford, e determinar se elas eram acompanhadas pela emissão de raios gama de grande energia. Usando métodos elétricos de detecção, eles determinaram uma radiação penetrante que foi interpretada como raios gama. Eles mediram o seu coeficiente de absorção com a finalidade de estimar a sua energia. Estenderam suas observações ao lítio e ao boro, e concluíram que os raios gama observados tinham mais energia que as partículas alfa incidentes. Esta energia era proveniente da desintegração nuclear. A investigação durou alguns anos ....”.

Agora, as participações de Frederic Joliot-Curie e Irene Curie.

No mesmo livro de Segrè (4), nós temos as participações do casal Joliot-Curie: “Os Joliot decidiram usar uma fonte de polônio, excepcionalmente forte, para estudar a radiação penetrante de Bothe. Em 18 de janeiro de 1932, eles se referem a uma surpreendente observação de grande importância: A radiação era capaz de ejetar prótons de um anteparo de parafina. Eles descobriram isto com uma câmara de ionização conectada a um espectrômetro, mas o resultado era tão estranho que eles tentaram confirmá-lo imediatamente com uma câmara de neblina, e, em 22 de fevereiro, eles publicaram o resultado desta

segunda observação, confirmando a ejeção de prótons. Por que era tão estranho que os penetrantes raios gama de Bothe viessem a ejetar prótons? O espalhamento de uma partícula livre pela incidência de um fóton é uma forma de efeito Compton bem conhecido no caso de elétrons .

No efeito Compton comum, todavia, os elétrons de recuo são leves ( $mc^2=0,511$  MeV) e são ejetados facilmente, mas, os prótons são 1836 vezes mais pesados e não recuam tão facilmente .....

James Chadwick relatou a Rutherford a publicação de Curie-Joliot de 18 de janeiro, e quando o lorde ouviu a explanação, parece que declarou com uma veemência incomum: *Eu não acredito!*

No mesmo ano, James Chadwick, no laboratório Cavendish, repetiu as experiências de Joliot-Curie, usando uma fonte de polônio-berílio, mas ele fez colidir a radiação emergente, não somente com o hidrogênio, mas, também, com o hélio e o nitrogênio. Nesta experiências, nas quais o berílio foi bombardeado com partículas alfa da fonte, apareceu a emissão da energética “radiação gama”. Era mais penetrante que a radiação gama dos elementos radioativos comuns. O balanço das energias envolvidas no processo e as conservações de energia e momentum sugeriram a James Chadwick que uma nova espécie de partícula estava sendo produzida em lugar de uma radiação. Os resultados estavam apontando na direção de uma partícula neutra, constituída por um próton e um elétron, o nêutron de Rutherford. Chadwick determinou a massa do nêutron com um valor situado entre 1,005 e 1,008 unidades de massa atômica, ligeiramente maior que a do próton. Segundo Segrè (4), ocorreram rumores que Rutherford insistiu que o Prêmio Nobel pela descoberta do nêutron deveria ser de Chadwick sozinho, o qual inteiramente o merecia. As pessoas que afirmavam a Rutherford que os Joliot também tinham feito uma contribuição essencial, Rutherford apresentava a seguinte resposta: “Para o nêutron a Chadwick sozinho; os Joliot são tão capazes que eles o ganharão por alguma outra coisa”.

Na verdade, eram proféticas as palavras de Rutherford. Os Joliot ganharam o Prêmio Nobel de Química no mesmo ano que Chadwick recebia o de Física, 1935, pela descoberta que fizeram da radioatividade artificial.

A descoberta do nêutron trouxe um grande desenvolvimento para o estudo da Física Nuclear. Como o nêutron não apresenta carga elétrica as reações nucleares com nêutrons se tornaram mais fáceis, pois estas partículas não necessitam vencer a barreira coulombiana, como acontece com os prótons e as partículas alfa que são carregados positivamente.

Em 1932, quando os nêutrons foram descobertos, os aceleradores de partículas ainda eram muito rudimentares, não permitindo a realização de reações nucleares, principalmente com núcleos pesados, que apresentam uma alta barreira coulombiana que impede a entrada de partículas carregadas com pequenas velocidades. Os nêutrons passaram a ser os preferidos para interpretação de fenômenos da Física Nuclear e um grupo se destacou nestes estudos: o de Fermi na Itália.

## 2. REAÇÕES NUCLEARES COM NÊUTRONS

No ano de 1932, Fermi sugeriu a Rasetti que irradiasse vários elementos com uma fonte de nêutrons de polônio-berílio, que era muito pouco intensa. Posteriormente, após quase dois anos de trabalho, Fermi, com o auxílio do Instituto de Saúde Pública, construiu uma fonte de rádio-berílio. Com esta fonte mais potente, Fermi bombardeou, sistematicamente, diversos elementos em ordem crescente de peso atômico. Publicou o primeiro trabalho em 25 de março de 1934, sob o título: "Radioattività Provocata da Bombardamento de Nêutroni - I". O I indicava que haveria uma série de trabalhos sobre o mesmo assunto. Solicitou os auxílios de Segrè e Amaldi. Telegrafou para Rasetti, que estava de férias em Marrocos, para que voltasse para Roma rapidamente.

Por felicidade ou infelicidade do grupo, acabava de chegar a Roma, nesta época, o radio-químico Oscar D'Agostino, que recebera uma bolsa para trabalhar em Paris no Laboratório de Marie Curie. Feliz ou infelizmente, porque se D'Agostino viesse a interpretar bem os resultados das experiências de Reações de Nêutrons com o Urânio, poderia ter chegado, vários anos antes, à descoberta da Fissão Nuclear.

É interessante a carta de Lord Rutherford a Fermi, no ano de 1934, cuja é a cuja a íntegra é a seguinte(5):

"Caro Fermi,

Agradeço a gentileza de me enviar uma resenha de suas recentes experiências nas quais tem provocado uma radioatividade em muitos elementos utilizando nêutrons como partículas incidentes. Os seus resultados são de grande interesse, e não duvido que obteremos rapidamente maiores informações sobre o verdadeiro mecanismo dessas transformações. Não está claro que em todos os processos as explicações sejam tão simples como as das observações de Joliot Curie.

Congratulo-me com você pela sua fuga da esfera da Física Teórica. Parece que você encontrou um bom filão para começar. É bom saber, também, que o Prof. Dirac está fazendo experiências. Isto parece um bom augúrio para Física Teórica.

Congratulações e muitas felicidades"

**Rutherford**

Nesta época, 1934, acreditava-se que a eficiência dos nêutrons para produzir reações nucleares aumentasse com a energia. Neste mesmo ano, foi descoberto que esta idéia estava errada.

Os trabalhos sobre nêutron foram reunidos por Rutherford e publicados nos "Proceedings" da Royal Society de Londres (6). No trabalho apresentado à Royal Society, a atividade produzida nos vários elementos é classificada em: fraca, média e forte. Com a

finalidade de otimizar esta classificação, um tanto grosseira, Fermi indicou Amaldi e Pontecorvo para estudar as seções de choque das reações nucleares com nêutrons. O elemento alvo escolhido para estudo, inicialmente, foi a prata, que apresentava uma meia vida de 2,3 minutos. Verificaram, com muita surpresa, que os resultados obtidos para a radioatividade induzida eram diferentes quando se mudava a mesa que suportava o pesado eletroscópio Hilger. As medidas eram diferentes quando a mesa era de mármore ou quando era de madeira. Como o mármore ou a madeira das mesas poderiam modificar a radioatividade da amostra que estava sendo estudada? Verificou-se, mais tarde que o fato poderia ser explicado pela moderação das velocidades dos nêutrons no hidrogênio da madeira.

### 3. A MODERAÇÃO DE NÊUTRONS

A partir do dia 18 de outubro de 1934, para esclarecer este "mistério", Fermi e seus colaboradores passaram a estudar, sistematicamente, este problema. Para evitar a dispersão de nêutrons na experiência, foi construído, na própria Universidade de Roma, um pequeno anteparo de chumbo. Sem que ninguém soubesse o porquê, na hora da experiência, Fermi trocou o pesado anteparo de chumbo por um bloco de parafina.

Muitos anos mais tarde, numa conversa com o Astrofísico Chandrasekhar, ele contou o modo fortuito como são feitas as descobertas científicas:

"Vou lhe contar como fiz a descoberta, que acredito, seja a mais importante da minha carreira. Estávamos trabalhando muito intensamente com nêutrons e os resultados que obtínhamos eram incompreensíveis. Um dia, indo ao laboratório pensei que poderia observar a absorção de nêutrons por parte do chumbo, mas, em lugar de pegar um pedaço de chumbo qualquer, exigí que preparassem um sistema trabalhado com precisão. Parecia que havia qualquer coisa que não andava bem na experiência projetada e eu procurava uma desculpa para começar a sua execução. Quando finalmente estava para começar a medida, eu murmurei: o que desejo não é o chumbo, mas, um pedaço de

parafina. Foi propriamente uma inspiração improvisada, sem nenhuma razão premeditada. Peguei rapidamente um pedaço de parafina que encontrei ali e coloquei onde deveria ter colocado o chumbo"(5).

O certo de tudo isto é que, no dia 22 de outubro de 1934, foi utilizada pela primeira vez a parafina como moderador de nêutrons. Numa outra parte do Instituto, enquanto Fermi trabalhava, estava sendo realizado um exame do qual participavam, como membros da banca examinadora, quase todos os componentes do grupo de Fermi. Pérsico, em visita a Roma e Bruno Rossi, assistiam às experiências. Ao meio dia, Fermi convocou todos os membros do Instituto para verificar um estranho fenômeno: *a parafina colocada entre a fonte e os alvos multiplicava grandemente o efeito dos nêutrons.*

Todos foram para o almoço, ainda confusos com os resultados da parte da manhã. Fermi permaneceu. Quando voltaram, as três da tarde, Fermi já havia apresentado uma hipótese, que explicava a ação da parafina:

I - Os nêutrons lentos eram mais eficazes que os rápidos na produção de reações nucleares de certos elementos;

II - A parafina agia como moderador, isto é, ao choque dos nêutrons com os núcleos de hidrogênio (elementos leves) da parafina perdiam grande parte de suas energias cinéticas.

À noite, na casa de Amaldi, foi preparada uma "lettera" para comunicar a descoberta, que seria publicada na "Ricerca Scientifica".

Como a esposa de Amaldi, Ginestra, era redatora da revista, enviou para a redação na manhã seguinte. O artigo tinha como título: "Azione di Sostanze Idrogenate sulla Radioattività Provocata da Nêutroni - I", são autores: E. Fermi, E. Amaldi, B. Pontecorvo e E. Segrè.

Foi publicado, mais tarde, nos "Proceedings" da Royal Society.(7)

#### 4. A FISSÃO NUCLEAR

A descoberta da fissão foi realizada pelo grupo de Otto Hahn, Fritz Strassmann e Lise Meitner.

Sobre a descoberta da fissão, apresentamos as importantes declarações do próprio Hahn (1):

"Em particular, Fermi concluiu que ao irradiar Urânio com nêutrons ele havia formado elementos transurânicos, isto é: elementos com número atômico mais elevado que o do Urânio. A senhora Lise Meitner, Fritz Strassmann e eu decidimos repetir e ampliar estas experiências muito interessantes. Nós nos considerávamos bem qualificados para realizá-las. Os físicos, Lise Meitner e eu, havíamos trabalhado juntos em problemas de Radioatividade durante mais de trinta anos. Fritz Strassmann, meu amigo, possuía uma experiência única em Química Analítica Inorgânica, e eu havia estado no campo da Radioquímica, desde os primeiros dias do começo do século, fazem muitos anos com resultados muito bons.

Durante quatro anos de trabalho em conjunto, desde 1934 até 1938, publicamos numerosos trabalhos - Meitner, Hahn e Strassmann acreditando que havíamos isolado isótopos dos elementos 93 a 96, e nossos resultados foram geralmente aceitos. Mas, no final do ano de 1938, quando Lise Meitner se viu obrigada a sair da Alemanha e havia emigrado para a Suécia, Dr. Strassmann e eu chegamos à espantosa conclusão de que o impacto de um nêutron sobre o núcleo de Urânio produzia a sua fissão em dois núcleos de tamanho médio, processo que previamente não seria considerado possível. Esses resultados que nós publicamos com alguma vacilação, foram prontamente confirmados por físicos da Dinamarca, Estados Unidos e outros países. O resto é bem conhecido".

Antes da publicação dos resultados da fissão, Hahn e Strassmann(8) enviaram o trabalho a Lise Meitner e seu sobrinho Otto Frisch. Hahn tinha uma grande admiração pela capacidade científica de Lise Meitner. Eles determinaram, sem qualquer sombra de dúvida, a presença de bário na experiência. Pela presença de bário, Lise Meitner concluiu então que o bário era um elemento que confirmava a fissão nuclear.

Foi realmente muito desagradável que Lise Meitner não tivesse participado diretamente da descoberta da fissão. Infelizmente, a perse-

guição aos judeus pelos nazistas não permitiu que uma grande cientista participasse de uma das maiores descobertas da Física Nuclear, pelo mesmo grupo de pesquisa no qual Lise Meitner fora uma figura exponencial.

Lise Meitner era israelita e quando os nazistas tomaram o poder, em 1933, ela permaneceu na Alemanha protegida por sua cidadania austríaca. A anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, mostrou a Lise Meitner que ela estava numa situação perigosa, permanecendo em Berlim. Com o auxílio de cientistas alemães amigos, ela fugiu para a Holanda tendo recebido um convite de Niels Bohr, de Copenhague, para trabalhar com ele. Foi a ela oferecida uma posição no Instituto Nobel, onde estava sendo construído um ciclotron. Pouco depois de sua chegada à Suécia com seu sobrinho Otto Frisch foi feita a descoberta da fissão. É muito importante a atuação de Frisch no problema da fissão.

Quando, em 1938, Lise Meitner recebeu a carta de Hahn e Strassman sobre a descoberta da fissão Frisch estava de férias na Suécia.

Vamos apresentar, agora, uma narração histórica de Otto Frisch (9) descrevendo este acontecimento:

"Ela (Lise Meitner) estava meditando sobre a carta de Hahn, e me mostrou os resultados e chegamos gradualmente a idéia de que não deveríamos pensar no núcleo partido pela metade por um cinzel, mas que havia algo importante na idéia de Bohr de que o núcleo era semelhante a uma gota líquida e podia fissurar. Então calculamos como a tensão superficial de um núcleo poderia ser afetado pela sua carga. Lise Meitner encontrou a energia que poderia ser obtida do efeito mássico, pois ela possuía na sua mente a curva de andamento do efeito mássico. Concluímos que a repulsão eletrostática apresentava uma energia de 200 MeV e que o efeito mássico poderia liberar esta energia sem que houvesse a passagem de uma barreira, com a qual nunca tínhamos trabalhado. Depois deste trabalho nos separamos novamente; nós somente passamos juntos três dias, próximo do Natal. Lise Meitner voltou para Estocolmo e eu retornei a Copenhague e só foi possível falar das nossas idéias a Bohr, quando ele estava embarcando no navio, que se destinava aos Estados Unidos. Ainda me recordo que quando acabei de falar ele bateu com a mão na cabeça e disse: "Como fomos idiotas! Deveríamos ter visto tudo isto antes! Mas, não fizeram isto, ninguém fez".

Lise Meitner e eu preparamos um trabalho a longa distância utilizando o telefone entre Copenhague e Estocolmo, e eu me lembro que contei toda a História a Plackesek que estava em Copenhague. Porque é assombroso, para mim inclusive, que nunca me havia ocorrido a idéia de fazer uma experiência? Plackesek me disse: "Porque não utilizou uma câmara de nuvem para a comprovação?" Eu respondi que não tinha a minha disposição uma câmara de nuvem e que não acreditava que a experiência fosse fácil. Mas, eu utilizei uma câmara de ionização e como todo mundo sabe a experiência foi muito fácil. Eu fui tão afortunado que estava me encontrando com Lise Meitner quando nos chegaram as notícias antes de serem publicadas oficialmente, e, portanto, foi Plackesek quem na verdade me deu o primeiro empurrão para a realização da experiência que realizei no dia 13 de janeiro. Nesta época meu trabalho já estava quase escrito, mas o retive por alguns dias para incluir este outro trabalho, e ambos foram enviados a revista Nature no mesmo dia. Mas, a revista Nature resolveu publicá-los separadamente. E, por conseguinte, consegui ainda mencionar a palavra FISSÃO que aparece no primeiro trabalho, e que me foi sugerida pelo biólogo americano William A. Arnold"

Os dois artigos tiveram os seguintes títulos: "Desintegration of uranium by neutrons: a new type of nuclear reaction" e "Physical evidence for the division of heavy nuclei under neutrons bombardment"(11). Apesar das participações efetivas de Lise Meitner, Otto Frisch e Fritz Strassmann na descoberta da fissão, o Prêmio Nobel de Química foi ganho por Otto Hahn, sozinho, em 1944.

Esta injustica é salientada por Ruth Lewin Sime, num trabalho publicado na revista "Scientific American"(12). Este artigo se intitula "Lise Meitner and the Discovery of Nuclear Fission".

## 5. A TEORIA DA FISSÃO

A Teoria da Fissão foi desenvolvida por Niels Bohr e John A. Wheeler, em 1939. (13)

Num livro de Acústica publicado em 1878, por John Willian Strutt (Lord Rayleigh), denominado "The Theory of the Sound", no segundo volume, Lord Rayleigh apresenta um estudo detalhado sobre as formas apresentadas por

gotículas de água emitidas por um desses aparelhos simples que os barbeiros utilizam para borriifar com água os cabelos. Verificou que, com uma lanterna de projeção, ele poderia verificar, de maneira mais detalhada, as configurações das gotículas que eram projetadas num anteparo. Estabeleceu, também, que elas não possuíam o formato esférico e que teriam os seus raios representados por uma expressão matemática que dependia dos polinômios de Legendre.

Para explicar o problema da fissão, Bohr e Wheeler utilizaram o modelo da gota líquida. Neste modelo, o núcleo atômico era como uma gota líquida e apresentava as mesmas configurações geométricas que as das gotas do atomizador de Lord Rayleigh.

Usando um tratamento análogo, estabeleceram que a coordenada radial de um ponto da superfície poderia ser expressa em termos dos polinômios de Legendre pela expressão:

$$R(\theta) = R_0 \left[ 1 + \sum_{l=0}^{\infty} \alpha_l P_l(\cos\theta) \right]$$

Onde  $R_0$  é o raio da gota esférica não deformada, são os parâmetros de deformação e  $P_l(\cos\theta)$  são os polinômios de Legendre.

Para tratar o problema teoricamente, o núcleo foi considerado como uma gota uniformemente carregada e de densidade constante, tendo uma superfície bem definida. A hipótese da densidade constante da matéria nuclear, isto é, a sua incompressibilidade, impõe a condição de que o volume total da gota permaneça constante. Portanto, as oscilações do núcleo excitado deformarão somente a superfície da gota. A condição que acarreta a constância de volume faz com que o coeficiente  $a_0 = 0$  e a invariança do centro de massa do sistema exijam que  $a_1 = 0$ .

A energia de superfície da gota com a forma esférica será:

$$E_{S_0} = \tau 4 \pi R_0^2$$

Sendo  $\tau$  o coeficiente de tensão superficial que corresponde a uma energia por unidade de superfície.

A energia de superfície no caso da gota deformada será :

$$E_S = 4 \pi R_0^2 \tau \left( 1 + \frac{2}{5} \alpha_2^2 + \frac{5}{7} \alpha_3^2 + \dots \right)$$

A energia coulombiana no caso da gota esférica terá a seguinte expressão :

$$E_{C_0} = \frac{3}{5} \frac{(Ze^2)}{R_0}$$

Sendo  $Z$  o número atômico e  $e$  a carga de um próton.

A energia coulombiana da gota deformada é a seguinte:

$$E_C = \frac{3}{5} \frac{(Ze^2)}{R_0} \left( 1 - \frac{1}{5} \alpha_2^2 - \frac{10}{49} \alpha_3^2 + \dots \right)$$

A variação de energia será:

$$\Delta E = (E_S + E_C) - (E_{S_0} + E_{C_0})$$

Considerando o desenvolvimento apenas até o coeficiente  $\alpha_2$ , teremos:

$$\Delta E \cong \frac{1}{5} \alpha_2^2 (2E_{S_0} - E_{C_0})$$

$$\Delta E > 0: \quad E_{C_0} < 2E_{S_0} \quad \text{O NUCLEO É ESTÁVEL}$$

$$\Delta E < 0: \quad E_{C_0} > 2E_{S_0} \quad \text{O NUCLEO É INSTÁVEL}$$

Bohr e Wheeler verificaram que existiam algumas configurações nas quais a tensão superficial não era suficiente para vencer a repulsão coulombiana entre os dois fragmentos que estavam apenas ligados por um pequeno gargalo que foi denominado de ponto de sela, por se parecer com a sela de um cavalo. Quando isto acontecia, haveria fissão. O modelo da gota líquida é utilizado no estudo da fissão espontânea e na fissão induzida. A fissão espontânea do  $^{238}\text{U}$  (urânio 238) é muito rara sendo sua meia vida de aproxima-

damente  $10^{16}$  anos. Na fissão induzida por nêutrons aumenta a oscilação nuclear passando o núcleo mais vezes pelo ponto de sela, crescendo assim a probabilidade de fissão.

A seção de choque do  $^{235}\text{U}$  é grande para nêutrons térmicos, isto é, para nêutrons de muito pequena energia. Este fato será de grande importância no desenvolvimento do estudo do aproveitamento da Energia Nuclear. A teoria da fissão sofreu grandes modificações e desenvolvimentos, depois do modelo pioneiro da gota líquida de Niels Bohr e John Wheeler.

## 6. AVANÇOS NO ESTUDO DA FISSÃO (14)

As primeiras comunicações, relacionando a existência de novas formas de desintegração, nas quais núcleos pesados se desintegram pela emissão de fragmentos leves mais pesados que as partículas alfa, foram apresentadas entre os anos de 1975 e 1977, tanto os resultados experimentais como as interpretações teóricas e aparecem nas referências 2 e as de números 15 a 18. Na realidade, em 1974, numa experiência realizada na Divisão de Física da Fissão e Radioatividade do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (Rio de Janeiro - Brasil), quando estava sendo determinada a meia vida da fissão espontânea do  $^{238}\text{U}$ .

Neste trabalho (2), um novo tipo de radioatividade ficou evidente.

O método experimental utilizado era a técnica de Emulsão Nuclear carregada com urânio natural. Após as revelações das emulsões por técnicas realizadas, rotineiramente, em nosso laboratório e que foram desenvolvidas por De Carvalho (19), as películas de emulsão foram observadas por um microscópio ótico. Os traços normais de fissão espontânea do  $^{238}\text{U}$  foram realmente determinados. Todavia, para surpresa nossa, foi encontrado um grande número de traços de curto alcance na emulsão que deveriam corresponder a fragmentos nucleares (clusters) que deveriam ter números de massa entre o

neônio e o níquel, isto é, correspondentes ao intervalo  $20 \leq A \leq 70$ . Com o nosso método não era possível uma determinação exata da carga, da massa e da energia da partícula emitida. A meia vida de tal processo de decaimento foi determinada em  $2 \pm 1 \times 10^{15}$  anos. Estimativas teóricas através do método clássico W.K.B. para o estudo da penetração de uma barreira de potencial, semelhante ao problema da desintegração alfa, foram também utilizados, neste primeiro trabalho (2), para a determinação das meias vidas destes novos fragmentos emitidos espontaneamente pelo  $^{238}\text{U}$ .

Dentro dos limites das grandes incertezas nos métodos utilizados, foram encontradas meias vidas entre  $10^{15}$  e  $10^{18}$  anos, numa concordância relativamente aproximada com a nossa determinação experimental. Efeitos de Camada apareceram de modo evidente, indicando que o novo processo encontrado apresentava números mágicos ou nos fragmentos mais pesados ou nos fragmentos mais leves, como poderemos ver nos nossos trabalhos das referências (2) e de (14 a 18).

Estes resultados surpreendentes foram interpretados por Sandulesco e Greiner (20), como sendo uma grande assimetria dos fragmentos de fissão produzidos por efeitos de camada de ambos os fragmentos (20, 21). Posteriormente, cálculos mais refinados, realizados por Sandulesco et.al.(22), concluíram que a emissão destes fragmentos nucleares poderia ser interpretada como a passagem através de uma barreira de potencial coulombiana. Estabeleceram, também, que as condições mais favoráveis para a emissão espontânea de tais fragmentos estavam associadas a determinados núcleos relacionados ao núcleo emissor. Deveria haver a emissão do  $^{24}\text{Ne}$  e  $^{28}\text{Mg}$  dos isótopos do Th;  $^{32}\text{Si}$  e  $^{34}\text{Si}$  dos isótopos do U;  $^{46}\text{Ar}$  dos isótopos do Pu e Cm e  $^{48}\text{Ca}$  dos isótopos do Cf, Fm e No. Estas predições foram confirmadas por outras estimativas (23, 24, 25).

A interpretação deste novo fenômeno pode ser considerada como um tipo de decaimento intermediário entre a fissão e a emissão alfa, podendo o processo de emissão alfa ser tratado como uma fissão grandemente assimétrica (26, 27, 28).

A primeira identificação experimental do caso de um decaimento radioativo de um núcleo pesado produzindo um núcleo leve de massa maior que a da partícula alfa foi realizada por Rose e Jones (29), na Universidade de Oxford. Eles determinaram experimentalmente o decaimento do  $^{228}\text{Ra}$  com a emissão do  $^{14}\text{C}$ , com uma meia vida de  $3,7 \pm 1,1 \times 10^7$  anos. Este resultado foi confirmado independentemente por Aleksandrov et.al.(30), Gales et. al.(31), Price et.al.(32).

Kutschera et. al.(33) realizaram uma experiência, muito precisa e detalhada, para medir a energia e a massa do carbono emitido no decaimento do  $^{223}\text{Ra}$ .

A determinação deste novo tipo de radioatividade (34) estimulou os pesquisadores na determinação sistemática das meias vidas de decaimento destes núcleos intermediários a partir de núcleos pesados.

Poenaru et.al.(33), Greiner et.al. (35) calcularam as meias vidas de decaimento de núcleos leves a partir de determinados núcleos pesados.

Teremos a seguinte tabela a partir destas estimativas.

TABELA I

| NÚCLEO PESADO     | NÚCLEO EMITIDO   | $T_{1/2}$ (ANOS)     |
|-------------------|------------------|----------------------|
| $^{232}\text{Ra}$ | $^{14}\text{C}$  | $2,5 \times 10^7$    |
| $^{226}\text{Ra}$ | $^{14}\text{C}$  | $2,5 \times 10^{14}$ |
| $^{227}\text{Ac}$ | $^{14}\text{C}$  | $5,0 \times 10^{15}$ |
| $^{232}\text{U}$  | $^{24}\text{Ne}$ | $6,3 \times 10^{13}$ |
| $^{233}\text{U}$  | $^{24}\text{Ne}$ | $2,5 \times 10^{16}$ |
| $^{238}\text{U}$  | $^{34}\text{Si}$ | $1,6 \times 10^{20}$ |
| $^{252}\text{Cf}$ | $^{46}\text{Ar}$ | $4,0 \times 10^{16}$ |

O crescimento da Teoria do estudo dos decaimentos exóticos levaram os Físicos Experimentais a realizar trabalhos neste campo excitante da Física Nuclear (36-40)

O trabalho por nós realizado na referência (14) teve por finalidade aprimorar matematica-

mente o cálculo da meia vida da emissão destes núcleos exóticos, usando um tratamento análogo ao da emissão de partículas alfa.

Calculamos um novo valor do fator de penetrabilidade, usamos uma aproximação uni-dimensional W.K.B. e determinamos uma forma mais precisa do fator de Gamow.

Partimos de um modelo em que os fragmentos são esféricos, existindo a definição de um raio central. Por comodidade matemática, consideramos a distribuição de Fermi para a densidade nuclear.

Os nossos resultados apresentam muito boa concordância com os cálculos teóricos e os valores determinados experimentalmente das meias vidas obtidas por outros laboratórios, no caso específico do carbono 14.

## 7. CONCLUSÕES

A descoberta da fissão foi um dos capítulos mais importantes no desenvolvimento científico do nosso século quer do ponto de vista da Ciência Fundamental, quer do ponto de vista da Ciência Aplicada e da Tecnologia.

Em Ciência Fundamental, com a fissão foi possível conhecer, de maneira melhor, a estrutura nuclear. Foram descoberto muitos radioisótopos que se encontram muito afastados do vale de estabilidade beta. Estes radioisótopos emitem elétrons ou pósitrons para virem a se tornar núcleos estáveis. Houve com isto um avanço considerável no estudo da espectroscopia nuclear. A fissão nuclear possibilitou a construção de reatores de pesquisa que passaram a funcionar como excelentes fontes de nêutrons para a realização de pesquisas em Ciência Fundamental e a produção de novos radioisótopos.

A nova forma de desintegração radioativa que descrevemos no nosso trabalho, isto é, a emissão de "clusters" a partir de núcleos pesados, que poderíamos denominar de uma desintegração exótica, se constitui num manancial de novas pesquisas para melhor interpretar a estrutura nuclear.

Em relação à Física Aplicada e ao Desenvolvimento Tecnológico é realmente enorme o número de aplicações. Infelizmente, algumas delas apresentaram um destino puramente militar, como as bombas nucleares, os Porta-Aviões e Submarinos movidos a energia nuclear. Estas desenfreada coriida armamentista levou ao Mundo inteiro a um clima de pavor e de perplexidade. As destruições de Hiroshima e Nagasaki ainda permanecem de modo indelével em nossa memória.

Quanto às aplicações pacíficas da Energia Nuclear, devemos considerar, em primeiro lugar, a geração de energia pelos Reatores de Potência. Esta geração energética é tão importante que um país como a França tem, aproximadamente, 75% de sua energia produzida por Usinas Nucleares. No Mundo, 18% da energia elétrica é de origem nuclear.

As aplicações médicas com a utilização de radioisótopos são também exemplos da utilização de radio-nuclídeos produzidos em reatores de pesquisa. O mesmo acontece na Agricultura e nas Indústrias de um modo geral.

Poderemos dizer que, depois da descoberta da Fissão, a humanidade passou a viver uma nova época: **A ERA NUCLEAR.**

## Agradecimentos

Desejo agradecer a grande acolhida que recebi no Instituto de Materiales y Reactivos e no Instituto Superior de Ciências Nucleares, ambos da Universidade de la Habana. Particularmente, aos seus diretores e grandes amigos, Edwin Pedrero Gonzales e Fernando Guzman, pelas provas de amizade e carinho com que me trataram durante a minha permanência nesta hospitaleira Cidade de Havana.

Agradeço, também, a Universidade do estado do Rio de Janeiro e ao seu Sub-Reitor de Graduação, Prof. Ricardo Vieiralves, que possibilitou financeiramente a minha permanência em Havana.

JADÉR BENUZZI MARTINS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. J.B. Martins "The History of the Atom: From Democritus to the First Nuclear Reactor". I- WORK SHOP ON NUCLEAR PHYSICS - 24 - 28 OCTUBRE - REV. NUCLEUS (1995). (HAVANA)
2. H.G. DE Carvalho, Jader B. Martins, Iraci O. Souza, Odilon A.P. Tavares - An. da Academia de Bras. De Ciências, 47, 567 (1975).
3. Jader B. Martins "The Discovery of the Nêutron" Internacional Conference - XI ENFIR - Poços de Caldas - Brasil (1997).
4. Emlio Segrè "From X-rays to Quarks, Modern Physicists and their Discoveries" W.H. Freeman and Company - New York (1980).
5. Emilio Segre "Enrico Fermi, Fisico" - Zanichelli Editore - Bolonha (1976).
6. Enrico Fermi, E. Amaldi, F. Rasetti and E. Segre - Proc. Roy. Soc. (London) 146 A, p. 483 (1934).
7. E. Amaldi, O D'Agostino, E. Fermi, B. Pontecorvo and E. Segre - Proc. Roy. Soc. (London) 149, p.522 (1935) .
8. O. Hahn and F. Strassmann Naturwiss 27, pp. 11, 99 (1939).
9. "Century of the Atom" - Apresentado na Quarta Conferência Internacioinal para usos pacíficos da Energia Atômica - Comissão Nacional de Energia Atômica dos Estados Unidos, Washington, D.C. 20540 (1971).
10. L. Meitner and O.R. Frisch, Nature 143, p. 239 (1939).
11. L. Meitner and O. R. Frisch, Nature 144, p. 534 (1939).
12. Ruth Lewin - Scient. Amer. 58, 63 (1998).
13. N. Bohr and J. A. Wheeler, Phys. Rev. 56, 428 (1939)
14. H.G. de Carvalho, Jader B. Martins, O.A.P. Tavares - Phys. Rev. 34, 2261-2268 (1986).
15. I. O. De Souza M.S. thesis, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, (1975).
16. H.G. de Carvalhos, Jader B. Martins, I.O. DE Souza and O.A.P. Tavares An. Acad. Bras. Cienc. 48, 205 (1976) (also available as Report No Aoo13/76, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, May (1976).
17. H. G. DE Carvalho, Jader B. Martins and O.A.P. Tavares, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - Report, A0025, June (1977) - Unpublished.
18. O.A.P. Tavares - Doctoral thesis, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1978).
19. De Carvalho, H.G., Celano, A, Munichnik, M. Potenza, G. & Rinzivillo, R. (1963). "The use of Nuclear Emulsions Some New Techniques". Report from "Laboratory Nazionali di Frascati de Comitato Nazionale per l'Energia Nucleare", I.N.F.N. - 63/3-1-65; H.G. DE Carvalho "The processing and Loading of Nuclear Emulsions in "Progress in Nuclear Tehniques and Instrumentation" - vol. I, 247-319, North Holland Publishing Company, Amsterdam (1963).
20. A. Sandulescu and W. Greiner, J. Phys, G3, L187 (1977).
21. A. Sandulescu and W. Greiner, private communication; A. Sandulescu, H.J. Lustig, J. Hahn and W. Greiner - J. Phys. G4, L279 (1978).
22. A. Sandulescu, D. N. Poenaru and W. Greiner - Fiz Elem. Chastits At. Yadra - 11,1334 (1980) - [Sov. J. Nucl.-11(6),528 (1980) ]
23. D.N. Poenaru, M. Ivascu, A. Sandulescu and W. Greiner - J. Phys. G10, L183 (1984).
24. D.N. Poenaru, M. Ivascu, a. Sandulescu and W. Greiner - Phys. Rev C 32,572 (1985); Joint Institute for Nuclear Research, Dubna, Report No. Er-84-811(1984).
25. D. N. Poeranu, W. Greiner, K. Depta, M. Ivascu, Mazilu and A. Sandulescu - At. Data Nucl. Data Tables 34, 423 (1986).
26. D. N. Poeranu, M. Ivascu and A. Sandulescu - J. Phys. G 5, L169 (1979).
27. D.N. Poeranu, M. Ivascu and A. Sandulescu, J. Phys. (Paris) Lett. 40, L465 (1979).
28. D.N. Poeranu and M. Ivascu - J. Phys (Paris) 44, 791(1983).
29. H. J. Rose and G. A. Jones - Nature (London) 307, 245 (1984).
30. D. V. Aleksandrov, A. F. Belyatskii, Yu A. Glukhov, E. Yu Nikol'skii, B.G. Novatskii, A. A. Ogloblin and D. N. Stepanov, Pis'ma Zh Eksp Teor. Fiz 50, i52 (1984) [JETP Lett. 40, 909 (1984).
31. S.Gales, E. Hourani, M. Hussonnois, J. P. Schapira, L. Stab and M. Vergnes - Phys. Rev. Lett. 53, 759 (1984).
32. P.B. Price, J.D. Stevenson, S. W. Barwick and H.L. Ravn - Phys Rev. Lett. 54, 297 (1985).
33. W. Kutschera, I. Ahmad, S. G. Armato III, A. M. Friedman, J.E. Gindler, W. Henning, T. Ishii, M. Paul and K.E. Rehm - Phys. Rev. C32, 2036 (1985).
34. A. Sandulescu, D. N. Poenaru, W. Greiner and J.H. Hamilton - Phys Rev. Lett. 54, 490 (1985).
35. W. Greiner, M. Ivascu, D. N. Poenaru and A. Sandulescu - Z. Phys. A320, 347 (1985).
36. E. Hourani, M. Hussonnois, L. Stab, L. Brillard, S. Galles and J.P. Schapira - Phys. Lett.160 B, 375 (1985).
37. S.P. Tretyakova, A. Sandulescu, V. L. Mischev, D. Hasegan, I. A. Lebedev, Yu S. Zamyatnin, Yu S. Koroktin and B.F. Myasoedov - Joint Institute for Nuclear Research - Report N° 13 - 85 (1985).
38. A. Sandulescu, Yu S. Zamyatnin, I.A. Lebedev, B. F. Myasoedov, S. P. Tretyakova and D. Hasegan - Joint Institute for Nuclear Research - Report N° 5-84 (1984).
39. S. W. Barwick, P. B. Price, and J.D. Steveson - Phys. Rev. C31,1984 (1985).
40. S. P. Petryakova, A. Sandulescu, Yu S. Zamyatnin, Yu S. Korotkin and V. L. Miheev - Joint Institute for Nuclear Research - Report N° 7-85 (1985) Unpublished.

# Lucrecio: Materialismo ou Desolação?

Amós Coelho da Silva

---

Professor do Instituto  
de Letras da Uerj

---

**T**ITUS LUCRETIUS CARUS (de 98-55 a.C.) escreveu o poema didascálico *De Rerum Natura*, Da Natureza das Coisas, dedicado ao amigo Mêmio. São 7400 hexâmetros datílicos sobre a doutrina do filósofo grego Epicuro (de 342-270 a.C.), conhecido sobretudo pela sua moral, que se concentra no prazer, afirmando que este é o bem mais almejado pelo homem. O prazer seria primordial, porque é fundamental e inato. A nossa alma ressoa com os gritos da carne. A carne reclama de fome, de sede e de frio, e a alma escuta as prescrições da natureza. Como se conceberia o bem, se se suprimissem os prazeres que se apercebem no gosto e no amor, na audição e no canto, na emocionante visão das belas formas e nos outros prazeres que nascem dos sentidos humanos? Mas, por isso mesmo, a escolha do prazer deve ser refletida, já que uma parcela dos desejos é natural e necessária, o restante, mesmo sendo natural, é desnecessário. Ora, sendo todos naturais, e nem sempre são necessários, poderá um desejo bom ocasionar um mal? Ao revés, poderá a resistência a certos impulsos de um desejo ocasionar um bem? A sua conclusão é que pode-se desfrutar um prazer corpóreo quando se vive a pão e água, desprezando os prazeres da luxúria, não por eles em si, mas porque estes são acompanhados de inconvenientes. Não se deve ficar angustiado com o que não se possui; ao contrário, o que se tem corresponde a desejos realizados. Superando necessidades, mais satisfação haverá para o amanhã: o poeta romano Horácio (s. I a.C.) o disse nas Odes (Livro I, 11,8) *Carpe diem*, aproveita o dia (de hoje). Busque-se a seguinte medida: a natureza só solicita o suficiente e se pode ser rico com pouco; o desejo é infinito, e se o pouco não basta, nada, enfim, satisfaz.

Sempre no início de cada livro, Lucrecio enceta um enaltecimento da grandeza do feito filosófico de Epicuro. No VI, de 24-28, elogia Atenas, como já o fizera Isócrates, entre outros, no *Panegírico*, porque esta cidade tem o mérito de ter sido o berço de Triptólemo e Sólon, e agora deu ao mundo o divino Epicuro. É um trecho da sublimação do filósofo do Jardim a respeito do seu honesto caráter e da sua preocupação com a condição humana: *Veridicis igitur purgavit pectora dictis, / et finem statuit cupidinis atque timoris, / exposuitque bonum summum quo tendimus omnes / quid foret, atque uiam monstrauit tramite paruo, / qua possemus ad id recto contendere cursu (...)* Portanto, purificou os

*corações com palavras verdadeiras, pôs fim à cobiça e ao temor e expôs em que consiste o bem supremo a que tendemos nós todos, mostrou o caminho, o percurso menor que podemos fazer para nos dirigirmos a esse bem (...)*

Para Lucrécio, Epicuro foi quem demonstrou que é em vão que o gênero humano revolve no peito as terríveis ondas de cuidados, (VI,33-4) *et genus humanum frustra plerumque probavit / uoluerit curarum tristis in pectore fluctus*. No verso 931, livro I, define o seu propósito: *Religionum animum nodis exsoluere pergo, esforço-me para libertar o espírito dos nós da superstição*.

Assim, quem também o assimilou como Sêneca, o Filósofo (s.I d.C.), e na tragédia *Medéia*, lamentará a profanação do prazer na busca incessante do marinheiro, que, rompendo limites e nutrindo curiosidades, espalha e importa males terríveis com riscos desnecessários no vasto mar. *Terminus omnis motus, et urbes / Muros terra posuere nova.* (369-370), *Todos os limites foram revolidos, e as cidades / puseram muros na terra nova*. Trata-se aqui da lenda dos Argonautas que será um dos esteios da peça *Medéia*.

Daí, deve-se limitar o desejo ao que a natureza prescreve: há nela harmonia pré-estabelecida entre as necessidades e os recursos, entre a natureza do indivíduo e a do cosmo. A ausência de perturbação (*ataraksía*) é o verdadeiro prazer (*hedoné*) a se buscar. A propósito, Benjamin Farrington evidencia que a oposição epicurista não nasceu de uma reação ao estoicismo, pois era o Jardim anterior ao Pórtico, uma vez que só na época de Cícero o confronto se consolidou. Surgiu o epicurismo, isso sim, da revolta do homem contra a cidade. Estando a raça humana sob o jugo de uma justiça enclausurada por uma constituição, repleta de sanções, às vezes, contraditória como pareceu aos olhos da His-

tória a condenação à morte de Sócrates, e diante, porém, de um inédito momento histórico, isto é, a Hélade perder o que ela mesma criara: a democracia frente ao imperialismo de Alexandre Magno, a oposição do epicurismo se desencadeia contra os defensores da instituição cidade-estado, ou seja, a projeção hierarquizada e planejada, desde os mandatários do poder aos subordinados: plano de Platão. Sobre Platão, Benjamin, apoiando-se em P.-M. Schuhl e interpretando o seu papel de legislador (p.73), confronta-o com Sólon, enquanto o fundador da democracia ateniense dava aos fazendeiros e trabalhadores o direito de comparecer à Assembléia, e participação na administração da justiça, a nova regra de Platão, (limita) para cada homem um trabalho, limita cada trabalhador à sua especialidade. A única exceção óbvia à regra, e bastante óbvia, é a de que o governante é sempre considerado capaz para o generalato. A união perpétua da sabedoria e da luta parece refletir a constante presteza do diretor da Academia a fomentar tramas oligárquicas (p.77) A reação de Aristóteles ficou selada na tradução latina *Amicus Plato, (sed) magis amica ueritas* de uma passagem da *Ética a Nicômaco* (1096a 16-17). Há de se levar em conta que a resistência a megalópoles é de data longínqua. Podemos ler isso no confronto entre o amor de Antígona frente à administração do estadista Creonte: o direito antigo, defendido por Antígona, ou aquele mesmo da deusa Têmis, frente ao direito novo, que é o de Creonte, cujo nome significa *o mais forte, o senhor, o chefe, o soberano, aquele cujo poder se estende ao longe.* (Brandão, J. p.243) Há consequências desastrosas na tragédia de Sófocles; Antígona, que significa a que foi gerada contra, desamparada até do apoio da irmã Ismênia, superpõe a família ao despotismo de Creonte, que decretou funerais suntuosos para Etéocles, irmão dela, e proibiu, sob pena de morte, o sepultamento do outro ir-

mão, Polinice. Cumprindo uma lei religiosa, mas não escrita, Antígona cobriu o corpo do irmão Polinice com terra. Descoberta, foi condenada, como se lê abaixo:

*“Antígona: Não era um escravo; era igual, era irmão.  
Creonte: Vinha contra a terra que o outro defendia.  
Antígona: Pouco importa: a lei da morte iguala a todos.  
Creonte: Mas não diz que o mau tenha o prêmio do justo.  
Antígona: Não será talvez piedade isso entre os mortos?  
Creonte: Embora morto, nunca é amigo um inimigo.  
Antígona: Não nasci para o ódio; apenas para o amor.  
Creonte: Se amar é o que desejas, vai amar os mortos!”*(Ant. 517-525, tr. Junito Brandão)

O discurso ético de Epicuro encontrou bastante repercussão em Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): a natureza humana é incompatível com o convívio da cidade, ou seja, não há instituições naturais, nem direito natural. O ambiente social expõe o indivíduo a agressões, geradas no gosto pelo luxo, fomes e sedes específicas e conformismos desnecessários. Para Epicuro, deve-se buscar a liberação das angústias, tal liberdade é tão natural quanto a liberdade que o átomo possui enquanto constituinte, escapando ao determinismo; assim o homem escapa ao determinismo social quando ele participa do princípio naturalmente constituído. É o que defende Lucrécio, (II,251-260): *Denique si semper motus conectitur omnis, / et uetere exortitur <semper> nouus ordine certo, / nec declinando faciunt primordia motus / principium quoddam quod fati foedera rumpat, / ex infinito ne causam causa sequatur, / libera per terras unde haec animantibus exstat, / unde est haec, inquam fatis auolsa potestas, / per quam progredimur quo ducit quemque uoluntas, / declinanmus item motus nec tempore certo / nec regione loci certa, sed ubi ipsa tulit mens? Finalmente, se todo movimento é sempre conectado a outro e sempre um novo sai de um antigo, segundo uma ordem determinada, se os elementos não fazem, pela sua*

*declinação, qualquer princípio de movimento que quebre as leis do destino, de modo a que as causas se sigam perpetuamente às causas, donde vem este poder solto nos fados, por intermédio do qual vamos aonde a vontade nos leva e mudamos o nosso movimento, não em tempo e em determinada região, mas quando o espírito deseja?*

Karl Marx defendeu em sua tese de doutorado *A Relação entre a Filosofia de Epicuro e de Demócrito* que a doutrina de Demócrito (século V a.C.) é uma síntese da investigação física dos seus antecessores, mas não se libertou do determinismo causa e efeito. Epicuro tirou de Demócrito a teoria atômica, suprimindo o determinismo e admitindo a espontaneidade dos átomos, que têm uma inconcebível variedade de forma, peso e grandeza, mas se limitam porque o vazio é finito, isto é, atribuiu ao movimento atômico os choques devido à sua solidez, mas a possibilidade de os choques serem anulados à medida em que ocorressem entrelaçamentos.

Há um grande esforço para explicar os movimentos dos astros, ou porque a terra pode permanecer suspensa na atmosfera. Hipóteses para explicar o curso do sol, da lua e dos diferentes astros. A imaginação científica e poética nos surpreende. Apriorismos que poderiam, muito bem, ser concebidos em muitas pesquisas científicas como pressupostos das ciências empíricas como a Lingüística. O Poeta tomou como metáfora didática (I,823-827) exatamente o que André Martinet introduziu na Lingüística contemporânea: a questão da economia da linguagem. *Quin etiam passim nostris in uersibus ipsis / multa elementa uides multis communia uerbis, / cum tamen inter se uersus ac uerba necessest / confiteare et re et sonitu distare sonanti. / Tantum queunt permutato ordine solo. Pois bem, aqui e ali em nossos próprios versos muitos elementos vêm comuns em muitas palavras, en-*

tretanto é necessário reconhecer que versos e palavras diferem entre si não só pelo sentido mas também pelo som com que soam.

Os nosso ancestrais, por não compreenderem a universal renovação da vida, atribuíram perversamente essa competência aos deuses (V, 1194-95): *O genus infelix humanum, talia diuis / cum tribuit facta atque iras adiunxit acerbas! Ó raça humana tão infeliz quando atribuiu tais fatos aos deuses e lhes acrescentou iras acerbas!*

Os versos (V, 1233-1240) é que dão autenticidade à sua expressão poética: *Usque adeo res humanas uis abdita quaedam / opterit, et pulchros fascis saeuasque / proculcare ac ludibrio sibi habere uidetur. A tal ponto uma certa força oculta destrói as coisas humanas, e parece ter em si gosto em pisar com os pés os belos feixes e dar as machadadas cruéis. Justamente, é essa hesitação que nos parece definir a condição humana. Mais ainda quando ele afirma que, diante de ruínas e desastres, é natural que o ser humano se humilhe e entregue o governo do mundo a um poder divino: E quando toda a terra vacila sob os pés e caem abaladas as / cidades, ou estremecem e ameaçam ruína, que há de estranho / no fato de as gerações de mortais se humilharem e deixarem às forças dos deuses o poder grande e admirável de governar tudo no mundo? (V, 1236-40)*

Mas é a vitória de Epicuro sobre a religião que o Vate de Roma celebra como escopo, conforme ele mesmo o diz nos versos 63-68, do livro I: *Humana ante oculos foede cum uita iaceret / in terris, opressa graui sub religione / quae caput a caeli regionibus ostendebat, horribili super aspectu mortalibus instans / primum Graius homo mortalis tollere contra / est oculos ausus, primusque obsistere contra; Quando a vida humana se achava cabisbaixa nas terras, oprimida sob o peso da religião a qual mos-*

*trava uma cabeça ameaçadora com horrível aspecto, sobre os mortais; um homem grego pioneiro, foi quem primeiro se atreveu levantar os olhos e resistir contra ela.*

Durante a sua demonstração da origem da música, nos mostra o homem cioso em se tornar infeliz, pois alegra-se com suas conquistas, mas, paradoxalmente, não sabe o que fazer com suas posses (V, 1423- 1425). *Tunc igitur pelles, nunc aurum et purpura curis / exercent hominum uitam belloque fatigant;/ quo magis in nobis, ut opinor, culpa resedit. Portanto, eram até então as peles; agora, o ouro e a púrpura fazem que os homens passem a vida em cuidados e a esgotem com as guerras; mas creio que a culpa nos cabe.*

*De modo que trabalha a raça dos homens em vão e inutilmente, e sempre em vão cuidados consome a sua idade; nada há de admirar nisto, porque não sabe que fim tem de pôr às suas posses e até aonde vai o verdadeiro prazer. Ergo hominum genus incassum frustra que laborat / semper et <in> curis consumit inanibus aeuom, / nimirum quis non cognouit quae sit habendi / finis et omnino quoad uera uoluptas (V, 1430-33).* Lucrécio, por deslocamento ou por metonímia, observou obstinadamente o conflito em que os homens se vêem envolvidos dentro do mundo da religião política. A peste é o clímax do sofrimento da raça humana. Os deuses a enviam para punir os pobres mortais e as autoridades tiram disso as maiores vantagens. Como o episódio do sacrifício de Ifigênia, cujo fim único era abrir caminho à glória militar de Agamêmnon. De outra feita, o Senado romano importou da Etrúria os *histriones* para apaziguar os deuses, indiferentes aos clamores do povo, que era devastado por uma peste terrível, conforme Tito Lívio (VII, cap. II), no ano de 364 a.C. Na sua paixão impetuosa, o Vate retirou do relato de Tucídides, sobre a peste em Atenas, profundo

fôlego poético, negando a interferência divina e explicando o que, de fato, ocorre na natureza: os átomos [semina rerum(VI,1093), aos quais chamamos hoje de miasmas ou micróbios] permanecem em suspensão no ar, sendo uns benéficos e outros maléficos aos homens. Se houver predominância dos últimos, aí acontece a doença, *fit morbidus aer*(VI,1097). Essa ondas de micróbios podem vir pelo ar, infeccionando tudo: alimentos, água de rios, de fontes e de poços, plantações, pastos e o próprio ar que se respira. *Essa desgraça, essa nova peste, então, subitamente, ou cai nas águas, ou se fixa nas próprias messes, Haec igitur clades noua pestilisque / aut in aquas cadit aut fruges persidit in ipsas* (VI,1122-3). Lucrécio ainda ressalta a indiferença e distanciamento dos deuses: *Nec iam religio diuom nec numina magni/ pendebantur enim: praesens dolor exsuperabat.*(1276-7), *nem a religião divina, nem as potências celestes eram consideradas: a dor presente excedia (a tudo).*

É que os epicuristas não negam a existência dos deuses, mas os concebem distantes, sem interferirem na vida solitária dos humanos: *Cedit item retro, de terra quod fuit ante / in terra, et quod missumst ex aetheris oris, / id rursum caeli rellatum templa receptant.*(...) *Nec sic interemit mors res ut materiai corpora conficiat, sed coetum dissupat ollis.* (II, 998-1005), *O que foi antes da terra, retrocede de novo às terras, e o que foi enviado das regiões etéreas, os céus o recuperam, devolvido outra vez: assim, a morte não destrói as coisas, enquanto consome os corpos da matéria, mas apenas desagrega a união deles.*

Exprime ainda mais sua melancolia quando descreve a condição dos mortais no clímax da peste, ao focalizar a *súbita violência do mal* e a *pobreza os levaram a muitas coisas*, *multaque <res> subita et paupertas horrida*

*suasit.*(VI,1280), a disputa entre eles por uma vaga na pira para cremarem seus entes queridos. Lucrécio, solitário, encontrou no epicurismo uma visão que despojava a felicidade de energia investida na competição social, simbolizada na decoração suntuosa do vestuário, do mobilário e do palaciano: prazeres arregalados de banquetes e luxúria.

## Referências Bibliográficas

1. BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-etimológico da Mitologia Grega*. Petrópolis, Vozes.
2. CHÂTELET, François et alii. *História da Filosofia - Idéias e Doutrinas: A filosofia* Pagã. Trad. de Maria José de Almeida. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
3. FARRINGTON, Benjamin. *A Doutrina de Epicuro*. Trad. de Edmund Jorge. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
5. HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica: Grega e Latina*. Trad. de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
6. LUCRÈCE. *De la Nature*. Texte établi e traduit par Alfred Ernout. Paris, Les Belles Lettres, 1948. Tome Premier e Tome Deuxième.
7. MARX, Karl. *Diferença entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e em Epicuro*. Trad. Edson Bini & Armandina Venâncio. São Paulo, Global, s/d.

# A Trajetória da Universidade-Cidadã

ISAC JOÃO DE VASCONCELLOS / DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UERJ

Houve um dia em que subi esta rua pensando alegremente no futuro. / Pois Deus dá licença que o que não exista seja fortemente iluminado. / Hoje, descendo esta rua, nem no passado penso alegremente. / Quando muito, nem penso... / Tenho a impressão de que as duas figuras se cruzaram na rua, nem então nem agora, / Mas aqui mesmo, sem tempo a perturbar o cruzamento. (Fernando Pessoa -1932)<sup>1</sup>

O país vive uma quadra instigante e um dos sinais desse momento é, a meu ver, a busca empreendida pelos brasileiros de informações sobre os personagens da sua história. Sem dúvida, os dados coligidos e interpretados contribuem para melhor (re)conhecer a sua identidade social. Não é à-toa que despontam, agora, filmes retratando a Guerra dos Canudos ou a vida da Princesa Leopoldina, e biografias de Prestes, Lacerda, Geisel, Graciliano Ramos e Drumond. Até a televisão comercial – veículo caracteristicamente ágil, mas desprezioso em relação a determinados temas das lides culturais – volta-se para apresentar episódios históricos.

Mais perto de nós, na área da Educação, não é de hoje que a academia preserva a importância de prescrutar os caminhos vividos por Anísio Teixeira ou Paulo Freire, para tentar entender de modo mais capaz nossas idiossincrasias e vislumbrar novos (ou antigos) horizontes. Isto posto, acredito que os estudos de caso representem o momento contemporâneo de maneira exemplar, na medida em que podem permitir um delineamento de determinada situação – seja uma instituição ou um sistema – de forma pontual, mas aprofundada.

Quando decidi estudar a UERJ, imaginava as dificuldades e os descaminhos que iria enfrentar. No entanto, despertava-me o desafio de ultrapassar o verniz dos fatos apresentados no cotidiano, para tentar perceber mais longe, revisando métodos e instrumentos, acompanhado de bons companheiros de viagem, que me possibilitassem ver, quem sabe, a autonomia universitária além do senso comum.

À primeira vista, a pretensão de alguns acadêmicos entenderem a autonomia como algo inerente a cada uma das instâncias que compõem a universidade não consegue romper nem as balizas legais que delimitam o tema, nem tampouco as necessidades acadêmico-administrativas que puderam ser notadas na análise dos fatos evidenciados durante as diferentes etapas desse estudo. Parece-me claro que o princípio da autonomia diz respeito – para efeito de avaliação crítica – à universidade e não aos departamentos, centros ou unidades acadêmicas e administrativas. Afinal, é fácil antever o nível de desorganização provocado pela possibilidade de qualquer dessas instâncias ter liberdade para fazer o que quisesse.

A autonomia é um princípio lançado nas normas legais e estatutárias referentes à UERJ desde os seus primórdios, embora circunscrito a determinados setores e em dados momentos. Porém, durante os últimos vinte anos, continua na crista dos acontecimentos, face às repercussões que o seu uso suscita, tanto para o estado e a sociedade, quanto para a própria instituição. Fica patente, da mesma forma, a impertinência de estatutos e regimentos extemporâneos, responsáveis, no interior da instituição, por entraves para a normatização de procedimentos referentes à aplicação da autonomia, até onde permitam as leis maiores que regem o tema e até onde avancem a vontade política de ver a autonomia de fato, ser exercida.

É oportuno lembrar que, mesmo uma década após as novas Constituições – do Brasil, em 1988, e do Estado do Rio de Janeiro, em 1989 – não se processaram alterações substantivas nos mandamentos. O acolhimento às leis, no entanto, se manifesta por meio de atos normativos dos conselhos superiores (CSEP e CUn) e de atos executivos da reitoria, que se fundam na tentativa de aligeirar os debates e no costume de acatar as orientações, as normas e as leis emanadas das autoridades de níveis hierárquicos superiores, quer no estado quer na união. Repito: sem que se processem alterações estruturais nos estatutos e no regimento, a universidade expede normas e atos para que não permaneça ao arrepio da lei.

Destarte, considerado em seus termos abrangentes, o princípio da autonomia se constitui em uma conquista recente do sistema universitário, muito embora, no caso da UERJ, a sua explicitação nos estatutos se reporte a 1950, expressando-se já na autonomia das quatro faculdades que compunham a Universidade do Distrito Federal – UDF. Uma autonomia restrita que envolvia somente a escolha de seus dirigentes. E era só. No decorrer da história da entidade, a autonomia englobava, apenas, alguns aspectos das partes acadêmica, administrativa e patrimonial, mas a universidade estava tutelada pelo estado mediante os repasses orçamentários que custavam a ser liberados e, na maioria dos casos, eram expressos em valores menores do que a cifra aprovada pelo poder legislativo do estado.

Na área acadêmica, malgrado diversos pronunciamentos de autoridades governamentais, a interveniência subsiste, por exemplo, quando se exige, nos pedidos para revalidação de cursos, respeito aos currículos mínimos pré-estabelecidos pelo MEC e, mais recentemente, o acatamento à avaliação das universidades realizada pelo “provão” – que, queiram ou não os críticos do sistema, tem obtido penetração na mídia e influência junto tanto à opinião pública quanto, conseqüentemente, às próprias instituições.

Assim, o comportamento geral adotado pelo atual governo federal de substituir a intervenção direta pela definição de medidas regulatórias para o acompanhamento das atividades das instituições – segundo expressão que amiúde é repetida pelos arautos da reforma do estado – começa a ser aplicado à área educacional e, em especial, às universidades públicas.

Nesse contexto, a proposta do ministro Bresser Pereira para reformar administrativamente o estado brasileiro é considerada tímida por alguns tecnocratas, se comparada às congêneres postas em prática na Argentina, no Chile e nos Estados Unidos. Outras vezes, como a de Sérgio de Azevedo e Luiz Aureliano de Andrade, consideram que a proposta Bresser “para o contexto brasileiro não só é avançada, em muitos aspectos, como foi pensada, seguramente, levando em conta cálculo de factibilidade política”<sup>2</sup>. De fato, o projeto parece tender a uma aproximação das políticas administrativas, e mais especificamente, das políticas de pessoal em relação às políticas econômicas e sociais que o governo deseja ver implantadas no país. Segundo o ponto de vista de Sérgio de Azevedo e Luiz Aureliano de Andrade, o governo, caso esteja coerente com a realidade, pretende alcançar

*“maior autonomia de gestão e transformar os dirigentes públicos em um tipo especial de **managers**, onde a outorga de mais poderes é acompanhada **pari-passu** do aumento de suas responsabilidades”<sup>3</sup>*

Este argumento fundamenta-se nos princípios da descentralização administrativa; do abandono do formalismo; e da escolha de políticas direcionadas para resultados, valorizando sempre a delegação de responsabilidades e o mercado.<sup>4</sup> Na verdade, à exceção do interesse do

estado em priorizar os resultados e, em alguns momentos, as práticas do mercado, como no caso do “provão”, parece que a mudança administrativa ainda não chegou à universidade brasileira, talvez porque os dirigentes das instituições, a juízo do governo, não estejam devidamente *preparados* para exercer o papel de *managers*. Merece ser mencionada, também, a “queda-de-braço” entre o governo e as universidades públicas, onde está em jogo a autonomia – quer do governo quer das instituições universitárias – a qual se reflete na resistência às mudanças e no ritmo da reforma.<sup>5</sup>

Mas, o que pensam os professores, funcionários e alunos da UERJ sobre a autonomia da instituição? Esta questão preliminar me fez realizar um trabalho de campo, entrevistando a comunidade universitária e colhendo informações valiosas que me possibilitaram obter uma visão mais nítida sobre o dia-a-dia da instituição, bem como de suas práticas autônomas. Nos discursos dos integrantes dessa comunidade – onde reverberam opiniões acerca dos usos e dos sentidos que a autonomia universitária toma no cotidiano – a autonomia abrange três momentos: uma fase preparatória, de implementação, uma fase de evidência das práticas autônomas e, finalmente, uma fase de resultados, que podem vir a ser alcançados a partir dessas práticas.<sup>6</sup>

Na primeira fase, podem ser incluídos os seguintes aspectos: necessidade de realizar um diagnóstico sobre autonomia, mediante a execução de amplos debates; aumento do grau de liberdade de atuação interna; esboço de idéias sobre as novas formas de organização; identificação dos traços culturais próprios à instituição; estímulo ao comprometimento e à participação; apoio à união das pessoas e aumento da conscientização política; construção de um plano singular para a universidade, pelos três segmentos da comunidade, e representantes do estado e da sociedade, onde se fixassem objetivos e funções para professores, funcionários e alunos; estruturação de normas atinentes à autonomia; esforço para introjetar na comunidade valores como responsabilidade, criatividade e democracia; e, finalmente, pragmatismo nas ações e melhor uso do tempo de trabalho.

Na segunda fase, estariam inseridos os seguintes pontos: tomada de decisões próprias e individuais, sem interferências; liberdade financeira e orçamentária; alteração da estrutura organizacional; diminuição da carga burocrática, agigantada em função da burocracia do estado; alteração dos métodos de gerenciamento; e, ainda, estruturação de colegiados participativos, envolvidos em um projeto político-pedagógico.

Na terceira fase, acreditam que a universidade atinja o conhecimento de sua identidade; e a realização de trabalhos com (e para) a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Na contraface, os respondentes evidenciam traços de sua visão de mundo, quando marcam a clivagem de práticas autônomas, ao se referirem aos que consideram práticas não-autônomas ou, pelo menos, aspectos impeditivos do exercício da autonomia. Nessa perspectiva, sobressaem o desconhecimento de fatos importantes da vida interna da universidade, fruto da falta de informação; desconhecimento da influência da universidade sobre o país e as pessoas; choque com outros membros da comunidade, em função das diferenças culturais; existência de uma cultura que dá lugar ao paternalismo e à subordinação; uso do fisiologismo, do clientelismo, e do *laissez-faire*; métodos retrógrados de administração; existência de conflito de interesses; crescimento da burocracia; estímulo ao despreparo para o exercício das funções profissionais; manutenção de valores e expectativas já superados e, finalmente, falta de objetivos institucionais.

Ao se fixarem nas práticas autônomas, emerge dos discursos uma visão holística, onde a obtenção da autonomia se processa de dentro para fora da universidade. Desse modo, é a própria instituição que deve promover as mudanças de comportamento, de valores e de estrutura, permitindo a ocorrência das práticas autônomas, pela ação direta de seus protagonistas.

Apesar de alguns depoimentos terem sido aparentemente contaminados pelas assertivas inseridas nos enunciados das perguntas do questionário – o que não ocorreu nas entrevistas – os pesquisados ressaltam a importância atribuída às ações individuais e às características da cultura organizacional que, claramente, predo-

minam em relação às ações coletivas; privilegiaram o esforço para atingir a autonomia no interior da universidade, colocando em plano secundário as suas interfaces com o estado e a sociedade. Ainda sublinham, de maneira enfática, a pontuação referente às práticas autônomas nas esferas administrativas e na representatividade dos segmentos nos diversos colegiados internos, que deveriam respaldar as finalidades institucionais. Curiosamente, os fins da universidade foram pouco lembrados nos discursos.

Quanto às práticas não-autônomas, em sua expressiva maioria, refletem a antítese das práticas autônomas. Não obstante, os depoimentos diferem quando se reportam às possíveis motivações para a ocorrência de práticas não-autônomas. Nesta acepção, situam a desinformação e as desavenças internas, ao lado do despreparo técnico-profissional e de certos métodos político-administrativos, evidentes, seja na universidade seja na sociedade em geral, como o fisiologismo e o paternalismo.

Por trás dessas opiniões, passa a visão de que a autonomia serve à universidade como barreira contra agressões externas, e sua edificação é de responsabilidade direta de seus membros, embora não fique clara, reafirmo, em que medida a autonomia contribui para o atendimento das necessidades públicas.

Visto isso, pretendo expor, a seguir, os principais saldos obtidos desse estudo, objetivando clarificar alguns pontos abordados e lançar proposições que talvez mereçam trabalhos acadêmicos posteriores.

## 2. As inter-relações da autonomia

Durante o presente estudo, foram-se formando pares de relações que ganharam consistência – não somente pela recorrência com que afloravam, mas pela sua relevância, objetivando o escopo do estudo. A partir desse ponto, procuro recuperar as aproximações e os distanciamentos da autonomia com a democracia, com a administração, com a cultura organizacional, com os recursos financeiros e, por fim, com a produção acadêmica.

Assim sublinhando, pretendo demonstrar que o pleno exercício da autonomia não flutua somente ao sabor do uso de mecanismos da engenharia política, porém tende a receber várias influências das relações da universidade com o estado e a sociedade, bem como das características estruturais e das práticas internas da instituição.

### 2.1 Democracia e autonomia

A expansão da democracia vem acompanhada, amiúde, da ocorrência de práticas autônomas, tanto em áreas estritas quanto na sociedade considerada em seu âmbito mais geral.

A preocupação de revisitar os métodos que possibilitem implementar princípios democráticos na sociedade contemporânea, levou Bobbio (1986) a analisar os entraves a esse enraizamento e a identificar três obstáculos: a inexistência de especialistas em qualidade, número e distribuição, para melhor permitir as mudanças sociais; o crescimento do aparelho de estado e, em consequência, da burocracia; finalmente, o crescimento em progressão geométrica – causado pelo estímulo às ações democráticas – das demandas da sociedade a que, em boa parte dos casos, as instituições e os governos não estão preparados para responder.<sup>7</sup>

A UERJ – como instituição que participa do processo de democratização da sociedade – demonstra ter, potencialmente, condições para superar esses três empecilhos: significativa quantidade de especialistas qualificados em seus quadros funcionais; possibilidade de desenvolver um trabalho que reordene, paulatinamente, a sua estrutura organizacional, combatendo a hipertrofia da carga burocrática; proposta de crescimento de sua produtividade acadêmica; e, por fim, ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e o estado, visando a uma melhoria do seu poder de negociação e de resposta, frente aos reclamos públicos. Realmente, o desejo de pavimentar uma caminhada democrática na instituição exige um esforço para (re)modelar métodos e procedimentos de gestão acadêmico-administrativa e, *a fortiori*, de vontade política para perseverar na trajetória dessas mudanças.

Nesse sentido, o emprego de práticas participativas, em todos os patamares e nos diferentes colegiados, pode vir a propiciar um maior engajamento de todos, em causas coletivas. No entanto, não basta esboçar algumas aspirações para transformar a entidade – o que alguns acadêmicos denominam “fórmulas basistas”. É necessário um movimento de maior substância que concretize a sua real institucionalização.

Procurando avaliar em que ponto se situava o seu processo de institucionalização, no que se refere ao aprimoramento do processo democrático, visto a partir da transformação dos seus colegiados em instâncias democráticas e, por extensão, da ocorrência de determinadas práticas autônomas, me detive no estudo da representatividade. Dessa maneira, acredito que mereçam realinhamento os seguintes aspectos, analisados no decorrer do trabalho:

- análise do quantitativo / segmento / área de atuação dos integrantes dos diversos colegiados, propiciando uma representação mais justa, mais bem distribuída, e assim mais produtiva;

- revisão das regras eleitorais, de modo que cada segmento possa se manifestar na devida grandeza de sua importância para um dado colegiado. Nesse sentido, é primordial que os colegiados sejam compostos por pessoas oriundas de setores diversos e com diferentes tendências de pensamento, refletindo a natureza plural de uma universidade;

- alteração nas normas de funcionamento dos conselhos, em busca da socialização das informações sobre a agenda das sessões e de seus resultados; da escolha da pauta das sessões, possibilitando que sejam privilegiadas, sempre que possível, as políticas da universidade e as temáticas acadêmicas relevantes, em relação aos temas administrativos, de abrangência reduzida; como também sejam selecionados mecanismos adequados ao melhor gerenciamento das sessões, seja no campo relativo à descentralização de tarefas e de assuntos segundo câmaras setoriais, seja quanto à própria metodologia e às normas para a coordenação das sessões;

- estímulo a que a comunidade debata de forma ampla os temas trazidos aos colegiados, a fim de que se amplie o grau de informação e de

comprometimento em relação aos fatos da universidade. Desse modo, os representantes poderão se constituir em efetivos vínculos das diversas instâncias aos conselhos, e destes com seus representados. O receio do “assembleísmo” reduz-se na medida em que a agenda passe a ser composta por temas importantes, que um debate mais amplo possa ser travado em câmaras ou fóruns diversos, onde os representantes se percebam integrantes efetivos da comunidade universitária, e que as sessões sejam coordenadas consoante preceitos democráticos, mas com prévia definição de tarefas e de tempos;

- ampliação da representação da comunidade externa, sempre que a natureza do colegiado e da temática das sessões assim o exigir. No entanto, se compete à universidade escolher os setores da sociedade que devem participar dos conselhos, compete a cada setor escolher seu representante no conselho, para que encaminhe as suas expectativas e críticas. Sobre este ponto, cabe a advertência de Dalila Andrade Vieira (1997) para o fato de que

*“determinados métodos de gestão, considerados mais democráticos, porque são participativos, que contemplam a desconcentração de certas decisões (...) vêm sendo sistematicamente incorporados às reformas administrativas no setor educacional, sem, no entanto, incorporar efetivamente os segmentos sociais e suas representações”.*<sup>8</sup> [grifo meu]

- finalmente, nunca é demais lembrar que o teor do art.53 da nova LDB, de 20/12/1996, deve ser praticado pelos colegiados de ensino e pesquisa. Ao atribuir a esses conselhos a prerrogativa de se constituírem em instrumentos de salvaguarda da autonomia didático-científica, o texto legal, automaticamente, lhes confere poderes para criar, expandir, modificar e extinguir cursos; ampliar e diminuir a oferta de vagas; elaborar a programação dos cursos de graduação, de pós-graduação e de extensão; contratar e dispensar professores e, também, estruturar planos da carreira docente. Desse modo, é necessária a construção de um plano institucional adequado a sua realidade.

Portanto, espera-se que a democratização dos conselhos superiores possa vir a ser um instrumento que concorra para a democratização da

UERJ, mediante o exercício da autonomia no real e a edificação de uma escola-cidadã, como propõe Gaudêncio Frigotto. Uma universidade voltada para a construção da cidadania, dentro de uma visão unitária de educação, onde as práticas do cotidiano, os valores e os diferentes saberes sejam considerados como fatores importantes para a construção social da autonomia, onde os conteúdos dos programas estejam integrados numa perspectiva de totalidade, considerando tanto determinadas intenções pré-estabelecidas quanto a sua história, os seus integrantes, os seus recursos e, por mais forte razão, a sociedade e seu mediador, o estado.

É natural que se preservem as relações com o estado para que se processe uma continuada negociação com a sociedade. Julgo que a autonomia da UERJ dependa, fundamentalmente, da perspicácia e da capacidade de sua gente em incitar atitude dialógica com os dirigentes do estado, expondo como trunfos o desejo, o vigor e, especialmente, os resultados que ela alcança em projetos que visem ao bem-estar social. Suponho que não se trate de uma luta de (por) poderes, mas o entendimento recíproco que, a despeito da dependência de recursos financeiros ao estado, a preservação da autonomia da universidade assenta e legitima a sua razão de ser, posto que a universidade precisa ser autônoma para construir a sua identidade e cumprir os seus papéis sociais.

Apesar de dependente dos fatores de produção oriundos do estado, porque não se mantém sozinha, e de dependente da sociedade, porque se nutre da realidade circundante, incorporando saberes, processando as demandas da comunidade externa, e com ela operando em regime de parceria, apesar disso a universidade-cidadã – em processo de institucionalização – se (re)afirma como uma agência promotora de políticas públicas, que considera legítimos tanto o controle social do estado e da sociedade sobre a sua atuação quanto, primordialmente, a sua defesa das normas e dos valores culturais que precisam ser salvaguardados.

## 2.2 Administração e autonomia

A expressiva importância atribuída ao campo administrativo pelos respondentes da pesquisa

realizada na comunidade uergiana, quando destacam a gestão de recursos como o aspecto primordial para a consecução de práticas autônomas, dá uma medida do relevo dessa questão para a comunidade. Tanto nas questões fechadas quanto nas falas livres, sobressaem os temas administrativos e se observa a sinalização constante para o significado dos papéis desempenhados pelos dirigentes universitários, que se constituem em arcabouço para a consecução dos fins institucionais.

Quanto à caracterização do tipo de administração em voga na UERJ, professores, funcionários e estudantes apontaram um *conjunto de evidências*, descartando as formas clássicas de gestão. A caracterização deste *conjunto* afirma uma potencialidade singular na capacidade de trabalho e no valor que conferem às atividades profissionais, seja no que concerne ao conhecimento necessário ao desempenho das ações, seja na participação pessoal. Não obstante, esses fatores – que poderiam ser considerados positivos – são minimizados por alguns outros, como: a ausência de um plano institucional; a falta de aproveitamento da plena capacidade de trabalho e de estudo dos seus integrantes que, em muitos casos, a vêem como a extensão de suas casas, denotando a utilização de lógicas e procedimentos pertinentes a mundos diferentes; e a inexistência de uma vontade coletiva que congregue, por um lado, as necessidades sociais, e, por outro, as intenções e as capacidades individuais.

A excessiva burocracia existente na universidade, sub-produto do desenvolvimento das práticas democráticas, tem sido considerada, por determinados dirigentes, como justificativa para a tomada de decisões “aligeiradas” que, na maioria das vezes, ultrapassam instâncias e inibem a audiência a fóruns e pessoas. Desse modo, a burocracia presta um desserviço à autonomia, quando justifica a gestação de válvulas de escape de natureza autoritária, que acabam se tornando instrumentos arrefecedores da difusão de informações e do debate de idéias. Em contrapartida, a dosagem do ritmo do debate de idéias e o caráter do permanente convívio das práticas participativas em face das especificidades estruturais da universidade dão o toque que mediatiza as relações internas com a autonomia.

De certa maneira, o benefício que pode advir

das práticas autônomas não deve ficar subalterno aos interesses individuais e momentâneos, que confundem o *mundo do trabalho* com o *mundo da casa* ou as preferências profissionais com as preferências afetivas. Vale reprimir que, se parte dos cidadãos da *cidade-UERJ*, confundem o *mundo do trabalho* e o *mundo da casa* e, em paralelo, misturam emoções e sentimentos e utilizam lógicas de compreensão e procedimentos análogos em espaços de natureza diversa, é bem possível que tais fatos estejam acarretando visões ambíguas, quando a intimidade, a compaixão e uma certa dose de romantismo começam a servir como justificativa para atitudes e decisões na esfera profissional. Esse ponto de vista, que encontra amparo em Da Matta, não exclui o entendimento imprescindível da universidade com o tecido social que a envolve.<sup>9</sup>

Se a sociedade vive um processo contínuo de mutações, a universidade deve ser suficientemente flexível para se adaptar às mudanças e, mais do que isso, ser capaz de propor mudanças. O cíclico processo de (des)organização interna visando a manter permanentes interações com o ambiente externo determina, por necessidade sistêmica, o tipo de administração na universidade. Mas essa existência ou não da valorização da mudança corre sobre um fio de navalha, como adverte Motta: na primeira hipótese, pode-se ocultar a preservação do sistema administrativo; na segunda, pode-se ocultar a sua reprodução.<sup>10</sup>

A própria natureza da universidade, responsabilizada como instância promotora do novo conhecimento, inclina-se para a busca das transformações de estruturas e idéias, num incessante movimento adaptativo que a leve à vanguarda da sociedade. Esse movimento contínuo de mudanças acarreta conflitos, desordens, quando interesses locais ou pessoais são contrariados. Face ao caso em tela, suponho que uma das maneiras de corrigir o curso dos fatos seja canalizar a energia procedente da desordem para uma ação produtiva de cunho coletivo. Nessa perspectiva, o momento de desordem é visto como profícuo, porque proporciona a oportunidade de ocorrerem transformações qualitativas.

Daí decorre a necessidade de existir um plano institucional que aglutine os diferentes nor-

tes possíveis e adequados à universidade, balizando as intenções individualizadas e servindo como parâmetro para a seleção de programas e projetos que surjam nos diferentes departamentos e nos setores administrativos.

Um plano institucional, a meu juízo, não se reveste necessariamente de características anacrônicas que o impossibilite de conviver com um mundo em transformações freqüentes. Assim, sugiro que o plano procure incorporar, dentre outros, três princípios: objetividade, flexibilidade e pluralidade. Portanto, deve apontar, com autonomia e clareza, para os objetivos e as funções da universidade; deve ser capaz de se adequar a alterações rápidas em relação aos fatos que interfiram na conjuntura da instituição, do país e seus cidadãos e, finalmente, contemplar uma gama de intenções acadêmicas que surjam, quer no âmbito das diversas áreas da academia quer no estado ou na sociedade, objetivando construir de forma autônoma, mas coletiva, novas perspectivas para a sociedade. Segundo este último princípio, a inclusão (e não a exclusão) deve ser uma das tônicas no plano da instituição.

Rematando, se a autonomia não pressupõe soberania, compete ao estado, e à sociedade em comumhão com a universidade fixarem os métodos de acompanhamento, de controle e de avaliação, que visem a propiciar melhor interação entre elas e melhor produtividade para a sociedade.

### 2.3. Cultura organizacional e autonomia

A cultura organizacional pode ser entendida como um sistema que reúne os modos de ser, pensar e viver de uma instituição, a partir de seus valores e crenças e segundo os modos como interage e se relaciona internamente e com as demais instituições. Sem dúvida, os traços históricos participam da configuração da cultura de uma organização, da mesma forma que interferem no seu ambiente psicológico, denominado comumente clima organizacional. De fato, além das influências de cunho histórico e psicológico, outras ligadas às condições político-administrativas, econômicas e em face das relações sociais interferem na atmosfera da organização que se "torna resultante das percepções que os fun-

cionários têm dos diferentes aspectos que influenciam o bem-estar e sua satisfação no dia-a-dia de trabalho."<sup>11</sup>

Segundo Lúcia Bruno (1997), os conceitos de cultura organizacional e clima organizacional

*"expressam a hegemonia dos centros de poder das grandes empresas na sociedade contemporânea, tendo em vista a obtenção do consenso a partir da fusão de aspectos da prática dos trabalhadores com a política capitalista".*<sup>12</sup>

Com o propósito de mitigar certas tensões consideradas exacerbadas e alcançar a integração - sem eliminar, em absoluto, o caráter transgressor que é próprio da universidade - são propostas atividades que vão desde os estágios e o treinamento em serviço até a ginástica em grupo, a formação de corais ou grupos de teatro e as festas de confraternização.

No caso da UERJ, alguns desses métodos são utilizados com razoáveis (mas não absolutos) resultados pragmáticos por dois motivos: em primeiro lugar, porque só atingem uma fração (pequena) dos participantes dessas atividades e, em segundo lugar, porque há uma parte significativa de professores e funcionários que não se dedica integralmente à UERJ, visto que desenvolvem um outro trabalho profissional. Este talvez seja um dos motivos predominantes para que as vontades e os interesses individuais sejam colocados em um patamar superior ao ocupado pelas vontades e interesses coletivos.

Isto posto, quando procurei estudar os aspectos que facilitavam ou dificultavam a ocorrência de práticas autônomas na universidade, verifiquei que, nesse primeiro caso citado, os atributos *participação, conhecimento, compromisso e liberdade* foram considerados significativos, enquanto o atributo *criatividade* alcançou médias percentuais inferiores, porém homogêneas e significativas em relação aos segmentos. Esses dados revelam que a comunidade universitária, majoritariamente, acredita que a viabilização da autonomia, em síntese, pode ser estimulada mediante uma melhor capacitação profissional e pessoal dos seus quadros que, operando de maneira autônoma e criativa, voltam-se para os interesses e as necessidades da instituição e da sociedade.

Entretanto, os integrantes da universidade

vêm como empecilhos às práticas autônomas o "jeitinho" de usar métodos alternativos para resolver questões, o hábito dos "discursos silenciosos", corporativismo e duplicidade de procedimentos. Parece que, em parte, os depoentes são os primeiros a retratar a responsabilidade pelo não-atingimento da autonomia aos próprios professores, funcionários e alunos da universidade.

A propósito, parece-me oportuno discutir os efeitos das ações marcadas pelo drible, pela ausência ou silêncio, pelos vícios corporativos ou pela dubiedade de procedimentos ou palavras.<sup>13</sup> Adianto que o enfrentamento das questões, ao invés do emprego das práticas citadas anteriormente, pode contribuir para a edificação da autonomia. Se a autonomia está em sincronia com o compromisso, o trabalho, a participação, a liberdade e a criatividade, e é sobremodo energizada pela cultura organizacional, não é abusivo refletir acerca das ações a serem propostas pela instituição para tentar adensar a sua ação neste campo.

Na verdade, a autonomia não deve ser utilizada para justificar ações de cunho personalista, descoladas da realidade proposta pela comunidade institucional. Em adendo, lembro que poderia estar sendo proposto um simulacro de autonomia ao se escolher livremente qualquer conteúdo e incluí-lo no programa do curso, ou quando se utilizam as instalações e os equipamentos da universidade para assuntos particulares, ou finalmente, ao se definir um tema para pesquisa usando o tempo acadêmico, sem propor qualquer acompanhamento e avaliação. Muito embora esses fatos não tenham sido observados durante o presente estudo, me propus citá-los, na medida em que, se verdadeiros, seriam "bons exemplos" de práticas livres, mas que não concorrem para inaugurar um projeto visando a um efetivo clima institucional, fundamentado em práticas autônomas e responsáveis.

Somam-se aos fatores mencionados, que podem estar obstaculizando o exercício de práticas autônomas, os seguintes: - a incompatibilidade da estrutura organizacional e as dificuldades inerentes à representatividade na(da) instituição. Desse modo, mesmo relativizando os dados obtidos, posso presumir que a ocorrência

de práticas autônomas depende, tanto da existência de um espírito de corpo que promova o ato de "vestir a camisa" da instituição, o que expressa o compromisso com os destinos da universidade em paralelo aos interesses individuais, quanto das modificações nos métodos, nos instrumentos e nos fatores de produção. A integração de todos esses aspectos, além de dar vida à autonomia, podem cooperar para a transformação do clima institucional e da produtividade acadêmica.

#### 2.4. Recursos financeiros e autonomia

A prática de se fechar intramuros quando estamos sendo ameaçados, parece que se tornou corrente na sociedade brasileira. Assim, à medida em que aumentou a violência urbana, ocorre o fenômeno da formação de condomínios fechados que, para alcançar uma pretensa privacidade, erguem muros e grades, confinando pessoas, em verdadeiras fortins, para defesa da integridade física e patrimonial dos moradores. No entanto, por mais que sejam criadas condições internas nos condomínios, tentando alcançar vida própria e autônoma, continuam dependendo do restante da cidade porque integram um complexo urbano responsável pelos serviços de água, luz, telefone, esgoto, segurança, e dos postos de trabalho em geral. E, ainda, são obrigados a conviver, mesmo que involuntariamente, com os demais habitantes e instituições da comunidade.

Em outro âmbito, prósperas empresas, há muito tempo chegaram à conclusão de que não podiam dispor, internamente, de todos os serviços para sua gestão. Seria necessário que abrissem janelas para o mundo circundante e promovessem contatos multilaterais com empresas de diversos portes e com prestadores de serviços de diferentes níveis de qualificação; terceirizando, portanto, seus serviços. Esse movimento de abertura comercial das empresas vai na contramão dos procedimentos de certos extratos sociais nas grandes cidades brasileiras que, cada vez mais, se enclausuram diante das agressões externas.

A universidade pública vem sendo ameaçada

pelo corte freqüente de verbas oriundas do estado, e, pelos sinais de que pode vir a ser incluída no programa de privatização implantado pelo governo, procede, de duas maneiras distintas. Ora de modo análogo ao dos "condomínios protegidos", procurando soluções internas para suas dificuldades financeiras e diminuindo a pressão feita sobre o estado-provedor, ora imitando as empresas, procura estabelecer ligações com empresários e núcleos sociais organizados, prestando serviços remunerados ou gratuitos. No primeiro caso, o movimento de retração feito pela universidade - como se estivesse aceitando a suposta situação financeira difícil do estado - ou, ainda, que demonstrasse temor quanto à possibilidade de ser privatizada, arrefeceu a tensão e produziu uma certa despreocupação nas autoridades estaduais. No segundo caso, há motivos que obstaculizam essa pretensão da universidade: - a abstinência histórica de trabalhos cooperativos universidade-sociedade em vários campos, põe à vista um certo despreparo da universidade em enfrentar esse novo desafio; - a desconfiança do empresariado, em face das particularidades da vida universitária, mormente no que respeita à excessiva hierarquização de funções e de instâncias, o que acarreta burocracia abusiva e tempos diferenciados entre a agência pretensamente demandante do serviço e a instituição universitária a qual competiria executar o projeto.

Existem propostas sendo executadas, apesar da estrutura arcaica da universidade e da inadequação de parte dos recursos humanos e materiais para a realização do programa de oferta dos seus serviços à comunidade e, por outro lado, há nas empresas e órgãos em geral uma certa inibição em participar de ações conjuntas com a academia, fruto da desinformação, do desinteresse ou do receio de firmar compromissos financeiros vultosos. Mesmo quando se trata de pesquisa aplicada, área de maior interesse das empresas, estas, talvez por questões históricas ou econômicas, preferem importar produtos e serviços da matriz localizada no primeiro mundo ou em outras origens. Lá, comumente, as empresas industriais realizam boa parte da pesquisa aplicada, empregando os *phds* originários da universidade.

Nos Estados Unidos da América, por exem-

plo, cerca de 70% da pesquisa aplicada é produzida pelas indústrias, enquanto que, dos 22.511 milhões de dólares investidos nas universidades americanas para custear os programas relativos às atividades científicas e tecnológicas, apenas 1.430 milhões de dólares, ou seja 6,8%, foram financiados pelas indústrias. Esta situação deve-se ao fato de que as universidades americanas priorizam a pesquisa básica, sendo que esta categoria de pesquisa é custeada por verbas públicas.<sup>14</sup> Pelo visto, os americanos apreenderam, ao longo de sua trajetória, que compete à universidade pública processar a pesquisa básica que, desse modo, pode formar quadros qualificados, servindo de celeiro para as atividades de ponta em outros setores do país, e construir um conhecimento de qualidade para ser utilizado na pesquisa aplicada ou de desenvolvimento. Por esses motivos, o governo americano não se omite quando aborda a questão das verbas para financiar a produção de ciência e tecnologia em suas universidades públicas. Esse lembrete talvez seja oportuno, quer para os privatistas brasileiros, que não querem poupar nem as universidades públicas da esteira de privatização de nossas empresas, quer para os empresários que precisam se aperceber da importância do trabalho em parceria com a universidade pública. E, ainda, a consecução desse objetivo depende de um movimento conjunto para que se processem mudanças nas organizações envolvidas nos projetos, como também o lembrete serve às universidades públicas, pois que a mudança de mentalidade e nas bases estruturais, para a efetivação desses trabalhos coletivos, não deve servir como justificativa (ou pretexto) para a perda das autonomias política e acadêmica das instituições universitárias.

Não procede a negativa, insinuada por alguns membros do governo brasileiro, em financiar as universidades públicas, nem tampouco essas instituições devem consumir as dotações financeiras rapidamente e, após, geram fatos consumados para pressionar o governo na suplementação de verbas, como pontuou Sergio Costa Ribeiro (1989)<sup>15</sup>. O mesmo autor propôs que o estado garanta um custo mínimo para cada entidade, e o restante dos custos deva ser obtido, por cada uma delas, diretamente, no mercado. No Brasil, os custos educacionais representam um tema

delicado pela precariedade de trabalhos consistentes que o abordam. Frequentemente, surgem proposições para terminar com a gratuidade na universidade pública, alegando que esta mudança de posição desobrigaria o estado com os custos da universidade e a tornaria autônoma. Portanto, do ponto de vista de Maurício Chermann (1997), em artigo publicado na Folha de São Paulo, assim procedendo,

*“as universidades públicas poderiam ter melhores condições de desenvolvimento. Seria possível também aumentar o número de alunos, proceder ao controle dos custos e ampliar os recursos colocados à disposição da cada instituição”.*<sup>16</sup>

Tendo a refutar os argumentos do citado presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares e acatar o pronunciamento de Jacques Marcovitch – pró-reitor de cultura e extensão de USP:

*“Alguns, fora da universidade, (e também dentro) imaginam tal compromisso (social) ligado ao fim de gratuidade no ensino superior. Supõem, erradamente, que, se os alunos pagassem para estudar na USP, o estado pouparia recursos para o ensino básico, que estaria milagrosamente salvo em função dessa transferência orçamentária”.*<sup>16</sup>

Realmente, ao contrário do que é afirmado pelos detratores da universidade pública, a gratuidade é veículo de sua democratização. E se esse processo não consegue abranger os cursos de grande procura como Medicina, Comunicação Social e Direito, deve-se ao fato de que a precariedade da escola básica pública não possibilita aos seus alunos competir em igualdade de condições com os alunos provenientes das boas escolas particulares. Não será igualando todas as universidades, tornando-as pagas, que as oportunidades aumentarão para os estudantes oriundos de famílias pobres. É bom frisar que os alunos não têm, hoje, somente os custos diretos com as universidades públicas, mas são responsáveis, também, pelos custos indiretos relativos ao material, ao transporte, à alimentação e à renda sacrificada, ou seja, a quantia que deixam de perceber porque estão estudando, e que se reflete na diminuição da renda familiar.

A linha de pensamento esposada por Chermann parece que deseja beneficiar as instituições que representa, as universidades particula-

res, pois caso vingue a sua proposição, naturalmente devemos observar uma redução na qualidade do trabalho acadêmico das instituições públicas, principalmente no que toca à pesquisa científica, acarretando o nivelamento por baixo das universidades e, talvez, um canal seria aberto para alocar os recursos financeiros provenientes do estado, mais generosamente agora, a todas as entidades particulares e ex-públicas.

No caso em apreço, o que vale para as universidades americanas e para a USP, também vale para a UERJ. Embora considere a viabilidade de operações conjuntas da universidade com organismos estatais, empresas privadas e ONGs, onde a prestação de serviços pela universidades corresponde a pagamentos efetuados por essas instituições, não creio que a universidade deva ficar exclusivamente vivendo (e à mercê) dessas remunerações e do mercado. Afinal, o seu grau de autonomia depende, também, da origem dos seus recursos.

Concluindo, considero a dependência financeira do estado, em bases negociadas e justas, um dos instrumentos necessários à autonomia da UERJ.

### 2.5. Produção acadêmica e autonomia

Quando significativo número de pessoas entrevistadas no presente estudo acredita que o trabalho universitário deva ser acompanhado, controlado e também submetido a procedimentos contínuos de avaliação, fica simultaneamente patente, que nenhuma instituição pública está acima do bem e do mal e, portanto, distante da possibilidade de aplicação dos métodos de acompanhamento. Uma das discussões travadas neste trabalho derivou para a definição da instância destinada a realizar essas atividades.

Concordo com a posição sinalizada, que atribui prioritariamente à própria universidade essas tarefas, sem, no entanto, descartar a possibilidade de virem a ser exercidas, em regime de consórcio, em igualdade de posição com a sociedade e o estado. Nesse sentido, coloco em dúvida se o estado deve ocupar uma posição secundária nessas atividades, como foi pontuado por diversos entrevistados, ao alegarem que

esses trabalhos integram o rol dos papéis preferenciais afetos à universidade.

Destarte, a dificuldade reside na maneira como cada uma das instâncias deve participar dessas tarefas. Por exemplo: compete às entidades de classe acompanhar a qualidade dos profissionais que atuam em suas áreas; logo, organismos como o Conselho Regional de Medicina (CRM) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) devem ser instadas a participar da vida acadêmica, propondo alterações curriculares, tanto no campo teórico quanto no prático, em seu âmbito de conhecimento, ou, ainda, devem ser convidadas a agir ativamente, em regime de parceria, na programação e no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. O trabalho coletivo possibilitaria aos diversos setores sociais, públicos ou privados, o imprescindível estreitamento dos laços no conjunto: universidade-sociedade-estado. Este último, visto como responsável pela mediação que permite articular as outras instâncias. Dessa maneira, compete ao estado traçar as políticas públicas, selecionar prioridades, normatizar o sistema educacional quando for imprescindível, encaminhar demandas sociais e distribuir recursos públicos.

Assim entendendo, a preferência estaria canalizada para o trabalho acadêmico baseado no rigor dos métodos de procura e difusão do saber novo que, se compartilhado, evitaria os desgastantes e improdutivos momentos específicos destinados à avaliação ou ao controle. Esta mudança de foco, iluminaria o fazer-coletivo, ao invés de obter e operar dados quantitativos sobre certos setores das entidades. Talvez, com esse artifício se pudesse estabelecer uma nova ordem de integração social e permitir fundar um compromisso solidário, sem tutelas nem cobranças. Isto posto, a factual dependência e o apoio recíproco das instâncias sociedade-estado-universidade permitiriam a proliferação das práticas autônomas, porque agora entendidas como trabalhos compartilhados. Esses trabalhos conjuntos podem reavivar, por exemplo, a necessidade de firmar uma rede de universidades, operando em certas situações de modo complementar.

Não tenho a ilusão de que se trata de tarefa simples. Ter-se-ia que proceder a uma verdadeira metamorfose nas cidades universitárias, resgatando valores e crenças, até então ocultos,

fazendo-os aflorar, de sorte que novos padrões e normas de conduta viessem a configurar visões de mundo diversas das contemporâneas. E mais: o compromisso com todos os estamentos da sociedade, reforça o caráter democrático da universidade pública, que não pode permanecer adstrito às práticas autônomas que circunscrevem os campos administrativos e financeiro. Se ganham espaço os argumentos que colocam as atividades - por excelência meio - em patamar superior às atividades-fim, porque muitos a vêem como alicerce imprescindível à realização dos objetivos acadêmicos da universidade, resta perguntar se a valorização preferencial extremada dos meios sobre os fins não desgasta os contatos dos representantes da universidade com os administradores do estado e os próprios membros da sociedade, à medida em que não sejam apresentados projetos factíveis e resultados animadores para toda a comunidade. Separar meios e fins visando a objetivos didáticos ou operacionais é razoável; entretanto, insistir nesta cisão leva ao vício cíclico e redutor, que tenta fazer acreditar que a universidade é pública porque a sua mantenedora é o setor público, a quem compete injetar recursos financeiros na universidade. E é só.

Ao contrário, a universidade é pública porque serve ao público no seu fazer específico. É pública e democrática porque participa da construção dos bens culturais e de sua difusão a todas as classes e grupos sociais. É pública, democrática e autônoma porque precisa ser livre para se colocar na vanguarda do cenário científico e cultural e, ao mesmo tempo, estar consciente da especificidade do seu grau de dependência da sociedade e, por extensão, do estado. Muito já foi feito durante essa trajetória, no entanto a conquista real da autonomia da UERJ pode depender, em seus fundamentos, de suas próprias ações, que visem à promoção de mudanças estruturais na universidade, à preservação da integridade intelectual<sup>17</sup> e dos valores éticos, ao aprimoramento da capacitação profissional e, finalmente, ao permanente empenho nos tra-

balhos conseqüentes de caráter coletivo, objetivando a reafirmação do compromisso social e do bem-comum.

*"O que importa, do ponto de vista ético-social, é apenas que ele [o homem] se coloque a tarefa de buscar o bem-comum e realizar uma sociedade autêntica, isto é, de acordo com normas ditadas pela natureza humana, e não deixe prevalecer simplesmente as imposições técnicas ou abandone todo o desenvolvimento social a um jogo de forças supostamente decorrente de leis naturais"*<sup>18</sup>

Arthur Utz (1981)

## Notas e Referências

<sup>1</sup> PESSOA, Fernando. Realidade. In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 11987, p.319/320

<sup>2</sup> AZEVEDO, S. & ANDRADE, L. "A reforma do estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: AZEVEDO, S. & DINIZ, E., Orgs. *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: UNB/ENAP 1997. P.73. Nessa obra, os autores abordam aspectos que dominaram as tendências das democracias modernas.

<sup>3</sup> AZEVEDO, S. & ANDRADE, L. "A reforma do estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: AZEVEDO, S. & DINIZ, E., Orgs. *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: UNB/ENAP 1997. Pp.69

<sup>4</sup> *Ibidem*. Os autores abordam os aspectos comentados no Capítulo IV desta tese, correlacionando-os ao que chamam "tendências de muitas democracias modernas".

<sup>5</sup> A esse propósito, Eli Azevedo considera que a "garantia da autonomia estatal em face de pressões clientelistas ou particularistas depende, em grande parte, do exercício da capacidade de coordenação e de liderança do estado". (AZEVEDO, E. "Governabilidade, democracia e reforma do estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90". In: AZEVEDO, S & DINIZ, E., Orgs. *Reforma do Estado e Democracia no Brasil*. Brasília: UNB/ENAP, 1977. p.41)

<sup>6</sup> Os pontos de vista dos entrevistados e dos respondentes ao questionário foram classificados nessas três fases apresentadas no texto, visando à melhor sincronia dos fatos.

<sup>7</sup> BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.33

<sup>8</sup> VIEIRA, D. A. *Gestão democrática da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.95 Neste texto, a professora da UFMG estuda as relações entre educação e planejamento tendo a escola como núcleo-básico de gestão.

<sup>9</sup> DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991, p.51/67.

<sup>10</sup> MOTTA, F.C.P. *Organização e poder: empresa, estado e escola*. Tese de livre-docência. Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, USO, 1985.

<sup>11</sup> BARÇANTE, Luis Cesar e CASTRO, Guilherme. *Ouvindo a voz do cliente interno*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995. P.16. No livro são expostos mecanismos que visem ao aperfeiçoamento da qualidade dos produtos e serviços de empresas, intervindo no seu clima institucional

<sup>12</sup> BRUNO, Lucia. *Educação e Planejamento: a escola como núcleo de gestão*. In: ANDRADE VIEIRA, Dalila, Org. *Gestão democrática da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.99. Do

ponto de vista da autora "o planejamento aparece como um objeto anacrônico, ultrapassado, demonstrando sua inadequação frente às novas mudanças". Na verdade, se reporta ao planejamento central de sistemas educacionais e não propriamente ao planejamento central de uma instituição.

<sup>13</sup> Não estou considerando, no caso dos "vícios corporativos", as verdadeiras ações conjuntas em defesa de princípios e de direitos.

<sup>14</sup> Dados obtidos no artigo Uma chance de competitividade de Carlos H. de Brito Cruz, publicado pela Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 03/10/1997

<sup>15</sup> No texto Universidade Pública: autonomia, soberania ou outros bichos - Em Aberto, nº 43, ano 8, jul/set 89 - Sergio Costa Ribeiro analisa as relações que se estabelecem entre o Estado e as universidades.

<sup>16</sup> CHERMANN, Maurício. Melhores condições de desenvolvimento. Folha de São Paulo, 18/10/1997.

<sup>17</sup> MARCOVITCH, Jacques. A sociedade e o ensino superior. Folha de São Paulo, 18/10/1997.

<sup>18</sup> WEBER, Max. Sobre a universidade. São Paulo: Cortez, 1989, p.123. Segundo Weber, "a integridade intelectual" se constitui "na única virtude específica que as universidades devem procurar inculcar."

<sup>19</sup> UTZ, Arthur. Entre o neoliberalismo e o neomarxismo - uma filosofia de caminhos alternativos. São Paulo: EDU/EDUSP, 1981, p.123

# Tecnologia e Educação

## Mudando o Paradigma Educacional

ALMIR LOPES DE ALMEIDA / PROFESSOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UERJ

### Introdução

A cada triênio a nossa base de conhecimento duplica, significando que as pessoas necessitam processar cada vez mais informações. Por outro lado, o aumento de informações mais complexas continua exigindo uma formação profissional que atenda este desafio.

Neste contexto social, a tecnologia, ao viabilizar o acesso a uma variedade de recursos, assume um papel importante como catalisador do processo educacional a ser conduzido. As exigências desta Sociedade da Informação nos conduz ao desenvolvimento de modelos de ensino mais apropriados a esta nova dimensão.

A tecnologia, por si só, não é a solução, uma vez que os benefícios da sua aplicação exigem que os professores, além de estarem convenientemente preparados, estejam convencidos de sua utilidade. Paralelamente, novos currículos devem ser disponibilizados e, mais do que isso, que os modelos educacionais sejam revistos. Os conceitos educacionais modernos, desenvolvidos por Jean Piaget, Seymour Papert e Lev S. Vygotsky, quando associados às novas tecnologias de informação, tornam o modelo de ensino atual completamente ultrapassado, propiciando, por outro lado, uma mudança no ensino onde:

1) a exploração individual seja mais importante do que o ensino em sala de aula;

2) a aplicação do aprendizado supere o aprendizado passivo;

3) o trabalho em equipe tenha predominância sobre o individual;

4) o professor onisciente se transforme no orientador;

5) a homogeneidade seja substituída pela diversificação.

### Mudando o Paradigma Educacional

Deixamos para trás a Era Industrial. Cada um de nós foi, pessoal e profissionalmente, atingido por essas mudanças. Empresas, organizações e sociedades estão sendo atingidas pela velocidade e pela intensidade dessas mudanças. A Educação não sofreu menos, principalmente devido a sua lentidão para reagir às mudanças.

A primeira função da Educação é, sem dúvida, a socialização. Isto pode ser, de modo geral, definido como a preparação do indivíduo para assumir um papel efetivo na sociedade. Portanto, a sociedade orienta a Educação e esta, por outro lado, reflete a sociedade à qual ela serve. A sociedade industrial tornou-se, desde logo, um modelo para a organização educacional. Os estudantes eram a matéria-prima que se movia ao longo da linha de montagem da Educação. Eles

vivenciavam a seqüência dos processos (sala de aula) a fim de se tornarem produtos acabados (cidadão educado). Na escola da Era Industrial, o estudante saía do processo com um conhecimento e perfil necessários para assumir seu lugar na ordem social. Alguns iam para a Universidade, a fim de incrementar seus estudos e obter conhecimento especializado em uma determinada disciplina. O fundamento básico desse modelo é o grau universitário. As instituições de ensino assumiam que o indivíduo, quando exposto ao processo, seria suficientemente socializado. Os indivíduos que passavam através dos vários estratos do processo, saíam com o conhecimento de que eles necessitavam para atuar no nível social desejado. Este processo funcionou por décadas mas começa a falhar. Na realidade, as causas dessas falhas não são tão óbvias como podem parecer à primeira vista. Ensino deficiente, quando identificado, é freqüentemente um sintoma, mas não o problema<sup>1</sup>.

Jones e Hixson (16) afirmam que chegou o tempo de repensar a educação como ela é atualmente praticada. O aprendizado continuado será obrigatório para sobreviver no mercado de trabalho do século XXI, onde dois terços da força de trabalho será empregada em algum tipo de atividade que exigirá manipular com informação. Precisaremos de modelos de ensino que encorajem o aluno a tornar-se ativamente engajado na aquisição daquilo de que ele necessita conhecer. Leonard (12) entende que a educação precisa focalizar a interação entre o aluno e o ambiente, não sobre o conteúdo propriamente dito. Este é o fundamento sobre o qual a educação precisa se reorganizar e a tecnologia da informação poderá ajudar para que essa nova organização seja possível.

A educação para o século XXI deve focalizar o aluno como sendo não somente o centro do processo educacional mas, também, o centro do sistema de transferência. Isto porque o processo de ensino e aprendizagem não inclui somente o conteúdo, mas também as estratégias para alcançar os objetivos e o sistema de transferência usado para implantar essas estratégias. A reordenação curricular deverá apontar, em si mesma, para o reajustamento do conteúdo e das

estratégias, a fim de colocar o aluno, em vez do professor, no centro do processo.

### Utilizando a Tecnologia da Informação no Ensino

Oferecer uma educação melhor e atender um número maior de estudantes não é uma questão de pedir aos professores que lecionem mais. A solução será a adoção de uma flexibilidade que a tecnologia da informação oferece e que poderia ser inserida em modelos de ensino que fossem mais apropriados à era que estamos vivendo. Mecklenburger (13) cita que, enquanto as nações reclamam escolas preparadas para o século XXI, os métodos educacionais dominantes ainda são o giz, o quadro negro, a sala de aula e o livro texto. Esta observação nos leva a refletir sobre a seguinte estória:

Imaginemos um médico e um professor viajando através do tempo partindo, por exemplo, do ano 1890 e chegando aos nossos dias. O médico transportado de uma sala de cirurgia de sua época para outra, em nossa época atual, certamente ficaria pasmo com os avanços e as maravilhas da tecnologia contemporânea disponíveis para ele. O professor, giz na mão, transportado da sala de aula do seu tempo para uma sala de aula de hoje não experimentaria a mesma surpresa que o médico. De fato, é muito provável que, uma vez inteirado das novidades de sua área de conhecimento, facilmente seria capaz de continuar a ensinar usando a mesma ferramenta de ontem, o giz que foi trazido com ele. No entanto, a tecnologia não avançou mais na medicina do que na educação.

A mudança consistiria em optarmos por um modelo que permitisse o acesso do estudante a uma variedade de recursos disponibilizados pelo professor, cujo papel seria de um mentor no processo de ensino/aprendizado. Aulas, bibliotecas, demonstrações, sessões planejadas, materiais de pesquisa e outros, são alguns exemplos dos meios de instrução que podem ser armazenados em um banco de dados e acessados através de uma rede de terminais por alunos e professores. Num modelo desta natureza, os estudantes não estarão mais condicionados ao tempo, ao espaço ou mesmo a recursos locais; o professor poderá não só transformar a sala de aula convencional mas a sua própria forma de transmitir conhecimento. Imaginem uma sala de aula ou um auditório, equipado com sistemas de projeção, incluindo monitores de vídeo para receberem imagens de VHS, vídeo disco, CD-ROM, câmeras remotas de vídeo,

slides, filmes, televisão e softwares de multimídia. E todos controlados, direta ou remotamente, pelo professor, através de um painel de comandos ou ainda via computador. Imaginemos, por exemplo, lecionar meteorologia, usando mapas de tempo para aumentar a compreensão dos estudantes a respeito da matemática que se esconde por trás do estudo desses fenômenos. É simples, durante uma aula, capturar uma imagem de satélite, mostrando as tempestades e a ressonância do radar, de modo a enfatizar ou esclarecer um ponto e, então, poder prever uma mudança de tempo em horas. A vantagem que se obtém deste procedimento baseia-se no fato de que a visualização do fenômeno facilita sua conceituação, o que torna muito mais efetiva a comunicação de um assunto que de outra maneira seria de difícil entendimento e exigiria do professor uma longa exposição e preparo do assunto a ser apresentado. Utilizando tecnologias como estas, podemos facilitar o aprendizado de diferentes maneiras. É certo que esta estrutura eletrônica será mais ou menos dispendiosa, dependendo da plataforma existente mas, sem dúvida alguma, será importante para a adoção de um novo paradigma educacional.

Por outro lado, um empreendimento desta natureza exige o apoio de todos os setores da Instituição de Ensino. Além disso, será imprescindível que se tenha um plano estratégico que demonstre um claro entendimento das opções tecnológicas disponíveis e a identificação dos serviços de apoio, além de outros recursos afins. A distância entre a meta de se criar uma infraestrutura tecnológica para a educação e a infraestrutura existente pode consumir vários anos de árduo trabalho, mas os resultados serão compensadores se houver criatividade e empenho para tal.

### **O Sistema Multinstrucional**

Melhorar os métodos de ensino, ou introduzir novos métodos de ensino para que a Educação atenda sua missão social, é mais do que necessário mas devemos reconhecer que não é um fim em si mesmo. A sua integração ao meio a que serve, a identificação de seus problemas e a transformação da sociedade não são garantidos apenas pela modernização dos seus méto-

dos de ensino. É mister que a Instituição de Ensino viabilize, através de todas as formas possíveis, o acesso à educação. Isto pode ser alcançado com um sistema dirigido aos cenários e não tradicional de ensino, envolvendo três formas (ou modalidades) de atendimento, que podem operar simultaneamente: a tradicional; a de apoio (ou orientacional); e a de ensino à distância. Cada uma delas tem um projeto único e próprio e incorpora uma filosofia central de ensino, intensivamente apoiada pela tecnologia da informação.

### **Tradicional**

A forma tradicional de ensino é conduzida em sala de aula, obedecendo a horários predefinidos e tem, na figura do professor, o seu ponto central, sem o qual o processo não funciona. Acrescente-se a isso os diferentes estilos e maneiras com que cada professor conduz suas aulas, o mesmo se passa com os alunos no que diz respeito ao aprendizado. Neste processo, muitos alunos ficam prejudicados no seu aprendizado, tornando-os desmotivados e levando-os, muitas vezes, a abandonarem o curso. Para esses, a tecnologia pode se tornar a solução, ao oferecer variadas formas de aprendizagem. Por exemplo, a inclusão da multimídia num plano de aulas oferecerá outra dimensão às apresentações do professor, através do uso de imagens e sons que poderão acentuar ainda mais os conceitos da disciplina ministrada, particularmente àqueles que possuem memória visual e auditiva mais desenvolvidas. A presença de um computador facilitará a interação direta com aquele aluno que não tem o mesmo ritmo de aprendizado dos seus colegas, podendo se constituir numa solução ideal.

Vemos, pois, que mesmo no sistema tradicional da sala de aula a tecnologia poderá ser útil para o aluno, tornando-o o ator principal do processo educacional. O ensino, segundo Beaudoin (7), não será obsoleto pela tecnologia, ao contrário, ele será mais rico e se tornará mais efetivo.

### **Orientacional**

Constitui a segunda alternativa de ensino que, embora se restrinja aos limites do campus ou das

instalações físicas da instituição e, portanto, subordinado ao espaço físico é, no entanto, livre de horários. Esta forma amplia o acesso ao conhecimento para aqueles que, embora possam vir ao campus, não reúnem condições para atender aos horários preestabelecidos. Nesta forma de ensino, centrada também no aluno, o professor orienta e monitora o aprendizado dos estudantes. O professor define os objetivos e planos estratégicos para que as metas do ensino sejam alcançadas. O professor, além disso, identifica o conteúdo específico do assunto a ser estudado. As estratégias que requerem uma interação pessoal entre os alunos, ou entre esses e o professor, também são devidamente identificadas e programadas. Laboratórios adequados e equipados com as tecnologias essenciais ao desenvolvimento das técnicas de ensino pelo professor também podem ser utilizadas para as sessões de interação com os alunos. Esses laboratórios necessitam de pessoal técnico preparado para a manutenção e orientação aos usuários (professores e alunos). O destaque para essa alternativa é a possibilidade do estudante fixar, ele próprio, o seu horário.

As atividades estudantis nesse ambiente incluem a exploração de um tema específico para uma apresentação em multimídia, por exemplo, assistir a um vídeo de uma demonstração, realizada por um professor ou pesquisador, acompanhar uma aula conduzida por computador, fazer testes de laboratório simulados em computador, pesquisar um tema dado, através de uma rede de comunicação, preparar relatórios com auxílio de um processador de texto, etc. O aluno é, dessa forma, o principal ator dessas atividades e, portanto, comprometido em obter, analisar e sintetizar os assuntos que o professor selecionou e incluiu no seu plano de estudos. Beaudoin (7) afirma que o professor passa a ocupar uma posição intermediária entre o conhecimento e o aluno, ou seja, ele é o catalisador dessa experiência. Esta forma de ensino, se bem projetada, oferece uma atmosfera apropriada para aquisição de conhecimento por qualquer tipo de estudante.

### Ensino à Distância

Este tema ainda suscita muita discussão e pouco consenso, embora esta forma de ensino/aprendizado, inegavelmente, ofereça um maior acesso à instituição de ensino, pois não está sujeita à sala de aula nem aos horários predeterminados e, portanto, prescinde da presença do aluno na sala de aula no horário fixado a priori. Esta forma de ensino oferece, pois, uma flexibilidade total ao ensino/aprendizagem. Mecklenburger (13) diz que, nesta forma de ensino, a "escola está onde o aluno está". Seu público alvo inclui alguns setores do próprio campus, a indústria, a educação para adultos e outros.

No estágio tecnológico atual, já podemos educar à distância, através de qualquer combinação de meios que envolva textos impressos, áudio, vídeos interativos, softwares de multimídia e computadores. Meios mais avançados, como as redes de comunicação e dados, que transitam por vias expressas, podem levar o conhecimento a qualquer lugar. A tecnologia atual das telecomunicações permite, hoje, o que não se imaginava poder há cinco anos passados. A Internet é um exemplo disso.

Educação à distância não só oferece acesso à informação, aumentando as alternativas educacionais, como é um canal valioso para possibilitar a transformação social de nossas instituições.

Para finalizar, é importante assinalar que a implementação dessas modalidades deverá ser conduzida progressivamente, pois a experiência e o gerenciamento são imprescindíveis na coordenação desta implantação. A utilização desses recursos tecnológicos deve ser considerada, unicamente, quando estiver claramente identificada com os objetivos do ensino.

### Planejamento, Infra-estrutura e Organização

A adoção de um sistema como o descrito acima nos leva à consideração de questões do tipo: planejamento, infra-estrutura, organização, aquisição de tecnologia, treinamento, etc. É essencial a existência de um planejamento estratégico para auxiliar o controle das operações de forma eficiente e eficaz, considerando que tudo

se passa num ambiente que muda rápida e constantemente. Recomenda Blatzer (10) que se deva desenvolver estratégias, que permitam maximizar as oportunidades e minimizar os obstáculos. Sem um planejamento, o emprego da tecnologia é incompatível com os cenários existentes ou imprópria para os objetivos institucionais, levando, conseqüentemente, à perda de dinheiro, tempo e imagem institucional.

A questão seguinte é a infra-estrutura tecnológica que deverá ser implantada. Poucas instituições de ensino possuem uma estrutura organizacional apropriada e, principalmente, a experiência para gerenciar o emprego dessa tecnologia. O nível de utilização alcançado pelos microcomputadores e seu poder computacional cada vez maior e de baixo custo, aliado às redes de comunicação e dados, oferecendo meios de conectividade sem precedente, modificaram totalmente a face da tecnologia. A multimídia, por exemplo, quando dirigida ao ensino, reúne num mesmo pacote as tecnologias que antes eram usadas separadamente.

A questão organização, melhor dizendo, reorganização, exige uma coordenação cuidadosa das necessidades globais da instituição e daquelas próprias dos departamentos, além de uma análise criteriosa da disponibilidade das tecnologias atuais e emergentes. Neste processo, é fundamental o levantamento do nível de conhecimento do pessoal que participará da nova organização tecnológica. O corpo docente, técnicos e pessoal da administração, todos deverão ser submetidos a um treinamento intensivo e adequado ao grau de experiência de cada um. Este treinamento oferece uma excelente oportunidade para se testar o novo sistema de ensino que será oferecido aos alunos. Um programa de treinamento desta natureza é vital e o sucesso do plano de reorganização da instituição é grandemente dependente dele.

#### CONCLUSÃO

Educação é uma das poucas instituições onde tempo e dinheiro raramente se associam. Economia de tempo e dinheiro através de mais ofer-

tas de ensino, para atender mais alunos, utilizando recursos administrativos menos dispendiosos e usando tecnologia de custo acessível deveria ser o objetivo operacional de todas as Universidades nesses anos economicamente difíceis. Todavia, o mais importante mesmo é aumentar o acesso à educação para aqueles que necessitam adquirir habilidades profissionais, aumentar seus conhecimentos ou intensificar seu aprendizado. Esta é a premissa deste modelo, que torna a educação tão acessível quanto possível, levando a sala de aula ao aluno. A sala de aula virtual introduz uma interatividade familiar no relacionamento professor/aluno e elimina a rigidez dos horários que inibem o acesso ao conhecimento.

As transformações sociais contemporâneas tornaram inaceitáveis as formas rígidas de ensino que fazem da educação algo menos acessível. Allen (9) mostra que a tecnologia tem evoluído de tal forma que poderá fornecer esse acesso a qualquer tempo e em qualquer lugar. Bem aplicada, a tecnologia se encarregará de oferecer os meios, enquanto os educadores, inovadores e proativos, deverão cuidar da motivação. Se implantada e bem conduzida, ela é, também, financeiramente viável e atenderá aos objetivos da Universidade.

Já é tempo dos educadores serem mais proativos do que reativos; de planejarem objetivos coesivos de ensino que possam ser apoiados e intensificados pela tecnologia; reestruturar melhor o processo de ensino/aprendizado e, principalmente, o acesso a ele. A tecnologia da informação não substituirá o professor na sala de aula ou no estudo individual, ao contrário, se constituirá num poderoso suplemento a esses tradicionais meios de ensino. Sua flexibilidade, acessibilidade e facilidade de uso fazem dela uma escolha ideal para elevar o nível da educação.

A Universidade não pode, pois, permanecer tímida diante desse desafio da Era da Informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Berchem, Theodor e Prigozine** - A Missão da Universidade Hoje, Cadernos Plurais Nº5, Série Universidade I, UERJ, 1990, RJ.
2. **Castro, Ricardo V.** - Políticas de Interiorização da UERJ, Séries Políticas Institucionais, UERJ, 1993.
3. **Brentrup, R. J.** - Building a Campus Information Culture, CAUSE/EFFECT, Winter of 1993, pg. 8-14.
4. **Wilson, D. L.** - Computer Revolution Changing the Way Business Schools Teach Their Courses, The Chronicle of Higher Education, 3(1) 1991.
5. **Boettcher, J. V.** - The Power of Information Access: Transforming the Goals and Processes of Education, Journal of Computing in Higher Education, 4 (2), 1993.
6. **Watkins, B. T.** The Eletronic Classroom, The Chronicle of Higher Education, #4, 1991, p. 26.
7. **Beaudoin, M.** The Instructor's Changing Role in Distance Education, The American Journal of Distance Education, 4(2), 1990.
8. **Rogers, E. M.** Communications Technology: The New Media in Society, Free Press, New York, 1986.
9. **Allen, Robert** . Technology for a New Renaissance, EDUCOM Review, 25(4), pg. 22-25, 1990.
10. **Blatzer, Jan A.** - The Integration of Voice, Data and Video Services Via a Wide Area Network: Technical and Organizational Issues, Cause/Effect, 14 (4), p. 35-39, 1991.
11. **Foster, David.** Technology: Implications for Long Range Planning, In Telecommunications for Learning: Educational Technology Anthology Series, Vol 3, Englewood Cliffs, NJ, Educational Anthology Publications, 1991.
12. **Leonard, George** - The End of School, The Atlantic, 269(5), pg.24-32, 1992
13. **Mecklenburger, J.A.** - Educational Technology Is Not Enough, Phi Delta Kappan, 72(2), 104-108, 1990
14. **Doucette, Don** - Distance Education: Shifting Paradigms for the Information Age, Presentation to the Higher Education Executive Conference, Atlanta, 1993.
15. **Long, Harvey** - Schools of the Future, Tallahassee: Florida Department of Education, 1993.
16. **Jones, B.F. & Hixon, J.** - Breaking Out of Boundaries into a Learner Friendly World, Education Horizons, Winter 1991, pg. 97-103.

# Educação: em busca da interdisciplinaridade

LUIZ ANTONIO JÓIA / PROFESSOR DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UERJ

*"É possível tolerar a força bruta, mas a razão bruta nunca"* (Oscar Wilde)

No início do século XX, Frederick Taylor, inconformado com a falta de estrutura organizacional e de modelos de gestão da produção nas fábricas, iniciou um longo trabalho de pesquisa, visando moldar o que mais tarde seria chamado de Gerenciamento Científico, i.e., a aplicação de técnicas científicas à linha de produção das indústrias. Esse processo culminou com a publicação do clássico livro *"The Principles of Scientific Management"* e com o surgimento do Taylorismo, que penetrou em todos os segmentos produtivos da nossa sociedade industrial. O filme *"Tempos Modernos"*, de Charles Chaplin, é uma excelente sátira às teses do Taylorismo.

Charles Perrow em *"The Short and Glorious History of Organization Theory"* apresentou, de forma concisa, as principais características do Taylorismo:

- autoridade centralizada;
- clara divisão de autoridade;
- especialização;
- divisão do trabalho;
- regras e procedimentos rígidos;
- clara separação entre pensar e agir.

O Taylorismo era extremamente coerente com a sua época, mas o cenário mundial mudou, tornando-o totalmente antiquado à nossa realidade atual. As mais importantes mudanças no mundo foram geradas pelo surgimento de inovações tecnológicas, as quais mudaram as relações de poder entre empregados e empregadores. A partir daí surge, na década de 50, a *Tavistock School of Human Relations*, que concluiu que os empregados eram desmotivados por: (qualquer semelhança com o nosso atual modelo de ensino e nossos alunos será mera coincidência)

- tarefas rotineiras;
- submissão à autoridade (falta de delegação);
- especialização demasiada;
- segregação na seqüência de tarefas;
- decisões centralizadas.

O Taylorismo penetrou, como já foi dito, em praticamente todos os setores produtivos da nossa sociedade, incluindo as escolas, que passaram a se comportar como verdadeiras linhas de montagem, onde o produto formado era o aluno, ao final do curso.

É mister explicar melhor em que consiste essa linha de montagem "pedagógica":

- Como toda linha de montagem, há necessidade da matéria-prima que será devidamente

transformada durante o processo produtivo. No caso da escola, essa matéria-prima é o alunado que adentra as instituições. Porém, diferentemente das linhas de montagem normais, essa matéria-prima pode ser, e normalmente é, bastante heterogênea. Portanto, qualquer Sistema de Gestão da Qualidade rejeitaria essa matéria-prima, ou reprovava essa linha de montagem para trabalho com esse material, criando um novo modelo de gestão da produção.

- A partir daí, o processo de “transformação” da matéria prima em matéria “acabada” se inicia. Para isso, existem os insumos essenciais para a produção: ementas, professores, giz, quadro-negro, sistemas de avaliação (provas, testes etc.).

- A “indústria” do ensino tem um principal objetivo: colocar dentro da cabeça do aluno a maior quantidade possível de informação e conhecimento<sup>1</sup>, à medida que ele vai avançando na linha de montagem.

- Ao final do processo, moldado segundo diretrizes tais como: currículo mínimo, reatividade do alunado, descontextualização do ensino - face principalmente a uma sociedade que se transforma radical e rapidamente -, o produto acabado, leia-se aluno formado, é entregue ao cliente final: a sociedade. O desastre está consumado.

De uma maneira geral, se houvesse sistemas de controle de qualidade implantados junto ao Cliente final, esse produto, na maioria das vezes, seria recusado. Sua cabeça cheia de informação, em grande parte inútil, terá que ser esvaziada pelo empregador, que por um bom tempo o capacitará<sup>2</sup>, ou, o que é mais freqüente, esperará que ele aprenda sozinho (Mas quem disse que ele aprendeu a aprender?), para que possa ser verdadeiramente útil para as complexas relações do conhecimento que ele não detém, todas advindas da interdisciplinaridade.

### As Escolas e o Taylorismo

Pode-se dizer que, hoje, as escolas (incluindo as universidades, com seu sistema departamental) formam o maior bastião do Taylorismo no mundo. Resultado: nossas escolas, na sua maioria, estão formando alunos despreparados para a sociedade produtiva na qual

se inserirão. Basta que se analisem as diferenças entre o que a sociedade quer dos seus estudantes, nos anos 90, e o que almejava na década de 80 (estamos falando de uma diferença de cerca de apenas dez anos):

#### ANOS 80 / ANOS 90.

- Formação Técnica Especializada
- Experiência em Aprender
- Formação Enciclopedista
- Cultura Generalista
- Atitude sempre Competitiva
- Atitude Colaborativa
- Competência e Passividade
- Empreendedor
- Estabilidade
- Busca de novas oportunidades

Entende-se que as escolas possuam restrições que as impeçam de inovar, quebrando as paredes e procurando integrar as várias disciplinas lecionadas. No entanto, há que se tentar. Mas como fazer isso?

Recentemente (1995), o Centro Técnico-Científico de uma das mais conceituadas universidades do Brasil, a PUC do Rio de Janeiro, reuniu-se para reestruturar sua abordagem básica de formação de profissionais de Engenharia. Tal fato era fruto, entre outras coisas, da falta de perspectiva que os formandos tinham, ao ingressarem no mercado de trabalho.

Pode-se voltar à década de 80 e procurar saber onde os engenheiros, por exemplo, buscavam, majoritariamente, seu primeiro emprego:

#### a) Empresas Estatais

Atualmente em amplo processo de privatização, o que gera um *downsizing* inevitável e desemprega ao invés de empregar;

#### b) Serviço Público

Em processo de esvaziamento, senão falência total, devido à atual política governamental;

#### c) Grandes Consultoras de Engenharia

Totalmente aniquiladas, representando uma perda de patrimônio e acervo tecnológicos

irreparável, pela falta de investimentos governamentais.

Essa Universidade, num fantástico gesto de bom senso, envolvendo várias unidades suas, criou as cadeiras de "Empreendedorismo". O aluno passa agora a aprender como montar o seu próprio negócio, como comercializar aquilo que lhe é mais valioso - o seu conhecimento - e, principalmente, que o importante é procurar Clientes, não necessariamente emprego. O que é isso? Interdisciplinaridade.

### A Interdisciplinaridade

Interdisciplinaridade é um conceito bastante diversificado mas que, de uma forma sucinta, prega o encontro de diferentes disciplinas, interligando-as, de modo a que o todo seja realmente maior do que as partes. Vejamos um exemplo. Um assunto como "Fatores Desagregadores do Meio Ambiente" pode perfeitamente ser explorado por professores de Ciências, Geografia, Matemática (na medida em que medições de variáveis são feitas e a estruturação dos valores obtidos, realizada através de gráficos e tabelas) e Português (na medida em que é preciso que os alunos se expressem tanto de forma escrita como verbal), de forma integrada, i.e., há um compartilhamento de ações e troca de idéias, culminando com o que chamaríamos de Projeto Educacional Interdisciplinar. A interdisciplinaridade, portanto, se estrutura em três pilares: a comunicação entre professores, alunos e professores/alunos; a colaboração entre professores, alunos e professores/alunos; e a coordenação de todo o processo para que se possa gerenciar adequadamente as dependências entre os vários assuntos envolvidos e as pessoas envolvidas. O avanço das tecnologias da Informação e da Comunicação tem propiciado que esse tripé, sobre o qual se alicerça a Interdisciplinaridade, se torne realidade.

### Projetos Educacionais

Cada vez mais há uma consciência mundial de que algo - ou mais radicalmente tudo - tem que mudar no atual sistema educacional. O que se vê é a necessidade de se trabalhar com Projetos, acima da arcaica estrutura departamental.

Os projetos podem ser classificados em:

a) monodisciplinares:

Enfocam, como diz o nome, apenas uma disciplina, mas são contextualizados à realidade que o aluno vai encontrar no "mundo real".

b) multidisciplinares

Têm várias disciplinas envolvidas, sem, no entanto haver, necessariamente, inter-relação entre as mesmas.

c) interdisciplinares

Várias disciplinas relacionando-se entre si, de forma a moldar uma cadeia de relacionamentos extremamente coadunada às situações advindas da atual sociedade da informação/conhecimento<sup>3</sup> na qual estamos inseridos.

Pode-se perceber que todo projeto interdisciplinar é, obrigatoriamente, multidisciplinar, mas nem todo projeto multidisciplinar é interdisciplinar.

Surge, hoje, no cenário mundial, a pedagogia de projetos interdisciplinares, respaldada, principalmente, pela facilidade de interligação entre os estudantes e os professores, seja via BBS ou principalmente Internet. Toda uma estruturação desses novos projetos, objetivando alcançar uma sinergia entre o lado pedagógico e as novas tecnologias, vem sendo pesquisada.

Recentemente, o Projeto Educacional Mundial "*Running the Nile*" (Descendo o Nilo), reuniu, via Internet, mais de 350 escolas de ensino fundamental e médio, de mais de 15 países distintos, que acompanharam, à distância, dois exploradores descerem de caiaque, por dois meses, o rio Nilo, na região das Cataratas de Vitória, em Uganda. Foram abrangidas, de forma integrada, disciplinas como Ciências, Matemática, Estudos Sociais etc. (<http://www.adventureonline.com/>).

É essa Interdisciplinaridade que poderá promover uma maior "lateralidade" profissional àqueles que são inseridos no mercado de trabalho. Não se quer levantar uma inútil discussão entre a importância do especialista contra a do generalista. Por definição, especialista é aquele que sabe muito sobre pouco; enquanto o generalista é aquele que sabe pouco sobre muito. É óbvio que o mundo não sobreviverá sem especialistas, mas o mercado busca cada vez mais

generalistas, possuindo diferentes *skills* e *expertises*. Quanto aos especialistas, é mais barato para as empresas sub-contratá-los junto, principalmente, às universidades, quando houver necessidade. Também é tolice imaginar que todos tenham vocação para generalistas. Como Howard Garner mostrou em seu livro "*Frames of Mind*", temos múltiplas inteligências, mas apenas algumas grandemente desenvolvidas. Há profissionais que nasceram para a especialização, e o mundo agradece a Deus por isso. É óbvio que há que se temer os limites lógicos das definições de especialista (saber tudo sobre nada) e do generalista (saber nada sobre tudo).

### Conclusão

É dentro desse contexto que desafiamos as escolas a saírem de sua produção massificada de linha de montagem e buscarem, ultrapassando barreiras e quebrando paradigmas obsoletos, integrar, de modo sistêmico, o conhecimento necessário ao nosso alunado.

Ao invés de "Fábricas de Alunos", as escolas devem ser cada vez mais "Oficinas de Criatividade", com seus professores atuando como consultores e gerentes desse processo.

A Informática Educacional, hoje tão em voga, principalmente com a iniciativa do governo federal, através do MEC, de disponibilizar 100.000 computadores para cerca de 6.000 escolas de ensino médio e fundamental públicas, em todo o Brasil, através do PROINFO: Programa Nacional de Informática na Educação, e com o fantástico advento da Internet, não gerará seus benefícios, de forma plena, se tal conscientização não for obtida. Ela é uma fantástica ferramenta para prover comunicação, colaboração e coordenação dentro do processo de ensino-aprendizado, desde que os professores, devidamente capacitados, possam entender a finalidade de tudo isso: o repensar da prática pedagógica e a formação de alunos críticos que possam ser inseridos na sociedade que os contém (ainda que seja para o exercício sadio de crítica-lá ou mesmo atuar para mudá-la).

Como em todo projeto de Reengenharia de Larga Escala, os processos produtivos precisam,

antes, ser inovados, para que, então, a tecnologia possa funcionar como propiciadora de um novo *modus-operandi*.

A escola pode ter toda a tecnologia educacional que quiser, mas cabe-lhe, questionar seus próprios processos produtivos, e inová-los rumo à interdisciplinaridade e à sociedade pós-industrial ou da informação/conhecimento, onde hoje estamos todos inseridos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Taylor, F.W. (1998). *The Principles of Scientific Management*, Dover Publications
- Morgan, G. (1989). *Creative Organization Theory*, Sage Publications
- Gardner, H. (1983). *Frames of Mind : The Theory of Multiple Intelligences*, Basic Books Inc.
- Joia, L.A (1998). "Requalificação de trabalhadores para a sociedade do conhecimento: um estudo prospectivo", *Anais do Seminário Business in the Knowledge Era*, Setembro, Rio de Janeiro, CRIE (Centro de Referência em Inteligência Empresarial), COPPE/UFRJ, URL: [http://www.competenet.org.br/evento/semi\\_prog.htm](http://www.competenet.org.br/evento/semi_prog.htm)
- Roos, J., Roos, G., Dragonetti N.C., Edvinsson L. (1997). *Intellectual Capital*, MacMillan Press Ltd., London

### NOTAS

<sup>1</sup> Contrariamente à escola epistemológica baseada na Teoria da Auto-Poiesis de Maturana & Varela, admite-se que conhecimento seja algo que possa ser transmitido, e não tão somente criado internamente através do chamado "acoplamento estrutural". Portanto, a dicotomia "conhecimento tácito - conhecimento explícito" é considerada válida nesse artigo, por fornecer conclusões mais interessantes ao trabalho. Para maior aprofundamento ver: Polanyi, M, 1958, *Personal Knowledge*, Routledge, London e Varela, F.V., Thompson E., Rosch E., 1992, *The Embodied Mind*, MIT Press, Cambridge, MA.

<sup>2</sup> Para melhor entendimento das formas de transmissão de conhecimento, sugere-se a leitura de Davenport T.H. & Prusak, L. (1998), *Working Knowledge*, Harvard Business School Press, Cambridge, MA.

<sup>3</sup> Alguns autores chamam a sociedade atual de sociedade da informação, enquanto outros, mais atuais, preferem sociedade do conhecimento. Não obstante sabermos que informação e conhecimento são diferentes entre si, optamos por manter a expressão sociedade da informação/conhecimento, objetivando não polemizar sobre um ponto que não é fundamental no artigo.

# A Linguagem do Espetáculo Teatral em Harmada

MARIA CARLOTA DE ALENCAR / FUNCIONÁRIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UERJ / LICENCIADA EM LITERATURA BRASILEIRA PELO INSTITUTO DE LETRAS DA UERJ

A escrita ágil e vertiginosa, a velocidade das imagens, a errância de personagens inominados sempre narradores das mazelas humanas e o enfraquecimento, em moto contínuo, do sujeito são características inerentes ao conjunto da obra de João Gilberto Noll. Podemos visualizar, nitidamente, alguns desses traços em obras como BANDOLEIROS(1985), HOTEL ATLÂNTICO(1989), A CÉU ABERTO(1996), nas quais a narrativa é movida pelo parâmetro de uma linguagem cinematográfica. No entender de Flora Suseskind, como por exemplo em "Marylin no Inferno", Conto de O CEGO E A DANÇARINA (1980), além de outros textos, o discurso narrativo de Noll funciona como uma grande tela, que "converte-se em vitrine e são expostos personagens sem fundo, sem privacidade, quase imagens de vídeo. Um texto espelhado onde se cruzam fragmentárias, velozes ou outras imagens, outros pedaços de prosa igualmente anônimos, igualmente pela metade".

Todavia, reconheci na obra HARMADA(1993), em especial, um aspecto inusitado que, a meu ver, se relaciona diretamente ao foco narrativo, enquanto também característica marcante da escrita de João Gilberto Noll, isto é, a narrativa sempre em

primeira pessoa no agora. Esse aspecto se traduz, no caso de HARMADA, na TEATRALIZAÇÃO DA LINGUAGEM ou LINGUAGEM DO ESPETÁCULO TEATRAL.

É importante registrar que essa percepção sobre a obra HARMADA, em forma de discurso teatral, chegou-me a partir de uma leitura dramática, realizada pelo próprio autor, por ocasião de sua Oficina Literária em maio de 1994, reunindo várias turmas da UERJ e um público extra-acadêmico.

Esse acontecimento foi marcante para mim, pois a partir da força interpretativa da leitura em voz alta de João Gilberto Noll, pude constatar a efetiva teatralidade de sua linguagem na obra HARMADA. Nesse sentido, em 1997, Roberto Ajzenberg, da Folha de São Paulo, escreve as suas impressões sobre a maneira pela qual João Gilberto Noll realiza leitura em voz alta de trechos do livro A CÉU ABERTO, na ocasião do lançamento das obras reunidas em um único volume :

"VOLUME EXPÔE DECANTAÇÃO ESTILÍSTICA DE NOLL:

- Um dos encontros entre leitores e escritores, promovido pelo Instituto Moreira Sales neste ano em São Paulo foi com João Gilberto Noll. Diferentemente dos que o precede-

ram, em sua falação inicial, Noll leu trechos de seu último romance *A CÉU ABERTO* para depois ouvir e responder as perguntas dos presentes. O procedimento poderia ser banal, desimportante, mas, pelo contrário, acabou ganhando um valor estético e simbólico expressivo do que é a obra desse autor gaúcho.-"

Dessa maneira, entendo que a leitura em voz alta do autor configura-se em um instrumento relevante para se atingir o plasma de sua escrita, em carne viva. Aliás, esse é mais um traço característico do conjunto da obra de João Gilberto Noll.

Assim, a partir da linguagem teatralizada do texto, *HARMADA* poderia ser convertida em um interessante roteiro para uma peça daquele gênero, haja vista que o texto, sintomaticamente, é narrado por um ex-ator de teatro. Vislumbro essa possibilidade na medida em que as cenas são trazidas pela voz de um "corifeu" em seus "flashes-back", em relâmpagos de memória, pois o personagem-narrador de *HARMADA* é quem conduz a ação dramática da obra, desdobrando-se em seus Outros personagens, apresentando ao espectador um jogo de máscaras, configurando-se então a ilusão do Teatro.

Diferente de *BANDOLEIROS*, por exemplo, a obra *HARMADA* não funciona como a "grande vitrine exposta à luz", mas como uma enorme teia que nos envolve, não nos deixando alternativa de fuga e somos impelidos a também participar do jogo cênico. *HARMADA* é uma teia viva, cheia de cacos de vidro de uma vitrine que aqui está estilhaçada, não se podendo visualizar com nitidez "a exposição de personagens que se cruzam velozes", pois o que há, na verdade, é um personagem-narrador que se reflete a cada instante nesses cacos de vidro com suas múltiplas faces.

A presença do ator caracteriza o fenômeno do Teatro, onde esta arte só adquire vida cênica ao ser animada por ele. O ator consagra a plenitude física e emocional ao espetáculo teatral. Em *HARMADA*, o personagem-narrador, ao colocar sua máscara, vivifica-se manifestamente em seus Outros personagens, costurados pelo fio de sua memória, tecendo dessa maneira a grande teia, onde sua representação teatral se presentifica ao

abrir a obra:  
"Aqui ninguém me vê".

O protagonista de *HARMADA* dirige-se a uma platéia e então o espetáculo eclode. O autor, é claro, corporificou naquela sua leitura, com a voz dramaticamente pausada, o caráter teatral do texto :

"...Eu posso enfim deitar na terra, aproveitar a terra que virou lama depois do temporal".

Segue-se o espetáculo em meio ao charco, muitas poças e um rio pedregoso. O narrador, com o rosto "escondido" na luz da lua branca de um spot, descreve todas as situações vividas naquele dia de charco e de muita água, que por vezes entra e sai do corpo. Essas cenas propiciam uma pluralidade de sentidos em razão dos inúmeros desdobramentos do personagem-narrador :

"...Mas a minha aparência estava escura da terra e eu precisava tomar banho".

Um terreno encharcado e movediço, um rio lodoso de forte correnteza e o afogamento de um homem manco revelam situações limítrofes da existência humana, provocando uma forte tensão psicológica no espectador que, arrastado pelo fluxo de uma linguagem dramática não consegue, todavia, se desvencilhar do espetáculo. O personagem-narrador torna-se autor do texto que está sendo narrado, descrevendo cenas de suas reminiscências aprisionadas em seu pensamento.

O protagonista de *HARMADA* traz, ora à luz, ora à sombra, esse passado - por meio de digressões - que se cruza com o instante da narrativa. Denomino esse entrelaçamento temporal de *SIMULTANEIDADE IMAGÉTICA*.

Dessa maneira, o personagem-narrador procura realizar-se em seus disfarces, buscando a representação de seus Outros personagens, utilizando-se do jogo de máscaras, o que pode ser identificado ao longo da narrativa, como anteriormente mencionado. Em função da pluralidade, o ator-narrador acaba por diluir também seus personagens "sem fundo,

sem privacidade”, produzindo assim uma fragmentação desse sujeito-narrador em moto contínuo no desenrolar de sua fala igualmente fragmentada.

O ator-narrador, apossado do texto dramático, ergue-se, num salto repentino, pois estivera na última cena sentado no chão. Agora, de frente para o público, com um pau nas mãos, grita freneticamente que vai matar a cobra que se aproxima :

“...Súbito, bati com aquele pedaço de pau na cobra, duas, três, quatro vezes. Paulada e mais paulada e a cobra se partiu em dois, três, quatro pedaços. E o sangue em torno era escuro, quase preto, e a terra ao redor de mim tremeu. Tremeu sim, tremeu duro”.

O personagem-narrador, que vai assumindo o seu teatro, induz o público a também participar do seu jogo de máscaras, como em um ritual semelhante àquele em A NOITE DOS BRUXOS, no qual os personagens usam máscaras para encobrir a “verdadeira identidade”.

“...Eu fui um artista, um ator de teatro, que abandonei ou fui abandonado pela profissão, não sei, desde então não consigo mais fazer qualquer coisa. Tudo aquilo que eu faço é como se estivesse me representando”.

“...Depois disso, não me perguntem mais nada, porque de nada adiantaria mentir que vi e remexi, que aconteci. Mas querem saber de fato?”.

Então, é nesse ritual cênico que se consolida a teatralidade da obra HARMADA e a conseqüente alegorização da linguagem. As luzes da platéia se apagam, acendem-se as do palco. No absoluto silêncio, apenas a voz do ator :

“...Eu saía esgotado desses relatos. Ao final com certa precisão de gestos eu pulava da escrivania e logo ficava cercado pela minha audiência”.

Agora o palco está completamente escuro. Não há cenários e nem cenas, o que há é o

produto vivo do imaginário de um EU pulverizado, onde o indulto àquelas reminiscências, guardadas nas ruelas da memória, são manifestadas teatralmente pela fala do ator-narrador :

“...Os meus olhos ao contrário das noites mal dormidas se desfaziam com uma rapidez louca da visão de fora não sendo incomum, nessas ocasiões, que eles do seu lado avesso recapitulassem a narrativa da noite ponto a ponto como se essa narrativa fosse um fluido que saísse de mim fininho em direção a um mundo ainda desconhecido, onde todas as histórias seriam protegidas da maresia do esquecimento, qual um arquivo do tempo”.

“...À saída do estádio vou até próximo a um lago nas cercanias do estádio. Me ajoelho no barro, me deito nele de bruços, o lado esquerdo da minha cara chafurda”.

Mais uma vez, o cenário é de charco. O autor-narrador rola no palco como quem rola na lama e há muito barro e água da chuva. Já não sabemos em que plano está o autor, pois ele também se dilui, se fragmenta por entre a tecitura de seus disfarces e a máscara agora é feita de lama. Tem as roupas rasgadas, assume então o papel de um mendigo :

“...Com supremos golpes de força, rasgo o que ainda resta da camisa à calça. Há uma lua, eu vejo. Agora me levanto, sei para onde ir”.

A luz branca do spot ilumina o palco. O autor continua a sua narrativa. Percebo que sempre depois da chuva vem uma lua. Isso pode marcar a passagem de um ato para outro, no decorrer da peça armada. O ator sempre se mistura ao barro e à água que funcionam como mais um artifício de transmutação para os seus Outros no jogo de máscaras.

“Disfarçado” como mendigo, o ator-narrador acentua os momentos de digressão na narrativa, corporificando cada vez mais a teatralização do texto :

“...O que posso antecipar é que torrei ao sol por dias, o que me ocasionou feias queimaduras na testa, a camisa se rasgou

em meio a traumatismos e outros ferimentos”.

“...O homem fala para eu me sentar e apóia os braços na escrivaninha. Por que? ele pergunta à luz mortíça de um abajur, me descuidei e acabei assim. Então não há uma longa história de miséria na família? Não, o responsável sou eu”.

Por outro lado, é lícito dizer que a obra HARMADA possibilita uma discussão ontológica e não genealógica, porquanto esse movimento genealógico, o qual aparece no final da narrativa, a idéia de origem não aponta para o sentido de “ fundação ou reafirmação de um caráter essencial de nacionalidade”, mas revela uma Literatura de recusa - das mínimas possibilidades existenciais - e também de esgotamento - no tocante à FALÊNCIA DO SUJEITO na sociedade contemporânea pós-capitalista industrial :

“...Me vi enfim diante do homem que derramava a concha de sopa em latas ainda com seus antigos rótulos. Me coube o rótulo de pêssegos em calda”.

Vale ressaltar ainda que essa ontologia aqui apontada indicia também mais um traço que caracteriza o conjunto da obra de João Gilberto Noll, onde o foco narrativo é sempre apontado para um Eu-narrador destituído de identidade, resvalando-se no entre-lugar do Ser e do não Ser :

“...o que parecera ser talvez não fosse”.

“...Aquele homem manco talvez não desaparecera talvez nem chegasse a ter sido”.

“...Eu não sabia o que estava fazendo diante daquele rio em correnteza, embaixo daquele céu estrelado, daquela lua”.

“...Aquilo tudo provavelmente nem existisse”.

Assim, HARMADA atinge seu clímax em um final inusitado e enigmático. O texto vai se diluindo aos poucos à luz de “ um pequeno e rarefeito spot”. O personagem-narrador conduz as últimas cenas do seu Teatro para um movimento alegórico e não genealógico, já colocado anteriormente. É claro que também o autor não tem como proposta encerrar o espetáculo, mas criar condições para a continuação da ação dramática, seja ela em qualquer direção pois, no epílogo de HARMADA, nos deparamos com uma porta, uma porta que se abre para a realização da imaginação do espectador :

“...Não havia mais canto na capela, não havia mais a horta nem a noite, não havia quase nada. Só um palco com um pequeno e rarefeito spot acompanhando os passos meio esparços do garoto mudo que entra com a camisa vermelha. Ao alcançar o centro do palco, o garoto mudo pára e dá o mesmo grito que ele grita agora a sacudir os meus braços com uma força insuspeitada”.

Em última análise, podemos apontar em HARMADA dois grandes planos narrativos que se inter cruzam. O primeiro deles se relaciona com a ficção HARMADA, enquanto discurso de representação de uma suprealidade (não no sentido mimético), pelo viés da linguagem teatralizada ou de uma alegoria teatral. O segundo diz respeito à ficcionalização de seu personagem-narrador que introduz no texto um discurso de realização do imaginário sócio-cultural de um Eu à deriva, experienciando um tempo de solidão marcado pela indigência de seres humanos destituídos de identidade.

É oportuno registrar que entendo a SUPRAREALIDADE, no conjunto da obra de João Gilberto Noll, como sendo uma visão que transcende em muito à percepção senso comum da realidade imediata, mas transfigurada e mediada pela agudeza da linguagem visceralmente dramática do autor. E é nessa suprealidade que gravitam os personagens de João Gilberto Noll, trazendo à tona a mais cruel “banalidade” da tragédia humana.

# O Trote Não É Uma Besteira de Alunos, Nem a Morte de Um Estudante Um Mero Acidente de Percurso

MIRYAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS / PROFESSORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UERJ

## I. O trote que não queremos

Ao contrário de assaltos, mortes, homicídios, roubos de automóveis e desastres de toda ordem que invadem e ameaçam a vida dos alunos universitários, o trote tem sido responsável pela violência que se origina no próprio cotidiano destes alunos. A morte do calouro da Faculdade de Medicina da USP, Edison Hsueh, este ano, seguida de inúmeras demonstrações de violência no âmbito de grande parte das Universidades do país, têm trazido um constrangimento profundo a professores e alunos, sem que se saiba, no entanto, o que fazer. Alguns reitores emitiram normas proibitivas ao trote, outros, mais cautelosos, medidas de vigilância e controle e, outros, ainda, aguardam o esquecimento do que consideram tragédias imprevistas.

Sendo eu professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fui invadida pela sensação de que nós, universitários, ao invés de estarmos combatendo a violência, poderíamos está-la constituindo. Mais um fantasma a habitar meu horizonte de preocupações. Acabei por propor a meus alunos que, como uma de suas tarefas de curso, entrevistassem cinco companheiros entre calouros e veteranos que tivessem passado pelo trote neste ano e procurassem descrever detalhadamente como uns e outros o compreendiam. Parte das minhas reflexões são oriundas desta experiência,

que contou com a boa receptividade e com os trabalhos interessantíssimos que recebi por parte dos estudantes do curso de Sociologia Contemporânea, da graduação de Ciências Sociais da UERJ.

## II. Ritual de Passagem

A observação imediata a ser feita é a de que o trote é compreendido pelos alunos, calouros e veteranos, como um mal necessário, em que veteranos se impõem aos novatos através de práticas muitas vezes humilhantes, mas que resultam em uma confraternização importante para o seguimento de suas vidas universitárias. Após as práticas constrangedoras, há o clima de festa e integração geral. De um modo geral, os alunos não são contra o trote, nem mesmo contra o "mico" a que são expostos os calouros. A indignação surge quando brincadeiras são impostas aos estudantes avessos às práticas propostas, com violência e desrespeito.

A nossos olhares civilizados, as "brincadeiras" descritas como sendo responsáveis pela integração dos alunos mais parecem rituais de bárbaros. Muitas delas implicam a violação do controle que detêm os chamados "novatos" sobre seus corpos. Alunos são sujos por tintas e ovos, têm seus cabelos cortados e até mesmo esparadrapos espalha-

dos pelo corpo, com o propósito de arrancar pelos quando retirados. Além disso, são obrigados a dançar, desfilarem e colocarem-se em posições vexatórias, seja quando ficam de quatro, imitando animais ou mesmo em práticas não habituais em público. Um aluno, por exemplo, foi convidado a dramatizar uma relação sexual, sendo que sua parceira era a parede da sala de aula.

Evidentemente, um aluno não rastejará no chão procurando tatus imaginários ou andará com mãos dadas por baixo do corpo no passo do chamado "elefantinho" sem que haja um clima de ameaça e imposição no ambiente. O veterano, ainda que dócil e responsável no seu dia-a-dia, precisa representar nesta ocasião o papel de vilão, pois será através da sua dramatização de autoritarismo que as brincadeiras encontrarão legitimidade. É importante observar que, neste ritual, o veterano de hoje foi o calouro de ontem e que este movimento tem se repetido ao longo dos anos. Calouros e veteranos, ao encenarem seus papéis, muitas vezes o fazem de forma incoerente e permeada por contradições, mas estes são detalhes que não impedem que seja sempre reiterado o ritual da iniciação universitária.

Quando estudantes são indagados sobre o motivo de aceitação destas práticas, um dos discursos que aparece de forma mais contundente é aquele que afirma ser o trote necessário porque marca com forte emoção o novo mundo em que os estudantes estão entrando. Poderíamos dizer que depois de um ano ou mais de estudos pesados e provas de seleção, em que foram colocados em xeque enquanto potenciais adultos por pais e professores, chega o momento de estudantes extravasarem suas emoções e mostrarem a todos que são vencedores, donos de si próprios e de suas próprias leis de regulação do mundo. Muitos dos trotes fazem com que os jovens saiam do circuito universitário e alcancem as ruas. Pintados, eles mendigam nas ruas, pedindo dinheiro a transeuntes e motoristas. Em casos extremos, homens são vestidos de

mulher e levados a zonas de prostituição. Futuros advogados dão calotes em restaurantes. Por um momento preciso os jovens adultos rompem com as regras sociais impostas a eles, através de um espírito coletivo, mostrando que chegou o momento de que sejam reconhecidos como os novos atores de nossa sociedade.

No turno da noite, onde estudantes são também aqueles que trabalham e que já enfrentam em seu cotidiano este mundo dos adultos, o trote costuma ser mais brando e mais respeitoso. Mas para os mais jovens, é a "violência" dos veteranos que permite, através da exposição ao ridículo, do riso e da galhardia, a inversão de regras e a libertação de emoções há muito reprimidas. Pagar o "mico" muitas vezes vale a pena, pois os calouros, ao contarem com a solidariedade de seus pares para enfrentarem as situações difíceis que são impostas, substituem o sentimento de vergonha pelo de vitória. Mais do que unir veteranos e calouros, o trote permite que os próprios calouros reconheçam-se uns aos outros, através de ações e reações que rompem com o medo, a insegurança e as defesas com que se armam ao entrarem na nova vida. É ele próprio o batismo de fogo para estes estudantes, que, a partir de então, tornam-se mais fortes e aptos a unirem-se e enfrentarem os seus novos desafios.

O trote é um ritual que se reproduz por meio da humilhação e da dramatização de posições hierárquicas. Sabemos que quanto mais fechada a instituição, ou seja, quanto mais é exigido o sentimento de pertencimento a uma instituição que tem suas regras próprias, mais violentos são os trotes. Rituais de passagem, como bem demonstram os antropólogos, ao acompanharem mudanças de lugar, estado, posição social ou idade, podem se caracterizar por práticas liminares, ou seja, práticas que estão nos limites ou nas margens das ordens estabelecidas. A entrada na universidade, evidentemente, representa a separação do calouro de sua fase de juventude e proteção familiar e sua entrada em um reino de

novos valores, obediências e hierarquias. O trote, enquanto ritual de passagem, não deve ser visto apenas enquanto descontrolado, mas enquanto práticas sociais que são reiteradas e que podem implicar em confraternização e em determinado aprendizado. Antes de condenarmos a barbárie presente nas práticas dos jovens universitários, vamos nos lembrar que o carnaval está longe de ser desagregador e que a macabra história de Joãozinho e Maria, afinal, tem cumprido seu papel junto aos pequenos.

### III. Violência Universitária

Mas se o trote é este rito de passagem, que faz com que os estudantes percebam que a Universidade não é mais uma extensão do segundo grau ou de sua casa, é ele também sinônimo de práticas que ocorrem de forma tão violenta que, não só separam estudantes, ao invés de reuni-los, como, recentemente, levaram à morte um estudante. Embora não sejam propriamente uma novidade no meio universitário, o trote e suas práticas de humilhação e submissão têm chamado atenção ultimamente, não só porque um maior número de calouros parece pouco receptivo às brincadeiras impostas, como o grau de violência com que são impostas beira às raias do crime. Cabe a nós, professores, funcionários e alunos da estrutura universitária, não apenas contermos estas práticas, mas, antes de tudo, refletirmos um pouco sobre o seu significado nos dias atuais.

O que temos observado em relação ao trote é que calouros, cada vez mais, reagem a práticas de humilhação e submissão. Para muitos, a universidade é muito mais uma continuação de seus estudos, do que uma nova etapa a ser cumprida. Enquanto alguns jovens entram e saem dos cursos universitários ainda morando na casa de seus pais, outros, ao procurarem o ensino superior, há muito já são os únicos donos de suas vidas. Em ambas as situações, não fazem sentido

as brincadeiras impostas, pois não há a quebra entre dois mundos. Há um nítido descompasso entre a forma com que o trote é visto por alguns calouros, ansiosos por reconhecimento e aceitação, e o significado do trote para muitos dos veteranos, que consideram os calouros como sendo abusados e uma verdadeira ameaça. Para alguns veteranos, os calouros precisam ser "domesticados" a fim de aprenderem qual o seu lugar na hierarquia universitária. Alguns "neófitos", este ano, foram levados a repetirem ajoelhados na entrada principal da UERJ: "Somos ninguém, somos o resto da UERJ, somos nada". O orgulho presente em alguns dos calouros implica escárnio para aqueles que a ferro e fogo souberam domesticar seus próprios sentimentos ao longo de suas vidas universitárias. Não são poucos os estudantes que descrevem os trotes como rituais de violência e utilizam palavras como humilhação, estupro e morte associadas a práticas em que veteranos "pegam pesado", ao procurarem mostrar aos novatos o seu lugar na hierarquia universitária. O objetivo de confraternização se perde e o que deveria ser reconhecido enquanto brincadeira transforma-se em sadismo.

A violência "extra-muros" evidentemente atravessa os limites da instituição universitária e podemos responsabilizá-la por muito do que observamos. Mas é importante reiterar que trotes que questionam o outro, física e moralmente, não são uma novidade entre universitários. O veterano que tem o intuito de ridicularizar e fragilizar o calouro, muito provavelmente procura, através da humilhação imposta sobre o outro, recuperar-se de suas próprias experiências traumáticas. Práticas de autoritarismo presentes nos trotes universitários têm como fonte de suas motivações não só a estrutura hierárquica da administração universitária, como as práticas de ensino presentes nas salas de aula. O estudante quando entra para a universidade passa não só a adquirir um anonimato, o que para ele pode ser uma condição bastante desestabiliza-

dora, como percebe, de imediato, que todo o seu conhecimento de vida acumulado até então é desqualificado. Sejam quais forem seus atributos anteriores, estes são aspectos desconsiderados por aqueles que agora o avaliam. Tudo o que sabem da vida, que aprenderam com seus pais, avós e amigos é reconstruído à luz de novas teorias e metodologias. A forma com que lêem jornais, assistem televisão, utilizam suas horas de lazer é reavaliada segundo novos padrões de julgamento. Será que os professores, formados para reproduzirem um padrão acadêmico, sabem ouvir e aprender alguma coisa, a partir do contato com os alunos? Será que as universidades, enquanto instituições que se propõem a difundir o saber, precisam se contrapor ao mundo vivido pelos elementos que nela ingressam?

#### IV. O trote que queremos

Quanto mais fechada uma Instituição se apresenta em termos de construção de regras próprias e de impermeabilidade às regras presentes na sociedade, mais forte o espírito de corporação e o auto-controle de seus membros dentro da instituição. Não é um acaso trotes que demandam aos calouros o rompimento de regras sociais, como o ato de mendigar ou de se passar por prostitutas nas ruas da cidade. Acredito, ainda, que não seja mera coincidência o fato de Faculdades de Medicina, Engenharia e Advocacia terem seus trotes mais violentos. Estas são instituições que, em função de uma rubrica profissionalizante, não apenas exigem um maior desempenho de cada novo membro, através de contínuos processos de seleção duríssimos, como se voltam para a formação de profissionais, que apresentarão, junto à sociedade, um conjunto de regras de conduta que os identificarão sempre enquanto

corporação; são estes estudantes aprendizes de profissionais que defendem um ethos próprio.

Não é, portanto, um acidente imprevisto o "desabafo" violento destes estudantes em situações que permitem uma descompressão de sentimentos auto-contidos. Assusta-me, no entanto, o fato de alunos de Ciências Sociais, muito mais abertos aos conflitos oriundos do mundo extra-muros, demonstrarem pouca sensibilidade a conflitos mais recentes e reproduzirem comportamento similar aos das Ciências ditas duras, pois para o estudante de antropologia, sociologia ou ciência política os louros da profissionalização encontram-se, justamente, na conquista da maior percepção do mundo vivido. Ao invés de humanizarmos o ensino da ciência e tecnologia, parece que, acompanhando os temores de Frankfurtianos e pós-modernistas, observamos a especialização e padronização dos cursos da área de Humanas.

Enquanto liberação de emoções, o trote pode resultar, por um lado, em uma brincadeira em que os calouros mostram-se prontos a deixarem de lado antigos valores ao entrarem para uma nova ordem ou, por outro, em um espaço que reproduz violência e transgride a ordem estabelecida. Ora, se concluímos que o trote não é uma besteira de alunos, nem a morte de um estudante um mero acidente de percurso, não adianta reprimir indiscriminadamente o trote. O trote não é necessariamente perverso ou violento. Cabe a nós controlarmos e promovermos o trote que queremos, pois rituais podem ser transformados e modificados, se este for o nosso interesse. Nunca é demais lembrar que a Universidade que queremos é aquela que sabe fortalecer seus alunos no que eles têm de melhor, nos seus mais nobres sentimentos, para que eles possam utilizar seus conhecimentos na construção de uma sociedade melhor, que em nosso jargão contemporâneo, traduz-se como livre e democrática.

# Para Uma Política de (des)Pesquisa ou O Professor Burocrata

CARMEM PRAXEDES / PROFESSORA DO INSTITUTO DE LETRAS DA UERJ

Desde o seu modelo medieval - o da *Università degli Studi di Bologna* (1088) - até os nossos dias, é possível definir a instituição universitária a partir de suas atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidas por um estudioso que deve traçar os limites de uma dis-

ciplina e conduzir entre estes uma pesquisa rigorosa, por amor ao saber.

Neste sentido, os principais "atores"<sup>1</sup> do trabalho acadêmico são os *magistorum et scholarium* - professores e alunos -, produtores e receptores ativos do saber. Como agilizadores desse ensino e investigação, encontram-se os técnicos e administrativos\*, "actantes"<sup>2</sup> que podem ser tanto docentes (docente-administrativo), em geral desviados da docência e pesquisa, percebedores de uma comissão para o chamado "acúmulo" de funções, quanto discentes universitários ou outros membros da sociedade nos mais diversos níveis de formação.

Atualmente, depois de 911 anos do surgimento da *mater universitas* e há 300 anos da burocracia alemã, é notável o crescimento da **burocratização** da universidade fortemente aliada a uma política de (des-) pesquisa tornada pública através do discurso de atendimento às demandas da sociedade.

Embora a tão profanada política de **modernização do Estado** tenha se colocado contra o peso da burocracia nas empresas, a ideologia abstencionista liberal procurava efetivamente diminuir os gastos com a "coisa pública", demitindo pessoal que nem sempre podia ser considerado desqualificado, (em meio aos improdutos iam-se muitos outros por motivos ideoló-

gicos) e um dos meios de que lançou mão foi o do próprio discurso burocrático do *poder-fazer-fazer* e do *não-poder-fazer-fazer*, o primeiro obrigando a fazer e o segundo impedindo de fazer, cujo efeito de sentido é a manipulação com os seus tipos que, na ordem do poder, são a *tentação* e a *intimidação*.

Diretamente ligada ao poder e à necessidade de centralizar as tarefas do Estado, a atitude burocrática diante do trabalho faz parte da nossa cultura, não sendo, portanto, apenas um mal das empresas públicas. A versão liberal da burocracia pode ser notada nas Universidades, onde ela é usada pelo poder político na maioria das vezes por uma aristocracia universitária - tanto de esquerda quanto de direita- que tenha sido investida de poder nos mais diversos níveis.

Para este modelo de burocracia, o burocrata eficiente e eficaz será aquele que melhor controle e delimite os gastos da corporação universitária em prol de uma economia de Estado baseada em um capitalismo perverso, há muito desenvolvido no Brasil pelos diversos poderes. Com esta perspectiva, o bom funcionário será o repetidor do "estamos sem verba", mantenedor de uma política de financiamento do ensino e da pesquisa bastante cruéis, pois não analisa a possibilidade que cada educador-pesquisador tem de colaborar com o desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país. Consonante a este, o bom professor-administrador será aquele que se coloque, paradoxalmente, o mais distante da comunidade universitária, referendado por sua agenda sempre lotada e pelos prazos internos rigorosamente estabelecidos sem privilegiar as atividades fins da universidade.

Da mesma forma, o administrativo é treinado pela universidade para o exercício da burocracia empresarial, sem de fato verificar que esta "empresa" visa muito mais do que o lucro em espécie, mas o lucro para a espécie humana, que poder-se-á concretizar a partir do privilégio das atividades de ensino e pesquisa.

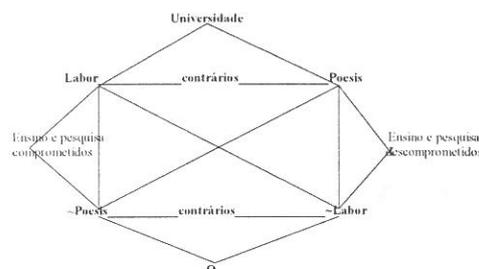
Em pesquisa recentemente realizada por nós na UERJ, pudemos constatar, a partir da leitura, à luz da Semiótica, de 546 fichas com a pergunta *O que é universidade?* respondidas pelos técnicos e administrativos que eles, apesar de terem um grande apreço pela universidade, não vinculavam, em maioria, as suas atividades ao ensino e à pesquisa, assim suas respostas ou estavam voltadas para trabalho (**Labor**) com todo o rigor do burocrata, conforme o investimento sêmico pejorativo dado ao termo, ou para o poético (**Poesis**): "A Universidade é o meu trabalho" ou "Ela é a minha casa", "A minha vida".

Tal visão universitária ocasiona as mais diversas aberrações, como um técnico querendo instalar uma fechadura numa porta de uma sala de aula no decurso da lição, móveis sendo arrastados pelos corredores atrapalhando o ensino de língua estrangeira, laboratórios não funcionando aos domingos por falta de pessoal, bibliotecas fechadas nas férias para contagem do acervo, Hospital que não atende sequer a comunidade universitária em situação de emergência - são 18.438 discentes, 1974 docentes e 4695 técnicos e administrativos sem assistência<sup>3</sup>-, Reitoria que funciona precariamente à noite, professores que deixam de ir aos congressos, mesmo com trabalho no mérito, porque não cumpriram os prazos da SR-2 - para que os processos pudessem ficar quase um mês sem o parecer final do sub-reitor, entre outras implicações.

Após os concursos realizados, o administrativo ingresso é, em geral, um universitário-trabalhador com um grande potencial para, se bem treinado e com as devidas oportunidades de ascensão na carreira, estabelecer um relacionamento universitário que vá além da política de partido, buscando o desenvolvimento do ensino e da pesquisa. No entanto, a visão de mundo demonstrada através das respostas à pesquisa citada, leva-nos à manutenção do *Status quo* que vem sendo ocupado pela chamada disfunção burocrática. Se é necessário administrar os pa-

péis, devemos, de fato, administrá-los, para evitarmos que alguns investidos por nós de uma fatia do poder continuem a gerenciar o fracasso do país.

A figura abaixo ilustra o resultado da análise das fichas, ela é um octógono semiótico:



Na teoria semiótica (Greimas) dois contrários coexistem necessariamente, por isso o *labor* será bem realizado quando a ele for possível associar a *poesis*, o que implicará o ensino e pesquisa comprometidos. Por outro lado, o não-*labor* e a não-*poesis* ( $\sim$ *poesis*) implicam o ensino e a pesquisa descomprometidos. O eixo dos contraditórios é representado pelo *labor* e  $\sim$ *labor* e *poesis* e  $\sim$ *poesis*, na diagonal. Enquanto o **O** é o termo neutro.

#### NOTAS

1 e 2 Os termos *atores* e *actantes* são da terminologia de Greimas.

\* Consideramos mais apropriado técnicos e administrativos ao comumente usado técnico-administrativo, pois o hífen estabelece a união entre dois nomes e, no âmbito da UERJ, nem todos os técnicos são também administrativos e vice-versa.

3 Dados gentilmente cedidos pela equipe do *Data UERJ*, referentes ao *Data UERJ 97*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1987.

PAIS, Cidmar. "Dos valores socioculturais aos processos de inserção e exclusão" IN: 49ª REUNIÃO DA SBPC - Anais, P:233-4 Minas Gerais: UFMG, 1997.

SILVA, Benedito (coord. geral). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV - 1986, p. 131-33.

# Gutenberg,

## estão Levando as Máquinas!

DAYSE DE PAULA MARQUES / PROFESSORA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UERJ

A UERJ brilhou na Bienal, o governador eleito disse (ainda não eleito) no "único programa de governo criado em nome do povo" que a UERJ seria "convocada para participar dos projetos de desenvolvimento do Estado: na qualificação de profissionais, no estabelecimento de projetos e consultorias na formulação de políticas públicas" e que "iria pactuar com a UERJ um fluxo financeiro que fosse contínuo e constante, depositado regularmente, e que permitisse à Universidade planejar os seus gastos e os seus custos."

Chegando na gráfica da UERJ e conferindo com os meus próprios olhos as máquinas de impressão embaladas para sair... irem embora..., os técnicos sem perspectiva de trabalho ou muito reduzidas com as estantes cheias de produção das unidades de ensino, pesquisa e extensão, a sensação é de perplexidade e desânimo. A quem recorrer? Quem determinou a cota máxima de reproduções, quem não pagou a Xerox do Brasil, que alugava as máquinas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro? O fluxo financeiro para a gráfica estancou em algum lugar. Onde? Com quem? A firma da limpeza também levou a "canetada". De repente, nós começamos a discutir entre nós, docentes, quem vai trazer o pó de café e fazê-lo ou quem tem uma flanela para emprestar... Até aí, pode-se mesmo encarar a situação como uma oportunidade de colaboração interna ou uma espécie

de teste para a arrogância acadêmica e percebe-se como o gari é importante... Entretanto, o problema não é assim, tão filosófico...é político, e ver a sala da impressão da gráfica com amplos espaços vazios permitiu sentir o vácuo. O vácuo entre os discursos e a realização.

Esvaziar a gráfica da UERJ é esvaziar a possibilidade de a Universidade garantir uma de suas funções fundamentais - a produção de conhecimentos - e, dessa forma, apontar tendências, assim como subsidiar políticas nas várias áreas profissionais, num intercâmbio permanente com o mercado de trabalho, com mais autonomia e independência. Talvez aí resida o principal nó dessa questão - a autonomia na competência.

O invento de Gutenberg permitiu maior autonomia e independência de pensamento, ampliando o acesso a leituras, antes circunscritas aos "iniciados" nas letras e que tinham imenso poder sobre as consciências. Entretanto, não bastava produzir livros. Era preciso ter mais pessoas capazes de ler, compreender a linguagem escrita, a comunicação das novas idéias através da associação e junção do ABCDEFGH... e escolas e universidades começaram a surgir...

Gostaria de recontar uma história muito interessante diante da situação que estamos vivendo na UERJ. Ela é a seguinte:

Impressor alemão, inventor da tipografia, Johann Gutenberg nasceu em Mainz cerca de

1400 e morreu na mesma cidade em princípio de 1468. Existem 30 documentos ligados a fatos da vida de Gutenberg, mas apenas três mencionam o invento da tipografia: os autos dos dois processos que sofreu e uma carta dirigida ao arcebispo de Mainz. Anteriormente trabalhava como ourives em Strassburg, para onde se transferira em 1434, por motivos políticos. Em 1438 associou-se com Andreas Dritzehen para a construção de um misterioso invento. Morrendo Dritzehen, seus irmãos o processaram, exigindo a participação na empresa ou a devolução do capital. Gutenberg ganhou a causa, não tendo os Dritzehen quaisquer direitos. As peças que restaram do processo revelam ter construído uma prensa e trabalhado com formas e tipos. Em 1448 Gutenberg encontra-se outra vez em Mainz, sabendo-se ter obtido importante empréstimo de Johann Fust, para prosseguimento de suas experiências tipográficas. Em 1452 Fust voltou a emprestar-lhe dinheiro, desta vez com a condição de participar do empreendimento. Como não sobreviesse a prosperidade esperada, Fust processou o inventor, exigindo a devolução do capital e juros, tendo o calígrafo Peter Schöffer como testemunha a seu favor. Gutenberg não podia devolver prontamente a alta soma devida, e por isso todo o seu equipamento foi entregue ao credor. Fust e Schöffer continuaram o seu trabalho de impressor, após o desfecho do processo em 1455. Gutenberg, por sua vez, prosseguiu a sua atividade tipográfica, embora com uma oficina menor. Em 1465 conseguiu a proteção oficial do arcebispo Adolfo, de Mainz, que o nomeou membro vitalício de sua corte, cargo de que pouco se aproveitou, tendo morrido três anos depois. Seu equipamento passou a pertencer a Konrad Humery, conforme carta-recibo deste ao arcebispo Adolfo, em 26 de fevereiro de 1468, data que fixa a época aproximada da morte do inventor.<sup>1</sup>

Acredito que, hoje, Fust não teria o que reclamar do empreendimento. Talvez tivesse enriquecido um pouco mais, tornando-se proprietário de uma grande editora, publicando livros para um público seletivo e erudito e podendo comprar o seu próprio equipamento de última geração da Xerox do Brasil. Gutenberg talvez es-

tivesse ainda na sua pequena oficina vendo outros ganharem muito dinheiro com o seu invento, com suas boas idéias, fato muito comum na vida dos verdadeiros gênios.

Gutenberg teve que entregar o seu equipamento porque os lucros não corresponderam à expectativa dos investidores. Imagino o seu sofrimento. Parece a mesma coisa que entregar um filho amado porque não pode sustentá-lo nos padrões estabelecidos.

A gráfica está devolvendo o equipamento que nunca foi dela. As máquinas mais "poderosas" eram alugadas da Xerox do Brasil. A gente sente a desolação do pessoal do setor. A expectativa de um desempenho melhor, de uma valorização do seu trabalho numa instituição cuja natureza é a produção de conhecimentos foi reduzida a 70 mil cópias para a Universidade inteira. Isso é brincadeira, e não dá para brincar com o dinheiro público, não é mesmo? Aqui o dinheiro não é do Fust, é repassado pelo Governo do Estado. O Governo do Estado arrecada seus recursos de uma série de tributos e taxas que estão sendo discutidos, amplamente, hoje no Brasil quando se fala na reforma fiscal.

Administrar não é fácil. Definir prioridades de investimento sempre implica muitas polêmicas, lutas, controvérsias, conflito de interesses. Entretanto, podemos partir de um ponto básico: o montante destinado à Universidade no orçamento estadual, mas sem questionar em "abstrato", dizendo que a porcentagem deve ser esta ou aquela porque o ensino é muito importante. É partir para os nossos "próprios recursos". Mostrar a força do conhecimento, da informação, da palavra escrita e impressa que está no espaço da própria Universidade. Por que não esclarecemos e conhecemos melhor a nossa estrutura para verificarmos hierarquias não só administrativas mas também acadêmicas? A partir do tripé ensino, pesquisa e extensão, saber da distribuição interna do recurso mingudadamente repassado pelo Governo do Estado. E os setores que, "apesar dos pesares", ainda conseguem ter tanto recurso, fazer reformas impressionantes das suas instalações com direito a *designer* e tudo o mais... Talvez sejam as parcerias mais ricas que

viabilizem tal sucesso. Quais os critérios para essas parcerias, qual o retorno delas para a produção de conhecimento na Universidade e em que áreas prioritárias? Existiriam prioridades entre nós? Quais seriam? A área tecnológica, biomédica, de humanas? Que tal começarmos a discutir isso mais seriamente?

Por que não se configurar uma parceria com a Xerox do Brasil para manter a gráfica? Se não temos condições de comprar o equipamento, montar um centro de produção e divulgação eficaz (o que também poderia ser discutido), por que não nos esforçamos para garantir uma forma de auto-sustentação através da venda de anais, livros, encartes, cadernos? Quais as prioridades para os cortes? Papel já estava faltando há algum tempo, depois veio a firma da limpeza. Agora, a gráfica. Não sei exatamente por que, mas senti o golpe mais fortemente vendo aquela sala vazia, ouvindo técnicos competentes da produção gráfica que vibram quando um serviço é bem-sucedido dizer que não gostariam de ver o seu trabalho parado na prateleira. Em alguns momentos até "misturando um pouco as coisas", dizendo que o serviço antes "saía de graça" para os docentes. Não eram cobrados o projeto, as folhas etc. Isso é uma inversão da função que a produção acadêmica deve ter para a Universidade. Quanto mais produtividade dos seus membros associada à qualidade, mais a instituição se afirma como centro de referência do ensino superior. Portanto, ela deve incentivar, criar meios para que os seus membros produzam, coloquem no mercado livreiro o seu produto. Por que não investir no setor da gráfica da UERJ como forma, inclusive, de auto-sustentação? Vamos utilizar, apenas, as taxas cobradas no vestibular ou no estacionamento, em finais de semana, já que o repasse está ficando cada vez mais estrangulado? Outro ponto a ser discutido: onde são aplicados esses recursos na UERJ? Quanto o Governo do Estado destinou para a Universidade até o momento? Como está sendo distribuído? Quais são as prioridades? Qual está sendo a política verdadeiramente implantada aqui a partir do "único programa de governo criado em nome do povo?"

Gutenberg teve a proteção oficial do arcebispo Adolfo, de Mainz, mas também teve quem lhe retirasse as máquinas. Continuou na sua pequena oficina e não teve muito tempo para aproveitar da "proteção". Morreu três anos depois.

A EDUERJ, tão recentemente criada, fornecendo tantas esperanças de autonomia e reconhecimento, brilhando na Bienal, vai sobreviver sob a "proteção de quem"? Quem viabilizará o recurso? Vai depender de gráficas particulares, co-edição com editoras consagradas (que sempre pedem contrapartidas - uma delas a impressão, sem tantos custos através da gráfica da Universidade)?

As máquinas estão indo embora. E as nossas esperanças também devem sair, escondidas pelo "subterrâneo" da UERJ onde se localiza a gráfica (e numa estranha coincidência), onde também fica o pessoal da limpeza?

---

### Nota

<sup>1</sup> ENCYCLOPEDIA BRITANNICA DO BRASIL PUBLICAÇÕES Ltda., 1976.

**PEDRO GAWRYSZEWSKI**



**DESAPARECIDO**  
desde 7 de fevereiro de 1999

**FAVOR LIGAR PARA 0 XX 21 7094051**